

ISSN2675-3901

REVISTA

HUMANA

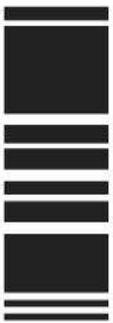
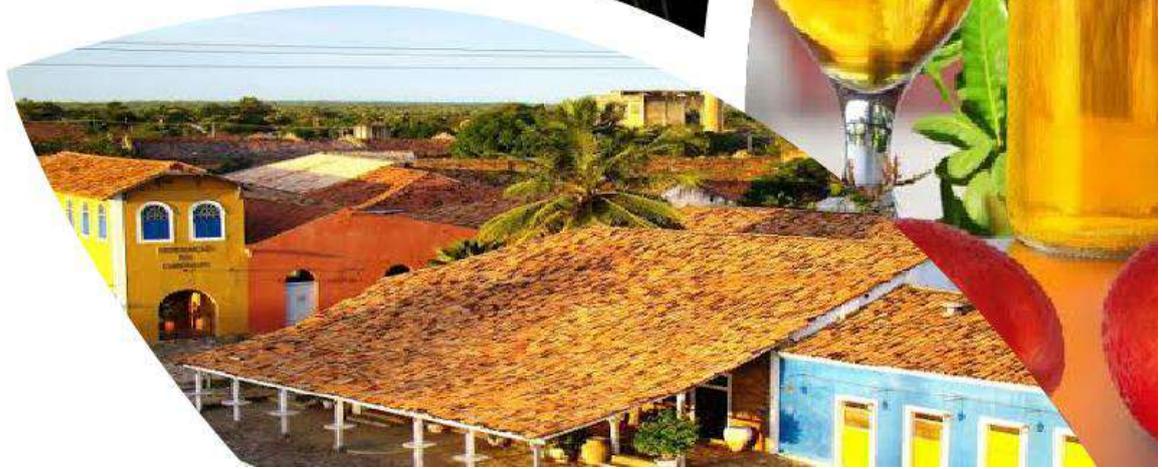
RES

R

#05

DOSSIÊ TEMÁTICO -  
PATRIMÔNIOS CULTURAIS:  
REFLEXÕES DE UM CAMPO  
FERVILHANTE NAS  
CIÊNCIAS HUMANAS  
VOL.5

HUMANA  
RES



# Apresentação da Revista Humana RES

---

Caro leitor,

A Revista Humana Res é parte de um projeto idealizado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras e pelo Núcleo de Estudos Estado Poder e Política - NEEPP, no intuito de integrar, de forma sincrônica, o ensino com a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, este meio de divulgação eletrônica assume a função de difundir junto ao público interno e externo, o conhecimento que vem sendo produzido, no âmbito desta Instituição de Ensino Superior.

É ainda pretensão desta revista constituir-se como via de acesso à produção acadêmica de profissionais de outras IES, seja no país ou no exterior, abrangendo os campos das Humanidades, Ciências Sociais, Artes e Tecnologias, publicando em suas páginas matérias enviadas para esse fim. Trata-se, enfim, de um periódico interdisciplinar, que se propõe a congregar análises produzidas a partir de perspectivas e olhares diversos acerca da realidade local, nacional e internacional.

No seu **Número 5 de jan/ago 2022**, a Humana Res apresenta o **Dossiê Temático – PATRIMÔNIOS CULTURAIS: REFLEXÕES DE UM CAMPO FERVILHANTE NAS CIÊNCIAS HUMANAS.**, sob a coordenação da Profa. Dra. Viviane Pedrazani (UESPI) e Ma. Virgínia Marques da Silva Neta (UFPI).

**Sejam todos bem-vindos!**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Joseanne Zingleara Soares Marinho

Editora - Chefe

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Revista Humana Res  
Edição 005 Ano 003  
Maio | 2022  
ISSN: 2675-3901



# EQUIPE EDITORIAL

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO  
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA-CHEFE)

MARCELO SOUSA NETO  
(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR  
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

PEDRO PIO FONTINELES FILHO  
(UESPI/HISTÓRIA/EDITOR)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES  
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

VIVIANE PEDRAZANNI  
(UESPI / HISTÓRIA/ EDITORA)

## CONSELHO EDITORIAL

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA  
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA-CHEFE)

PEDRO PIO FONTINELES FILHO  
(UESPI/HISTÓRIA/EDITOR)

OMAR MÁRIO ALBORNOZ  
(UESPI/LETRAS-ESPANHOL / EDITOR)

MARCELO SOUSA NETO  
(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES  
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR  
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO  
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

CLARICE H. SANTIAGO LIRA  
(UESPI / HISTÓRIA)

ELIZABETH MARY BAPTISTA  
(UESPI / GEOGRAFIA)

FABRÍCIO FLORES FERNANDES  
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANA CRISTINA MENESES  
(UESPI / HISTÓRIA)

JORGE EDUARDO DE ABREU PAULA  
(UESPI / GEOGRAFIA)

JOSÉ BISPO MIRANDA  
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

JOSINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS  
(UESPI / LETRAS/ESPANHOL)

LUCIANA MARIA LIBÓRIO EULÁLIO  
(UESPI / LETRAS-ESPANHOL)

LUCIRENE DA SILVA CARVALHO  
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO  
(UESPI / HISTÓRIA)

MÁRLIA SOCORRO LIMA RIÉDEL  
(UESPI / LETRAS-INGLÊS)

VIVIANE PEDRAZANNI  
(UESPI / HISTÓRIA/EDITOR)

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

ALCEBÍADES COSTA FILHO  
(UESPI)

ANA PAULA VOSNE MARTINS  
(UFPR)

ARYDMAR VASCONCELOS GAYOSO  
(UEMA)

TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ  
(UFPI)

CATARINA FROIS  
(AR)

CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES  
(UFPI)

CRISTIANA COSTA DA ROCHA  
(UESPI)

DANILO BEZERRA  
(UESPI)

ELIO FERREIRA DE SOUSA  
(UESPI)

ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO  
(UFPI)

FERNANDO BAGIOTTO BOTTON  
(UESPI)

FRANCISCO CHAGAS OLIVEIRA ATANÁSIO  
(UESPI)

GISELE PORTO SANGLARD  
(FIOCRUZ- RJ)

IRLANE GONÇALVES DE ABREU  
(UFPI)

JACKSON DOS SANTOS RIBEIRO  
(UEMA)

JÔNATAS LINCOLN ROCHA FRANCO

JONAS RODRIGUES MORAES  
(UFMA)

JOSÉ BISPO DE MIRANDA  
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

LÍEGE DE SOUZA MOURA  
(UESPI)

LIVIA SUELEN SOUSA MORAES MENESES  
(UFPI)

LUIS REZNIK  
(UERJ)

MÁRCIA EDLENE MAURIZ LIMA  
(UESPI)

MARGARETH TORRES DE ALENCAR COSTA  
(UESPI)

MARIA ELDELITA FRANCO HOLANDA  
(UESPI)

MARIA LUZINEIDE GOMES DE PAULA  
(UESPI)

MANOEL RICARDO ARRAES FILHO  
(UFPI)

MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA  
(UFPI)

PEDRO PIO FONTINELLES FILHO  
(UESPI)

ZILDA MARIA MENEZES LIMA  
(UECE)

## **EQUIPE TÉCNICA**

**GABRIEL ROCHA DA SILVA**  
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

**JOÃO PAULO NUNES DIAS DE ALMEIDA**  
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

**JOSIAS GOMES DOS SANTOS NETO**  
(UESPI / HISTÓRIA / CHEFE TÉCNICO)

**PABLO RIBEIRO LOPES**  
(UESPI / DTIC / APOIO TÉCNICO/DESIGN)

## SUMÁRIO

- PATRIMÔNIOS CULTURAIS: REFLEXÕES DE UM CAMPO FERVIHANTE NAS CIÊNCIAS HUMANAS (EDITORIAL) #001
- 
- LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL #004  
Alcebiades Costa Filho, Antonio Victor Carvalho Freitas e Ananda Lays Costa Rodrigues
- 
- PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES #022  
Viviane Pedrazani
- 
- UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA #039  
Arkley Marques Bandeira, Virginia Marques da Silva Neta e Leonardo Silva Soares
- 

## ARTIGOS LIVRES

- A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES #059  
Teresinha Queiroz
- 
- O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL #082  
Pedro Vilarinho Castelo Branco
- 
- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ #101  
Maria Tereza Alencar e Cristiane Gonçalves Ribeiro Soares
- 
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OSTENSIVA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VELADA: REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS SOCIAIS E LEGAIS DAS FORMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER NO BRASIL #121  
Reia Sílvia Rios Magalhães
- 
- IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI #140  
Maria Tereza de Alencar e Fábio Vitor Nascimento Mourão
- 

## ENTREVISTA

- MARIA CONCEIÇÃO SOARES MENESES LAGE #158  
Doutora em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí
- 

## RESENHA

- MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: ENSAIOS CONTEMPORÂNEOS #165  
Hamanda Machado de Meneses Fontenele
-

## Editorial

Chegando ao seu quinto volume, a Revista Humana Res, em seu jovem caminho, tem contribuído para a socialização de pesquisas com resultados parciais e/ou gerais de diversas áreas do conhecimento, que cada vez mais empolgam seus leitores. O Dossiê “Patrimônios Culturais: reflexões de um campo fervilhante nas Ciências Humanas” organizado pelas pesquisadoras do patrimônio cultural, professora Doutora Viviane Pedrazani (UESPI) e pela Mestra Virgínia Marques, oportuniza ao público leitor não só refletir sobre o tema patrimônio cultural, como também sobre pesquisas com objetos diversos que enriquecem a edição. Em especial, os artigos temáticos, a entrevista e a resenha reunidos neste número, ladeiam de modo multidisciplinar o campo do patrimônio cultural, aflorando saberes que conversam, refletem e trocam entre si.

Neste número, dentro da proposta temática sobre patrimônio, trazemos uma entrevista com a experiente arqueóloga piauiense Conceição Lage (UFPI) que, com riqueza de detalhes, nos conta sua longa trajetória como pesquisadora e suas inusitadas experiências no campo, bem como nos apresenta a situação do patrimônio arqueológico do Piauí em diferentes perspectivas.

O primeiro artigo temático do dossiê traz um objeto de pesquisa muito promissor na área de patrimônio cultural que são os saberes que se desenvolvem através da alimentação. O texto intitulado **Lavoura de alimentos no Maranhão: Cultivo, beneficiamento e consumo de mandioca no Período Colonial** apresentado pelo Doutor Alcebíades Costa Filho, Antonio Victor Carvalho Freitas e Ananda Lays Costa Rodrigues, apresenta um estudo sobre a construção das práticas de cultivo e beneficiamento da mandioca em regiões ocupadas a partir da atividade de pecuária, em terras do Leste e do Sul do Maranhão entre 1701 e 1822. Os autores se utilizaram de produção literária da época, elaborada pelos viajantes, a literatura de viagem.

O segundo artigo temático, produzido pela pesquisadora Viviane Pedrazani, cujo título é **Patrimônio Cultural no Brasil: trajetórias de sujeitos, leis e instituições** se debruça sobre o percurso do patrimônio cultural brasileiro quanto às instituições, as leis e personagens que marcaram o cenário nacional da preservação dos bens culturais. A autora percorre da década de 1930, com a criação do SPHAN e do Decreto-lei 25/38, passando pelas chamadas fase heróica e fase moderna das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, finalmente chegando à Cosntituição Federal de 1988, quando se ampliou o conceito de patrimônio e o rol de instrumentos de preservação.

Na sequência, o artigo **Um saber ancestral: a produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatua, Alcântara – MA**, escrito por Arkley Marques Bandeira, Virginia Marques da Silva Neta e Leonardo Silva Soares, aborda o saber fazer de ceramistas de Itamatatua e o papel desempenhado por eles enquanto mediador das relações sociais, culturais e econômicas da comunidade. A pesquisa também investiga o processo produtivo artesanal da cerâmica, suas sociabilidades, o domínio das técnicas, do modo de fazer e a circulação do produto, destacando a cerâmica como um bem cultural a ser preservado.

Ainda ressaltamos que, no bojo temático do dossiê, a seção de resenhas da Revista que apresenta uma análise feita pela Mestranda Hamanda Machado de Meneses Fontenele (UNILA) acerca da obra organizada por Regina Abreu e Mario Chagas: “Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos”. Os artigos reunidos nesta coletânea tem sido nos últimos anos uma importante referência para pesquisadores da área do patrimônio cultural.

Na seção artigos livres, temos pesquisas que destacam a história do Piauí, que, poderíamos dizer, formam um precioso patrimônio de conhecimento acerca da história do Estado, como os artigos escritos por Terezinha Queiroz (UFPI) e Pedro Vilarinho Castelo Branco (UFPI). Em **A história da independência no Piauí: das escritas instituintes aos revisionismos, das versões modernas às celebrações**, a pesquisadora doutora Teresinha Queiroz apresenta as mais importantes obras e os contextos de suas produções que tratam do processo de independência do Piauí, assinalando as diversas significações desse processo. Destaca também as comemorações que envolvem as datas de 19 de outubro, 24 de janeiro e 13 de março, tidas como as mais significativas dos anos 1822 e 1823, no andamento do processo de independência.

Dentro do tema Independência do Piauí, o doutor Pedro Vilarinho Castelo Branco em **O processo de adesão do Piauí à Independência do Brasil**, analisa as conjunturas históricas e as figuras relevantes que participaram do processo de adesão do Piauí ao Estado Nacional Brasileiro no princípio da década de 1820. Além disso, Pedro Vilarinho produz em seu texto reflexões acerca da relação de deficitárias reformas políticas e sociais que levaram a outras movimentações e manifestações políticas no curso das primeiras décadas do século XIX.

No artigo **A educação inclusiva na formação do Professor de Geografia da Universidade Estadual do Piauí**, a doutora Maria Tereza Alencar e Cristiane Gonçalves Ribeiro Soares buscaram com a pesquisa compreender o processo de desenvolvimento do aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na educação geográfica, tendo por *locus* de análise o curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí.

Em **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**, a dra. Reia Sílvia Rios Magalhães (UFPI), busca analisar, com fundamento na literatura e leis que tratam sobre a violência doméstica perspectivas que, de um lado mostram os avanços no combate à violência contra a mulher e, de outro, retrocessos jurídicos e sociais.

Finalizando esta edição, os autores Maria Tereza de Alencar e Fábio Vitor Nascimento Mourão em **Impactos no comércio da Rua Barbosa provocados pela implantação do corredor de integração na Zona Norte de Teresina – Pi**, traçaram como escopo de pesquisa a análise dos impactos provocados na dinâmica comercial com o implemento do corredor de integração do terminal Rui Barbosa, observando problemas que vão da queda das vendas, fechamento de pontos comerciais ao aumento de acidentes.

Os editores e autores da Revista Humana Res convidam, assim, o público leitor a conhecer aspectos teóricos e práticos da área do patrimônio cultural e outros temas da produção científica. Podemos dizer que a leitura é uma conversação, um diálogo, então, se sintam a vontade para “puxar a cadeira” e bater dois dedinhos de prosa!

# LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

Antonio Victor Carvalho Freitas<sup>1</sup>

Ananda Lays Costa Rodrigues<sup>2</sup>

Alcebíades Costa Filho<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo resulta de um projeto de pesquisa denominado “Recursos alimentícios no Maranhão: cultivo, beneficiamento e consumo de mandioca entre 1701 e 1822”, apesar da relevância social inerente ao cultivo de alimentos no contexto da sociedade colonial, ainda se trata de uma atividade pouco conhecida e desprestigiada pelos estudos acadêmicos. Nesse sentido, pretendemos investigar como se construíram as práticas de cultivo e beneficiamento da mandioca em áreas ocupadas a partir da atividade de pecuária, caso das regiões Leste e Sul do Maranhão. A base da pesquisa é a produção literária da época, elaborada pelos viajantes, a literatura de viagem.

**Palavras-chave:** Período Colonial; Literatura de viagem; Maranhão; Mandioca.

**ABSTRACT:** This paperwork results from a research project called “Food resources in Maranhão: cultivation, processing and consumption of manioc between 1701 and 1822”, despite the social relevance linked to the cultivation of food in the context of colonial society, it is still an activity little known and discredited by academic studies. In this sense, we intend to investigate how the practices of cultivation and processing of manioc in occupied areas from the activity of cattle raising, as is the case in the eastern and southern regions of Maranhão. The basis of research is the literary production of the time, elaborated by the travelers, the travel literature.

**Keywords:** Colonial Period; Travel literature; Maranhão; Manioc.

**RESUMEN:** Este artículo es resultado de un proyecto de investigación llamado “Recursos alimenticios en Maranhão: cultivo, beneficiamiento y consumo de yuca entre 1701 y 1822. A

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão, bolsista PIBIC-UEMA. antonioeucx@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão, bolsista PIBIC-UEMA. nandalays10@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Doutor, Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Estadual do Piauí, professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – UESPI. alcebiadescf@yahoo.com.br

# LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

pesar de la relevancia social inherente al cultivo de alimentos en el contexto de la sociedad colonial, aún tratase de una actividad poco conocida y desprestigiada por los estudios académicos. En este sentido, pretendemos investigar cómo se construyeron las practicas de cultivo y beneficiamiento de la yuca en áreas ocupadas a partir de la actividad de pecuaria, caso de las regiones Este y Sur del Maranhão. La base de la investigación es la producción literaria de la época, elaborada por los viajeros, la literatura de viaje.

**Palabras claves:** Periodo colonial; Literatura de viaje; Maranhão, Yuca.

5

## INTRODUÇÃO

No texto “A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial”, Manoela Pedroza realizou estudo sobre o que ela mesma entende como “economia de abastecimento”, a produção, a distribuição e consumo de alimentos, processos econômicos voltados para o mercado interno. Estudo dessa natureza se desenvolveu a partir da constatação de que alguns contextos socioeconômicos não se explicavam através da “visão plantacionista”, isto é, “a tradição derivada dos estudos de Caio Prado que teria insistido em descrever a economia colonial apenas do ponto de vista da grande produção exportadora”<sup>4</sup>.

A “visão plantacionista” se impõe no panorama da pesquisa econômica entre os anos de 1940 e 1970, potencializada pela obra de Celso Furtado e Fernando Novais<sup>5</sup>. Para Pedroza, na década de 1970 pesquisadores dirigiram olhar mais cuidadoso para o tema das atividades de produção não articuladas ao mercado internacional, focando particularmente a agricultura ou lavoura de abastecimento. No grupo dos pesquisadores interessados por essa nova orientação de pesquisa, se destaca a contribuição de Maria Yeda Linhares, que escreveu entre outras obras, a “História da agricultura brasileira: combates e controvérsias”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> PEDROZA, Manoela. “A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial” In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil colonial 1720-1821**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>5</sup> PUNTONI, Pedro. **O pão da terra**. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de setembro 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1309200303.htm>. Acessado: agosto 2021.

<sup>6</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. “Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)”. Disponível: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg2-6.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf) acesso dezembro 2015, acessado abril 2022; LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronald. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011; LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: brasiliense.

Na década de 1990 a pesquisa de atividades econômicas fora do quadro da grande produção foi revigorada com trabalhos dos professores Manolo Florentino e João Luís Ribeiro Fragoso, que apresentam outra visão de funcionamento da economia colonial privilegiando a formação de um vigoroso mercado interno de acumulações endógenas<sup>7</sup>.

No Maranhão, a historiografia tem tratado a produção, distribuição e consumo de alimentos, vinculada a outras temáticas. Seguindo a tendência geral, a agricultura é o aspecto da produção mais visitado pelos pesquisadores, ou seja, a agricultura de sustento das famílias. A questão fundiária e da mão de obra, os movimentos sociais no campo também estão contemplados nas pesquisas realizadas. Porém, o recorte temporal tem privilegiado o presente, esquecendo o período entre os séculos XVI e XIX, não obstante, a pesquisa desenvolvida por Matias R. Assunção, voltada para o abastecimento da província do Maranhão, configurar-se uma exceção à regra<sup>8</sup>.

Contudo, questões como gêneros cultivados, condições e técnicas de cultivo, abastecimento do mercado, circulação de alimentos e formas de consumo receberam pouca atenção. No caso das sociedades em que se desenvolveu a economia da pecuária, por exemplo, domina ainda a pesquisa sobre os grandes rebanhos, de modo específico o bovino, gerando a necessidade de um olhar para a pequena criação de terreiro, isto é, a criação de porcos, bodes, carneiros e aves domésticas, como: galinhas, patos, perus, que contribuía na alimentação e no incremento do sustento das famílias que não se ligavam diretamente a economia exportadora. Nesse sentido, não causa admiração dizer que a caça e pesca, produtos em circulação no mercado interno e também elementos da dieta alimentar da população, desde o período da colonização, não mereceram atenção dos pesquisadores.

Através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Maranhão, voltamos o olhar para as questões sobre a produção, o consumo e a distribuição de alimentos no Leste e Sul do Maranhão, abrange o período entre os séculos XIX e XX. No atual estágio da pesquisa, é possível adiantar que, nessas regiões, no centro do processo de produção de alimentos se encontra a agricultura, a lavoura de alimentos. Supomos

---

<sup>7</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia tardia Rio de Janeiro, c.1790-c.18. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**: volume 1 (ca.1443-ca.1580). Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2014; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima **O Brasil colonial**: volume 2 (ca.1580 - ca.1720). Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2014.

<sup>8</sup> ASSUNÇÃO, Matthias R. “Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860”. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 8, n<sup>o</sup> 14. Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril, 2000, p.32-71; ASSUNÇÃO, Matthias R. “Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX”. **Revista de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão, v.3, n<sup>o</sup>1, 1999, p.29-66.

## LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

que a roça é a unidade de produção e que, além do trabalho da mão de obra familiar, várias outras formas de trabalho estão articuladas a essa unidade produtora<sup>9</sup>.

Mandioca, arroz, milho, feijão e cana de açúcar estão entre os gêneros mais cultivados, a mandioca e seus derivados aparecem como os mais consumidos<sup>10</sup>. Nesse sentido, voltamos o olhar para o Período colonial, para o cultivo, beneficiamento e consumo de mandioca, sua articulação com a criação de animais domésticos, com a caça, pesca e coleta de produtos naturais na constituição do sistema alimentar.

A fonte de pesquisa é a literatura de época, ou seja, literatura informativa ou literatura de viagem, elaborada por diferentes agentes sociais da colonização, a partir das experiências e reflexões pessoais, diante de novos territórios e diferentes culturas. Reflexões teórico-metodológicas em relação ao trabalho com literatura, partem do pressuposto de que as fontes utilizadas na construção do conhecimento histórico são socialmente construídas, o que permite ao pesquisador investigar como a obra foi elaborada, o lugar e objetivo do texto, a linguagem utilizada, o lugar social do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e sua obra<sup>11</sup>.

Entre os diferentes espaços do Brasil colônia, o Maranhão possui um conjunto de narrativas que impressiona pela quantidade e natureza dos relatos. Litorais, riachos e rios; montanhas, chapadas, brejos; flora e fauna; sociedades indígenas no seu cotidiano ou no cumprimento dos rituais simbólicos foram objeto de narrativas. Movidos por interesses diferentes, padres de diversas ordens religiosas, oficiais civis e militares a serviço das Coroas europeias, elaboraram narrativas sobre o Maranhão.

O macrocosmo dessas narrativas é extraordinário, razão pela qual construímos um conjunto amostral considerando os três séculos de colonização e os diferentes agentes

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Marcelo Almeida. “As roças brasileiras, do período colonial à atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica”. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, n° 48, jul./dez 2012, p.755-780; ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estado da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: atlas, 1986; Pedroza, 2014. Como fontes de dados, verificar diversos verbetes do “Dicionário de Cesar Marques”, especialmente os verbetes sobre os municípios (MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão**. São Luís: Tipografia do Frias, 1870), também, a documentação do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (censos demográficos, censos agropecuários, anuários estatísticos e Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - volume dedicado ao Maranhão).

<sup>10</sup> SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca: um tripe culinário no Brasil colonial**. São Paulo: SENAC, 2005; ALGRANTI, Leila M., MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira (orgs.). **História & Alimentação: Brasil séculos XVI – XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2020. Como fontes de dados, cf. nota anterior, MARQUES, 1870; documentação do IBGE.

<sup>11</sup> CHARTIER, Roger. “Literatura e História”. **Topoi**. n.1, Rio de Janeiro: 2000, p. 197-216; PESAVENTO, Sandra J. “O mundo como texto: leituras da história e da literatura”. **História da Educação**, ASPH/FaE/UFPel, Pelotas, n 14, set. 2003, p. 31-45.

colonizadores. A finalidade desse esforço teórico é verificar a presença dos recursos alimentícios, em particular da mandioca e seus derivados nos espaços narrados.

**QUADRO Nº 01:** Narrativas de viagem selecionadas

<b>Século XVII</b>	
<b>AUTOR</b>	<b>OBRA</b>
D'EVREUX, Yves	<b>Viagem ao norte do Brasil.</b> São Paulo: Siciliano, 2002
HERIARTE, Maurício.	Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas". In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. <b>História Geral do Brasil.</b> v. III e IV, São Paulo: Melhoramentos, 1975, p.170-190.
SILVEIRA, Simão Estácio da.	<b>Relação sumária das cousas do Maranhão.</b> São Luís: Edições AML, 2013.
<b>Século XVIII</b>	
<b>AUTOR</b>	<b>OBRA</b>
CALDAS, João Pereira.	"Roteiro do Maranhão e Goiás pela capitania do Piauí". <b>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</b> , Rio de Janeiro, 1900.
<b>Século XIX</b>	
<b>AUTOR</b>	<b>OBRA</b>
RIBEIRO, Francisco de Paula.	"Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter de seus habitantes colonos e estado atual dos seus estabelecimentos." <b>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1849.</b>
LAGO, Antônio Bernardino Pereira do	<b>Estatística Histórica e Geográfica da Província' do Maranhão.</b> São Paulo: Siciliano, 2001
MACHADO, Francisco Xavier.	"Memória Relativa as capitanias do Piauí e Maranhão". <b>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</b> , vol. 17, Rio de Janeiro, 1854.

O presente texto consta dos seguintes itens: a parte introdutória, procuramos situar a questão da pesquisa na perspectiva historiográfica e demonstrar ao leitor como o texto foi elaborado; o item "narrativas sobre a mandioca", apresentamos alguns aspectos dos relatos acima informado, com ênfase nas questões relativas à produção e consumo de mandioca e seus derivados e, por último, a conclusão.

# LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

## NARRATIVAS SOBRE A MANDIOCA

*Tem roças de mandioca, de que fazem farinha: a narrativa de Maurício de Heriarte*

Mauricio de Heriarte, foi ouvidor-geral, provedor-mor e auditor do Maranhão, aí residia em meados do século XVII, quando escreveu “Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas [1662-1667]”, impresso pela primeira vez em 1874, em Viena<sup>12</sup>. A narrativa parte do extenso litoral do Brasil, um mosaico de diferentes paisagens, ecossistemas que incluem comunidades vegetais e animais, ilhas, baías, estuários e dunas<sup>13</sup>.

Heriarte apresenta duas paisagens litorânea. Uma paisagem compreende as terras entre a ilha de São Luís do Maranhão e a capitania do Grão Pará, Corupá e Rio das Amazona, que ele assim descreveu:

As terras que [nela] se incluem são boas e férteis, abundantes de caça e tem grandes pastos para gado vacum, e belas águas. Seu clima é fresco. Segundo as qualidades das terras mostram que darão trigo se os plantarem. Tem grandes madeiras e umas formosas matas e muitas campinas para gados, suposto que estão despovoadas de índios... Da ilha de São Luís de Maranhão até a capitania do Grão Pará por costa do mar [...] há trinta e seis baías ou enseadas que fazem ao mar outras tantas bocas de rios, que dão fim a seu curso nele<sup>14</sup>.

O narrador não poupa elogios a terra e repete muitas vezes que é fértil e abundante de caça e pesca, “abundante de sustento”, gêneros alimentícios naturais. As águas, o clima, as matas, são indicados como propícios tanto para a criação de gado bovino como para a agricultura, as “terras mostram que darão trigo se os plantarem”. Em outro trecho da narrativa, observamos que os rebanhos introduzidos no Brasil pelos portugueses cresciam visivelmente, particularmente, o rebanho de gado vacum e suíno, informou o cronista. Notamos relativa facilidade em conseguir alimentos, pela abundancia “de caça e peixe, com que os moradores se sustentam.” Tem muita caça, “todo o gênero de caça”, capivaras, antas, porcos, veados, coelhos, tatus, caíditus, pacas, avestruzes, patos, marrecas, quantidades de galinhas, “todos bons para sustento da vida”.

<sup>12</sup> HERIARTE, Maurício de. “Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas [1662-1667]”. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p.170-190.

<sup>13</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

<sup>14</sup> Heriarte, 1975, p.175.

Ecossistema de muitas águas, além do alcance da vista, habitat de centenas de “peixes de diversas castas”. As populações humanas que aí habitam “sustentam-se com peixe e tartarugas de que há muita quantidade”. Há registro de pelo menos um grupo social pescando com arpões e anzóis feitos de ossos e também com pequenas redes<sup>15</sup>.

A carne da tartaruga é muito apreciada afirma o narrador, há criatórios para abate e consumo, currais dentro da água. Com a manteiga extraída da tartaruga preparam muitos alimentos tais como pães, pasteis, empadas e outras coisas semelhantes. Outra carne tão apreciada como a da tartaruga é a do peixe boi. Observamos que os diferentes grupos sociais consumiam carne de animais silvestres e peixes, o que possivelmente reservou os rebanhos vindos da Europa para abastecimento das áreas mais populosas e de intenso movimento produtivo, com o caso da região mineradora.

Assim como a caça e os animais domésticos, com as frutas se repete o mesmo, ficou registrado grande quantidade de “frutas agrestes e das que se plantão para o sustento humano”, isto é, frutas nativas e outras cultivadas, frutos exóticos, fora de sua área de distribuição original, introduzidos no ambiente pelos europeus, como laranja, limão e lima. A população consome frutos nativos sazonais, como o cacau e as castanhas próprias da região amazônica. Com os frutos, a população produz diversas iguarias, algumas tradicionais receitas dos povos indígenas, a exemplo do vinho de cacau, muito apreciado durante as festividades<sup>16</sup>.

Heriarte adota como metodologia a descrição social das províncias localizadas entre a ilha de São Luís do Maranhão e a capitania do Grão Pará, Corupá e Rio das Amazonas. Além das unidades territoriais, o cronista descreveu as ribeiras de destacados corpos d'água da região, a exemplo dos rios Amazonas, Trombetas, Madeira, Negro, Ouro e o Lago Negro. Províncias e ribeiras habitadas, “povoadas de gentios”. Belém e o principal povoado português dessa paisagem.

Em relação a produção agrícola, escreveu que até mesmo as sociedades apartadas dos portugueses, embrenhadas nas matas mais distantes,

Fazem as lavouras [pelas margens dos rios], quando está baixo e em quatro ou seis meses cresce tanta mandioca, como em outras partes de ano e meio. Em crescendo o rio, arrancam todas as roças e as enterram debaixo da terra donde se conservam todo o ano, e daí vão tirando e comendo, até que passam as crescentes, para tomarem a plantar<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Heriarte, 1975, p.187.

<sup>16</sup> Heriarte, 1975, p. 175.

<sup>17</sup> Heriarte, 1975, p. 183.

## LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

Presume-se que Heriarte se refere a povos indígenas sem contato com os portugueses. A agricultura era largamente praticada pelos índios, antes mesmo da chegada dos europeus e, depois, praticada também pelos portugueses. Heriarte denomina as plantações de roças e registra que os índios utilizavam como técnica de cultivo instrumentos rudimentares de madeira e pedra. Há registro do cultivo de mandioca, milho, cana de açúcar e arroz. Um tipo de arroz nativo brotava próximo a aguadas, como as margens dos rios Trombetas e Madeira onde colhem em quantidade suficiente para alimentar as pessoas<sup>18</sup>. A quantidade de informações sobre mandioca é maior que dos demais gêneros. Vale salientar que a raiz recebia beneficiamento, tornando-a própria para consumo na forma farinhas.

A segunda paisagem ou ecossistema descrito por Heriarte compreende as terras entre a ilha de São Luís do Maranhão e o rio Acaraú, no Ceará. O cronista, esforça-se para configurar a paisagem,

Do Peria até as serras do Camocim, a que chamam as serras de Ibiapaba, há cem léguas de caminho, pela costa do mar, de formosas praias [...] e nessas praias andam muitos bárbaros de corso, como são Cururis, e outros que baixam às comedias da pesca, e de uma fruta a que chamam Cajus, que pelo mês de outubro e novembro se colhe, de que fazem quantidade de vinho os Aruatis e outros. Em este distrito há quinze léguas de áreas, a que comumente os homens do mar chamam lenções<sup>19</sup>.

O litoral é pouco recortado, lindas e imensas praias cobertas de areias, comunidades vegetais e animais singulares. Praias habitadas por “bárbaros de corso”, isto é, povos indígenas em deslocamento. Heriarte descreve-os como “todos de corso que não têm casa, aldeias, nem roças, nem estão em um lugar”<sup>20</sup>, em outro trecho informa que se sustentam de caça, frutas agrestes e pesca.

A guerra contra os nativos é aberta, Heriarte os descrevem como seres abjetos, era necessário vigilância permanente, para evitar ataques traiçoeiros. O cronista não registra que o deslocamento dos povos é provocado pela guerra desencadeada pelos europeus. Na serra da Ibiapaba está uma concentração considerável, centenas de milhares, fugidos da guerra no Estado do Brasil<sup>21</sup>.

É necessário relativizar a informação de que os grupos vagueavam sem destino nem planejamento, alguns grupos conheciam e praticavam o cultivo da mandioca, “tem roças de

<sup>18</sup> Heriarte, 1975, p. 181.

<sup>19</sup> Heriarte, 1975, p. 173.

<sup>20</sup> Heriarte, 1975, p. 172.

<sup>21</sup> VIEIRA, Antonio. **Relação da missão da serra da Ibiapaba; História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e do Grão Pará** (Excertos). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 4 à 21, jan. a ago. 2022

mandioca, de que fazem farinha” e fabricam vinho da raiz, com o qual se embebedavam<sup>22</sup>. Até a fabricação do vinho, era necessário um período de fixação para o cultivo, colheita e processamento da mandioca. O que permite inferir que os povos dessa paisagem não viviam em deslocamento permanente e dominavam técnicas de cultivo de alimentos.

O vinho de mandioca não é a única bebida fabricada pelos povos indígenas desse território, Heriarte escreveu que nessas praias andam muitos bárbaros de corso, que se utilizam de uma furta a que chamam cajus, com que fazem quantidade de vinho. Considerando a informação, admite-se que havia avultada quantidade de cajueiros, com potencial produtivo capaz de complementar a alimentação e fabricação do vinho. Novamente, a informação de saberes indígenas envolvendo práticas e técnicas de cultivo e processamento dos produtos agrícolas, a exemplo da fabricação de bebidas.

Curioso, no relato de Heriarte, o canibalismo é apresentado como pratica alimentar frequente entre certos grupos indígenas, “a carne humana que comem é de seus parentes, que estando doentes, de forma que não possam andar, os matam e os sepultam em suas barrigas”<sup>23</sup>. Contrário a essa narrativa, nenhum outro relato faz referência ao canibalismo, pressupomos que não fosse tão usual como quer Heriarte, se é que realmente era praticado.

O narrador adota a mesma metodologia de descrição social dos rios, partindo da região continental que está em frente a ilha de São Luís, seguindo rumo ao rio Parnaíba, as ribeiras são todas “mui aprazíveis” e “mui abundante de mantimentos”, abundancia de caça e pesca, informa o cronista. Terras capazes de se fazerem grandes povoações se nelas entrarem os portugueses, diz o narrador. Os portugueses “entraram”, se instalaram e montaram estrutura produtiva de cultivo e beneficiamento de produtos como mandioca e cana de açúcar.

Do rio “Maracu desce de uns grandes lagos, aonde os moradores vem fazer pescaria de peixe boi e do xerobim”; nas ribeiras do Munim terra “mui alegre [...] melhores que as do Itapecuru”, tem uma fruta a que chamam andiroba da qual os moradores fazem azeite para se alumiarem. Mas as ribeiras do Itapecuru é talvez a mais populosa de todas, tanto de nativos como de europeus. A existência de engenhos de fabricar açúcar indica que os portugueses estão bem instalados e tem plantações de cana de açúcar<sup>24</sup>. Também localiza engenhos e, conseqüentemente, canaviais nas ribeiras do Mearim<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> Heriarte, 1975, p. 173-174.

<sup>23</sup> Heriarte, 1975, p. 174.

<sup>24</sup> Heriarte, 1975, p.

<sup>25</sup> Heriarte, 1975, p.172.

## LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

Percebe-se na “Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas” de M. Heriarte que o Maranhão é uma terra “abundante de mantimentos”, “mui abundante de tudo”, caça, pesca, frutos silvestres. No século XVII, os portugueses já praticavam a agricultura em terras que hoje correspondem ao Pará, Maranhão, Piauí e Ceará. A mandioca é largamente cultivada e transformada em diferentes gêneros alimentícios, diferentes tipos de farinhas e bebida.

*Um as raízes muito férteis, muito sadias e muito substanciais: narrativa de Simão Estácio da Silveira*

O português Simão Estácio da Silveira foi primeiro presidente da Câmara Municipal de São Luís. Sua obra “Relação sumária das cousas do Maranhão” foi publicada em Lisboa, no ano de 1624, com objetivo de atrair colonos portugueses para o Maranhão<sup>26</sup>. Sua narrativa transforma o Maranhão num jardim de delícias. Ele é, talvez, um dos primeiros escritores modernos a elaborar mapa mundi dos gêneros alimentícios, colocando a mandioca no circuito dos alimentos, “das quatro partes do mundo [Europa, Ásia, África e América], as três, não usam de trigo; toda essa grande Ásia vive pela maior parte com arroz, essa África, com arroz, e com milhos, e outras sementes, e essa América com maïs, (que é milho zaburro) e com mandioca”<sup>27</sup>.

Entre as diferentes plantas cultivadas na colônia no século XVII, a mandioca chama atenção de Silveira, em vários trechos destaca que a raiz é cultivada pelos povos indígenas, presume-se que também pelos europeus, afinal a colonização já completará mais de um século. Silveira comunica sua experiência com as raízes de mandioca.

Um as raízes muito férteis, muito sadias, e muito substanciais, das quais se fazem muitas sortes de farinhas, uma muito fina e tão branca, e mais que o trigo do Alentejo, a que chamam carimã, de que fazem bolos, que chamam beijus, e biscouto, que chamam caçave e filhós, e bolinhos, e sobretudo, um caldo, como de almidão (sic), mas muito melhor, que chamam mingau<sup>28</sup>.

O cronista aponta que as raízes de mandioca passam pelo processo de beneficiamento, isto é, transformação em outros produtos, mas silencia acerca de técnicas e formas de transformação. O beneficiamento da mandioca resulta em mais de um tipo de farinha, possibilitando saboreá-las na forma de várias iguarias.

<sup>26</sup>BORALHO, José Henrique de Paula. “Tradições historiográficas no Maranhão” Disponível: [www.outrostempos.uema.br](http://www.outrostempos.uema.br), acessado: abril 2022.

<sup>27</sup> Silveira, 2013, p. 70

<sup>28</sup> Silveira, 2013, p. 71.

No capítulo “Legumes e hortaliças”, Silveira registrou que cultivam “couves, coentro, cebola, pepino, arroz, macaxeira, amendoim, milho zaborro e outro branco, diversos feijões e favas, muitas batatas de cores diferentes por dentro e por fora, abóboras de diversas castas”. Acrescenta “melhor que as batatas, são as macaxeiras, também raízes mais compridas a modo da mandioca, que assadas e cozidas são muito boas e sadias”. Menciona ainda que a macaxeira é uma espécie de mandioca, o que é confirmado por uma pesquisadora que estuda a mandioca e seus derivados.

As espécies de mandioca podem ser divididas em dois grupos: o da mandioca-mansa, ou mandioca-doce, e o da mandioca-amarga, ou mandioca-brava. O critério dessa classificação é a quantidade de ácido cianídrico – uma substância venenosa – que cada variedade contém. A mandioca-doce, conhecida também como aipim ou macaxeira, é menos tóxica, não chegando a ser fatal se ingerida in natura<sup>29</sup>.

No Maranhão, “pelos bons climas da terra”, “em se plantando tudo dá”, além da mandioca, diferentes tipos de milho e feijão, variedades de batatas e abóboras, registrou Silveira. Por essa época, século XVII, é enorme o rol de plantas adaptadas, introduzidas pelos europeus no Maranhão, a exemplo da cana de açúcar e da couve flor<sup>30</sup>. Em geral, muito de hortaliças e temperos ou condimentos da cozinha brasileiras tem como origem regiões da África, Ásia e Europa, foram introduzidas na época da colonização.

Silveira dedicou parte do seu relato ao abastecimento de carne. Afirma que já criavam gado vacum, caprino e suíno; criavam galinhas caseiras, patos, perus e pombas mansas, as duas últimas espécies de aves introduzidas no Maranhão pelos franceses. O rebanho de porco é o maior, “já há lavradores que tem cem cabeças e são muitos grandes e de boníssima carne, qual é toda a deste gênero no Brasil (...) e para este gado tem a terra grande disposição, pelos muitos e contínuos frutais que nela há”.

O autor da “Relação” chama atenção para a quantidade de porcos bravos, é a carne mais consumida pela população. Os nativos costumam captura-los vivos e trocar com os europeus por objetos como facas. Não há problema no abastecimento de carne, pois consomem veados, antas, pacas, cotias, tatus, jabutis e variedade de pássaros d’água, galinhas, marrecas, patos.

A caça é comum, “basta um índio caçador, que haja numa casa de grande família, tem um açougue contínuo para si e para os vizinhos”, as famílias europeias recém fixadas no Maranhão possuíam índios aos seus serviços, incluindo caçar para abastecer a casa de carnes. O autor registra maravilhado a perícia e técnica dos caçadores de aves aquáticas.

<sup>29</sup> Pedroza, 2014, p. 390.

<sup>30</sup> MAY, André, [et al]. A cultura da couve-flor. Campinas: Instituto Agrônomo, 2007.  
Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 4 à 21, jan. a ago. 2022

## LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

Vem das águas outra quantidade de carne para consumo, surubins, camurupins, corvinas, agulhas, robalos, pargos, cações, dourados, peixe boi. A carne do peixe boi é comparada a carne de vitela, “cozido com couves parece boa vitela”, gorda e saborosa, escreveu Silveira. Comem de tudo que os rios e mar oferece, peixes de aparência aterradora como moreia, enguia, arraia, polvo, caranguejo, mexilhão, ostra, camarão, moluscos e crustáceos, mariscos em geral. Os cágados de água doce são apreciados pelo sabor da carne e dos ovos. Silveira informa que é enorme a quantidade dessa espécie junto aos corpos d’água do Maranhão, tanto que chama a atenção para a quantidade de ovos, comparável a uma mina, fácil e saboroso alimento.

Notamos grande quantidade de frutas nativas e também adaptadas. A narrativa de Silveira reconhece que o Maranhão é naturalmente um jardim, pela variedade e abundância da flora. Entre os frutos nativos, bacuris, cajus, mangabas, ananás, os portugueses aumentaram mais esse tesouro natural com acréscimo de laranja, limão, limas. O ananás é considerado “o rei das frutas”, parece medrar em toda parte do Brasil. O padre Miguel de Carvalho, escreveu na “Descrição do sertão do Piauí” que, viajando pelo sul do Piauí, encontrou na fauna e flora víveres suficientes para alimentar mais de quarenta pessoas durante vinte e um dias, o ananás foi o mais delicioso dos regalos<sup>31</sup>.

Ficou o registro de que havia no Maranhão variedades de bebidas, especificamente preparadas para consumo humano: vinho de palma, vinho de mel, vinho do caju, vinho do milho zaburro, licor. Silveira escreveu, vinho “muito doce, e alegre e aqueta”, aqueta o frio da saudade das terras e gentes do outro lado do Atlântico? Há vinhos que curam mais que os “males do coração”, curam males do corpo, possuem ação terapêutica, causam os efeitos benéficos de um medicamento, curando resfriados, opilados, asmáticos e boubáticos.

*O Maranhão é um paiol de mantimentos: a narrativa de Yves D’Evreux*

O norte do Brasil então se apresentava, até mesmo aos doutos da Universidade de Paris, como um país entregue a todos os horrores da vida selvagem: os cosmógrafos franceses, quando dela tratavam, exageravam a rusticidade desse país (Ferdinand Denis).

É possível que a obra “Viagem ao norte do Brasil” do padre Yves D’Evreux tenha contribuído para modificar a visão dos europeus, em particular dos franceses, sobre o

---

<sup>31</sup> CARVALHO, padre Miguel de. **Descrição do sertão do Piauí**. Teresina: Gráfica Mendes, 1993, p. 33. Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 4 à 21, jan. a ago. 2022

Maranhão. D'Evreux, padre, cientista e escritor francês, esteve no Maranhão por um período da primeira metade do século XVII, quando os franceses ocuparam a ilha do Maranhão e fundaram a França Equinocial. Na leitura da narrativa do padre, pelo menos em relação a alimentação, a visão é de encantamento, o Maranhão é um celeiro de mantimentos<sup>32</sup>. Na vasta e diversificada vegetação está a fartura, na quantidade de frutos nativos comestíveis, o religioso destacou a grande quantidade de cajueiros espalhados por todo o litoral do Maranhão<sup>33</sup>. Para além dos frutos, a flora oferece outras delícias, as árvores estão carregadas de cortiços de mel de abelha “excelente, liquido e tão claro como água potável”<sup>34</sup>.

A flora é povoada de animais para abate e consumo.

No meio destas florestas há muitos veados, capivaras, cabras, vacas bravas e javalis, e em poucas horas matareis tantas quantas precisardes, e para que não me acusem de hiperbólico, invoco o testemunho dos que viajaram pelo Mearim e hoje se acham em França: se lerem isto, dirão que são estas informações que me deram, e que os selvagens, remadores das suas canoas, lhes trazem tanta caça, que dela não sabiam o que fazer[sic]<sup>35</sup>.

Fartura de carne de diferente textura e sabor, resulta da captura de animais silvestres, dispensando o abate e consumo diário do gado transportado da Europa, carga viva de gastos elevados para manter os animais na travessia do Atlântico. No ato da caçada dos animais silvestres o caçador utilizava cães domésticos afirma o padre, confirmando o que outros narradores já haviam observado como técnica de caça. Ao longo do texto, várias registros associam comer carne de caça com farinha de mandioca<sup>36</sup>.

D'Evreux se refere indiretamente ao cultivo da mandioca através dos muitos registros sobre farinha. Escreveu que os povos indígenas usam apenas machados de pedras para “cultivar a terra, semear, plantar raízes e por única recompensa de seus trabalhos comem farinha de raízes passadas por um ralador, feito de pedrinhas agudas, engastadas numa tabua de largura de meio pé”<sup>37</sup>. O trecho é uma clara alusão a tecnologia de beneficiamento da mandioca, saber e prática dos povos indígenas.

Inferimos da leitura de “Viagem ao norte do Brasil” que, pela grande quantidade do produto, o milho disputa com a mandioca a preferência dos diferentes grupos populacionais do Maranhão. É a única narrativa que passa a impressão de um produto concorrente da mandioca.

<sup>32</sup>D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil**. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 174

<sup>33</sup> D'Evreux, 2002, p. 195-198.

<sup>34</sup> D'Evreux, 2002, p. 75.

<sup>35</sup> D'Evreux, 2002, p. 75.

<sup>36</sup> D'Evreux, 2002, pp. 87, 124, 125, 151, 174, 207-211.

<sup>37</sup> D'Evreux, 2004, p. 99.

## LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

O padre escreveu “há milho em grande abundância, de que se pode fazer pão, como nós o fazíamos, e o achamos muito agradável ao gosto, embora gostássemos mais da farinha do país, especialmente quando fresca, porque não é pesada ao estômago”<sup>38</sup>.

Apesar da fartura de víveres, D’Evreux coloca que não era fácil conseguir comida. Novamente a indicação de que europeus exploravam o trabalho dos nativos no sentido de conseguir alimentos. Supomos que não seria fácil para os europeus, povos invasores, agressivos e ameaçadores para com os povos nativos. Os ecossistemas diferentes dos ecossistemas europeus infundiam temor, estavam vulneráveis.

Era necessário ganhar a simpatia dos nativos para desenvolver o comércio de gêneros alimentícios<sup>39</sup>. Os povos indígenas colocavam no mercado vários produtos: carne de caça, peixe, milho, mandioca, farinha, frutas, às vezes, até animais silvestres vivos. Presume-se uma economia de troca, onde os produtos de um grupo são colocados com um valor superior ao do outro, segundo processos de fabricação e necessidades de consumo.

As três narrativas apresentadas, datam do século XVII, foram marcadas pelo encantamento, pela viva admiração em face aos tipos e formas da fauna e flora, admiração diante de usos e costumes dos povos indígenas. A partir do século XVIII, as narrativas perderam o caráter do encantamento, cederam espaço para relatórios que descrevem riquezas capazes de movimentar mercados, se empenha em subsidiar ações dos governos metropolitanos em suas colônias. Destacamos em seguida três documentos desse período.

### *Relato de João Pereira Caldas*

João Pereira Caldas foi militar e administrador colonial português, governou o Pará e o Piauí. O seu relato “Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí”, se inclui nesse formato de descrição de riquezas e proposições para melhor desenvolvimento da produção de riquezas para a Coroa portuguesa. Ele viajou do Maranhão para Goiás, através do Piauí, navegou o Itapecuru da sua foz até o sertão de “Pastos Bons” e aí passou para o Piauí. Boa parte do relatório trata da capitania vizinha.

O sertão de “Pastos Bons” é descrito como uma freguesia fertilíssima, “produz todos os gêneros do país”, entretanto, a produção não chega ao mercado pela falta de estradas para

---

<sup>38</sup> D’Evreux, 2004, p. 235.

<sup>39</sup> D’Evreux, 2004, p. 239-241.

escoamento, nesse sentido, a produção agrícola é apenas para a subsistência. A mandioca aparece no relato entre os demais gêneros necessários a manutenção da vida.

A freguesia também se destaca como área de criação de gado bovino. Notamos intenso comércio da freguesia com as capitanias circunvizinhas, particularmente, Piauí e Bahia.

No ano de 1770 abriu João Paulo Diniz, negociante da vila de São João da Barra da Parnaíba um novo caminho [entre Pastos Bons e Paranaíba] para extração dos referidos gados, levantando oficinas nas margens do dito rio Parnaíba oitenta léguas acima da sua foz, onde os reduz a carnes secas, que carrega em barcas pelo mesmo rio, até a dita vila, para daí serem reexportadas a Bahia, Rio de Janeiro e Pará<sup>40</sup>.

O trecho refere-se ao empreendimento que envolve o sertão de “Pastos Bons” e a vila de Parnaíba, no Piauí, desenvolvido centro da indústria de carne, no norte da colônia. Mas o comércio do gado também se realiza com “Bahia de todos os Santos”, o comércio do boi vivo, levado do Maranhão para a Bahia.

#### *Relato de Francisco de Paula Ribeiro*

Francisco de Paula Ribeiro, militar português, no Maranhão, no início do século XIX, prestou vários serviços ao governo da metrópole<sup>41</sup>. Na execução de uma dessas atividades escreveu “Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter de seus habitantes colonos e estado atual dos seus estabelecimentos”, documentos que examinamos para elaboração desse texto. Na “Descrição do território dos Pastos Bons”, a mandioca aparece sempre na forma de farinha de pão, como era conhecida na época da colonização.

Com muitas e pequenas plantações mistas umas às outras, e d’estas é que aqueles mais vizinhos moradores colhem alguma farinha de pão, canas de açúcar, cebolas, alhos e mais hortaliças, de que o terreno é tão próprio que pode plantar até para exportar em quantidade, especialmente os repolhos em salga, as cebolas e os alhos, muito mais viçosas e reproducentes do que os melhores de Portugal<sup>42</sup>.

<sup>40</sup> CALDAS, João Pereira. “Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1900, p. 60-161.

<sup>41</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec G. “O sertão do Maranhão nas memórias de Francisco de Paula Ribeiro”. Anais eletrônico do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia Disponível: [https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1474633277\\_ARQUIVO\\_OSertaodoMaranhãonasmemóriasdeFranciscodePaulaRibeiro.pdf](https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1474633277_ARQUIVO_OSertaodoMaranhãonasmemóriasdeFranciscodePaulaRibeiro.pdf) Acessado: abril 2020.

<sup>42</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. “Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1872, p. 47.

## LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

Importante constatação fez Paula Ribeiro, ao afirmar que a lavoura de exportação prejudicava a lavoura de alimentos. De olho nos lucros, preocupados em produzir para o mercado externo, a população produzia alimentos apenas para abastecer o plantel de trabalhadores escravizados e livres de uma “fazenda”. Entre outros fatores, o relator creditado a falta de víveres no Maranhão, ao pouco interesse dos grandes produtores em cultivar alimentos.

Em vários trechos do escrito de Paula Ribeiro se visualiza a dificuldade no consumo de carne direto ao consumidor, a qual é substituída pela caça.

Relativo a espécie animal, devem entender-se que todo o território é abundantíssimo de diferentes caças, principais recursos lícitos dos seus habitantes pobres; porque se eles não fossem, muito menos fora a população do distrito, uma vez que as carnes verdes ou secas lhes não são facilitadas por miúdo como nos açougues e mercados públicos; providencia esta que em nenhum dos seus locais se encontra estabelecida, e cuja falta muito sensível deverá ser quanto antes remedida, na inteligência de que é mais fácil ao miserável comprar nos talhos públicos um arrátel de carne por um vintém (preço pelo qual até agora lá corria), do que uma res em pé nas fazendas dos particulares por quatro ou cinco mil réis<sup>43</sup>.

A caça e pesca cumpre uma função social inestimável, alimentar a população, especialmente os grupos sociais “pobres”. Da mesma forma, os frutos nativos também ocupam espaço importante na dieta alimentar.

É abundante de muitas frutas silvestres substanciais, outro recurso da sua pobreza, das quais as mais delicadas são as mangabas e as guabirobas, dignas as primeiras até da mesa de um príncipe; tem também outras muito de cultivo, sendo entre estas a laranja, tão abundante e doce que perde pela abundancia, o preço<sup>44</sup>.

Apesar do caráter officioso a “Descrição do território dos Pastos Bons nos sertões do Maranhão” lança luz sobre vários aspectos das atividades produtivas de parte do Maranhão e, também, do sistema de alimenta da época.

### *Relato de Antônio Bernardino Pereira do Lago*

Antônio Bernardino Pereira do Lago, militar do Real Corpo de Engenheiros, viveu no Maranhão na primeira metade do século XIX, escreveu vários relatos sobre atividades que

<sup>43</sup> Ribeiro, 1872, p. 50-51.

<sup>44</sup> Ribeiro, 1872, p. 53.

desenvolveu para a Coroa portuguesa, entre os quais destacamos “Estatística Histórica e Geográfica da Província do Maranhão”<sup>45</sup>. A mandioca torna-se visível através dos registros sobre farinha. Nesse texto, o arroz surge no topo da lista de gêneros alimentícios, à frente da mandioca, feijão e milho, é o mais comercializado de todos. Lago registrou que havia dois tipos de arroz: o vermelho, que os cronistas do século XVII afirmavam nascer espontaneamente, e o branco, introduzido no Maranhão no século XVIII.

Considerando que a obra de Lago contempla particularmente cultivos de valor comercial, assim é necessário relativizar a informação sobre o primeiro lugar do arroz entre os produtos alimentícios, posição possivelmente provisória. Ressaltar também que, embora a mandioca tenha espaço na pauta de exportação, a função primeira dessa lavoura é abastecer o mercado interno, como ficou registrado dos textos examinados.

É enorme o rol de frutos citados por Lago, com descrição do tamanho, cor, textura, sabor, o autor faz comparações e aponta formas de come-los, alguns ingeridos com açúcar e farinha de mandioca, a exemplo da juçara e bacaba<sup>46</sup>. Um item é dedicado aos animais silvestres e aos peixes, não resta dúvida que em 1822, a caça e pesca contribuía para a dieta alimentar da população do Maranhão.

## CONCLUSÃO

O estudo do universo amostral de narrativas revelou-se multifacetado, se diferenciam em relação período em que foram elaborados, a finalidade das narrativas e o lugar social dos narradores. As narrativas referentes ao século XVII, embora tenham como objetivo informar, esclarecer aspectos da realidade, transmitem a sensação de admiração com o que vê, ouve e percebe, causando emoções no leitor. São descrições cheias de vivacidade, foco nos significados das ações coletivas e individuais dos povos indígenas; detalhes curiosos sobre usos e costumes; produtos alimentícios, frutos nativos ou exóticos, introduzidos e adaptados pelos europeus; aspectos da cozinha dos nativos.

Os relatos desse período, não obstante as relações tensas entre europeus e povos indígenas, apontam o Maranhão como local ideal para viver, natureza repleta de víveres e terra fértil para o cultivo. A mandioca surge como principal gênero alimentício cultivado e a farinha

---

<sup>45</sup> LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. **Estatística Histórica e Geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

<sup>46</sup> Lago, 1822, p. 51.

## LAVOURA DE ALIMENTOS NO MARANHÃO: CULTIVO, BENEFICIAMENTO E CONSUMO DE MANDIOCA NO PERÍODO COLONIAL

como o centro do sistema alimentar. Era ingerida quase todos os alimentos, a exemplo de carnes e frutas.

A partir do século XVIII as narrativas foram substituídas por descrições objetivas, meramente informativas, o olhar do narrador é exclusivamente para questões econômicas, potencialidades da terra ou para maximização da produção, segundo as demandas do mercado externo. Nesse conjunto de narrativas do século XVIII e XIX, o Maranhão é apontado como espaço repleto de possibilidades de uma produção de sucesso, em decorrência da abundância de águas, a fertilidade das terras, condições de infraestrutura para produção e circulação das riquezas.

Quanto ao cultivo da mandioca, observamos que era atividade de povos indígenas e de europeus. Planta nativa da América, era cultivada pelos nativos antes da chegada dos europeus e foi adotada por portugueses e franceses. Do processamento das raízes resultava diferentes tipos de farinhas, base de alimentação de todos os grupos populacionais que se estabeleceram no Maranhão.

# PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

Viviane Pedrazani<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Patrimônio Cultural no Brasil tem trajetórias que envolvem sujeitos, leis e instituições. O presente artigo aponta para esse percurso, sobretudo a partir da década de 1930, quando o Estado brasileiro chama para si a responsabilidade na preservação. Além de realçar acontecimentos dos anos de 1930, como a criação do SPHAN e o Decreto-lei 25/38, a pesquisa apresenta as duas fases pelo qual se delineou as políticas de preservação no país: a fase heróica (do fim dos anos 30, até o início dos 1970); e a fase moderna (do começo dos anos de 1970 até o início de 80). Destacamos ainda a importância da Constituição Federal de 1988, quando se ampliou o conceito de patrimônio e o rol de instrumentos de preservação. O artigo traz uma bibliografia pertinente ao tema, assim como leis que traduzem as trajetórias do ideário de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

**Palavras chave:** patrimônio cultural; sujeitos; leis; instituições

## CULTURAL HERITAGE IN BRAZIL: TRAJECTORY OF SUBJECTS, LAWS AND INSTITUTIONS

**ABSTRACT:** Cultural Heritage in Brazil has trajectories that involve subjects, laws and institutions. This article points to this path, especially from the 1930s onwards, when the Brazilian State took responsibility for preservation. In addition to highlighting events from the 1930s, such as the creation of SPHAN and Decree-law 25/38, the research presents the two phases through which preservation policies were outlined in the country: the heroic phase (from the late 1930s, until the early 1970s); and the modern phase (from the early 1970s to the early 80s). We also highlight the importance of the Federal Constitution of 1988, when the concept of heritage and the role of preservation instruments were expanded. The article brings a bibliography relevant to the theme, as well as laws that translate the trajectories of the ideals of preservation of Brazilian cultural heritage.

**Keywords:** cultural heritage; subjects; laws; institutions

## PATRIMONIO CULTURAL EN BRASIL: TRAYECTORIA DE TEMAS, LEYES E INSTITUCIONES

**RESUMEN:** El Patrimonio Cultural en Brasil tiene trayectorias que involucran sujetos, leyes e instituciones. Este artículo apunta a ese camino, especialmente a partir de la década de 1930, cuando el Estado brasileño asumió la responsabilidad de la preservación. Además de destacar hechos de la década de 1930, como la creación del SPHAN y el Decreto-ley 25/38, la investigación presenta las dos fases a través de las cuales se delinearon las políticas de preservación en el país: la fase heroica (desde fines de la década de 1930, hasta la principios de la década de 1970); y la fase moderna (desde principios de los 70 hasta principios de los 80). También destacamos la importancia de la Constitución Federal de 1988, cuando se amplió el concepto de patrimonio y el papel de los instrumentos de preservación. El artículo

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); e-mail: viviane@cchl.uespi.br

trae bibliografía relevante al tema, así como leyes que traducen las trayectorias de los ideales de preservación del patrimonio cultural brasileño.

**Palabras clave:** patrimonio cultural; asignaturas; leyes; instituciones

Etimologicamente, a palavra “patrimônio” vem do latim *patrimonium* e significa, segundo o mais tradicional dicionário da língua *portuguesa* do Brasil, “herança paterna, bens de família”<sup>2</sup>. Para Françoise Choay<sup>3</sup>, patrimônio é uma bela e antiga palavra que, estava na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Este conceito, entretanto, não está associado somente à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família, mas também à noção do sagrado, pois foram os atos religiosos que levaram primeiramente os homens a tornarem certos objetos de culto significativos.

Françoise Choay<sup>4</sup> coloca que a palavra patrimônio foi requalificada nos últimos séculos, sobretudo ao longo do século XX por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito nômade. Ela segue hoje uma trajetória: designa um bem destinado ao uso fruído de uma comunidade “constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos”<sup>5</sup>. Em uma sociedade mutante, constantemente transformada pela mobilidade, a noção de patrimônio nos remete a uma instituição e a uma mentalidade.

Nessa trajetória, o apreço por certos objetos ganhou ao longo do tempo importância, a ponto de haver necessidade de se criar conceitos, códigos e normas que os regessem. A institucionalização do patrimônio recebeu seus primeiros contornos com a formação dos Estados- nacionais a partir da Revolução Francesa, muito embora na época do Renascimento, a noção de atribuir valor histórico e artístico a objetos do passado e de preservá-los, já fosse uma prática dos antiquários.

Foi na conturbada França do século XVIII, época de profundas mudanças políticas e sociais, que as noções de patrimônio e de preservação deixaram os redutos dos antiquários e colecionadores para se tornarem uma questão pública. Em 1789, revolucionários derrubam o poder da Igreja e da aristocracia e instauram um novo Estado na França. A destituição desses

<sup>2</sup> FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Curitiba: Editora Positivo, 2018.

<sup>3</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

<sup>4</sup> CHOAY, 2001.

<sup>5</sup> CHOAY, 2001, p.11

## PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

segmentos sociais representava a perda da proteção de muitos bens, até então de posse dessa elite que compunham juntamente com os antiquários os principais guardiões de bens de valor histórico e artístico. Para os revolucionários, preservar bens identificados ao clero e a nobreza significava, em certa medida, a manutenção simbólica de um poder naquele momento repudiado. A destruição compulsiva desses bens era vista com ressalvas pelos eruditos e se chocava com os propósitos dos ideais iluministas de acumulação e difusão do saber.

Para reverter o quadro de vandalismo que assolava toda França, o governo revolucionário iniciou o processo de regulamentação da proteção dos bens confiscados daqueles grupos sociais, pregando que o interesse pela preservação era, sobretudo, pedagógico, para fins de instrução pública. Assim, é com o fim do *Ancient Régime* que se formam as ciências e os profissionais especializados a guardar, proteger e justificar uma política pública de defesa do patrimônio histórico nacional<sup>6</sup>.

Consolidava-se, pois, a noção de patrimônio, visto como conjunto de bens de valor cultural de propriedade de toda a nação. A preservação do patrimônio cumpria, segundo Maria Cecília Londres Fonseca<sup>7</sup> inúmeras funções, tais como: o reforço da cidadania, uma vez que os bens são propriedade de todos os cidadãos; objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação; reforçar a coesão nacional; fonte (documento) da prova material das versões oficiais da história da nação, legitimando sua origem, ocupação do território e o poder que a comanda; instrução dos cidadãos (função pedagógica). Ressalta ainda Fonseca que a noção de patrimônio se inseriu “no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-Nações modernos.”<sup>8</sup>

Durante a Revolução Francesa, o valor nacional dos bens se sobrepunha a seu valor histórico, econômico e artístico. O interesse pela preservação do patrimônio nacional era, portanto, revestido de um interesse político e uma justificativa ideológica. A partir desse momento, bens remanescentes do passado, da memória da nação, são simbolicamente utilizados como suportes para a construção de uma identidade coletiva, nacional.

Valendo-se dos bens culturais que concebem o patrimônio e que estão associados ao passado e a história da nação, o próprio Estado-Nacional preocupa-se com a seleção dos objetos e coleções que a representam. Os bens selecionados têm como característica a capacidade de evocar o/um passado, presente e futuro; a possibilidade de garantir a

<sup>6</sup> CHOAY, 2001

<sup>7</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

<sup>8</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. P. 59

continuidade da nação no tempo e de estar ligado à arte da memória, conforme demonstra José Reginaldo Santos Gonçalves em *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*.<sup>9</sup>

Foi, sobretudo na França, que o sentido do patrimônio se consolidou, pois representava naquele momento político conturbado durante e pós-Revolução Francesa um sentimento novo, de elo comum, de uma riqueza moral de toda a nação. Para Françoise Choay<sup>10</sup>, a legislação francesa referente ao patrimônio que se formou a partir deste momento, se constituiu durante muito tempo numa referência, primeiro na Europa, depois no resto do mundo, pela clareza e racionalidade de seus procedimentos.

O Brasil, como parte das sociedades ocidentais modernas, mesmo que de uma forma tardia, também se preocupou em preservar seu patrimônio como parte do projeto de construção de uma memória e uma identidade nacional. A formulação de uma política nesse sentido deu-se na década de 1930, e também foi concebida pela idéia de fortalecimento da nação.

Até a Constituição de 16 de julho de 1934<sup>11</sup>, o Estado brasileiro não havia chamado para si a responsabilidade na área cultural. Mesmo já possuindo grandes museus nacionais, como o Museu Nacional e o Museu Histórico Nacional e os Institutos Histórico - Geográficos, ainda faltavam meios, como lembra Fonseca, “para proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis”<sup>12</sup>. Mas houve, na década anterior à Constituição de 1934, uma série de manifestações públicas revelando o eminente interesse de alguns grupos na institucionalização do patrimônio<sup>13</sup>. Todavia, para as autoridades brasileiras, até então, essa era uma discussão irrelevante, e mesmo após a Independência, nem no período do Império, nem da República Velha, se manifestaram perante a lenta e gradual destruição de bens remanescentes da colonização portuguesa. O pouco daquilo que se era preservado acontecia nos redutos particulares, entre colecionadores ou intelectuais, considerados guardiões isolados de nosso patrimônio.

---

<sup>9</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

<sup>10</sup> CHOAY, 2001.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Data do acesso: 03 de março de 2022.

<sup>12</sup> FONSECA, 1997, p. 85

<sup>13</sup> Identificamos a partir do século XVIII esporádicas tentativas de preservação do patrimônio brasileiro. No século XVIII, o nobre português Conde de Galveias, foi pioneiro ao manifestar sua preocupação com a destruição de monumentos holandeses em Pernambuco. Dizia Galveias ser imprescindível manter a integridade de tais obras, pois eram livros que falavam sem precisarem ser lidos. Mas o manifesto de Galveias foi um ato isolado. Bem como o ato de Araújo Porto Alegre, pintor, arquiteto, professor e Diretor da Academia Imperial de Belas Artes, que em 1841 haveria apresentado a primeira importante discussão no Brasil sobre a autenticidade de nossas obras de arte tradicional, condenando os atentados cometidos contra esses bens.

## PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

A mobilização de diversos setores, sobretudo na década de 1920<sup>14</sup> para a proteção do patrimônio brasileiro ficou mais bem explicitada no texto constitucional de 1934, que traz em seu Artigo 148: “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios [...], proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país [...]”<sup>16</sup>. A Constituição Federal de 1934 foi o passo decisivo na proteção dos bens culturais no Brasil; a partir dela todas demais constituições brasileiras incluíram em seus textos o tema, até finalmente a atual Constituição vigente no país ter sacramentado o assunto.

---

<sup>14</sup> Essa mobilização atravessou toda a década de 20. Em 1920, Alberto Childe, do Museu Nacional, elabora um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico, em especial dos bens arqueológicos. Três anos mais tarde, no dia 3 de dezembro de 1923, chega a Câmara dos Deputados um projeto de lei apresentado pelo Deputado Luís Cedro, para a criação de uma Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que do ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional. Em 16 de outubro do ano seguinte, a Câmara dos Deputados recebe outro projeto de lei que visa proibir a saída do país de “obras de arte tradicional brasileira” apresentado pelo Deputado Augusto Lima. Na esteira desses primeiros projetos seguiram-se progressivamente outros que foram abarcando as idéias pioneiras. Inclusive os próprios estados começam a se preocupar com seu patrimônio, como é o caso da apresentação em 10 de julho de 1925 do esboço de anteprojeto de lei federal de proteção do patrimônio a pedido do governador de Minas Gerais Mello Vianna. Jair Lins, jurista, foi o relator da comissão nomeada pelo governador de Minas para propor medidas de defesa dos monumentos históricos do estado. Para Carlos Lemos, houve nesse projeto um olhar mais amplo quanto à eleição dos bens a serem preservados, como os “móveis e imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação possa interessar a coletividade, devido a motivo de ordem histórica, ou artística, serão catalogados, total ou parcialmente, na forma desta lei e, sobre eles, a União ou os Estados passarão a ter direito de preferência”. No Nordeste, Bahia e Pernambuco também se preocupam com a questão. Em 06 de dezembro de 1927 é criada na Bahia a “Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais”. No ano seguinte, em 24 de agosto, é criada a mesma inspeção em Pernambuco. Em 1930, o Deputado historiador José Wanderley de Araújo Pinho, autor de obras sobre usos e costumes do Império, apresenta em 29 de agosto na Câmara dos Deputados o projeto de Lei para a criação da “Inspeção de defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional”.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 4 ed. São Paulo. Brasiliense, 1985.

<sup>15</sup> Essa mobilização atravessou toda a década de 20. Em 1920, Alberto Childe, do Museu Nacional, elabora um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico, em especial dos bens arqueológicos. Três anos mais tarde, no dia 3 de dezembro de 1923, chega a Câmara dos Deputados um projeto de lei apresentado pelo Deputado Luís Cedro, para a criação de uma Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que do ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional. Em 16 de outubro do ano seguinte, a Câmara dos Deputados recebe outro projeto de lei que visa proibir a saída do país de “obras de arte tradicional brasileira” apresentado pelo Deputado Augusto Lima. Na esteira desses primeiros projetos seguiram-se progressivamente outros que foram abarcando as idéias pioneiras. Inclusive os próprios estados começam a se preocupar com seu patrimônio, como é o caso da apresentação em 10 de julho de 1925 do esboço de anteprojeto de lei federal de proteção do patrimônio a pedido do governador de Minas Gerais Mello Vianna. Jair Lins, jurista, foi o relator da comissão nomeada pelo governador de Minas para propor medidas de defesa dos monumentos históricos do estado. Para Carlos Lemos, houve nesse projeto um olhar mais amplo quanto à eleição dos bens a serem preservados, como os “móveis e imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação possa interessar a coletividade, devido a motivo de ordem histórica, ou artística, serão catalogados, total ou parcialmente, na forma desta lei e, sobre eles, a União ou os Estados passarão a ter direito de preferência”. No Nordeste, Bahia e Pernambuco também se preocupam com a questão. Em 06 de dezembro de 1927 é criada na Bahia a “Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais”. No ano seguinte, em 24 de agosto, é criada a mesma inspeção em Pernambuco. Em 1930, o Deputado historiador José Wanderley de Araújo Pinho, autor de obras sobre usos e costumes do Império, apresenta em 29 de agosto na Câmara dos Deputados o projeto de Lei para a criação da “Inspeção de defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional”.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 4 ed. São Paulo. Brasiliense, 1985.

<sup>16</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Data do acesso: 03 de março de 2022.

Dois anos após a Constituição de 34 entrar em vigor, em 1936, inicia-se os trabalhos para a criação de uma instituição específica para proteger o patrimônio histórico e artístico nacional. Entre os idealizadores estariam os intelectuais modernistas, dentre os quais Mário de Andrade. A criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1936, foi o gesto mais significativo do Estado brasileiro para a preservação do nosso patrimônio cultural. Ele foi reflexo de dois momentos importantes pelos quais passava a nação brasileira naquele período: o primeiro, relacionado com o movimento modernista e o segundo, com a situação política do país na década de 1930.

Com efeito, os reformistas que assumiram o Brasil a partir da década de 30, a exemplo do que já haviam feito os governantes de outras nações, implementaram políticas variadas para definir e afirmar a identidade da nação brasileira, dentre as quais destacam-se as políticas culturais. Era reconhecida a necessidade de se consolidar tais políticas, especialmente aquelas voltadas para a preservação do passado. Isso significava organizaros “autênticos” valores nacionais, simbolizados, notadamente, pelo patrimônio histórico e artístico. E foram os intelectuais modernistas que desempenharam um importante papel na criação da instituição para a finalidade de selecionar e preservar a memória nacional. Nesse sentido Lia Motta diz: “o Patrimônio teve sua criação ligada aos desdobramentos do Movimento Modernista, que foi um momento de grande reflexão, revisão de conceitos de cultura e tomada de posição frente aos problemas culturais do país”.<sup>17</sup>

Para Fonseca os intelectuais modernistas:

[...] elaboraram a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa idéia na forma de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adota do pelo Estado, através do SPHAN. Pois foram esses intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país.<sup>18</sup>

Em 1936, Mário de Andrade<sup>19</sup>, a pedido de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, é convidado a preparar um anteprojeto para a criação de uma instituição nacional de proteção ao patrimônio brasileiro. No dia 24 de março desse mesmo ano o escritor Mário de Andrade conclui o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que começa a funcionar em caráter experimental no dia 19 de

<sup>17</sup> MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 22. p.108-122, 1987.

<sup>18</sup> FONSECA, 1997, p. 86.

<sup>19</sup> Sobre a participação de Mário de Andrade nesse contexto, ver: ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho**. Brasília: MEC-SPHAN/FNPM, 1981.

## PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

abril de 1936 com a autorização do Presidente da República, tendo a frente da instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 13 de janeiro do ano seguinte é promulgada a Lei nº 378<sup>20</sup>, que dá nova organização ao Ministério da Educação e da Saúde Pública e oficializa o SPHAN e o seu Conselho Consultivo. A partir de então, a instituição passou a integrar oficialmente a estrutura do Ministério dirigido por Capanema. Esse engajamento revela que o Estado brasileiro definitivamente se mobiliza a partir da década de 1930 como protetor do patrimônio histórico e artístico nacional. Para Rodrigo Melo Franco de Andrade, o principal objetivo do Estado ao criar o SPHAN foi “[...] poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio”<sup>21</sup>.

Assim, com respaldo legal, o SPHAN se organiza técnica e administrativamente, contribuindo para isso inúmeros intelectuais e eruditos de diversas áreas. E mesmo idealizado sob uma conjuntura de persuasão ideológica, sobretudo no período do Estado Novo, o SPHAN gozou de surpreendente liberdade de atuação, conseguindo desenvolver seu trabalho de forma autônoma dentro do Ministério da Educação e Saúde Pública, fato de muita particularidade haja vista o controle exercido sobre os demais órgãos e instituições pelo Estado autoritário<sup>22</sup>.

Em seu artigo *SPHAN: Refrigério da Cultura Oficial*, Sérgio Miceli sintetiza bem o que representou a criação da instituição naquele contexto histórico:

Os conteúdos substantivos dessa política têm muito haver com a conjuntura de sua criação. Nesse sentido, o SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma “identidade nacional” iluminista no trópico independente.<sup>23</sup>

Conforme revela Miceli logo acima, a criação do SPHAN teve muito haver com a conjuntura do Brasil naquele momento e, apesar dos entraves sofridos pela proposta original<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> Disponível em: [http://portal.liphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.liphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf). Data do acesso: 24 de fevereiro de 2022.

<sup>21</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p.48.

<sup>22</sup> É certo que os técnicos e arquitetos do SPHAN conseguiram se afastar do aparato legal do Estado Novo, mas em contrapartida, também acabaram se afastando da própria sociedade civil, se tomando desta forma “antidemocráticos”, uma vez que se construía uma política fechada e antipluralista de preservação do patrimônio do país e que se manteria mesmo após a queda do Estado-Novo.

<sup>23</sup> MICELI, Sérgio. *Spahan: refrigério da cultura oficial*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 22. p. 44-47, 1987, p.44.

<sup>24</sup> Na proposta original de Mário de Andrade em dar princípio a um serviço federal de patrimônio, ele se preocupou em abarcar diversos elementos da cultura brasileira, passíveis de serem preservados pela instituição. *Humana Res*, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 22 à 38, jan. a ago. 2022

de Mário de Andrade, foi bastante firme a posição do Estado na direção de desenvolver políticas culturais como parte da construção de uma identidade e memória nacional. Para viabilizar a proteção legal do patrimônio, Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>25</sup>, o grande nome à frente do SPHAN e personalidade com larga experiência jurídica, toma uma postura tática e cautelosa e se empenha na elaboração de um projeto que equacionasse a questão, isolando de algum modo às propostas mais audaciosas do anteprojeto de Mário de Andrade. O projeto de Rodrigo M. F. Andrade entrou na pauta de discussão no Congresso Nacional, mas no dia 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas deflagra o golpe de Estado, dissolvendo o Congresso, interrompendo a tramitação do projeto de lei sobre proteção do patrimônio. Diante do acontecido, os atores envolvidos na consolidação da política cultural voltada à preservação do patrimônio, preocuparam-se com que Getúlio, já ditador, assinasse o decreto-lei correspondente ao projeto parado na Câmara. O que de fato se concretizaria em 30 de novembro de 1937 com a aprovação do Decreto-Lei nº 25<sup>26</sup>, mais adequado à contingência do momento histórico do país, e que se tornaria a principal lei norteadora de preservação no Brasil, como ainda o é até hoje.

A promulgação do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937<sup>27</sup> organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, instituindo o tombamento<sup>28</sup> com o objetivo de normatizar a ação do SPHAN. Desde então, o tombamento se incorporou ao cenário jurídico brasileiro sendo o instrumento básico de proteção dos bens culturais do país.

---

Segundo Carlos Lemos, “nota-se que, na verdade, Mário já naquela época estava tentando resguardar a totalidade dos bens culturais de nosso Patrimônio Cultural [...]”. Na realidade, o que Mário propunha era uma política de preservação. Apesar do SPHAN ter sido criado dentro do aspecto conceitual e organizacional proposto no anteprojeto por Mário de Andrade, havia questões extremamente delicadas ligadas aos meios legais para a atuação da instituição e que fossem reconhecidos como legítimos, a principal delas era quanto à questão da propriedade. Assunto complexo, motivo inclusive de reprovação de muitos projetos de proteção ao patrimônio brasileiro no Congresso Nacional antes de 1937. E a política de preservação proposta por Mário não tinha os instrumentos legais necessários para efetivar uma intervenção na propriedade.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 4 ed. São Paulo. Brasiliense, 1985, p.40.

<sup>25</sup> Sobre a importância de Rodrigo Melo Franco de Andrade nesse processo, ver: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Mec-FNPM, 1986.

<sup>26</sup> Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf). Data do acesso: 01 de março de 2022.

<sup>27</sup> Para Sônia Rabello de “embora tenha forma legal de decreto-lei, o Decreto-lei 25/37 foi examinado e aprovado, em primeira votação, pelo Congresso Nacional. No entanto, antes de ser novamente apreciado, aquela casa parlamentar foi fechada. Não obstante este fato, o Presidente da República editou a norma sob a forma de decreto-lei”.

CASTRO, Sônia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. p. 02

<sup>28</sup> Segundo Carlos Frederico Marés, “o tombamento é o ato administrativo da autoridade competente que declara ou reconhece valor histórico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, por isso, passam a ser preservados. O tombamento se realiza pelo ato administrativo de inscrição ou registro em um dos livros do Tombo criados pela legislação federal, estadual ou municipal”.

MARÉS, Carlos Frederico. A proteção jurídica dos bens culturais. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**, São Paulo, n.02, p.19-35, jan./mar. 1993, p.23-24.

Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 22 à 38, jan. a ago. 2022

## PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

Ao instituir o tombamento no Decreto-Lei 25/37 se equacionava juridicamente a questão do direito individual à propriedade<sup>15</sup> concomitante à preservação do bem cultural. Essa situação já era prenunciada, como revela Castro, na Constituição de 1937, que vinha na esteira da Constituição de 1934, onde estava previsto o condicionamento do direito de propriedade à sua função social.<sup>29</sup>

Para a adequação do ponto de vista legal da referida questão, tornou-se necessário à limitação da incidência normativa do conceito de patrimônio no Decreto 25/37, neste considerava-se que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”<sup>30</sup>

O Decreto-Lei 25/37 foi um grande avanço na política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, vindo a ser o mais conhecido instrumento legal pátrio de preservação. Segundo Sônia Rabello de Castro,

O Decreto-Lei 25/37 previu a causa que determinará a proteção do bem, o órgão do Executivo que terá competência para escolher e julgar o valor de determinado bem, alguns aspectos do processo administrativo e os efeitos que irão operar a partir da determinação da tutela especial do Estado, efeitos estes que criam obrigações tanto para o titular de domínio do bem, quanto para os cidadãos em geral.<sup>31</sup>

Além de ser o suporte legal utilizado pelo órgão competente da administração pública federal para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, o Decreto-Lei 25/37 é também a norma norteadora para os estados-membros e municípios na promoção e proteção de seus bens culturais em seus respectivos territórios. Para Castro, “por possuírem estados-membros e municípios diplomas legislativos similares ao Decreto-Lei 25/37, poder-se-ia aplicar-lhes as considerações a análises relativas aos princípios e à natureza jurídica do instituto.”<sup>32</sup>

Com a promulgação da Constituição de 05 de outubro de 1988<sup>33</sup>, o Decreto-Lei

<sup>29</sup> CASTRO, 1991, p.17

<sup>30</sup> Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf). Data do acesso: 01 de março de 2022.

<sup>31</sup> CASTRO, Sônia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. P.35

<sup>32</sup> CASTRO, 1991, p.02

<sup>33</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Data do acesso: 14 de março de 2022.

25/37 passou a ser interpretado em conformidade com a nova legislação. O do artigo 1º do Decreto-Lei 25/37 prevê que “[...] os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos, separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o artigo 4º desta lei [...]”, já o artigo 216 da Carta de 1988 não considera o tombamento como o único instrumento legal de acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro; a desapropriação, o inventário, a vigilância e o registro são outras formas legais colocadas à disposição do poder público para a proteção de bens culturais.

A política de preservação do patrimônio cultural brasileiro desde a década de 1930, com a criação do SPHAN e a promulgação do Decreto-lei 25/37 até a Constituição de 1988, foi cingida de muitas discussões acerca dos limites físicos e conceituais, das regras e das leis relativas à preservação. Na trajetória da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, distinguem-se dois momentos: o primeiro referente aos tempos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor-fundador do SPHAN entre 1937 e 1967; e o segundo relativo a Aloísio Magalhães, diretor-fundador do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e diretor da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) de 1980 até sua morte em 1982.

O nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade está intrinsecamente ligado à experiência de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Além de organizar e dirigir o SPHAN por cerca de 30 anos, ele idealizou e desenvolveu todo um estilo de prática preservacionista enquanto esteve à frente da administração da instituição (1936–1967). Desde os primeiros tempos da criação do SPHAN, Rodrigo teve a preocupação de evidenciar que a valorização da história de uma nação, mesmo uma jovem nação como o Brasil, justificava o empreendimento oficial de proteção e preservação. Na contundente expressão de Rodrigo Melo de Franco Andrade, o patrimônio histórico e artístico é o “documento de identidade da nação brasileira” e continua, ele “autêntica e afirma a existência do Brasil”.<sup>34</sup>

A orientação da instituição comandada por Rodrigo era primordialmente voltada para a descoberta dos monumentos arquitetônicos. Ele próprio justificava os bens arquitetônicos como núcleo primacial de nosso patrimônio, e no que se refere à preservação, mais facilmente praticável a investigação a seu respeito<sup>35</sup>. Nesse aspecto, observa Mariza Velozo Motta

<sup>34</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. P. 56

<sup>35</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

## PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

Santos<sup>36</sup>: “é interessante observar que somente a condição de monumento garantia a preservação e tal condição só podia ser adquirida mediante inscrição em alguns dos livros, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 25”.

Essa prática específica – também no que se refere aos seus aspectos teórico-metodológicos - de seleção e preservação do patrimônio representativo da nação brasileira, e que se tornou credora de reconhecimento nacional, voltava às luzes, sobretudo para os bens em suas formas materiais, excepcionalmente para o monumental, o que acabava limitando os tombamentos aos bens de “pedra e cal”.

Para José Reginaldo Gonçalves<sup>37</sup>, na narrativa de Rodrigo Melo Franco de Andrade se visualizava o patrimônio histórico e artístico nacional através dos monumentos, a política do SPHAN por mais de 30 anos estava enfatizada fortemente na proteção, preservação e na restauração de monumentos arquitetônicos de natureza histórica e religiosa. Eles eram concebidos por Rodrigo como os emblemas da “tradição” e da “civilização” no Brasil. Sua função seria a de ensinar à população valores tais como unidade e permanência da nação.

A predominância de inscrições no Livro de Belas Artes em detrimento dos demais Livros de Tombos mostra o caráter esteticista da constituição do patrimônio brasileiro. Para muitos, a despeito de inegável a obra de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a política que orientou a preservação do patrimônio cultural brasileiro por mais de 30 anos, e não só no período que Rodrigo esteve à frente da instituição, como ainda, depois de sua saída, por seus seguidores na administração do SPHAN, deixara de atender os interesses reais da população, sobressaindo o interesse elitista, a que se refere Miceli<sup>38</sup>, privilegiando a preservação dos suportes físicos de uma história dos grandes feitos das classes abastadas, cristalizando quase totalmente a ação oficial em torno do patrimônio edificado. Porém, se considerado os objetivos mais imediatos do SPHAN na época de sua criação e do momento político e ideológico que passava o Brasil, a instituição comandada por longa data por Rodrigo cumpriu seu papel, não só prestou enorme serviço à preservação de monumentos nacionais, como também na contribuição da conquista de uma identidade e memória brasileira.

Essa forma de conduta da administração da instituição responsável pela política de preservação do patrimônio brasileiro, tida como uma política tradicional, pois privilegia o

<sup>36</sup> SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce à academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.º 22, p.77-95, 1996. P.82

<sup>37</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

<sup>38</sup> MICELI, Sérgio. Sphan: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.º 22, p. 44-47, 1987.

patrimônio chamado de “pedra e cal”, perdurara até o fim da década de 1960 e início da década de 1970. Em 24 de junho de 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade deixa a direção do agora DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para aposentar-se e, é substituído pelo arquiteto Renato Soeiro, funcionário do órgão desde 1938, que dá prolongamento ao ideal de trabalho de Rodrigo. A administração de Soeiro não foi marcada por nenhuma alteração substancial em termos da política oficial de patrimônio, essa se perpetrou espelho da administração de Rodrigo.

A escola criada por Rodrigo Melo Franco de Andrade produziu raízes muito profundas no estilo de preservação no Brasil, a ponto de, até hoje, mesmo com a evolução e extensão conceitual da idéia de patrimônio, haver grande apelo e uma maior preocupação com os bens arquitetônicos do que com os demais bens culturais, tanto daqueles representativos do universo nacional brasileiro, quanto daqueles de interesse puramente local.

A partir da década de 1970, mudanças significativas começam a ser empreendidas no tocante as políticas culturais, principalmente as políticas de preservação do patrimônio. O fenecimento da fase da preservação heróica, com a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade do comando da instituição federal de proteção ao patrimônio e a entrada de Aloísio Magalhães<sup>39</sup>, representou a passagem de um estilo elitista de preservação para um outro mais democrático, plural e flexível, voltado para a grande heterogeneidade da cultura brasileira.

A ocasião histórica e política vivida por Aloísio Magalhães também difere daquele contexto da década de 1930 em que se situava Rodrigo Melo de Franco Andrade. Quando Aloísio assumiu o cargo de Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 27 de março de 1979, o Brasil vivia a abertura política – após anos de repressão - de um regime autoritário vigente no país desde o golpe militar de 1964.

Desde os anos sessenta, o órgão de proteção do patrimônio brasileiro, começava a perder visibilidade social. O estilo de preservação adotado desde os tempos de Rodrigo não havia acompanhado, ainda na década de 1950, as transformações ocasionadas com a industrialização e a difusão dos valores de desenvolvimento e da modernidade. Para os administradores do Brasil se fazia imprescindível compatibilizar a ação do órgão de proteção do patrimônio aos imperativos do desenvolvimento econômico, idealizados como interesse da nação naquele momento, e também adequar o país aos novos paradigmas internacionais definidos pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural

---

<sup>39</sup> Sobre Aloísio Magalhães, ver: MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

## PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

Organization) para a proteção de bens culturais.

Para adequar o então IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) aos novos tempos, foram realizados no começo dos anos de 1970 dois encontros de governadores. O primeiro em Brasília, denominado “Compromisso de Brasília” que “reconhecia inadiável a necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” e que “aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica do IPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional”, recomendando a criação de órgãos estaduais e municipais adequados à proteção, sempre em consonância com a instituição federal, procurando uniformidade na legislação<sup>40</sup>. E o segundo, em 1971, na cidade de Salvador, denominado “Compromisso de Salvador”, que ratificava o “Compromisso de Brasília” acrescentando recomendações no sentido de que se desenvolvesse a indústria do turismo. Ambos encontros visavam o estudo da bcomplementação das medidas cabíveis à defesa do patrimônio brasileiro e, também, a oficialização de um movimento que tinha por meta à descentralização. Em 1973, essa idéia é traduzida na criação do “Programa das Cidades Históricas” (PCH), tendo como escopo rentabilizar a preservação e a restauração dos bens patrimoniais, tanto em termos econômicos quanto sociais.

Essas transformações suscitadas em encontros e discussões já eram reflexos das reivindicações dos governos estaduais e municipais, dos habitantes de centros históricos tombados, de alguns setores da sociedade civil e dos debates internacionais concernente as políticas de preservação em diversos países do mundo, e visavam, sobretudo se adaptar a abertura conceitual da acepção do que é um patrimônio, bem como articular o IPHAN com os órgãos regionais na ação protetora dos bens culturais num equilíbrio entre o nacional e o local.

Nos novos debates acerca do patrimônio, a concepção de um patrimônio histórico e artístico perdia espaço para uma nova perspectiva de patrimônio que abarca a diversidade cultural das sociedades, idéia que está relacionada com a retomada da própria definição antropológica de cultura. Para Sérgio Miceli<sup>41</sup>, o conceito de patrimônio foi se antropologizando e passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social. A despeito da larga discussão teórica conduzida em âmbito internacional, somente em 1982 a UNESCO, na “Conferência Mundial sobre Políticas Culturais”, realizada no México, se manifesta a propósito de sua concepção sobre cultura, que passa desde então a ser referência.

<sup>40</sup> MEC. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, 1980, p. 139-142.

<sup>41</sup> MICELI, 1987.

Para o Órgão, cultura versa o

[...] conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social [...] engloba, além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças.<sup>42</sup>

No Brasil essa discussão ganhou feitiço na administração de Aloísio Magalhães que, embora não fosse antropólogo, orientou a política cultural “por alguns valores presentes, de forma distinta, em teorias que informam a moderna antropologia”.<sup>43</sup> O novo formato de preservação oficial do patrimônio propostas por Aloísio Magalhães nas décadas de 1970 e 80, ampliava o complexo de bens culturais<sup>31</sup> a serem protegidos, democratizando e valorizando as raízes culturais brasileiras.

A “fase moderna” do preservacionismo federal no Brasil lançada por Aloísio Magalhães, propôs um reposicionamento ideológico-administrativo da preservação nos anos 70 e 80. Nesse percurso destacam-se a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, e a Fundação Nacional pró-memória (FNPM), em 1979. As duas instituições comandadas por Aloísio representaram um passo significativo na ampliação da noção de patrimônio cultural, como também trouxeram ao cenário das políticas culturais setores até então marginalizados, tais como negros, indígenas e sujeitos sociais do universo rural e urbano periférico.

Dentre as inúmeras inovações trazidas por Aloísio Magalhães em seu discurso, diz Gonçalves (1996), aparecem categorias como “povo”, “segmentos sociais”, “comunidade” e outras que são usadas para objetivar a sociedade brasileira enquanto entidade plural. Continua ainda Gonçalves:

A nação é visualizada não de modo monometalista, mas como uma pluralidade de grupos sociais, segmentos, comunidades e suas respectivas culturas, compondo um quadro marcado pela heterogeneidade. Seu discurso ecoa uma visão antropológica ou etnográfica da cultura, incluindo como patrimônio diversas espécies de objetos e práticas que integram o cotidiano de diferentes segmentos sociais. Mesmo os monumentos e relíquias, classificados como bens patrimoniais”, são igualmente considerados como parte da vida cotidiana da população.<sup>44</sup>

Os frutos dos discursos de Aloísio Magalhães, somados as discussões que já vinham

<sup>42</sup> Sobre a Conferência Mundial realizada em 1982, ver: [www.portal.unesco.org.br](http://www.portal.unesco.org.br). Data do acesso: 08 de março de 2022.

<sup>43</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996. P.52

<sup>44</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996. P.87

## PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

sendo apontadas pelos organismos internacionais, influenciaram na composição do texto constitucional de 1988. E, por conseguinte, com a promulgação da Constituição em 05 de outubro de 1988, nosso ordenamento jurídico embutiu-se da vanguarda dos novos conceitos de patrimônio cultural<sup>45</sup>. Com isso, ampliou-se o leque de bens passíveis de proteção, inclusive a proteção sobre os bens imateriais, de natureza intangível. José Afonso da Silva anota que, com tal redação, “[...] sai-se também do limite estreito da terminologia tradicional, para utilizarem-se técnicas mais adequadas, ao falar-se em patrimônio cultural, em vez de patrimônio histórico, artístico e paisagístico, pois há outros valores culturais que não se subsumem nessa terminologia antiga.”<sup>46</sup>

Em seu artigo 216 a Constituição de 1988 traz que:

Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.<sup>47</sup>

Com a promulgação da Carta Política de 05 de outubro de 1988, o patrimônio cultural brasileiro passou a ter o mais extenso significado de sua história, além da anunciada previsão de encargo quanto à promoção e proteção deste patrimônio, bem como o rol de instrumentos a serem empregados nesta tarefa.

Carlos Frederico Marés discorre amplamente a propósito das novas perspectivas acarretadas pela Constituição:

A novidade mais importante trazida em 1988, sem dúvida, foi alterar o conceito de bens integrantes do patrimônio cultural passando a considerar que são aqueles „portadores de referência à identidade, à

<sup>45</sup> No cenário internacional conforme a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

<sup>46</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 1990. P.709

<sup>47</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Data do acesso: 14 de março de 2022.

ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” [...] o que a Constituição atual deseja proteger não é o monumento, a grandiosidade de aparência, mas o íntimo valor da representatividade, o profundo da identidade nacional, a essência da nacionalidade, a razão de ser da cidadania. A inclusão de todos estes conceitos na nova Constituição brasileira não é apenas um avanço jurídico, no sentido de inovar na matéria constitucional, mas traz efetivas alterações nos conceitos jurídicos de proteção: 1. Consolida o termo “patrimônio cultural” que já era usado internacionalmente e estava consagrado na literatura brasileira, mesmo oficial, mas não na lei; 2. Cria formas novas de proteção, como o inventário, registro, vigilância e 3. Possibilita a inovação, pelo Poder Público, de outras formas, além do tradicional tombamento e da desapropriação [...].<sup>48</sup>

O conceito contemporâneo de patrimônio cultural, contido na Constituição federal de 1988, incluindo o patrimônio imaterial foi recentemente regulamentado pelo Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 que “institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências”.<sup>49</sup>

Com esse decreto, se define um novo instituto jurídico denominado *registro*, na realidade já prevista como forma de acautelamento na Constituição de 1988. Salientado agora especificamente, o “Registro consiste na inscrição de bens culturais de natureza imaterial em um, ou mais de um, dos seguintes Livros de Registro”:

I – Livro de Registro dos Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

II - Livro de Registro das Festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento.

III – Livro de Registro das Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas.

IV - Livro dos Lugares (Espaços), destinado à inscrição de espaços comunitários, como mercados, feiras praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas<sup>50</sup>

Com a regulamentação do Decreto 3551/2000, se resgata uma dívida histórica da política de preservação brasileira referente aos bens culturais como: saberes, celebrações, expressões, os quais irão procurar resguardar os cantos, lendas, hábitos, festas rituais e outras

<sup>48</sup> MARÉS, Carlos Frederico. A proteção jurídica dos bens culturais. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**, São Paulo, n.02, p.19-35, jan./mar. 1993. P.23

<sup>49</sup>Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551\\_de\\_04\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf). Data do acesso: 09 de março de 2022.

<sup>50</sup>Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551\\_de\\_04\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf). Data do acesso: 09 de março de 2022.

## PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS, LEIS E INSTITUIÇÕES

práticas populares. Assim, com esse Decreto, passam tais bens e valores culturais serem acautelados pelo Estado, de modo inclusivo passíveis de serem tombados.

A Carta Política de 1988 inscreveu em seu texto nova roupagem conceitual, já pleiteada por Mário de Andrade na década de 1930 e por Aloísio Magalhães nos anos 70, bem como definiu os bens que integram o patrimônio cultural, promovendo a democratização cultural ao assegurar que setores das diversas comunidades, dos movimentos sociais, enfim dos diferentes grupos formadores da sociedade possam efetivamente participar da construção de suas origens, suas memórias e identidade.

# UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

Arkley Marques Bandeira<sup>1</sup>

Virginia Marques da Silva Neta<sup>2</sup>

Leonardo Silva Soares<sup>3</sup>

**RESUMO:** O ofício de ceramista é uma das atividades mais antigas entre os povos do mundo. Dominar a manipulação da argila envolveu durante milênios elementos técnicos, sociais e culturais, que estão presentes nas histórias e memórias das sociedades. Este artigo sintetiza o conhecimento até então produzido pelo projeto *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*. O objetivo central da pesquisa que ainda encontra-se em pleno desenvolvimento é o de aproximar a sociedade em geral, sobretudo, o público estudantil, de um ofício tradicional e de um modo de vida específico e diferenciado em relação ao seu universo social e cultural. Neste contexto, um dos traços culturais mais marcantes e que caracteriza a identidade dos habitantes de Itamatatiua é o ofício tradicional da cerâmica e o seu papel, enquanto mediador das relações sociais, culturais e econômicas da comunidade. A metodologia aplicada busca abordar a produção ceramista artesanal pelo viés cultural, histórico e tecnológico. A partir desta abordagem, estão sendo desenvolvidos temas geradores para se obter informações sobre a comunidade e o seu processo produtivo, enfocando a produção artesanal, o papel da cerâmica nas relações sociais e culturais, a temporalidade do ofício, o domínio das técnicas e do modo de fazer e como as ceramistas gostariam que os seus produtos alcancem o grande público. Como resultado, espera-se construir conhecimento sobre um dos principais suportes de memória e história ainda presentes no Maranhão, que é a cerâmica de Itamatatiua, desdobrando em uma ampla extroversão deste elemento como um bem cultural a ser preservado.

Palavras-chave: Cerâmica; Produção Artesanal; Quilombo; Itamatatiua; Maranhão.

## AN ANCESTRAL KNOWLEDGE: ARTISANAL CERAMIST PRODUCTION IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA

**ABSTRACT:** The craft of potter is one of the oldest activities among the peoples of the world. Mastering the manipulation of clay has involved technical, social and cultural elements for millennia, which are present in the histories and memories of societies. This article summarizes the knowledge produced by the project *An ancestral knowledge: documentation and extroversión of artisanal ceramic production in the quilombola community of Itamatatiua, Alcântara - MA*. The main objective of the research, which is still in full development, is to bring society in general, especially the

---

<sup>1</sup> Doutor em Arqueologia (MAE-USP), Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Universidade Federal do Maranhão (Campus São Luís – Dom Delgado). E-mail: arkleybandeira@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Mestra em Arqueologia e Bacharel em Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre pela Universidade Federal do Piauí, Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: virginiarqueo@gmail.com

<sup>3</sup> Pós Doutor em Planejamento Ambiental e Geoecologia da Paisagem (UFCE), Docente do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: leonardoufma85@gmail.com

student public, closer to a traditional craft and a specific and differentiated way of life in relation to its social and cultural universe. In this context, one of the most striking cultural traits that characterizes the identity of the inhabitants of Itamatatiua is the traditional craft of ceramics and its role as a mediator of the community's social, cultural and economic relations. The applied methodology seeks to approach artisanal ceramic production from a cultural, historical and technological point of view. From this approach, generating themes are being developed to obtain information about the community and its production process, focusing on artisanal production, the role of ceramics in social and cultural relations, the temporality of the craft, the mastery of techniques and the to do and how potters would like their products to reach the general public. As a result, it is expected to build knowledge about one of the main supports of memory and history still present in Maranhão, which is the ceramics of Itamatatiua, unfolding in a wide extroversion of this element as a cultural asset to be preserved.

Keywords: Ceramics; Craft Production; Quilombo; Itamatatiua; Maranhao.

#### UN SABER ANCESTRAL: LA PRODUCCIÓN CERÁMICA ARTESANAL EN LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA

**RESUMEN:** El oficio de alfarero es una de las actividades más antiguas entre los pueblos del mundo. Dominar la manipulación del barro ha involucrado elementos técnicos, sociales y culturales durante milenios, que están presentes en las historias y memorias de las sociedades. Este artículo resume el conocimiento producido por el proyecto Un saber ancestral: documentación y extroversión de la producción artesanal de cerámica en la comunidad quilombola de Itamatatiua, Alcântara - MA. El principal objetivo de la investigación, que aún se encuentra en pleno desarrollo, es acercarse a la sociedad en general, en especial al público estudiantil, a un oficio tradicional y a un modo de vida específico y diferenciado en relación con su universo social y cultural. En este contexto, uno de los rasgos culturales más llamativos que caracteriza la identidad de los habitantes de Itamatatiua es la artesanía tradicional de la cerámica y su papel como mediador de las relaciones sociales, culturales y económicas de la comunidad. La metodología aplicada busca abordar la producción cerámica artesanal desde un punto de vista cultural, histórico y tecnológico. A partir de este enfoque se están desarrollando temas generadores para obtener información sobre la comunidad y su proceso productivo, centrándose en la producción artesanal, el papel de la cerámica en las relaciones sociales y culturales, la temporalidad del oficio, el dominio de las técnicas y el hacer y cómo les gustaría a los alfareros que sus productos lleguen al público en general. Como resultado, se espera construir conocimiento sobre uno de los principales soportes de la memoria y de la historia aún presente en Maranhão, que es la cerámica de Itamatatiua, desarrollándose en una amplia extroversión de este elemento como bien cultural a ser preservado.

Palabras llave: Cerámica; Producción artesanal; quilombo; Itamatatiua; Maranhão.

#### Introdução

A manufatura cerâmica e o ofício ceramista estão entre as atividades mais antigas da humanidade. Dominar a técnica de fabricação de artefatos, a partir da manipulação da argila envolve elementos técnicos e simbólicos, portanto, sociais e

Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

culturais, que estão presentes nas histórias e memórias das sociedades ao longo dos milênios.

A palavra cerâmica é oriunda do grego “*keramikós*”, que significa argila queimada, sendo empregada, atualmente para designar o produto gerado pela manipulação e queima da argila, sem importar o tipo de tecnologia empregada, seja ela roletada, modelada ou moldada.

A manipulação das matérias-primas utilizadas na fabricação das peças de barro, principalmente a argila, a água e outros minerais, vegetais e biominerais aditivos envolve saberes ancestrais passados de geração em geração, que permitem conhecer comportamentos sociais relacionados ao meio ambiente e aos recursos naturais disponíveis para a transformação e utilização pelas pessoas.

Descobertas empíricas após longos momentos de experimentação ajudam a perceber permanências e rupturas nas técnicas e tecnologias empregadas pelos grupos ceramistas ao longo dos séculos, bem como as habilidades coletivas e individuais que envolvem uma mescla de elementos que são utilizados na montagem dos artefatos.

A distribuição e o consumo dos produtos daí resultantes permitem conhecer as redes de trocas e os laços sociais, baseados em economias regionais. O emprego cotidiano e cerimonial da cerâmica permitem reconhecer esferas do comportamento simbólico e social, além da utilização, reutilização, abandono e descarte dos produtos.

Por se tratar de um dos produtos mais tangíveis e perenes das sociedades humanas, aliada a uma presença quase universal entre os povos, a cerâmica e o ofício de ceramista têm se transformado em objetos de investigação valiosos para as ciências humanas, especialmente para a arqueologia (ARNOLD, 1985).

A invenção da cerâmica tem frequentemente sido interpretada como um importante passo para a emergência de complexidade entre as sociedades (HOOPES, 1994). A manufatura dos objetos de barro apresenta sensíveis singularidades que caracterizam o sistema tecnológico dos grupos humanos. Além disso, atua como um excelente indicador das condições estruturais, permitindo ascender a distintas instâncias da totalidade social e o modo de vida dos povos estudados.

A argila, principal matéria-prima para fabricação da cerâmica, começou a ser mais amplamente manipulada por caçadores-coletores complexos e não sedentários no final do Pleistoceno e início do Holoceno, entre 13 e 10 mil anos atrás, em áreas com

abundância de recursos, especialmente em zonas ribeirinhas e costeiras tropicais e subtropicais, como parte de um processo mais geral de intensificação social e de recursos (RICE, 1999).

As condições tecnológicas da cerâmica informam sobre as particularidades de obtenção, manipulação, tratamento e utilização das matérias-primas, que englobam as relações dos povos com seu objeto de trabalho, mediante o processo produtivo, ao passo que o estudo das formas permite conhecer os elementos de caráter funcional, como os modos e meios de produção e sua correlação com padrões estéticos (SALAS, 2005).

No Maranhão, o ofício ceramista é um dos mais antigos do Brasil e esteve associado em seus primórdios a povos pré-coloniais que habitaram a Ilha de São Luís, principalmente nas bacias dos rios Bacanga e Anil e nas áreas das praias. Estes povos viviam da pesca e da coleta de frutos do mar.

A este respeito, Bandeira (2013) descobriu sítios arqueológicos denominados sambaquis<sup>4</sup>, com artefatos cerâmicos datados de até 6.600 anos atrás, que demonstram, inequivocamente que a manufatura cerâmica no Maranhão é um saber ancestral.

A partir deste período esta tecnologia se disseminou entre outros povos e no momento da chegada dos primeiros colonizadores europeus, entre os séculos XVI e XVII, a cerâmica estava presente em quase todos grupos indígenas conhecidos arqueologicamente e etnograficamente. Neste contexto, os objetos cerâmicos eram utilizados para preparar, estocar e servir alimentos, a exemplo de panelas, alguidares, vasos fundos e rasos. Também foram descobertos adornos decorativos, instrumentos para tecelagem e urnas funerárias, denotando um emprego generalizado entre os grupos mais antigos.

Com a presença europeia, novos objetos cerâmicos foram introduzidos no cotidiano da Colônia, sendo, inclusive, adotados pelos povos indígenas, a exemplo de pratos, recipientes para beber líquidos, bilhas, etc. Além disso, a chegada de muitos africanos escravizados agregou ao ofício ceramista técnicas desconhecidas que foram incorporadas e partilhadas entre os indígenas do Brasil, resultando em uma cerâmica

---

<sup>4</sup> O pesquisador André Prous definiu etimologicamente que a “palavra sambaqui seria derivada de tamba (marisco) e Ki (amontoamento) em Tupi” (1992, p.204), sendo tais sítios obra da atuação humana, caracterizados pela presença maciça de conchas, carapaças de moluscos, e, em menor número, de restos de peixes e outros animais associados a instrumentos líticos e ósseos, objetos cerâmicos e esqueletos humanos, estruturas de habitação e fogueiras, formando colinas que podem alcançar mais de trinta metros de altura em algumas partes do Brasil.

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

genuína, denominada de *neobrasileira*, que reunia características indígenas, africanas e europeias.

A industrialização e o acesso globalizado aos bens de consumo foram cruciais para o abandono de muitos ofícios tradicionais, inclusive, o ceramista. A fabricação de objetos com outras matérias-primas, a exemplo dos vidros e metais e, mais recentemente, em plástico, bem como a facilidade de aquisição destes produtos, deterioraram e desestruturaram práticas artesanais muito antigas, inclusive entre os povos tradicionais.

Atualmente, pouquíssimos grupos permaneceram fabricando objetos cerâmicos no Maranhão. Dentre as etnias indígenas, a exemplo dos Guajajara, Awá-Guajá, Urubu-Kaapor, Canela Apaniekrá, Canela Ramkokamekrá, Canela Pukobyê (gavião), Krikati e Timbira Krepu’Kateyé, nenhuma delas permaneceu manufaturando cerâmica em tempos recentes.

Nos núcleos coloniais mais antigos do Estado, apenas algumas comunidades no vale do Itapecuru ainda permanecem elaborando objetos cerâmicos utilitários. E dentre os povos remanescentes de afrodescendentes, pouquíssimas comunidades quilombolas dominam as técnicas artesanais da cerâmica. Neste sentido, Itamatatiua, em Alcântara - MA constituiu-se um campo de pesquisa extremamente importante, pois trata-se de uma das últimas comunidades quilombolas do Brasil a manter o ofício artesanal de manufatura cerâmica.

Diante do exposto, o projeto de pesquisa *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*<sup>5</sup> vem investigando a cadeia operatória do ofício artesanal de ceramista, encarando-o como um modo de fazer que carrega consigo aspectos intangíveis extremamente relevantes para compreender a história, memória e a cultura deste grupo quilombola, tratando-se, portanto de uma referência cultural de caráter imaterial a ser melhor investigada.

### Aspectos Conceituais

---

<sup>5</sup> Esta pesquisa compõe um programa de estudo maior, associado ao grupo de pesquisa *Arqueologia e estudos do patrimônio na e da Baixada e Reentrâncias Maranhenses*, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, que vem estudando sistematicamente os suportes de história e memória, materializados nos bens de interesse histórico e cultural, sejam eles patrimonializados ou não. *Humana Res*, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

As temáticas que envolvem o patrimônio cultural imaterial, também denominado de intangível ficaram por muitas décadas relegadas aos estudos de folclore e a cultura popular, à sombra da presença física dos patrimônios culturais materiais ou tangíveis.

Uma nova perspectiva surgiu, a partir da década de 1970, em torno da noção de *referência cultural*, que promoveu importantes reflexões na prática preservacionista em curso. Neste contexto, se consolidou a ideia de que a construção dos patrimônios culturais deve “fazer sentido” e “ter valor” para outros sujeitos sociais, especialmente os que produzem ou mantêm os bens culturais, conferindo, portanto, critérios de valor e significado (SANT’ANNA, 2006).

Segundo Oosterbeek (2004), este valor não tem uma precificação de mercado, mas pelo contrário, seria um suporte a qual recorreremos, como já faziam os nossos antepassados, para nos posicionarmos no fio do tempo. Ou seja, ele é o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos.

Esta nova perspectiva ecoou rapidamente entre os pesquisadores e órgãos de proteção, desconstruindo premissas antigas e já consolidadas, de que os bens culturais dignos de valor e de patrimonialização seriam os grandes monumentos e as obras de arte, testemunhos de uma história oficial vinculada as elites de origem europeia.

Neste caminho, cresceu a premissa de que a patrimonialização da cultura deveria incluir manifestações culturais representativas de todas as matrizes sociais e culturais formadoras do povo brasileiro, especialmente as referências vinculadas as etnias indígenas, aos grupos quilombolas, as comunidades tradicionais e as classes populares, em geral.

Neste contexto, a noção de referência cultural trouxe no seu cerne indagações sobre quem teria maior legitimidade para selecionar o que deveria ser preservado, a partir quais valores e em nome de que interesses e de quais grupos (LONDRES, 2000).

Esta mudança de paradigma também foi estimulada por uma nova perspectiva mundial relacionada às políticas públicas para o patrimônio cultural imaterial liderada pela UNESCO, sobretudo, após a publicação da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972; a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, de 1989, a *Declaração Universal da*

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002.

Estes documentos deram robustez para construção e aprovação da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, de 2003, ao tratar especificamente da imaterialidade da cultura e ao considerar a importância deste componente para a diversidade dos povos e a garantia de desenvolvimento sustentável e do fortalecimento das identidades dos povos.

Buscando desconstruir a dicotomia comumente observada entre o patrimônio material e imaterial<sup>6</sup>, o referido documento ressaltou a profunda interdependência que existe entre ambos, ponderando que os processos de globalização e de transformação social podem gerar fenômenos de intolerância com a diversidade, colocando em risco o patrimônio cultural imaterial (UNESCO, 2006).

Para fazer frente a esta situação, a UNESCO propôs a elaboração de legislações específicas por parte dos Estados membros, aliando instrumentos de proteção e salvaguarda<sup>7</sup>, bem como estimulando a criação de fundos de investimento para promoção de inventários de pesquisa, fortalecimento de instituições para gestão do patrimônio cultural imaterial, transmissão desse patrimônio para o amplo público, dentre outros aspectos.

O Brasil se antecipou as recomendações da UNESCO, com a promulgação do Decreto nº 3.551, de 2000, que instituiu o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. Além disso, a própria organização do patrimônio cultural brasileiro é ainda mais antiga, remetendo-se ao Decreto-Lei nº 25, de 1937.

Não obstante, esta temática só ganhou espaço na macropolítica com a promulgação da Constituição Federal, de 1988, sobretudo, o artigo 216 que considera como patrimônio cultural *os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à*

---

<sup>6</sup> O Decreto-Lei n. 25, de 1937, promulgado por Getúlio Vargas, reconhece em seu Art. 1º que “constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, p.1). Este documento não faz menção aos aspectos imateriais presentes do patrimônio cultural.

<sup>7</sup> A salvaguarda compreende as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formale não-formal- e revista liza çã o deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2006).

*memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*, sendo constituído pelas:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Neste bojo, a Carta Magna ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 1937, incorporando o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo, os de caráter imaterial, absorvendo o discurso do patrimônio cultural forjado no Ocidente e consolidando alguns valores e conceitos modernistas, voltados para a identificação e valorização da brasilidade (SALADINO, 2014).

Cabe ressaltar, que a categorização do patrimônio cultural material foi primeiramente referenciada no Art. 4º, do Decreto-Lei nº 25, que estabeleceu os 4 (quatro) Livros do Tombo, quais sejam: o arqueológico, paisagístico e etnográfico; o histórico; o de belas artes e o das artes aplicadas. Tais categorias podem ser exemplificadas pelos conjuntos urbanos; bens edificados; sítios arqueológicos, paisagísticos e paleontológicos; bens ferroviários, industriais e rurais; bens móveis, a exemplo das obras de arte, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Por sua vez, o Decreto 3.551, em seu Art. 1º, § 1º, também estabeleceu os 4 (quatro) livros de registro para o patrimônio cultural imaterial, sendo constituídos pelo Livro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o Livro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e o Livro dos Lugares,

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2006)<sup>8</sup>.

Portanto, as quatro dimensões do patrimônio imaterial devem representar as diferentes identidades formadoras do Brasil, alicerçada na diversidade cultural do país, na continuidade histórica e na relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, não fazendo mais sentido a divisão clássica entre bens de natureza tangível e intangível.

Diante do exposto, estes bens dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Para a UNESCO (2006, p. 4), este conceito envolve:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Mais recentemente, o Maranhão como ente federado brasileiro fez o seu papel e sancionou a Lei nº 10.514, de 2016, que *Dispõe sobre a Proteção de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e dá outras providências*. Trata-se de uma adaptação ao Decreto nº 3.551, fortalecimento a proteção legal em esfera estadual.

A partir disto, além da proteção federal, os bens culturais imateriais do Maranhão conta com dispositivos regionais de salvaguarda, considerando as práticas, representações, expressões, comportamentos e técnicas, bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade maranhense e que, por registro como patrimônio cultural imaterial, venham a ser reconhecidos como de valor cultural, visando à sua preservação.

---

<sup>8</sup> Neste mesmo Decreto, foram criados outros instrumentos de identificação, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, a exemplo do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Programa de Patrimônio Imaterial, bem como o Departamento de Patrimônio Imaterial, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006).

Além disso, o Estado passou a fortalecer ainda mais os bens imateriais, criando o Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão para apoiar e cooperar com a preservação do patrimônio cultural imaterial do Estado.

Diante do panorama explicitado, ganhou robustez nos estudos culturais a noção de referência cultural<sup>9</sup>. Este conceito implicou em uma nova visão de proteção, salvaguarda, divulgação e gestão do patrimônio cultural imaterial, pois ressaltou a importância da participação ativa das comunidades na definição e implementação das ações de cunho patrimonial, pois o princípio da preservação patrimonial pauta-se no compartilhamento das responsabilidades e das ações.

Neste contexto, a patrimonialização dos bens culturais passou de uma decisão eminentemente técnica, feita por “especialistas”, para uma decisão coletiva e dialogada, cujo foco é o anseio da comunidade que está envolvida com àquela expressão e/ou manifestação cultural.

Sobre esse aspecto, Sant’Anna (2006, p. 9) comentou:

Para a política de salvaguarda preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Significa também compartilhar as responsabilidades e deveres dessa preservação e promover o acesso de todos aos direitos e benefícios que ela gera.

Na prática, este novo modelo não deve ser simplificado, pois requer ações processuais e dialógicas de longa duração, sendo essencial a criação e o fortalecimento de mecanismos de contato e aproximação com os atores sociais, especialmente os que produzem, reproduzem, mantêm e transmitem os bens culturais.

E quais seriam estes mecanismos?

Segundo a Convenção da UNESCO os principais instrumentos de acautelamento para o patrimônio cultural imaterial seriam a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização e a transmissão (UNESCO, 2006). Nesta mesma linha, o IPHAN (2000) reconheceu que a ação

---

<sup>9</sup> A expressão referência cultural tem sido utilizada, sobretudo, em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Esta perspectiva plural de algum modo veio descentralizar os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costumam nortear as interpretações e as ações no campo da preservação de bens culturais (IPHAN, 2000).

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

preservacionista é constituída por quatro pilares: conhecimento, reconhecimento, preservação e promoção. Portanto, o conhecer é o primeiro passo para salvaguardar as referências culturais imateriais.

### O Projeto De Pesquisa e a Área De Estudo

A comunidade quilombola de Itamatatiua é um dos maiores povoados do município de Alcântara – Maranhão. Ela está situada entre as Reentrâncias Maranhenses e a Baixada Maranhense, distando cerca 90 km de São Luís, 50 km de Alcântara, sendo formada por 113 famílias e 450 habitantes. Itamatatiua tem cerca de 315 anos e, segundo Oosterbeek e Reis (2012), sua fundação ainda é muito discutida na comunidade. Contudo, a documentação informa que as origens do povoamento remetem a existência de uma fazenda da Ordem Carmelita na região, que, após o declínio do período escravocrata, foi extinta e as terras remanescentes foram deixadas para a população afrodescendente, que iniciaram a ocupação da área. Para a região foram trazidos africanos das etnias Banto e Mina-Jeje. A indicação do município de Alcântara é ilustrada na Figura 1:



**Figura 1 – Município de Alcântara – MA, onde localiza-se a comunidade quilombola de Itamatatiua. Fonte: Google maps.**

A territorialidade e o modo de vida quilombola são as características mais marcantes de Itamatatiua, com a existência de festas de santo, rodas de tambor, Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

agricultura de subsistência com a roça de coivara e a organização espacial da vila, com a igreja e o cemitério ocupando a porção central e mais alta da localidade e as casas dispostas em linha, ao longo de um caminho, além do importante festejo anual para sua padroeira, Santa Tereza D'ávila ou Santa Tereza de Jesus, realizado no mês de outubro.



Figura 2 – Vista aérea da Comunidade quilombola de Itamatatiua. Foto: Leonardo Soares, 2017.

Os bens de interesse cultural da comunidade são formados por lugares e espaços sagrados (cemitério, igreja, casas de farinha, Fonte do Chora, Pedra de Encantaria e outros), marcos toponímicos, além do ofício artesanal da cerâmica, objeto de pesquisa deste projeto. Como também, destacam-se as celebrações, rezas, crenças, festas de santo, tambores, dentre outros na esfera do intangível.

Diante deste cenário, este autor vem desenvolvendo junto a esta comunidade um projeto de pesquisa com uma forte interface com a extensão *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*<sup>10</sup>.

Esta iniciativa vem construindo uma rede de relações e entendimentos sobre um dos principais suportes de memória e história ainda presente na região, que é o ofício ceramista e a manutenção de uma tecnologia imemorial de fabricação, que se utilizam de matérias-primas locais coletadas em um amplo território, que aglutina as fontes de argila, as áreas para coleta do *taquipé*, caminhos antigos, dentre outros.

---

<sup>10</sup> Em junho de 2017, este Projeto foi contemplado pelo Edital Fapema 03/2017 – Programa de Apoio a o Patrimônio Imaterial do Maranhão – Processo 02016/17 - Termo: 015219/2017, favorecendo a construção de importantes ações para o ano de 2018.

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

Neste sentido, os principais aspectos que vêm sendo abordados na pesquisa são a produção artesanal, o papel da cerâmica nas relações sociais e culturais, a temporalidade do ofício, o domínio das técnicas e do modo de fazer e as expectativas das comunitárias de Itamatatiua acerca do alcance de seus produtos cerâmicos para o grande público.

No âmbito da documentação, apesar da cerâmica ser a materialização de uma ação, os domínios que envolvem a sua produção artesanal se ancoram em experimentações, transmissões, aperfeiçoamentos, dedicação, valorização, significação, manutenção, temporalidades, memórias, identidades e histórias, aspectos que se situam no universo do intangível e do imaterial.

Portanto, a perspectiva adotada foca o ofício ceramista e os produtos daí advindos como referências culturais para a comunidade de Itamatatiua. Logo, é importante investigar como ocorrem essas marcas distintivas entre os sujeitos envolvidos no processo.

Logo, compreender o modo artesanal de se fazer cerâmica como uma referência cultural significa dirigir o olhar para as representações que se materializam em uma “identidade ceramista” no território em foco, inclusive nas correlações com outros aspectos culturais relacionados à paisagem, às edificações aos “fazeres” e os “saberes”, as crenças, as celebrações, os hábitos, etc.

Neste contexto, a pesquisa com o patrimônio imaterial não pode abrir mão da participação ativa e colaborativa da comunidade envolvida com as manifestações culturais. É ela que essencialmente deve ter voz na construção do conhecimento e nos apontamentos do que deve ser referenciado como relevante a ser salvaguardado. Portanto, esses sujeitos têm um papel não apenas de informantes, como também de intérpretes de seu patrimônio cultural.

Quando se trata da identificação, patrimonialização e proteção das referências culturais, a ação colaborativa é essencial para legitimar quais são as manifestações culturais mais significativas, sobretudo quando estão em jogo diferentes versões da identidade de um mesmo grupo (IPHAN, 2006).

Neste contexto, as ceramistas de Itamatatiua são participes ativas na construção da pesquisa, não apenas como simples interlocutoras ou informantes, visto que o ato de identificar as referências culturais pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a

construção de sistemas que “falem” daquele contexto cultural no sentido de representá-lo (IPHAN, 2000).

Nas palavras de Londres (2000, p. 20) seria:

Identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas.

Apesar de Itamatatiua ter sido objeto de estudo de muitos pesquisadores, que enfocaram distintas temáticas, a exemplo do modo de vida quilombola, territorialidade, celebrações, festas de santos, dentre muitos outros, a manufatura cerâmica só foi abordada parcialmente, especialmente pelo viés econômico, estético e funcional ou como um elemento a mais vinculado aos estudos naquela comunidade.

Apesar disto, é ponto inconteste que um dos aspectos mais relevantes é o ofício tradicional da cerâmica e o seu papel identitário e mediador das relações sociais, culturais e econômicas entre os habitantes de Itamatatiua, especialmente entre as mulheres (GRIJÓ, BERARDO, MENDONÇA, 2009; PEREIRA, 2011; JUNIOR, 2011, 2012; OOSTERBEEK, REIS, 2012; FERREIRA, 2012; CESTARIA, SANTOS, CARACAS, 2016).

Diante desta constatação, a pesquisa vem investigando o ofício ceramista, a partir de uma visão integrada entre a Antropologia, História e Arqueológico, com vistas a identificar os aspectos que tornaram este modo de fazer uma referência cultural para os habitantes de Itamatatiua. A partir disto, o ofício da cerâmica vem sendo compreendido como um motor das relações sociais, culturais e simbólicas da comunidade, concatenando o conhecimento já existente com os resultados obtidos, a partir deste novo olhar.

### **Aspectos Metodológicos**

A presente pesquisa nasceu de uma atividade de extensão denominada de *Vivências Patrimoniais*, idealizada pelo autor, que envolve o corpo discente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, Campus da UFMA – Pinheiro.

As vivências patrimoniais são estratégias de ensino para envolver os discentes em torno do ofício ceramista, e a partir deste elemento, irradiar as percepções para

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

outros aspectos do universo observado. Além disso, foram desenvolvidos temas geradores abertos, que atuaram como um roteiro para obtenção de informações junto as ceramistas. Os temas foram divididos entre as equipes de pesquisa, que também ficaram responsáveis pela elaboração e aplicação dos questionários.

Os resultados foram tão exitosos, que os discentes demandaram um maior aprofundamento da pesquisa, envolvendo outros aspectos do ofício ceramista e suas relações com a comunidade, justificando a construção de um objeto de investigação mais estruturado e global, que possa se desdobrar em monografias e projetos de pós-graduação.

No projeto em foco, a metodologia de pesquisa está estruturada a partir do seguinte problema: como o ofício da manufatura cerâmica tornou-se uma referência cultural para a comunidade de Itamatatiua?

De acordo com este tema gerador a estratégia metodológica adotada consiste em uma pesquisa etnográfica<sup>11</sup> com a realização de um *Inventário de Conhecimento ou Varredura*, instrumento desenvolvido pelo IPHAN, no âmbito da política nacional de patrimônio imaterial (IPHAN, 2000).

No método etnográfico, a pesquisa está estruturada com base nos seguintes eixos:

- ✓ Pesquisa de campo (conduzida no local em que as pessoas convivem e socializam);
- ✓ Levantamento Multifatorial (uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados);
- ✓ Método Indutivo (acumulo descritivo em detalhe);
- ✓ Visão Holística (retrato mais completo possível do grupo em estudo, considerando a visão do pesquisador e do pesquisado).

Em relação ao inventário, Soares (2009, p. 286) o conceitua:

O inventário é indicado nominalmente em dispositivo constitucional como um dos instrumentos para promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. É um instrumento de proteção dos bens materiais e

---

<sup>11</sup> A pesquisa etnográfica fundamenta-se na inserção do pesquisador em um campo diferente, do ponto de vista cultural, de seu próprio *habitat* durante um longo período. A prática etnográfica consiste basicamente em estabelecer relações, selecionar informantes e tentar salvar o dito em um discurso social em formas pesquisável (SOUSA; BARROSO, 2008). Nele, o pesquisador exerce a prática da observação, da descrição e da análise das dinâmicas interativas e comunicativas como uma das mais relevantes técnicas.

imateriais, móveis e imóveis, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros. Além disso, pode ser feito por entes públicos e privados, com adoção de metodologia pré-determinada pelo órgão cultural ou com o uso de metodologia desenvolvida por outros experts ou profissionais que lidem com patrimônio cultural.

O Inventário de Conhecimento ou Varredura é qualquer estudo que vise conhecer o universo de um bem cultural de determinada região, podendo relacionar-se a um determinado tema, funcionando como um mapeamento abrangente, cujo objetivo final é o conhecimento, salvaguarda e proteção. Inventariar significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação. Portanto, ele exige uma rigorosa pesquisa, organização e sistematização das informações obtidas, que deve seguir as fases de desenvolvimento de uma pesquisa científica (IPHAN, 2006).

A realização de um Inventário depende de que se definam e se tipifiquem de antemão as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes, que no caso em questão é o ofício da manufatura artesanal da cerâmica.

Neste projeto, o inventário focaliza as dimensões apreensíveis sobre o ofício, a exemplo dos documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como os depoimentos e as narrativas orais que explicitem quais os aspectos mais relevantes para grupo social, quando se pensa as suas referências em relação a manufatura ceramista. Este é o primeiro nível da realidade a ser inventariada.

Não obstante, a metodologia de pesquisa considera os objetos cerâmicos para além da sua materialidade, tentando evidenciar os valores e as significações enraizados nas práticas sociais, que ademais de intangíveis ou imateriais muitas vezes não chegam a ser explicitados ou nem mesmo afloram à consciência dos atores sociais de imediato (IPHAN, 2000).

A metodologia está estruturada em quatro etapas, correspondendo a níveis sucessivos de aproximação, indo de uma fase mais simples até a mais complexa, que em conjunto consistem no levantamento preliminar; identificação, documentação e extroversão, conforme detalhado a seguir:

#### **Etapas 1 – Planejamento e preparação da pesquisa – Levantamento Preliminar**

- ✓ Elaboração do plano de trabalho contemplando a organização das atividades da equipe, levantamento das fontes e definição das etapas de campo;
- ✓ Realização da pesquisa histórica, iconográfica, audiovisual e bibliográfica, consultando órgãos públicos federais, estaduais e municipais, instituições e

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

entidades de pesquisa, Universidades, em especial o Arquivo Noronha Santos do IPHAN;

- ✓ Elaboração dos roteiros prévios de pesquisa;
- ✓ Agendamento de um calendário de trabalho com a comunidade ceramista de Itamatatiua para definição do roteiro da pesquisa.

### **Etapa 2 – Pesquisa de campo – Identificação e documentação**

- ✓ Realização das reuniões preparatórias com os pesquisadores e a comunidade;
- ✓ Apresentação e adaptação da metodologia de Inventário de Conhecimento e Varredura, com o roteiro estruturado conjuntamente entre pesquisadores e comunidade para os fins desta pesquisa;
- ✓ Aplicação dos questionários aos atores sociais definidos previamente;
- ✓ Acompanhamento da produção ceramista em todas as suas fases.
- ✓ Produção da documentação fotográfica e audiovisual;
- ✓ Sistematização, organização e avaliação das informações levantadas em campo e da documentação reunida e produzida no processo das pesquisas, com o devido preenchimento de fichas, complementação e verificação do bem cultural inventariado;
- ✓ Validação das informações com a comunidade de Itamatatiua.

### **Etapa 3 – Exposição dos resultados - Extroversão**

- ✓ Realização exposições itinerantes colaborativas e auto narrativas com a participação ativa das ceramistas de Itamatatiua em várias oportunidades.

### **Etapa 4 – Avaliação e redação do relatório**

- ✓ Realização de reuniões avaliativas sobre as atividades realizadas e publicação dos resultados.

## **Resultados**

Conforme demonstrado ao longo do texto, o trabalho em questão está em pleno desenvolvimento, tanto no aspecto do levantamento de informações, construção dos espaços colaborativos, percepção e mapeamentos de território, como também no que tange a construção do Inventário de Conhecimento e Varredura.

Por se tratar de uma atividade colaborativa, a dinâmica da pesquisa respeita o planejamento e os direcionamentos das ceramistas, sobretudo, quando a ação se relaciona com o deslocamento das mesmas da sua área de residência ou do galpão de trabalho. Neste sentido, as primeiras aproximações com a comunidade foram fundamentais para construir um diálogo em conjunto.

Já está em andamento os mapas de percepção da área de captação de argila, locais florestados para coleta da casca de árvore para uso como taquipé, bem como áreas de roçados, marcos topofílicos, caminhos antigos e identificação de áreas com assentamentos antigos e sítios arqueológicos, além da coleta de informações individuais e coletivas sobre os eixos da pesquisa.

Sobre a tecnologia cerâmica as observações empíricas vêm demonstrado que o modo de fazer cerâmica quilombola em Itamatatiua se assemelha bastante à tecnologia indígena brasileira, sobretudo, com o uso do roletes para construção e estruturação dos artefatos, técnica denominada de roletada ou acordelada. Além disso, muitas denominações ainda utilizadas pelas ceramistas no processo produtivo remetem a corruptelas ou adaptações de línguas do Tronco Tupi.

Tal situação é particularmente importante, visto que não existem populações indígenas auto reconhecidas ou oficiais na área da pesquisa. Logo, esses indícios vêm indicando fortes relações afro indígenas, que estão perpetuadas nos fazeres, nos modos de ocupação do território, no uso do espaço e nas tecnologias de cerâmica, cestaria, dentre outras, bem como no universo simbólico e nas religiosidades.

A este respeito, a presença de material arqueológico pré-colonial, especialmente lâminas de machados em rocha polida e fragmentos cerâmicos pintados vêm confirmando a presença indígena na região em tempos imemoriais. Não obstante, a confirmação de possíveis contatos inter-étnicos entre os primeiros quilombolas de Itamatatiua com grupos indígenas na região em período Colonial é uma hipótese ainda a ser testada.

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, seria redundante falar da relevância da temática abordada, sobretudo, pela participação ativa das ceramistas e no engrandecimento das referências culturais, étnicas e identitárias do povo maranhense. A este respeito, a construção de mecanismos de negociação e colaboração na construção de um conhecimento comum, Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

distante do academicismo tão presente nas instituições de ensino superior tem se mostrado uma ferramenta bastante eficaz para o empoderamento das ceramistas de Itamatatiua e para o reconhecimento de práticas ancestrais ainda resilientes no presente.

Apesar do estágio inicial do Projeto, muitos avanços e conquistas já foram alcançadas, conforme relatados ao longo do texto. Dentre eles, pode-se destacar a importância do reconhecimento e valorização do ofício ceramista, enquanto uma referência cultural desta comunidade quilombola e sua relevância como suporte de memórias, histórias e identidades.

O segundo aspecto recai sobre a região a ser estudada. A este respeito, Anjos (2009) registrou a existência de 181 comunidades quilombolas apenas em Alcântara, das cerca de 899 já conhecidas no Maranhão, sendo uma das regiões do Estado com o maior número destes territórios afro remanescentes. Neste contexto, o fato de Itamatatiua ser a única comunidade quilombola que ainda mantém o ofício ceramista é uma questão a ser mais bem trabalhada, documentada e promovida.

Outro aspecto envolve a comunidade em uma perspectiva colaborativa e ativa, principalmente na construção das referências culturais sobre o ofício da cerâmica. Mapear conjuntamente as percepções sobre a cerâmica como artesanato, ou objeto com valor social agregado, como mercadoria e/ou como suporte de histórias e memórias é um caminho ainda a ser percorrido pelas pesquisas na região.

Em relação a formação acadêmica dos discentes envolvidos no projeto, o contato com um universo até então desconhecido vem contribuindo para a formação profissional crítica, plural e multiétnica, sobretudo, por cumprir o recomendando pelas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 (Art. 26-A da LDB) e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação o ensino de Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena.

### Referências

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ARNOLD, Dean E. **Ceramic theory and cultural process**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BANDEIRA, Arkley Marques. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA**: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado).
- Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado, 2006.

CESTARI, Glauba Alves do Vale, SANTOS, Denilson Moreira, CARACAS, Luciana Bugarin. A produção cerâmica no quilombo de Itamatatua: interações entre artesanato tradicional e design com vistas à sustentabilidade. In SANTOS, Denilson Moreira et. al. (orgs.). **Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos**. São Luís: Edufma, 2016.

FERREIRA, Rosinete de Jesus Silva. **Nas tramas de Itamatatua**: as representações sociais da saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

GRIJÓ, Wesley Pereira; BERARDO, Rosa Maria; MENDONÇA, Maria Luisa. A identidade na comunidade negra de Itamatatua sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais. **Anais do V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009.

HOOPES, John. W. Ford revisited: a critical review of the chronology and relationships of the earliest ceramic complexes in the New World, 6000-1500 B. C. In: **Journal of World Prehistory**. Vol. 8, Nº 4, 1994.

JUNIOR, David Pereira. Tradição e identidade: a feitura de louça no processo de construção de identidade da Comunidade de Itamatatua – e Alcântara Maranhão. In MARTINS, Cynthia Carvalho *et al.* **Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense**. Dissertação de Mestrado. PROGRAMA DE Pós-Graduação em Antropologia – PPGA. Salvador: UFBA, 2012.

IPHAN. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Imaterial: o registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

OOSTERBEEK, Luiz; Reis, Milena das Graças Oliveira. Terras de Preto em Terras da Santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 7 – 15, jan./abr. São Luís: UFMA, 2012.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. **Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, v. I, n. 2. Pelotas: Editora da UFPEL, p. 41-54, Jul/Dez 2004.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. **Mitos da cultura africana**: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2011.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 1992.

RICE, Prudence. Pottery production, pottery classification, and the role of physicochemical analysis. In **Archaeological Ceramics**. OLIN, J. S.; FRANKLIN, A. D. (Eds.). Washington: Smithsonian Institution Press, 1982.

SALAS, Óscar. H. Jiménez. El analisis de la cerâmica en Mesoamérica: comentários sobre enfoques y metodologia. IN CARRIÓN, Beatriz Leonor Merino; COOK, Ángel Garcia (Orgs.). **La producción alfarera en el México antiguo I**. México D. F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2005.

SALADINO, Alejandra. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. **Revista de Arqueologia**, v, 26, n. 2. p. 40-58. São Paulo: SAB, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. Avanços da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In Patrimônio Imaterial: **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.

SOARES, Inês Virgínia P. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUSA, Leilane Barbosa de; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, n. 12, v. 1, p. 150-155, 2008.

## UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

SOUZA, Marise C.de. Uma visão da abrangência da gestão patrimonial. In: **Patrimônio: atualizando o debate**. Victor H. Mori, Marise C. Souza, Rossano L. Bastos & Haroldo Gallo (orgs.). IPHAN: São Paulo, 2006.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, de 17 de outubro de 2003. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

# CASAS DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS, PIAUÍ: O ESPAÇO DA PRÁTICA E DE PATRIMÔNIO

Magda Raiza da Silva Mota<sup>1</sup>

## RESUMO:

Esse trabalho tem o objetivo de realizar um breve entendimento sobre o espaço da casa de rezadeiras destinados aos rituais e ao cotidiano, na cidade de Oeiras, Piauí como espaço de Patrimônio Cultural. O espaço é considerado como um meio, e como tal, não existe e não pode existir separado dos eventos e atividades dentro dos quais ele está implicado (TILLEY, 1994). A casa além de espaço ritual é também o suporte de memórias e tradições. As rezadeiras são conhecidas por suas tradições memoráveis e orais de cura. A casa dessas mulheres, por ser um espaço de continuidade de seus ofícios, tornam-se sim lugares de patrimônio. Por fim, realizar uma etnografia da casa de rezadeira e entender como o espaço da casa interfere na dinâmica de suas vidas.

**Palavras-chave:** Espaço, Casa, Patrimônio Cultural, Rezadeiras.

## HEALERS WOMEN'S HOUSE IN THE CITY OF OEIRAS, PIAUÍ: A Cultural Heritage

## ABSTRACT:

This work aims to carry out a brief understanding of the space of the house of healer woman destined for rituals and daily life, in the city of Oeiras, Piauí and its Cultural Heritage. Space is considered as a medium, and as such, it does not and cannot exist apart from the events and activities within which it is implied (TILLEY, 1994). The house, in addition to being a ritual space, is also the support of memories and traditions. The healer woman are known for their memorable and oral healing traditions. Thus, the house of these women, as a space for the continuity of their crafts, becomes a place of heritage. Finally, to carry out an ethnography of the healers women's house and understand how the space of the house interferes in the dynamics of their lives.

**Keywords:** Space, House, Cultural Heritage, Realer Woman

---

<sup>1</sup> Arqueóloga pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Área de Concentração: Antropologia, Rezadeiras, Rituais, Espaços e Patrimônio. Email: raiza\_motarqueologia@hotmail.com.

## CASAS DE BENZEDEIRAS EN LA CIUDAD DE OEIRAS, PIAUÍ: Un Patrimonio Cultural.

### RESUMEN:

Este trabajo tiene como objetivo hacer una breve comprensión del espacio de la casa de benzedeadas, destinado a los rituales y la vida cotidiana, en la ciudad de Oeiras, Piauí y su Patrimonio Cultural. El espacio es considerado como un medio, y como tal, no existe ni puede existir aparte de los eventos y actividades en los que está implicado (TILLEY, 1994). La casa, además de ser un espacio ritual, es también soporte de memorias y tradiciones. Las benzedeadas son conocidas por sus tradiciones curativas memorables y orales. Así, la casa de estas mujeres, como espacio de continuidad de sus oficios, se convierte en un lugar patrimonial. Finalmente, realizar una etnografía de la casa de la benzedeadas y comprender cómo el espacio de la casa interfiere en la dinámica de sus vidas.

**Palabras-Clave:** Espacio, Casa, Patrimonio Cultural, Benzedeadas.

### INTRODUÇÃO

O objetivo levantado a esse trabalho é de realizar um pequeno entendimento antropológico de como os espaços das casas de rezadeiras da cidade de Oeiras, Piauí que são destinados aos rituais dessas mulheres tornam-se patrimônio, devem ser respeitadas e preservadas como tal. Para que consiga visualizar sua tamanha importância, irei partir de uma etnografia realizada da casa de Dona Inácia (84 anos), rezadeira da cidade de Oeiras, Piauí.

Os espaços são fundamentais para a construção das pessoas. (CAYÓN, 2012, p.187)<sup>2</sup>. Esses espaços integram ao conjunto de patrimônio cultural imaterial, os saberes, as celebrações, as práticas ritualísticas, forma de expressão, entre outros. (ANDRELLO, 2012)<sup>3</sup>. O espaço é uma construção social, e como tal, não existe e não poderia existir separado dos eventos e atividades dentro dos quais está implicado.

---

<sup>2</sup>CAYÓN, Luís. "Lugares sagrados y caminos del conocimiento". In ANDRELLO, Geraldo. (org.). 2012. **Rotas de criação e transformação. Narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 168-194.

<sup>3</sup> ANDRELLO, Geraldo et al. "Mapeando lugares sagrados: patrimônio imaterial, cartografia e narrativas em Iauaretê". In ANDRELLO, Geraldo. (org.). 2012. **Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro**. São Paulo: ISA, p. 18-41.

## CASAS DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS, PIAUÍ: O ESPAÇO DA PRÁTICA E DE PATRIMÔNIO

A produção social do espaço combina o cognitivo, o físico e o emocional. Desta forma, são construídos em movimentos, memórias, e atuam como parte irreduzível da experiência humana. Assim como toda a cultura, o espaço também está passível de mudança, é dinâmico e sua constituição ocorre como parte do cotidiano. Criado através das relações, o espaço depende de quem o constrói e como o constrói (TILLEY, 1994)<sup>4</sup>.

Esses espaços não são imparciais, são fundados a partir da maneira como o indivíduo entende o mundo e vive suas experiências. As suas singularidades são manifestadas e expressadas no cotidiano pelas vivências e pela consciência das pessoas dentro de suas particularidades. Os espaços são internos e externos ao indivíduo. Um “apego” ao lugar é derivado da estabilidade dos significados associados a ele (TILLEY, 1994).

Cada atividade humana se inscreveu dentro de um determinado espaço (HIRSCH; O’HANLON, 1996)<sup>5</sup>. Os grupos tradicionais tendem a ser vinculados a lugares específicos, onde seus conhecimentos permanecem, são utilizados, celebrados e que podem abranger um espaço muito mais amplo, não apenas físico, mas ritualístico, sentimental, afetivo. Tudo isso corresponde a veículos de uma tradição. Para Mura (2014)<sup>6</sup> o espaço pode ser entendido como o resultado de uma trajetória tanto seletiva, quanto de adaptações de experiências históricas que moldam seu entendimento e lhe oferecem movimento e dinamicidade.

Para Ingold (2012)<sup>7</sup>, o ambiente pode ser um elemento gerenciado e moldado pelas práticas cotidianas e culturais do grupo. Mura (2018)<sup>8</sup> afirma que entender o espaço permite visualizar o modo organizacional da vida individual e coletiva, dominando os fluxos culturais, repasse de conhecimentos, habilidades, trajetórias, experiências a partir e para além dos espaços.

As rezadeiras são mulheres que realizam rezas relacionadas aos conhecimentos do catolicismo popular. São rezas realizadas com o objetivo de restabelecer o equilíbrio material, físico e espiritual das pessoas que buscam por sua ajuda. Esses rituais de curas são realizados no espaço de suas casas e podem utilizar vários elementos de cultura material: ramos verdes, vassourinhas, crucifixo, agulhas, linhas, panos, entre uma infinidade de objetos cotidianos que

---

<sup>4</sup> TILLEY, Christopher. Space, Place, Landscape and Perception: Phenomenological Perspectives. In. **A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments**. London: Berg, 1994. p. 1-34.

<sup>5</sup> HIRSCH, Erick; O’HANLON, Michel. Landscape: Between place and Space. In. **The Anthropology of Landscape**. London: Clarendon Press, 1996.

<sup>6</sup> MURA, F. 2014. “**Beyond nature and the supernatural**: Some reflections on religion, ethnicity and traditions of knowledge”. In *Vibrant*. V 11, n2. pp. 407-443

<sup>7</sup> INGOLD, Tim, **Ambientes para la vida**. Conversaciones sobre humanidad, conocimiento y antropología. Montevideo: Ediciones Trilce,. Tabula Rasa. 2012.

<sup>8</sup> BARBOSA DA SILVA, Alexandra & MURA, Fabio. 2018. “Territory and domestic ecology among the Kaiowa of Mato Grosso do Sul”. In *Vibrant*, vol. 15, 2. (Versão em português).

no momento ritualístico, perde seu papel rotineiro e passa a ser um instrumento interlocutor entre o sagrado e as rezadeiras (SANTOS, 2007)<sup>9</sup>.

O ritual destas rezas, busca no plano simbólico garantir a cura do mal (SANTOS, 2010)<sup>10</sup>. Os ritos de cura são realizados em diversas doenças, *dor de cabeça, quebrante, engasgo, espinhelo caído*, entre várias outras.

A casa sempre foi o centro das atividades familiares: espaço de socialização e de sociabilidade, de religiosidade, cuidados com a saúde (WOORTMAN, 1992)<sup>11</sup>, assim, a casa torna-se um lugar de patrimônio.

Para Gonçalves (2012)<sup>12</sup> A palavra patrimônio atua como uma reivindicação, qualquer espaço, qualquer lugar, qualquer atividade, qualquer objeto podem ser identificados e reivindicados como patrimônio por um ou mais grupos sociais. O patrimônio enfatiza que esses espaços podem ser lidos como testemunho da história de diferentes indivíduos e seus coletivos, que os ocupam, os utilizam e os ressignificam, estabelecendo relações de pertencimento dos indivíduos com a sociedade. Assim, entendo as casas das rezadeiras, onde são realizados tantos seus ritos como o seu cotidiano um patrimônio, fazendo parte dessas mulheres.

## **PATRIMÔNIO DAS CASA DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS PAIUÍ.**

A discussão de patrimônio na antropologia é consideravelmente recente. Tomou maior destaque quando retirou a linha que margeava o material, que já possuía uma discussão sobre sua preservação a bastante tempo, unindo ao imaterial, ou o intangível. Somando essas duas vertentes do patrimônio, foi possível entender que não há materialidade sem a imaterialidade e vice-versa. A discussão da imaterialidade já estava sendo feita pela Unesco entre décadas de 80, mas no Brasil, apenas com o Decreto 3551/2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), considerou por lei, um novo conjunto de bens culturais.

---

<sup>9</sup> SANTOS, Francimário Vito dos. **O Ofício das Rezadeiras**: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta/RN. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

<sup>10</sup> SANTOS, Francimário Vito dos. **O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural**: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. Revista CPC, São Paulo, n. 8, p. 6-35, 2010.

<sup>11</sup> WOORTMAN Ellen F. **Da Complementaridade à Dependência**: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” no nordeste. Série Antropologia 111, Brasília, 1992.

<sup>12</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. TAMASO, I. e LIMA FILHO, M. **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA, p. 59-73, 2012.

## CASAS DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS, PIAUÍ: O ESPAÇO DA PRÁTICA E DE PATRIMÔNIO

Para Netto (2015)<sup>13</sup>, o patrimônio vai além dos artefatos. O patrimônio cultural imaterial é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas, lugares, que remetem à história, à memória de um povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, de um grupo social.

A ideia de patrimônio não está limitada apenas ao conjunto de bens materiais de uma comunidade, mas também se estende a tudo aquilo que é considerado valioso pelas pessoas (IPHAN, 2012)<sup>14</sup>. Para Loureiro (2015)<sup>15</sup>:

Os patrimônios culturais são formados a partir da junção de vestígios e fragmentos do passado – muitas vezes idealizado – constituídos por diferentes elementos que compreendem objetos, edificações, espaços urbanos, espaços naturais (p.101).

O conceito de Patrimônio Cultural remete, antes de outra coisa, para o de propriedade. É patrimônio algo a que atribuímos um valor e com o qual estabelecemos uma relação de apropriação (OOSTERBEEK, 2004)<sup>16</sup>. O uso da categoria intangível ou imaterial tornaram possíveis patrimonizar qualquer objeto, espaço, práticas sociais e até mesmo pessoas, os chamados “tesouros humanos vivos”, destinados a pessoas que controlam determinados saberes tradicionais (GONÇALVES, 2012), que, no caso se integra as rezadeiras, mas nessa discursão, pretendo tratar um pouco mais sobre os espaços de suas casas, que como lugares de rituais, também se definem como patrimônio.

Patrimônio Cultural é o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos, definido pela relação que estabelecemos, ou não, com ele (OOSTERBEEK, 2004). O patrimônio intangível está imerso em um universo material, o utilizado como suporte e símbolo para a sua perpetuação (SOUZA, 2013)<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. **Informação, patrimônio e memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: UFPB, 2015.

<sup>14</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.

<sup>15</sup> LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Informação, memória e patrimônio**: breves considerações. Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 97-107, 2015.

<sup>16</sup> OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia pré-histórica**: entre a cultura material e o patrimônio intangível. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 1, n. 2, 2004.

<sup>17</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres**: aspectos do catolicismo popular / Ricardo Luiz de Souza. – Natal: IFRN, 2013.

As rezadeiras são identificadas pelos rituais que praticam. Suas atividades não se encontram paradas no tempo, ela é atual, sendo renovada, modificada, tornando-se uma realidade dinâmica que ajuda a construir um modelo de vivência na religiosidade popular, como um espaço, de mediação (THEOTONIO, 2011)<sup>18</sup>.

Os rituais praticados em suas próprias casas adentram as falas de Woortman (1992) que coloca a casa como centro das atividades familiares: espaço de socialização e de sociabilidade, de religiosidade, cuidados com a saúde, componente do “campo feminino”. Usarei da etnografia para descrever o espaço sagrado das rezadeiras que, corresponde ao próprio lar das senhoras.

Elas afirmam que seus ritos e suas curas são católicas, e que provem de um “dom” de Deus, que é passado de geração para geração, algumas na sequência de avós para netas e outras na sequência de mãe para filha. Essas mulheres se afirmam fortemente como católicas, embora muitas delas não frequentem mais as igrejas, abominam qualquer outra denominação dadas a elas diferentes de católicas.

O ritual destas rezas se iniciam com a escolha do horário, o ritual nunca deve ocorrer antes das seis e depois das dezoito horas. Tem as rezadeiras que só rezam em crianças ou em adultos ou até em animais. Aquelas que dominam o poder de todos os conjuntos de reza, são chamadas por elas de “*mais forte*” ou “*mais sabidas*”. Cada reza tem a sua quantidade de repetições, as rezadeiras “*mais fortes*” só precisam rezar uma vez e obtém a cura. Essas mulheres atuam como uma intermediadora do poder divino, formando assim, a simbologia do catolicismo popular, a santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo (THEOTONIO, 2011).

Essas rezas se materializam através da cultura material pode ser considerada como uma parte das relações sociais e quanto mais simples for a cultura material, mais numerosos são seus relacionamentos que se expressam através dela. Assim, as pessoas não apenas criam sua cultura material e unem a ela, como também constroem seus relacionamentos em torno dela (EVANS-PRITCHARD, 1978)<sup>19</sup>. As rezadeiras utilizam objetos como rosário e ou ramo que é passado no corpo da pessoa durante o processo de cura. Esse ramo é selecionado de acordo com a rezadeira e a especificidade de cada reza.

O que eu chamo de objetos auxiliares das rezadeiras, Ingold (2012)<sup>20</sup> chama de ‘coisas’, que são os objetos que possuem além de sua finalidade, outras depositadas e se

<sup>18</sup> THEOTONIO, Andrea Carla Rodrigues. **Práticas de rezas**: Oralidade e cultura no cotidiano das rezadeiras. 2011.

<sup>19</sup> EVANS-PRITCHARD, E.E. (1978). Interesse pelo Gado, Ecologia e Tempo e Espaço. In. **Os Nuer**. São Paulo. Editora Perspectiva.

<sup>20</sup> INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida**: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, June 2012.

## CASAS DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS, PIAUÍ: O ESPAÇO DA PRÁTICA E DE PATRIMÔNIO

complementam com a afetividade do mesmo. As coisas estão vivas, pois são trazidas a vida. No caso das rezadeiras, essas coisas atuam como participantes do ritual da reza, são auxiliares da cura.

É possível entender isso por exemplo, com uma garrafa pet, que no momento da reza, atua como curador de dores de cabeça. O objeto é uma coisa porque possui uma agência dada a ele pelas rezadeiras. Diante disso, algumas coisas se destacaram em suas narrativas e demonstram a seletividade de suas interlocutoras. Além de ser um conhecimento tradicional que lhe foi transmitido, cada coisa é direcionada a uma doença específica, não foi apenas escolhida por elas, mas foi aprendida e reproduzida em seus rituais.

O estudo desses objetos são coisas testemunhas, que falam e narram por si rituais aos quais pertencem, eles comunicam e representam. As coisas vão além do seu uso, carregam e narram significados, experiências de vida das rezadeiras, retratam seus ofícios, são interlocutoras da prática. O contexto em que esse objeto se insere determina sua significância e sua importância (BASQUES, 2010)<sup>21</sup>.

Enquanto moradores, experimentamos a casa não como objeto, mas como coisa (INGOLD, 2012). A casa atua como ponto central desse ritual. Ela atua como suporte da memória da reza, de suas narrativas, de seu cotidiano. Elas intercedem o espiritual de suas rezas e suas rotinas. A casa, para mim, é o suporte do ofício de ser rezadeira.

Para Bourdieu (2013)<sup>22</sup> o espaço social se manifesta em diversos contextos como oposições espaciais e o espaço habitado é uma metáfora espontânea do espaço social. Esse espaço sempre se encontra entre as objetividades das estruturas espaciais e as estruturas subjetivas.

O espaço social não é um espaço físico, todavia, ele se concretiza muito bem neste. O espaço social é o espaço que habitamos, e por isso ele é marcado e construído, o espaço físico seria uma abstração. O espaço estrutura as particularidades dos indivíduos (SEGAUD, 2016)<sup>23</sup>. São fundados a partir da maneira como o indivíduo entende o mundo e vive suas experiências (TILLEY, 1994).

Para Certeau (2008)<sup>24</sup>, o espaço seria a repetição das experiências. As suas singularidades são manifestadas e expressadas no cotidiano, dentro de suas singularidades, é

<sup>21</sup> BASQUES, Messias. "Uma antropologia das coisas: etnografia e método." *Espaço Ameríndio* 4.1, 2010.

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos avançados*, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

<sup>23</sup> SEGAUD, Marion. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

<sup>24</sup> DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petropolis, RJ; Vozes, 2008.

um lugar praticado. (CERTEAU, 2008, p. 201). Assim quem os transformam são seus moradores e frequentadores. Ele reflete o indivíduo tanto quanto é um reflexo do mesmo

Ingold (2012) afirma que: “[...] los humanos habitan mundos con sentidos” (p.70), o espaço estar ocupado, preenchido com coisas e fios tecidos de nó da vida. A casa de rezadeiras é transformada em espaço a partir de suas práticas e de seus rituais cotidianos, de seus netos que moram ou não na casa, de suas filhas que sempre se encontram na cozinha realizando seus preparos.

A casa é o maior espaço de relação e refúgio entre as lembranças e os sonhos, onde são conduzidos. É nela que sonhamos e construímos nossa esperança do futuro. A nossa casa é a riqueza do nosso mundo. É nosso primeiro universo, nosso primeiro laço de apego. Ela atua como maior poder de relacionar pensamentos, sentimentos, recordações e memórias (JUNG, 2016)<sup>25</sup>. A casa atua como lugar de memória, que figuram em narrativas e têm uma função mnemotécnica. Gonçalves (2012) menciona e descreve a casa:

[...] A casa com alma é feita da mesma substância da qual são feitos seus habitantes, ela não somente reflete a personalidade dos moradores, mas nutre o universo mental deles. A casa com alma abriga e oportuniza momentos que fortalecem a identidade de quem nela vive. Como uma caixa de som reverbera as ideias, os sentimentos e as ações dos moradores. Como um espelho, ela reproduz os movimentos dos habitantes. Como um jardim, a casa com alma oferece um solo fértil para germinar e florescer o que faz seus habitantes felizes. Como um diário, ela registra as alternâncias vividas pelos moradores em todas as áreas da vida. Ela se ilumina, abre-se ou se fecha no ritmo das vivências dos habitantes. A casa com alma é uma casa viva (p. 102, 103).

O espaço da casa é o local de memória, pois a casa é construída a partir da nossa perspectiva de existir no mundo (CERTEAU, 2008) de nossas marcas, afetividades, memórias, experiências. Vai além de limites demarcados por paredes e tijolos, envolve uma construção na memória, na narrativa ou simplesmente no mapeamento de nossos passos. A casa é produto de uma totalidade social e são modificadas e reconstruídas a partir das necessidades sociais, e de nossas memórias. A leitura da casa das rezadeiras nos permite uma análise do seu estado de organização social atual.

Todo espaço habitado traz consigo a noção de casa (BACHELARD, 1993)<sup>26</sup>. O passado, presente e futuro dão a casa uma agência dinâmica. Sem a casa o sujeito seria disperso.

<sup>25</sup> JUNG, Carl G. et al. **O homem e seus símbolos**. HarperCollins Brasil, 2016.

<sup>26</sup> BACHELARD, G., **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.7

## CASAS DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS, PIAUÍ: O ESPAÇO DA PRÁTICA E DE PATRIMÔNIO

Ela é o corpo e a alma, é o primeiro mundo do indivíduo e nosso canto do mundo. Ela nos dá a ilusão de estabilidade (BACHELARD, 1993).

Abordar uma etnografia da casa é esta sempre na ‘corda bamba’ da memória e da imaginação (BACHELARD, 1993). Para Ingold (2012), a casa real nunca existiu e nunca ficou completamente acabada, pois ela exige de seus habitantes um eterno e contínuo esforço em relação aos humanos e não humanos que entram e saem desse espaço. Exige-se um cuidado, quanto aos fungos, as chuvas, as folhas. A casa real é uma reunião de vidas, ser uma coisa no meio da coisificação. Nossas relações não consistem nos objetos, mas em como nos aproximamos deles.

Bosi (1979)<sup>27</sup> diz que a primeira casa, a casa materna, nem sempre é a casa onde se encontra a maioria de nossos momentos mais importantes. “Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções” (p.356). Sempre haverá uma casa que se privilegia na construção das lembranças. No caso da Dona Inácia, sua casa é fruto de seu casamento. Por ser uma casa de interior e de periferia, suas feições ainda marcam um período onde se coloca a cadeira na porta de casa e sua porta permanece sempre aberta, para quem quiser chegar e tirar um ‘dedo de prosa’. Onde os vizinhos se conhecem, praticamente uma linha de parentesco, de fato, não me surpreenderia se fulano fosse filho do neto de cicrano, essas comunidades de interiores possuem suas próprias linhagens.

Ingold (2012) afirma que os filósofos veem o espaço como uma boneca russa, com vários níveis e subníveis dentro da mesma, sempre se abrindo e mostrando outros lugares. Assim como uma casa, ela é composta por vários outros níveis de lugares, cômodos, quintais, varandas. A interação entre eles seria a partir do movimento. O espaço é o encontro de seus habitantes e seu entrelaçamento como nós de vida. Nunca é o mesmo, pois a pessoa que caminha por ele, nunca será a mesma. Ele modifica e acompanha o indivíduo (INGOLD, 2011)<sup>28</sup>.

Assim, como os lugares são interpretados como contêineres para as pessoas, então essas pessoas - ou melhor, suas mentes - passam a ser vistas como recipientes para os elementos da tradição que são transmitidos a eles por seus ancestrais, e que por sua vez vai passar para seus descendentes. É por isso que o conhecimento tradicional é tão frequentemente assumido (p. 155)<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança de velho**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

<sup>28</sup> INGOLD, T. 2011. “Against space: place, movement, knowledge”. In: **Being Alive: Essays on movement, knowledge and description**. London and New York: Routledge

<sup>29</sup> A citação do texto foi retirada e traduzida por mim.

Na casa, a disposição dos cômodos e dos objetos explicam muito sobre seus habitantes e como eles estabelecem suas afeições. Leitão; Machado (2010)<sup>30</sup> ao falar da casa Kayble de Bourdieu (1999)<sup>31</sup>, diz que os sujeitos que constroem e organizam os objetos de acordo com seus sistemas de pensamentos compartilhados. Todavia, esses objetos também constroem esses pensamentos. Embora a casa tenha uma certa estabilidade e solidez, ela possui uma dinâmica que é desenvolvida por seus habitantes, no caminho de um cômodo a outro, entrando e saindo por suas portas, nas atividades e práticas do cotidiano (INGOLD, 2012, p. 40).

Os caminhos realizados nos pés ao chão. O que de fato chamamos de chão, na verdade é, para Ingold (2012) uma superfície onde o ar e a umidade se relacionam com a terra na formação das coisas vivas. Mas é na sala onde é possível salientar o encontro do sagrado e o público (SANTOS, 2010). Mas o que torna esses cômodos afetivos? Acredito eu que seriam os objetos que organizamos nesses lugares. Uma sala sem objetos seria inabitável, as ausências dos objetos nos cômodos transformariam em lugares desertos (INGOLD, 2012).

A arrumação desses objetos diz muito sobre seus possuidores, a posição de status que cada um possui. As intimidades dos objetos postos no quarto, a cama preparada para o ritual de repouso, o arranjo das cadeiras na sala, que sempre estão prontas para uma roda de conversa. “Quanto mais voltado ao cotidiano, mais expressivos são os objetos” (BOSI, 1979, p. 360). Certeau (2013)<sup>32</sup> faz uma análise sobre a habitar a casa, que eu não poderia mencionar mais claro:

Um lugar habitado pela mesma pessoa durante um certo tempo esboça um retrato semelhante, a partir dos objetos (presentes ou ausentes) e dos costumes que supõem. O jogo das exclusões e das preferências, a disposição do mobiliário, a escolha dos materiais, a dos materiais, a gama forma de cores, as fontes de luz, o reflexo de um espelho, um livro aberto, um jornal pelo chão, uma raquete, cinzeiros, a ordem e desordem, o visível e o invisível, a harmonia e as discordâncias, a austeridade ou a elegância, o cuidado ou a negligência, o reino da convenção, toques de exotismo e mais ainda a maneira de organizar o espaço disponível, por exíguo que seja, e de distribuir nele diferentes funções diárias [...] tudo já compõe um ‘relato de vida’, mesmo antes que o dono da casa pronuncie a mínima palavra. O olhar atento reconhece imediatamente a confusão dos fragmentos do ‘romance familiar’, o traço de uma encenação destinada a dar uma certa imagem de

<sup>30</sup> LEITÃO, Débora Kriskke; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Tratar as coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 2, p. 231-247, 2010.

<sup>31</sup> BOURDIEU, Pierre. A Casa Kabyle ou o mundo às avessas. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), v. 8, n. 8, p. 147-159, 1999.

<sup>32</sup> DE CERTEAU, Michel de et al. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

## **CASAS DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS, PIAUÍ: O ESPAÇO DA PRÁTICA E DE PATRIMÔNIO**

si, mas também a confissão involuntária de uma maneira mais íntima de viver e sonhar (p.203, 204).

Acredito que os objetos sejam mencionados em correlação a casa, já que estes, acompanham a casa e seus habitantes na velhice. Os objetos nos permitem afetividades em nossas posições de mundo. Bosi (1979) chama esses objetos de ‘objetos biográfico’, pois envelhecem com seus habitantes e se incorporam em suas vidas, são marcos de experiências afetivas que seus habitantes querem lembrar, são objetos que se enraízam em seus interiores, são insubstituíveis. “Elas nos dão a pacífica impressão de continuidade” (BOSI, 1979, p. 360).

69

### **CASA DE REZADEIRA: A CASA DE DONA INÁCIA**

O espaço doméstico é um lugar privilegiado onde os atores encenam os significados sociais implementados em sua casa. Os diversos lugares que compõem a casa, nem de longe se comparam as múltiplas funções e práticas (CERTAU, 2013). A casa é o local no qual encontramos a dinâmica de pessoas e os processos psicológicos. O espaço da casa é onde encontramos o refúgio e o conforto. “A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade” (BACHELARD, 1989, p. 37).

Quando realizei a visita à casa das rezadeiras, a casa de Dona Inácia, possuía uma porta de entrada que chamou a atenção. É uma porta de madeira, que se repartia em duas partes, típica porta encontrada em cidades do interior. Somente no espaço da sala de estar, espaço que mais produzimos para aparentar e destacar as características que queremos que os outros tenham sobre nós, é onde a busca pela cura se encontra, mas é também o local da rotina de assistir televisão e novelas. Sem muito adentrar, logo pude ver os quadros de santos em suas paredes e crucifixos. Assim, sem pensar muito, entendi que a imagem passada ali era de mulheres devotas ao catolicismo.

É em sua sala de estar ou em suas varandas, do sol raiar pela manhã até ele se pôr pela noite. Seus pacientes as buscam para obter a cura de um mal físico ou espiritual, e é naquele espaço, que se passa o cotidiano dessas mulheres, onde sua fé, quando evocada, as tornam rezadeiras. Mas não apenas a prática da reza se faz a casa, é onde essas mulheres criaram e alimentaram seus filhos e netos, onde sentiram a perda de entes queridos, mas também se afeiçoaram aos novos, onde bolos com café são servidos para as visitas e um dedo de prosa.

Suas histórias são contadas e vividas. Na casa elas transformam sua individualidade cotidiana, para as intermediárias da cura.

A casa de Dona Inácia logo foi reconhecida pela simplicidade, pequenas construções, paredes de tijolos, nem sempre com rebocos, o piso, quando não era de chão batido, era de cimento frio. O teto é forrado de telhado, construída com ‘meia-água’, que são casas construídas que evidenciam as poucas condições financeiras de quem mora lá. As paredes construídas de forma que não chegassem ao encontro do telhado deixando, assim, melhor ventilação dos cômodos, características de construções de casas mais antigas. A casa simples, com no máximo quatro a cinco cômodos, incluindo sala, seu quarto, a cozinha, que possuía uma construção bem simples, tinha ainda seu forno a lenha que, no momento de nossa visita, tinha uma refeição sendo preparada nele.

Da sala era possível ver um ensaio de porta realizada com uma cortina azul em tons mais escuros que em sua parede, um tecido pregado com pregos que realizava a divisão de cômodos, provavelmente o quarto de Dona Inácia. Um outro quarto no qual ficavam suas filhas e o banheiro que se encontrava atrás da casa, em seu quintal. Quando cheguei a casa de Dona Inácia, de primeira, minha atenção voltou para as paredes de sua sala, de cores azul claro, quase que desbotadas e agudas. Acredito eu, com a experiência de minha mãe, que seria a mistura de mais água para economizar a tinta das paredes. Minha mãe é uma adepta dessa técnica. Mesmo com a simplicidade, é notório que a Dona Inácia adora receber visitas, então, perguntei se poderia realizar outras visitas. Com isso, gentilmente, afirmou que sua casa está de portas abertas:

*Podendo vim, pode! A casa é pobre, mas não pega pobreza em vocês não (risos). Ela é pobre porque Deus queria que eu ficasse na pobreza, pelos anos que eu nasci, se fosse para mim ser rica, eu já era (DONA INÁCIA, 2019).*

Assim, embora se notasse uma boa limpeza dentro da casa, as rachaduras e rebocos evidenciavam uma casa simples e velha, isso correspondia com a tinta azul clara aguada descascando das paredes.

Morar na casa se propõe por meio da intencionalidade dos atos praticados naquelas materialidades, com diversas ressonâncias e repercussões, ecos e lembranças de um passado impregnados em paredes do presente. É a partir de nossas memórias que damos nomes a objetos, reconhecemos nosso lugar no tempo e espaço. Está na casa, sentir a casa, não seria apenas o confronto de coisas-reais, mas também de coisas-sentidas (SOUZA, 2003). Todos nós

## CASAS DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS, PIAUÍ: O ESPAÇO DA PRÁTICA E DE PATRIMÔNIO

moramos em algum lugar que se apropria de nossas características, nós mesmos, nossas lembranças, nossa memória, nossa casa, são espaços que construímos em nós mesmos.

Paredes discretas, fotografias também, imagens de santos pouco a pouco foram sendo captadas por mim e diferenciadas, mas na parede do canto esquerdo em sentido a entrada da casa, havia uma fotografia em um tamanho consideravelmente grande para nossa época. Era a fotografia de um homem, pintada como aquerela, com seu tom de pele pálido e branco, vestia um terno e por de trás, um fundo um pouco mais azul, menos aguado que os tons que encontrei nas cores das paredes.

Me fez recordar de um mesmo estilo de fotografia que se encontrava nas paredes do quarto de minha avó materna que, por coincidência, também tinha suas paredes na cor azul claro. Aquela imagem era a fotografia de meu avô quando jovem. Ao lado dessa fotografia, havia outra no mesmo estilo de moldura que orgulhosamente ela mostrava sua juventude. Percebi, então, que a casa de Dona Inácia estava além de apenas suas relações particulares, mas que eu, como indivíduo, repartia minhas lembranças e me relacionava com aquele lugar.

A casa de Dona Inácia que mais se destaca em suas imagens de santos que fazem parte do catolicismo popular assíduo por essas mulheres. As imagens religiosas, quando se encontram em um local devocional, representa além do que ela evoca e explicita sua própria presença, torna-se visível. Elas o que denotam a existência de uma devoção religiosa independente da frequência de visitas as igrejas, mas que é vivida em seu cotidiano.

As imagens devocionais são instrumentos de comunicação com um mundo celeste. As imagens de santo na devoção representam mais que os milagres de Deus, pois os santos são os instrumentos utilizados por Deus para a realização desses milagres. Dessa forma, os santos vão se especificando, cada um com suas propriedades. As imagens de devoção são evocadas para ocupar espaços que possuem sentidos indicados pelas práticas de adoração. A devoção a imagem é o pedido de apropriação de propriedades particulares atribuídas a cada santo (LOPES, 2003). Dona Inácia com orgulho, ela faz questão de me explicar suas devoções:

*Aqui é Santa Luzia, tá vendo?! (apontando para a imagem na parede) Nossa senhora da Aparecida, quando eu tive em São Paulo eu trouxe ela. (O filho a interrompem e a corrigi) É! Aquela dali é Nossa senhora da Penha, num da Aparecidanão, aqui a Igreja de São Paulo. Essa aqui é Santa Luzia. (DONA INÁCIA, 2019).*

Esses objetos que se correlacionam a casa, são objetos que acompanham a casa e seus habitantes na velhice, os objetos nos permitem afetividade em nossa posição de mundo.

As cadeiras de ferro envolvidas por uma espécie de mangueira fina, quase transparente, de diversas cores, roxo, verde, azul, chamados de ‘macarrão’, bem típico nas varandas das casas de velhos, postas na sala para receber nossa visita. Perto delas, no canto direito em sentido a porta de entrada, havia uma estante, de metal, na cor preta, quase que descascando, com alguns compartimentos que possuíam fotografias. Na parede ao lado da estante, três flores estavam penduradas, aparentemente, flores de papel feitas para alguma decoração de festa, mas que, agora, faziam parte da casa.

A cozinha de Dona Inácia possuía um tom branco, com várias partes da parede apenas com reboco. No canto direito da entrada encontrava-se uma mesa retangular de madeira, forrada com um tecido meio plástico branco, com um crucifixo bem perto, sem nenhuma cadeira, onde seu neto, sentado, curiosamente escutava nossa conversa e também nos fazia companhia. Do lado contrário à mesa, ainda tendo uma visão apenas da sala. Era possível ver um fogão à lenha, que se encontrava aceso. Quase que rente a entrada da sala para a cozinha, era possível ver uma saída para seu jardim, ou melhor, como ela chamou, seu quintal, no qual plantava suas ervas, seu material para chá, bem como colocava as roupas no varal e onde estava localizado o banheiro da casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda e qualquer manifestação cultural está sujeita a mudanças e ao hibridismo. Oliveira (1985 a, p.15)<sup>33</sup> afirma que as rezadeiras tiveram que se adaptar e criar estratégias para coexistirem no meio urbano. “Elas criam e recriam um aspecto importante da cultura popular o de produzir curas e o de tornar vivas e sólidas as relações entre as pessoas” (p.15).

Então esse breve ensaio inicial tem o intuito de apontar a necessidade de entender como essas mulheres, seus ofícios, suas práticas e seu espaço tornam-se patrimônio. O patrimônio imaterial são bens vivos, dinâmicos e em constante mudanças, expressos através de ações

---

<sup>33</sup> OLIVEIRA, Elda Rizzo. *O que é benzeção*. São Paulo Brasiliense, 1985 a.

## CASAS DE REZADEIRAS DA CIDADE DE OEIRAS, PIAUÍ: O ESPAÇO DA PRÁTICA E DE PATRIMÔNIO

culturais de base oral, de memórias narradas, de construção de seus espaços como patrimônio vivo.

Como Mauss (1974)<sup>34</sup> buscarei por uma regra de método que a vida social como essência e que varia. Ao mesmo tempo que as variações ao externo estão sendo produzidas sem o conhecimento do observador. A vida social das rezadeiras se apresentam em duas formas oponíveis e paralelas à sua dupla morfologia. Em suas casas não ocorrem só o ritualístico, como também não ocorre só o cotidiano, um está dentro da outra, são complementares e opostos (BOURIEU, 1999). Cada função social tem seu ritmo próprio (MAUSS, 1974).

Não há espaço sem o seu valor afetivo, não há imaterialidade sem sentimentos. Sendo assim, concordo com Peter Gow (1995)<sup>35</sup> quando ele diz que não é apenas os espaços que as pessoas vivem e para a quão elas dão sentido, são suas vidas estão intimamente ligadas a isso. Não devemos reduzir a história a um aspecto de fabricação de materiais humanos e representações. Devemos começar a pensar nas implicações dessas outras histórias como modo de experiência vivida.

---

<sup>34</sup> MAUSS, Marcel (1974). “Ensaio sobre as Variações Sazoneiras das Sociedades Esquimós”. In. **Sociologia e Antropologia**, vol. II. São Paulo. Editora Pedagógica e Universitária Ltda/ Editora da Universidade de São Paulo. p. 237-326.

<sup>35</sup> GOW, Peter. 1995. Land, People and Paper in Western Amazonia. In **The Anthropology of Landscape: Perspectives of Place and Space**, Hirsch E. e O’ Hanlon (eds.). Oxford Univeraity Press, p.43-62.

# A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUENTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

Teresinha Queiroz<sup>1</sup>

**RESUMO:** A história da Independência do Brasil tem sido registrada e comemorada ao longo de dois séculos. No Piauí, os textos fundacionais aparecem no século XIX, porém as interpretações mais consistentes foram produzidas no século XX, por historiadores como Abdias Neves, Hermínio Conde, Odilon Nunes, Wilson de Andrade Brandão, Monsenhor Chaves, Bugyja Britto e Claudete Dias, configurando versões e revisões acerca do tema. Este artigo tem como objetivo apresentar as principais obras e os contextos de suas produções, bem como chamar a atenção para as significações diversas dadas ao processo de independência, vivido e visto do Piauí. Chama-se a atenção também para as celebrações que envolvem as distintas datas (19 de outubro, 24 de janeiro e 13 de março) inscritas como as mais relevantes nos anos 1822 e 1823, no decurso do processo separatório.

**Palavras-Chave:** Independência do Brasil. Independência no Piauí. Historiografia Piauiense.

**ABSTRACT:** The history of Brazil's Independence has been recorded and celebrated over two centuries. In Piauí, the foundational texts appear in the 19th century; however, the most consistent interpretations were produced in the 20th century, by historians such as Abdias Neves, Hermínio Conde, Odilon Nunes, Wilson de Andrade Brandão, Monsenhor Chaves, Bugyja Britto and Claudete Dias, configuring versions and reviews on the topic. This article aims to present the main works and the contexts of their productions, as well as draw attention to the different meanings given to the Independence process, experienced and seen in Piauí. Attention is also drawn to the celebrations involving the different dates (October, 19th; January, 24th and March, 13th) inscribed as the most relevant in the years 1822 and 1823, during the separation process.

**Key words:** Independence of Brazil; Independence in Piauí; Piauí historiography.

**RESUMEN:** La historia de la Independencia de Brasil ha sido registrada y celebrada durante dos siglos. En Piauí, los textos fundacionales aparecen en el siglo XIX; sin embargo, las interpretaciones más consistentes se produjeron en el siglo XX, por historiadores como Abdias Neves, Hermínio Conde, Odilon Nunes, Wilson de Andrade Brandão, Monsenhor Chaves, Bugyja Britto y Claudete Dias, configurando versiones y críticas sobre el tema. Este artículo tiene como objetivo presentar las principales obras y los contextos de sus producciones, así como llamar la atención sobre los diferentes significados dados al proceso de Independencia, vivido y visto en Piauí. También se llama la atención sobre las celebraciones en las diferentes fechas (19 de octubre; 24 de enero y 13 de marzo) inscritas como más relevantes en los años 1822 y 1823, durante el proceso de separación.

**Palabras clave:** Independencia de Brasil; Independencia en Piauí; Historiografía de Piauí.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

A Independência constitui o tema de maior relevância na historiografia piauiense, do qual se derivam centenas de registros. Sobressaem-se três conjuntos de escritos que sinalizam para a maneira como é pensado o evento na história e na memória: uma escrita instituinte, tributária da documentação arquivística, que posiciona, organiza e estabelece os fatos; uma historiografia revisionista que redistribui as glórias; uma historiografia moderna, que se pretende científica, que dialoga com os procedimentos teóricos e metodológicos da área.

O primeiro conjunto evidencia as disputas da época e configura os interesses de cada espaço – o metropolitano, o do Rio de Janeiro, o da Bahia, o do Ceará, o do Piauí, o do Maranhão. No Piauí, realça as comunidades e as câmaras locais. Personagens principais e secundários são colocados no interior das disputas e, nos discursos, as tensões entre o oral e o escrito ainda são bastante visíveis. Preserva-se em seu núcleo e nos argumentos fundamentais, suas teses reproduzidas por autores subsequentes. Recorre à memória dos contemporâneos e aos arquivos locais e regionais, sendo mais consultados os documentos relativos aos eventos de Oeiras (PI), Parnaíba (PI), Caxias (MA), São Luís (MA) e do Crato (CE).<sup>2</sup>

O segundo conjunto compõe-se de revisões, por ocasião do centenário, dos eventos de 1822-1823. Os aniversários são tempos de rememoração, que, por sua vez, trazem novos olhares sobre os acontecimentos celebrados. No Piauí, como em todo Brasil, produziram-se revisões historiográficas que circularam nas revistas da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, em livros patrocinados pelo governo do Estado e em artigos que alimentaram polêmicas, a exemplo da desenvolvida entre Anísio Brito e Abdias Neves, em 1923.<sup>3</sup> Os autores sintonizados com as revisões da historiografia brasileira trazem para os seus textos a questão nacional, então colocada enquanto tensão entre o Norte e o Sul, face ao reordenamento da política, incorporando as disputas culturais e literárias. Na década de 1920, a intensificação dos movimentos regionalistas e as tensões advindas dos desdobramentos da Semana de Arte Moderna têm impacto sobre a historiografia. Este é também o momento da invenção do Nordeste.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> A documentação local e regional foi pesquisada especialmente por José Martins Pereira de Alencastre (1857), Luís Antônio Vieira da Silva (1862) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1909).

<sup>3</sup> BRITO, Anísio. O Dr. Abdias Neves é mero colaborador. *O Piauí*. Teresina, ano 34, n. 681, 9 ago. 1923; BRITO, Anísio. O Dr. Abdias Neves compilou Vieira da Silva. *O Piauí*. Teresina, ano 34, n. 683, 16 ago. 1923; BRITO, Anísio. Abdias Neves incorrigível compilador de Vieira da Silva. *O Piauí*. Teresina, ano 34, n. 686, 23 ago. 1923; BRITO, Anísio. Abdias Neves correndo com a sela. *O Piauí*. Teresina, ano 34, 30 ago. 1923.

<sup>4</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 1999.

Nessa historiografia surgem novas versões em torno do papel das personagens principais e secundárias e acerca da importância das decisões tomadas, atribuindo-se outros significados à participação dos independentes piauienses, cearenses, maranhenses, baianos e pernambucanos na conquista e consolidação da independência nacional. Os autores criticam os silêncios, as limitações e os equívocos dos livros de História do Brasil, relativamente ao tema. As perspectivas revisionistas exacerbam a ideia da história como processo, em tributo ao modelo cientificista vindo do século XIX, construindo-se narrativas fechadas, embora com sentidos conflitantes no conjunto. Na historiografia sobre a independência do Brasil no Piauí, verifica-se reposicionamento de heróis, de mártires, de vencedores e de vencidos. Radicaliza-se em torno da atuação de João José da Cunha Fidié<sup>5</sup> e do presidente da junta governativa de Oeiras, Manuel de Sousa Martins,<sup>6</sup> logo após Barão da Parnaíba, que, ao tomar as rédeas do processo histórico dirigindo a adesão à independência, sob o comando do príncipe D. Pedro, favorece a luta pela conquista da unidade nacional. Essas personagens são cada vez mais realçadas,

---

<sup>5</sup> Militar português nascido no século XVIII e falecido em Lisboa em 1856. Participou da guerra contra os franceses que invadiram Portugal, forçando a vinda de D. João VI para o Brasil em 1808. Nomeado Comandante de Armas da Província do Piauí em 1822, tinha como missão manter o domínio português na região. Sua participação nas lutas da independência no Piauí e no Maranhão está amplamente documentada e discutida em toda a bibliografia sobre o tema. Deixou uma memória que trata de sua participação nesses eventos, localizada por Hermínio Conde na Secção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Após a queda de Caxias, foi preso e remetido para o Rio de Janeiro e de lá para Portugal. Foi diretor do Colégio Militar de Lisboa e faleceu com a patente de general. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense: 1549-1997*. Teresina: [s.n.], 1997. p. 144-146.

<sup>6</sup> Manuel de Sousa Martins nasceu em 1767, na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, de Jaicós. Grande proprietário rural, criador e negociante de gado, ocupou diversos empregos públicos e fez carreira militar. Foi nomeado sucessivamente alferes, tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel das milícias do Piauí. Em 1820 atingiu o posto de brigadeiro e entrou para a reserva. Em 1821, como vice-presidente da província, passou a fazer parte da junta do governo provisório que atuou de 21 de outubro de 1821 a 7 de abril de 1822. A 24 de janeiro de 1823 tornou-se presidente da nova junta de governo temporário da província, em decorrência da adesão de Oeiras à independência do Brasil. Teve notável participação no processo de independência no Piauí e no Maranhão. Em 1825 recebeu o título de Barão da Parnaíba e em 1841 foi elevado à dignidade de Visconde. Administrou a província do Piauí de 1823 a 1843, com pequenos interregnos no final dos anos 1820 e início da década de 1830, quando foi substituído por João José Guimarães e Silva (15 de fevereiro de 1829 a 17 de fevereiro de 1831). Faleceu na cidade de Oeiras em 1856. CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. Teresina: Tipografia d'A Imprensa, 1879, p. 49-52.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUENTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

enquanto outras passam a figurar como secundários, caso dos independentes de Parnaíba, João Cândido de Deus e Silva<sup>7</sup> e Simplício Dias da Silva.<sup>8</sup>

O terceiro momento, o da historiografia moderna, agrega historiadores que buscam compreender o evento de maneira científica. Essa produção, iniciada nos anos 1950, torna-se mais visível nas décadas de 1960 e 1970, em virtude das comemorações sesquicentenárias. Pertencem a esse conjunto obras de Odilon Nunes, de Monsenhor Chaves e de Wilson de Andrade Brandão. Nesse momento aparece fortemente a relação entre a escrita e o Estado.<sup>9</sup> Odilon Nunes em *Pesquisas para a história do Piauí*,<sup>10</sup> de 1966, dialoga com Vieira da Silva, Pereira da Costa e Abdias Neves. Sua escrita sintética procura corrigir teses daqueles autores. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*, de Monsenhor Chaves, o mais divulgado do conjunto, com quatro edições até 2006,<sup>11</sup> resulta de concurso de âmbito nacional promovido pelo governo do Piauí em 1972. Monsenhor Chaves retoma o texto instituinte de Abdias Neves, *A guerra do Fidié*,<sup>12</sup> entretanto confere maior importância aos eventos de Parnaíba e de Campo Maior, com realce para os últimos. Ao contrário de Abdias Neves, cujo enfoque é regional e

---

<sup>7</sup> João Cândido de Deus e Silva foi magistrado, professor e político. Nasceu no Pará em 1787 e faleceu no Rio de Janeiro em 1860. Foi juiz de Campo Maior e Parnaíba, notabilizando-se pela contribuição à causa da independência do Brasil, ao fazer, com outros patriotas, o levante da vila da Parnaíba, em 19 de outubro de 1882, proclamando a independência e aclamando D. Pedro I imperador do Brasil. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense (1549-1997)*. Teresina: [s.n.], 1997. p. 319.

<sup>8</sup> Simplício Dias da Silva foi proprietário, político e revolucionário, nascido e falecido em Parnaíba (1773-1829). Estudou em Coimbra, Portugal. Retornando ao Brasil, foi muito ativo no processo de independência. Nomeado presidente da província do Piauí, por Carta Imperial de 25 de novembro de 1823, não assumiu o cargo. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense (1549-1997)*. Teresina: [s.n.], 1997. p. 328.

<sup>9</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Bagaço, 2006. p. 141-170; MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *História, memória e identidade da batalha do Jenipapo: Campo Maior – PI/1823*. 2007. Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2007.

<sup>10</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1966.

<sup>11</sup> CHAVES, Joaquim (Pe.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975; CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993; CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005; CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: FUNDAPI, 2006. (Coleção Independência, 3). As duas últimas edições foram patrocinadas pela Fundação de Apoio Cultural do Piauí (FUNDAPI). O livro foi também inserido nas três edições da *Obra completa*. CHAVES, Mons. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998; CHAVES, Mons. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005; CHAVES, Mons. *Obra completa*. 3. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

<sup>12</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Teresina: Liv. e Tip. Veras, 1907.

amplo, Monsenhor Chaves reduz o recorte espacial e temático, porém expande os efeitos da batalha do Jenipapo para a dimensão nacional, apontando-lhe novos significados. Na historiografia atual a ênfase é na interpretação da independência no Piauí – especialmente quando se trata da batalha do Jenipapo – enquanto movimento de feição popular.

#### Uma escrita instituinte

A primeira referência ao processo de independência do Brasil no Piauí aparece em 1857, em *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*, de José Martins Pereira de Alencastre, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB).<sup>13</sup> Secretário de governo do presidente da província, José Antônio Saraiva, Alencastre, em três páginas, faz a síntese dos acontecimentos. O centro de sua narrativa é João José da Cunha Fidié e os seus deslocamentos na capitania. O percurso de Fidié é registrado desde a sua saída de Oeiras em direção à Parnaíba sublevada na proclamação de 19 de outubro, estabelecendo os fatos a partir de Oeiras, Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior, Estanhado (hoje União) e Caxias. Salienta a figura e a personalidade de Manuel de Sousa Martins, caracterizando-o como déspota e definindo sua ação histórica e política como “[...] nada sobre uma página negra”.<sup>14</sup> Daí decorrem variações, prevalecendo, porém, por quase um século, a imagem negativa desse presidente da província.

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, no seu *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres*,<sup>15</sup> trata, de maneira direta, de três personagens ligadas à história da

---

<sup>13</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 20, p. 5-164, 1857.

<sup>14</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981. p. 68.

<sup>15</sup> CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*. Teresina: Tip. d’A Imprensa, 1879.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

independência – Leonardo de Carvalho Castelo Branco,<sup>16</sup> José Francisco de Miranda Osório<sup>17</sup> e Manuel de Sousa Martins. Destaca-se, nessa escrita, a ênfase à ação patriótica e abnegada de Leonardo, sua participação nos eventos do Norte, a proclamação da independência na vila de Piracuruca, sua atuação em Campo Maior e a tentativa de negociação na vila maranhense de Brejo dos Anapurus, onde foi preso e conduzido para São Luís e, após, para Lisboa. A saga desse independente dá início à sua valorização histórica, que será alimentada por Clodoaldo Freitas em vários de seus artigos sobre o tema, configurando-se aí uma presença constante e, no geral, positivada, na história desses sucessos. Leitura igualmente positiva fez Castelo Branco sobre José Francisco de Miranda Osório, um dos responsáveis pela adesão de Parnaíba em 19 de outubro, atuação vista como arrojada. No que diz respeito a Manuel de Sousa Martins, o autor pouco realça sua participação no movimento, tratando na biografia sobretudo da fortuna particular do governante piauiense e das honrarias de que houve mercê.

Os primeiros textos de Clodoaldo Freitas alusivos à independência são de 1885. A série de três artigos denominada História do Piauí: as lutas da independência,<sup>18</sup> saiu no mesmo período em

---

<sup>16</sup> Leonardo de Carvalho Castelo Branco nasceu na fazenda Taboca (hoje no município de Esperantina) em 1788. Recebeu educação no seio da família, pois seu pai, Miguel de Carvalho, fora educado no Colégio dos Jesuítas da Bahia. Estudou português, latim, geografia, física e matemática. Participou mais ativamente da política a partir de 1821. No ano seguinte, já tinha forte participação no processo da independência, acompanhando os parnaibanos nas lutas iniciais. Proclamou a independência em Piracuruca e em Campo Maior. Ao apresentar-se no povoado Repartição (MA) para persuadir seus habitantes a proclamar a adesão a D. Pedro, foi capturado e recolhido à cadeia de São Bernardo (MA) e daí enviado para São Luís (MA) e de lá para Lisboa, onde ficou algum tempo na cadeia do Limoeiro. De volta ao Brasil, igualmente participou da Confederação do Equador, sendo agora aprisionado pelo presidente da província do Piauí, Manuel de Sousa Martins. Após essas jornadas da política, instalou-se na Europa por vários anos, ocupado em pesquisas científicas e na produção literária. Faleceu aos 85 anos, em 1873, no sítio Barro Vermelho, hoje no município de Batalha. CASTELO BRANCO, 1879, p. 81-85.

<sup>17</sup> Aos 13 anos incompletos foi encaminhado pelo pai – que era capitão de primeira linha do Exército, para a vida militar. Alferes em 1815, tenente em 1820, capitão em 1823 e em seguida major. Alcançou o posto de tenente-coronel em 1831. Mudou-se de Oeiras, sua terra natal, para Parnaíba, onde se dedicou ao comércio, sendo caixeiro de seu tio e depois sogro Manuel Antônio da Silva Henriques. Envolveu-se na vida política brasileira desde 1817, festejou a constituição portuguesa de 1820 e participou ativamente da proclamação de 19 de outubro em Parnaíba e após, da batalha do Jenipapo. Aderiu, com outros parnaibanos como Simplício Dias da Silva e o juiz João Cândido de Deus e Silva, à Confederação do Equador (1824), motivo pelo qual foi preso em Oeiras. Teve notável participação na repressão à Balaiada no norte da província, onde dirigiu a Coluna do Norte. Foi comandante superior da Guarda Nacional, vice-presidente da província, ocupando o cargo de presidente interino em 1876, deputado à Assembleia Provincial, presidente da câmara municipal de Parnaíba, juiz de paz e delegado de polícia. Nasceu em 1800 e faleceu em 1877 em Parnaíba. CASTELO BRANCO, 1879, p. 93-97.

<sup>18</sup> FREITAS, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, nº 853, 31 jan. 1885; FREITAS, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, nº 854, 7 fev. 1885; FREITAS, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, nº 855, 12 fev. 1885.

que Francisco Augusto Pereira da Costa também iniciava suas incursões pela história do Piauí.<sup>19</sup> A divulgação ocorria no jornal liberal *A Imprensa*, de que ambos eram redatores. Tomando como referência Luís Antônio Vieira da Silva,<sup>20</sup> Clodoaldo trata do contexto político nacional e de diferentes províncias, focalizando, nos planos local e regional, os eventos do Norte do Piauí e do Maranhão até a derrota em Caxias. Seus espaços de observação são Parnaíba, Campo Maior, União e Caxias e os personagens destacados são Fidié e Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Piauienses e cearenses enfrentam o chefe português no riacho do Jenipapo e preparam-se para combater no Maranhão ainda sob o domínio português. Enfatiza o combate, a perda da bagagem de Fidié, a reunião dos derrotados e a situação de Campo Maior após a luta. Colore o episódio pedindo meças e honras ao nome piauiense também no Maranhão. Primeiro texto a qualificar a ação piauiense no Jenipapo – heroísmo, patriotismo, coragem, generosidade e “sangue de nossos avós”, são as lições do enfrentamento a Fidié.

No artigo Um patriota piauiense, de 1912,<sup>21</sup> Clodoaldo retoma os seus estudos sobre Leonardo Castelo Branco e corrige o erro em que incorreu nos artigos de 1885, de que Leonardo teria sido fuzilado. Relê Vieira da Silva e tem acesso a cópia da Carta de Sentença e outros documentos relacionados à prisão e à soltura do independente.<sup>22</sup> Aqui expressa aquela representação que vai ser propagada na década de 1920, a de Leonardo como “[...] ilustre patriota, o único, afinal, que realmente sofreu pela causa da independência entre nós [...]” e que nada mereceu dos poderes públicos. Em 1923, já define Leonardo como poeta e inventor injustiçado.<sup>23</sup>

A *guerra do Fidié*, de Abdias Neves, é o texto mais celebrado sobre o processo da independência no Piauí. Publicado originalmente no *Almanaque piauiense para o ano de 1905*<sup>24</sup> com o título *Independência do Piauí: apuntes históricos*, é editado em 1907, trazendo

---

<sup>19</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Uma página de história: o dia 24 de janeiro de 1823. *A Imprensa*, Teresina, ano 20, n. 852, 25 jan. 1885; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. D. João de Amorim Pereira. *O Telefone*, Teresina, 10 abr. 1885; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Comando das Armas do Piauí. *A Imprensa*, Teresina, ano 20, n. 862, 11 abr. 1885.

<sup>20</sup> SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da independência da província do Maranhão: 1822-1828*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1972.

<sup>21</sup> FREITAS, Clodoaldo. Um patriota piauiense. *Litericultura*. Teresina, ano 1, n. 6, 1 jun. 1912.

<sup>22</sup> FREITAS, 1912.

<sup>23</sup> FREITAS, Clodoaldo. Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, como poeta e como inventor. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 6, p. 25-34, 24 jan. 1923.

<sup>24</sup> NEVES, Abdias. *Independência do Piauí: apuntes históricos*. *Almanaque piauiense para o ano de 1905*. São Luís: Tip. Teixeira, 1904.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

indiscutível fama ao seu autor. Na historiografia piauiense, estabelece os fatos: inicia com a vinda de Fidié e conclui com o regresso das tropas de Caxias, no Maranhão. No geral, o livro foi bem recebido, a despeito da acusação de plágio feita por Anísio Brito em 1923.<sup>25</sup> Constrói interlocução com Luís Antônio Vieira da Silva, cuja *História da independência na província do Maranhão*, de 1862, logo se tornou referência para os estudos regionais, o que não significa afirmar que Abdias Neves concorde com as argumentações e conclusões do historiador maranhense. Utiliza documentação oficial relativa aos eventos ocorridos nas províncias do Ceará, do Piauí e do Maranhão, especialmente das duas últimas. A narrativa é conduzida seguindo o teor da correspondência recebida e expedida pela junta de governo em Oeiras, e os comandantes de presídios, por Fidié, pelas cortes no Rio de Janeiro, os comandantes cearenses, Pierre Labatut,<sup>26</sup> as câmaras municipais e diversas autoridades provinciais. Intercala à documentação estudada opiniões pessoais sobre as decisões dos atores do evento e críticas contundentes a Fidié e a Sousa Martins. Sua história é contada seguindo a organização e o teor das correspondências, mostrada a partir de cenários diversos: Oeiras, Parnaíba, Campo Maior, Caxias. Abdias Neves minimiza a ação dos cearenses, apresentando-os como verdadeiros bandidos, com o fim de exaltar a atuação das tropas piauienses. Escreve uma epopeia cujos protagonistas são piauienses, cearenses, maranhenses, pernambucanos, alguns baianos que enfrentam portugueses e simpatizantes da causa de Portugal. O livro, do ponto de vista da narrativa, apresenta dois perfis: a primeira parte é sumamente opinativa; a segunda é mais documentada e mostra-se de forma menos parcial. Apareceu primeiro no *Almanaque piauiense*, em 1904, e foi editado em 1907,<sup>27</sup> em 1974,<sup>28</sup> em 1985,<sup>29</sup> e em 2006.<sup>30</sup> Trata-se de um dos livros mais valorizados da estante piauiense, é a base de quase todos os estudos acerca do assunto,

---

<sup>25</sup> Cf. nota 2.

<sup>26</sup> Militar francês, nasceu em Cannes em 1768 e faleceu em Salvador em 1849. Com a proclamação da independência, ofereceu seus serviços ao governo brasileiro. Foi enviado para a Bahia, onde organizou o exército, comandou e venceu a batalha de Pirajá.

<sup>27</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Teresina: Liv. e Tip. Veras, 1907.

<sup>28</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

<sup>29</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

<sup>30</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 4. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006. (Coleção Independência, 1).

sendo especialmente citado por Francisco Augusto Pereira da Costa,<sup>31</sup> Odilon Nunes, Monsenhor Chaves e Wilson de Andrade Brandão.<sup>32</sup>

Na documentação oficial e na historiografia instituinte há efusão de nomes, porém, ao avançar o século XX, a escrita concentra-se cada vez mais nos eventos de Oeiras e de Campo Maior. A batalha do Jenipapo, seus desdobramentos e seus significados ganham centralidade, redefinindo-se o papel dos personagens e as interpretações acerca dos vencedores e dos vencidos. Ao entrar na história com Vieira da Silva, a batalha aparece com pouco relevo. O autor considera perdedores Fidié, as forças piauienses, as cearenses e as pernambucanas e exponencia os eventos finais em Caxias.

### A historiografia revisionista

Na escrita revisionista, o realce primeiro é para Clodoaldo Freitas. Em seus artigos dos anos 1920, é perceptível a mudança na avaliação do papel de Fidié nos sucessos da independência. A inépcia, a covardia e a demonização passam a ser salientados, deslocando-se aquelas nomeações anteriores de bravo guerreiro, de vencedor e de signo do terror. Clodoaldo Freitas apequena Fidié e reduz sua ação como estrategista, chefe, guerreiro e herói, conforme havia posto no século XIX, cuja escrita lhe conferira, ao mesmo tempo, a condição de vencido e de vencedor. Fidié ocupava na história e na imaginação coletiva todas as posições de significado e aparecia tão vencedor, que, mesmo na hora da derrota, a decisão era atribuída a ele, como ocorre no registro de seu abandono do projeto de retorno a Oeiras. No mesmo autor, Manuel de Sousa Martins é considerado um nulo, identificado com tudo o que aconteceu de ruim no Piauí imperial. Observa-se a continuidade de uma tradição vinda do século XIX, que definia politicamente Manuel de Sousa Martins como “[...] um nada sobre uma página negra”, fórmula utilizada por Alencastre, quando inicia a tradição de desqualificar o já Visconde da Parnaíba, que persiste na historiografia revisionista e aponta para os sentidos políticos e para os ódios pessoais e familiares que grassavam na província, ao longo daquele século.

---

<sup>31</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os tempos primitivos até a proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. v. 2.

<sup>32</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1971.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUENTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

O Fidié,<sup>33</sup> artigo publicado na *Revista da Academia Piauiense de Letras* em 1923, tem como escopo diminuir os feitos do militar português na independência do Piauí e do Maranhão, achando-lhe os erros estratégicos. Centra o seu argumento na “fuga” do governador das armas quando toma a direção do Estanhado e constrói sua imagem de sacrificador de vidas e algoz dos interesses da pátria. Segue as censuras feitas por Abdias Neves e adita-lhe outras. Entretanto, é dos poucos autores a se contrapor a diversos pontos de *A guerra do Fidié*, por exemplo, no que diz respeito à ocorrência de seca no período e à natureza dos caminhos percorridos pelas tropas portuguesas e pelos independentes. Narra toda a movimentação de Fidié, desde a sua partida de Oeiras, até Caxias.

Nesse texto aparece, provavelmente pela primeira vez, a censura aos piauienses, por sua ingratidão em relação à memória da batalha – o episódio e o espaço onde ocorreu são poetizados. As antíteses que dão forma à narrativa constituem as representações que alimentarão tanto a história como a memória dos eventos nas décadas subsequentes, culminando com as escritas e as práticas ao redor do sesquicentenário. Sobre os independentes, categoriza: “[...] patriotas, bravos sertanejos, resistência heroica e desesperada” frente ao inimigo forte e bem armado, com suas tropas preparadas e instruídas. Sobre a vitória de Fidié, agora significada como derrota: “Um general vencedor [...] que perde a bagagem [...] é um general vencido”. A metáfora aqui é da vitória de Pirro. Traça a psicologia do fugitivo Fidié: inepto, ou muito ingênuo ou muito vaidoso, desastrado como militar, deslocou-se para Parnaíba para se pôr em segurança, fugiu para o Estanhado e para Caxias. O episódio do Jenipapo, portanto, não lhe enaltece os apregoados méritos. Dessa forma, em avaliação centenária constrói a imagem do comandante das armas como um nulo e um impulsivo, trazendo as forças do acaso como dimensão da causalidade histórica, para concluir que a vitória nem sempre resulta do gênio militar, que Fidié, na história do Piauí, representa a passagem de um meteoro – “um meteoro maldito”. A ausência de genialidade estratégica em Fidié pode ser vista em seu desleixo – a perda da bagagem de guerra. Quando esse texto foi escrito, Clodoaldo já lera Abdias Neves, Vieira da Silva e Pereira da Costa e faz referências a essas leituras. Com intenções pedagógicas e pragmáticas, faz uso da história para ensinar seus contemporâneos. Para ele, Fidié iludiu seus coevos, mas não iludirá os historiadores. Signo do mal, campeão da morte, deverá viver na história para seu castigo.

---

<sup>33</sup> FREITAS, Clodoaldo. O Fidié. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 6, p. 135-146, 24 jan. 1923.

Em *O nosso mártir: Antônio Maria Caú*,<sup>34</sup> também de 1923, Clodoaldo Freitas manifesta a intenção de corrigir os erros dos historiadores que lhe antecederam, considera o movimento da independência do Piauí mal apreciado, realçando ser dever do historiador lembrar os nomes que dirigiram e foram responsáveis pelos fatos. Para ele, alguns poucos indivíduos se apoderaram dos acontecimentos e se impuseram como heróis enquanto os que de fato trabalharam pela independência ficaram no esquecimento. Acusa a história de ter esquecido os anônimos, pobres e obscuros e de apenas lembrar os ricos e os poderosos. Retoma a ideia antes aventada de que uns poucos felizes empolgaram os acontecimentos.

Entre os anônimos e esquecidos, Antônio Maria Caú, herói e mártir – o único. Enquanto Caú, agitador popular inteligente e destemido sofreu duas mortes – a morte na prisão e o esquecimento pela história, Manuel de Sousa Martins, profusamente lembrado, sombreou por 20 anos a história do Piauí com sangue, acidentes políticos e particulares lamentáveis. Caú, um benemérito, porém vencido, não colheu os louros no passado nem as glórias da posteridade. “Ai dos vencidos”, proclama Clodoaldo Freitas, para realçar o peso do vencedor e a obliteração de fama póstuma devida ao vencido. Ao descrever a atuação do brigadeiro, abre forte discordância com Pereira da Costa e Abdias Neves em relação à sua participação na preparação e na proclamação de Oeiras a 24 de janeiro. Para Abdias Neves, Manuel de Sousa Martins aderira ao movimento por vingança, preparando a conspiração silenciosamente e tendo papel preponderante no movimento. Para Clodoaldo Freitas, sua adesão foi de última hora, e decorreu dos conselhos do padre Marcos de Araújo Costa, que o visitara e considerava os fatos consumados. Para Clodoaldo Freitas, Abdias Neves retirou o povo de seu papel histórico e colocou Manuel de Sousa Martins em seu lugar.

Em sequência aos artigos de Clodoaldo Freitas publicados no ensejo das festas centenárias e em que o autor revisita os temas, pondo sob suspeição a historiografia anterior, aparecem com mais intensidade de revisão os ensaios indignados do jovem Hermínio Conde.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> FREITAS, Clodoaldo. *O nosso mártir: Antônio Maria Caú*. *O Piauí*, Teresina, ano 34, nº 639, 11 fev. 1923; FREITAS, Clodoaldo. *O nosso mártir: Antônio Maria Caú*. *O Piauí*, Teresina, ano 34, nº 640, 17 fev. 1923, p. 1-2.

<sup>35</sup> Médico, professor e historiador, Hermínio de Moraes Brito Conde nasceu em Piracuruca em 1905 e faleceu no Rio de Janeiro em 1964. Formou-se na Faculdade do Rio de Janeiro e especializou-se em Berlim, Paris, Viena e Lisboa. Pesquisador destacado, dedicou sua vida à causa do combate à cegueira. Ainda estudante de medicina, tomou gosto pelas pesquisas históricas especialmente ligadas à temática da independência do Brasil nas províncias do Norte, sempre seduzido por Hipócrates e por Heródoto. Era bisneto do senador Gervásio de Brito Passos e irmão do desembargador Pedro Conde. GONÇALVES, 1997, p. 106.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

Hermínio Conde debruçou-se sobre o mesmo problema, abordando-o enquanto dimensão da história nacional e chamando a atenção para o fato de que tão importante evento ainda não havia merecido referência na historiografia brasileira. Publica artigos em jornais cariocas, maranhenses e piauienses, organizados posteriormente na coletânea *Cochrane, falso libertador do Norte!*, editada em São Luís em 1929<sup>36</sup> e em Crato (CE), em 1961, com o título *Independência no Nordeste*.<sup>37</sup> Seu interesse era o de sugerir a inclusão das lutas piauienses e maranhenses na historiografia e nos livros didáticos de circulação nacional.

Durante a década de 1920, Hermínio Conde produz diversos artigos, tratando da temática da independência, tendo como escopo principal chamar a atenção para a participação do Piauí no processo da independência nacional, colocando em discussão a importância dos episódios sangrentos dessa luta para a manutenção da integridade do território brasileiro e para a ausência do episódio batalha do Jenipapo nos compêndios de História do Brasil – particularmente nos livros didáticos. Publicados em diferentes cidades – como Rio de Janeiro, Teresina e São Luís – fazem parte do que aqui nomeamos *corpus* das revisões centenárias e derivam da inquietação do jovem autor com o quase total silêncio na história acerca da independência do Brasil especialmente no Norte. Ao fazer levantamento da ausência do Piauí e desse episódio em dezenas de livros de historiadores nacionais e em livros didáticos de circulação em todo o país, engaja-se em campanha de sensibilização e de reivindicação pela entrada do combate do Jenipapo como episódio cimentador da unidade nacional.

Escrito em contexto histórico de fortes disputas simbólicas entre o Norte e o Sul e de inegável invenção histórica de um Nordeste economicamente decadente e politicamente fragilizado, transforma em prólogo do livro citações de diversos autores e fontes sobre a nova condição da região como órfã e esquecida do Brasil, portanto, apresentando o Nordeste como um problema nacional, com visibilidade também para os próprios nordestinos.<sup>38</sup>

A coletânea *Cochrane, falso libertador do Norte!* compõe-se de cinco artigos. Em *Caxias versus Cochrane*,<sup>39</sup> Hermínio Conde argumenta que, ao chegar o almirante inglês a São Luís,

---

<sup>36</sup> CONDE, Hermínio. *Cochrane, falso libertador do Norte!* Cinco ensaios históricos sobre a independência no Piauí e no Maranhão. São Luís: Tip. Teixeira, 1929.

<sup>37</sup> CONDE, Hermínio. *Independência no Nordeste*. Crato: [s.n.], 1961.

<sup>38</sup> Vivendo período de inegável decadência econômica e política, bem como de invenção negativa do Nordeste, Hermínio Conde utiliza epígrafes de várias origens sobre o Norte e seu povo, registra essas tensões emergentes, criando âncora emocional a partir da qual insere em seus artigos a independência do Piauí e do Maranhão como episódio relevante e esquecido na História do Brasil.

<sup>39</sup> O interesse principal de Hermínio Conde é o de realçar os equívocos dos historiadores que ele nomeia de “oficiais” no que diz respeito aos episódios, aos trabalhos, aos sacrifícios e às honras e glórias pelo

já nada havia a fazer no Maranhão, cuja liberdade acabara de ser conquistada no morro das Tabocas, em Caxias, estando já vencido o sargento-mor João José da Cunha Fidié, acossado que fora por vários meses pelas tropas de independentes do Piauí, do Ceará, de Pernambuco e do Maranhão. Seu ensejo é o de colaborar, com rigorosa pesquisa, para a preservação da memória dos verdadeiros acontecimentos e dos verdadeiros heróis, esquecidos pela história. O procedimento utilizado por Clodoaldo Freitas contrapondo Antônio Maria Caú a Manuel de Sousa Martins é o mesmo utilizado por Hermínio Conde para realçar a ação dos patriotas independentes e seu tributo de sangue face à inverdade da colaboração de Cochrane para a independência do Maranhão, pondo, portanto, em questão o papel atribuído ao inglês de autor da unidade do Brasil. Busca colocar o Norte e seus esforços e sacrifícios na história nacional, desde que essas ações foram silenciadas pela usurpação do almirante Cochrane. Polêmico, provocador e exaustivamente documentado, o artigo é exemplar de uma história em cólera e de uma revisão radical que busca inverter os signos das interpretações correntes. A exaustiva pesquisa documental desafia a história escrita consolidada e o autor tagarela acerca do silêncio sobre os vencidos.

Em *O livro de Fidié*,<sup>40</sup> faz referência à localização do livro *Vária fortuna de um soldado português*, publicado por Fidié, em 1850, em Lisboa e até os anos 1920 desconhecido dos historiadores piauienses. Faz resumo circunstanciado dos fatos da independência relatados na memória de Fidié e que são utilizados para correções à escrita da independência no Norte do Brasil. Em 1942, o governo do Piauí edita *O livro de Fidié*, com prefácio de Hermínio Conde.<sup>41</sup> Em *Heróis nortistas no panteon nacional*, Hermínio Conde narra e alegra-se com a descoberta da existência de placa comemorativa alusiva à independência no Piauí e no Maranhão, perpetuando os nomes dos piauienses e cearenses que estiveram no cenário da guerra. A placa encontra-se em espaço do Museu do Ipiranga, em São Paulo e registra os nomes do Visconde

---

feito da independência nas províncias do Norte. Narrativas sobre a chegada de Thomas Cochrane, as negociações com a Junta em São Luís, a instalação do governo independente e as ações do almirante inglês podem ser vistas em: MEIRELES, Mário Martins. *História da independência no Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972. p. 107-120.

<sup>40</sup> O texto foi também publicado em folheto patrocinado pelo governo do Piauí. CONDE, Hermínio. *O livro de Fidié*. Teresina: Tip. d'O Piauí, 1926.

<sup>41</sup> FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna de um soldado português*. Teresina: Arquivo Público e Museu Histórico do Estado do Piauí, 1942. Os leitores atuais dispõem de uma nova edição desse livro. Cf. FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna de um soldado português*. Teresina: FUNDAPI, 2006. (Coleção Independência, 4).

Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 74 à 96, jan. a ago. 2022

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

da Parnaíba, José Pereira Filgueiras, Tristão de Alencar Araripe, João Cândido de Deus e Silva e Simplício Dias da Silva.

Em *O espírito de brasilidade e sua ausência nos compêndios históricos*, critica os livros didáticos brasileiros e sua incoerência relativamente às pesquisas históricas, reagindo ao que considera a omissão e o descaso dos historiadores pelos verdadeiros fatos da história nacional. Refere-se particularmente aos compêndios de Joaquim Maria de Lacerda, *Pequena história do Brasil* e à *História do Brasil*, de João Ribeiro, afirmando ter estudado detalhadamente livros de história do Brasil para uso nas escolas primárias e nos ginásios.

Cochrane, falso libertador do Norte!, artigo escrito em 1928, no Rio de Janeiro, e que dá nome à coletânea, faz a defesa da memória dos verdadeiros libertadores, colocando Thomas Cochrane como falso herói, como usurpador das glórias alheias. Consultando farta bibliografia, opõe defensores e detratores do almirante inglês na historiografia brasileira. Avalia as posições de Luís Antônio Vieira da Silva (1862), Euclides da Cunha, Tristão de Alencar Araripe, Rocha Pombo, Barão do Rio Branco, Oliveira Lima, Varnhagen (1876), Dunshee de Abranches, Joaquim Nabuco, Miguel Calmon, Conde Afonso Celso (1922), Oliveira Viana, Francisco Augusto Pereira da Costa (1909), Abdias Neves (1907), Rui Barbosa e Afrânio Peixoto.

As revisões centenárias e muito particularmente as críticas e contundentes interpretações de Clodoaldo Freitas e de Hermínio Conde intentam colocar história e memória de ponta-cabeça, invertendo as posições ocupadas por vencedores e vencidos. Em lugar dos verdadeiros heróis, silenciados e esquecidos, a história e a memória teriam realçado os nomes dos usurpadores dos benefícios no passado e a eles concedido as glórias e o reconhecimento da posteridade. Em Clodoaldo Freitas, a desmitificação de Manuel de Sousa Martins como arauto da independência corresponde à valorização histórica da atuação de Leonardo de Carvalho Castelo Branco e de Antônio Maria Caú. Em Hermínio Conde, os bravos piauienses, cearenses, pernambucanos, baianos e maranhenses, que derramaram fartamente o seu sangue nos campos do Jenipapo e nos morros de Caxias, tiveram seu justo lugar na história ocupado por um inglês mercenário. Nessas revisões, um dos pontos a destacar é a continuidade da crítica ao brigadeiro Sousa Martins, acormente iniciada por Alencastre.

Nos anos 1930 e 1940, tem início um processo de reabilitação histórica do Visconde da Parnaíba, respondendo sobretudo às críticas radicais dos anos 1920. Em 1947, quando foi publicado o livro de Esmaragdo de Freitas, *O Visconde da Parnaíba*,<sup>42</sup> já estava iniciado o

---

<sup>42</sup> FREITAS, Esmaragdo de. *O Visconde de Parnaíba*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1947.

movimento de sua reabilitação histórica. O que Esmaraldo de Freitas busca é não apenas realizar um balanço das opiniões acerca do governante em diferentes suportes de memória, como afirmar que, mais de cem anos após os fatos de que participou terem ocorrido, ainda não se fizera dele um julgamento sereno.

Esmaraldo de Freitas, com o objetivo acima exposto, compila opiniões sobre esse presidente da província nos principais autores piauienses, historiadores em especial, na memória e nos resquícios de oralidade, no folclore oeiense e na literatura. Elenca as opiniões favoráveis e as desfavoráveis. Considera que o pragmatismo político de Manuel de Sousa Martins ainda não fora compreendido e julgado pela história. Assim como foi encontrado em Hermínio Conde um repertório de citações e considerações sobre o Norte e os nortistas, em Esmaraldo de Freitas há um repertório amplo de opiniões de historiadores, registros de documentos da época da independência e oriundos de polêmicas com outros políticos, bem como o que a memória popular preservou acerca de Manuel de Sousa Martins.

#### A historiografia moderna

A história da independência em Odilon Nunes consta do segundo volume das *Pesquisas para a história do Piauí*, cuja primeira edição é de 1966,<sup>43</sup> resulta, porém, de pesquisas iniciadas nas décadas anteriores, com versão simplificada publicada ainda no final da década de 1950.<sup>44</sup> Trata-se aqui não só de uma escrita cientificista, como de um texto de tese, que dialoga com Abdias Neves, de cujo roteiro principal é seguidor, mas traz também a intenção de corrigi-lo, bem como corrigir Vieira da Silva, naquilo que os documentos consultados pudessem informar de novo ou de distinto. A narrativa tem como ponto forte a interpretação da proclamação de Parnaíba, inserindo-a no contexto luso-brasileiro, analisando o processo no seu acontecer e não pelo que ocorreu depois. Texto com pretensões à objetividade, nele, o autor evita a mitificação e a detratção. Em perspectiva econômico-social e iluminista, utiliza os autores da bibliografia piauiense e historiadores brasileiros que tratam do tema da independência, sugerindo que muitas

---

<sup>43</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1966; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 2; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 3. ed. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. v. 2.

<sup>44</sup> Durante as décadas de 1940 e 1950, Odilon Nunes pesquisou e escreveu textos a respeito da história do Piauí que foram publicados inicialmente na revista *Econômica Piauiense*. NUNES, Odilon. Independência do Piauí. *Econômica Piauiense*, v. 4, n. 4, p. 253-260, abr./dez. 1960.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

informações constantes nesses autores já não são passíveis de confirmação ou refutação em virtude do extravio de documentos, ao longo do tempo. Foge tanto quanto possível dos ruídos da memória, inclusive, por se tratar de um enfoque que enfatiza os processos gerais da mudança da história. Não confere um lugar privilegiado ao povo. Interpretação de feição cientificista, tentando afastar-se das ideologias e dos partidarismos. Retoma e modifica a publicação inicial da *Econômica Piauiense*.

Monsenhor Chaves, em *Campo Maior luta pela independência*, de 1971,<sup>45</sup> traz o episódio para dois planos aparentemente conflitantes: ao tempo em que reduz o espaço e o tema, expande os efeitos dos acontecimentos para a dimensão nacional, apontando para os significados da batalha. Realça o contexto antes e depois do evento, mostrando a ebulição e a movimentação dos povos em torno da ideia de independência. Destaca a participação de Lourenço de Araújo Barbosa,<sup>46</sup> que estaria entre os mais influentes naquelas ações. Enfatiza a tragicidade do episódio, sua dimensão sangrenta, a atuação de Simplício José da Silva<sup>47</sup> e os desregramentos populares, após a batalha. Reproduz os argumentos de portugueses e de corcundas<sup>48</sup> para se obstinarem na recusa à adesão a D. Pedro. Mostra todas as classes participando da luta, dirigida pelos cearenses Luís Rodrigues Chaves e João da Costa Alecrim. Monsenhor Chaves empolga-se e se emociona, ao fazer a interpretação desses episódios, no que segue Abdias Neves. Desdobra os eventos citados por aquele autor, documentando e realçando sobretudo os episódios do Norte da província e de Campo Maior. Privilegia os eventos cotidianos, trágicos

---

<sup>45</sup> CHAVES, Joaquim (Mons.). *Campo Maior luta pela independência: a batalha do Jenipapo*. Teresina: [s.n.], 1971.

<sup>46</sup> Na fase conspiratória da independência, Lourenço de Araújo Barbosa foi encontrado fabricando pólvora para campanha militar em Campo Maior. Com a instalação do governo provisório, após o 24 de janeiro de 1823, procedeu-se a sumário de culpa contra ele, que já estava preso em Oeiras, acusado de “sedição anárquica” e de “introduzir no povo ignorante [doutrinas] contrárias à honra da Nação e às intenções de S. M. Imperial”, conforme justificativa do juiz de fora da capital. Foi um dos primeiros no Piauí a promover manifestações democráticas e anticoloniais. NUNES, 1975, p. 129-131.

<sup>47</sup> Militar, viveu em Campo Maior, onde atuou pela causa da independência. Vereador da câmara, foi nomeado comandante interino da vila e de seu termo, com o objetivo de debelar a anarquia que campeava no início de 1823, após a passagem de Leonardo de Carvalho Castelo Branco e a adesão da vila à independência. Participou da batalha do Jenipapo e seguiu depois para o Estanhado em perseguição aos soldados da tropa de Fidié que faziam incursões nas fazendas do Piauí para arrebanhar e conduzir gado para o Maranhão. Reeleito vereador em dezembro de 1823, no tempo em que foi promovido de capitão para tenente-coronel. Organizou o batalhão de milícias nº 5, de que se tomou comandante. Foi um dos responsáveis pela contenção das desordens em Campo Maior antes e depois do 13 de março. CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 41-44.

<sup>48</sup> Corcundas era a denominação que recebiam os detentores de maiores posses.

e populares, inclusive os mais sangrentos. Trata-se de uma história que realça a participação popular na batalha, seguramente uma das primeiras com esse feito.

*O Piauí nas lutas da independência do Brasil*<sup>49</sup> é o livro da predileção de Monsenhor Chaves e nasceu de sentimento de indignação do autor diante da imponência de monumentos como o do Ipiranga, em São Paulo, ao constatar que o Piauí se tinha doado muito mais pela independência que as outras províncias, sem que houvesse o reconhecimento nacional desse fato. Considerava esse o seu livro mais significativo e, ao justificar sua escrita, afirma: “[...] era preciso sanar uma injustiça histórica e destruir o véu de silêncio propositadamente levantado sobre a batalha do Jenipapo e a garra dos piauienses nas lutas pela independência do Brasil”.<sup>50</sup> Com esse livro, Monsenhor Chaves filia-se à tradição historiográfica piauiense, que, ao longo do século XX, realçou a temática da independência e em que se sobressaíram Abdias Neves, Odilon Nunes e Wilson de Andrade Brandão.

O livro é centrado na ação de vaqueiros, roceiros e das pessoas comuns diretamente envolvidas na batalha do Jenipapo, realçando a participação popular e trazendo aquele episódio dramático para a história do Brasil. Como toda a bibliografia sobre a independência do Piauí, reacende as dores da sociedade local, vindas ainda do século XIX, e que se manifestam nas interpretações que valorizam ora os eventos ligados a Parnaíba, ora os de Campo Maior, ora os de Oeiras. Estas diferentes interpretações têm gerado polêmicas que alimentam a historiografia piauiense, desde os seus inícios e revelado as feridas não cicatrizadas de nossa formação sociopolítica. No caso desse livro, a orelha inserida na primeira edição, da lavra do jornalista Deoclécio Dantas, é bem um desses sintomas.<sup>51</sup>

Igualmente compondo o conjunto da produção historiográfica moderna, de feição cientificista, *História da Independência no Piauí*, de Wilson de Andrade Brandão, publicado em 1971 e produzido no ensejo das comemorações sesquicentenárias, é o estudo mais completo sobre o tema e se distingue por colocar em relevo a cultura política das elites no Brasil no início do século XIX, bem como por afirmar a generalização das ideias liberais, com o que destaca a

---

<sup>49</sup> CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975.

<sup>50</sup> CHAVES apud SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. A propósito de uma Apresentação. In: CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 6-7.

<sup>51</sup> Premiado pelo governo estadual em concurso promovido na ocasião das festas alusivas ao sesquicentenário da independência, teve sua publicação suspensa em virtude de conteúdos relacionados ao 19 de outubro que teriam desagradado ao governador Alberto Silva e ao seu secretário de governo Armando Madeira Basto. DANTAS, Deoclécio. Orelha à primeira edição. In: CHAVES, 1975.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

presença política do povo nesse processo. Analisa o lugar estratégico ocupado pela província do Piauí no espaço nacional, a natureza das comunicações no período, as vias e caminhos que marcavam e cruzavam o Piauí, fazendo-o ponto de ligação entre os antigos estados do Brasil e do Maranhão, portanto, chamando a atenção para as comunicações e para a divulgação das notícias coloniais e portuguesas na interlândia piauiense. Estuda o juiz de Parnaíba João Cândido de Deus e Silva do ponto de vista de suas ideias políticas, fazendo o mesmo em relação ao brigadeiro Manuel de Sousa Martins. Trata-se de uma narrativa que incorpora a análise da situação da província após as lutas. Dialoga amplamente com outros historiadores e enfatiza particularmente o contexto político e ideológico. Usa intensivamente Abdias Neves, assim como já o fizera Odilon Nunes. Ao avaliar o papel de Manuel de Sousa Martins, agora visto em cenário mais amplo, considera as forças políticas em desenvolvimento e a natureza dessas relações à luz das ideias da época. O brigadeiro é pensado a partir de seu “gênio político”, porém no sentido de engenho, de inteligência para a ação. Wilson de Andrade Brandão também dá realce às personagens que participaram do processo enquanto subvertores da ordem – em Campo Maior – Lourenço de Araújo Barbosa e em Oeiras coloca Manuel de Sousa Martins nessa categoria.

Antônio Bugyja de Sousa Britto, em *O Piauí e a unidade nacional*,<sup>52</sup> de 1976, condensa, no título mesmo do ensaio escrito para festejar o sesquicentenário, o argumento mais desenvolvido na história vivida, na memória e na historiografia para significar a pertinência e o relevo das lutas pela independência no Piauí e no Maranhão. Esse argumento da construção da unidade nacional, ao que parece, foi utilizado pela primeira vez na correspondência oficial das juntas governativas das províncias do Piauí e do Maranhão para Lisboa, para reforçar os pedidos de apoio à manutenção das forças metropolitanas e simpatizantes sob o domínio luso. Invertido de seu sentido original relacionado ao “mantenha-se, mantenha-se”, que teria sido a recomendação de D. João VI a Fidié em sua precipitada vinda para o Brasil,<sup>53</sup> a ideia foi veiculada amplamente

---

<sup>52</sup> BRITTO, [Antônio] Bugyja [de Sousa]. *O Piauí e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1976. Dispõe-se de nova edição do livro: BRITTO, [Antônio] Bugyja [de Sousa]. *O Piauí e a unidade nacional*. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de; SANTOS, Cineas (Org.). *O Piauí e a unidade nacional*. Teresina: FUNDAPI, 2007. (Coleção Independência, 5).

<sup>53</sup> “Mantenha-se, mantenha-se”, teria dito D. João VI a Fidié quando o incumbiu de defender as posições portuguesas no Norte de sua quase libertada colônia, em 1821. Fidié saíra de Portugal quase que só com a roupa do corpo, conforme afirma em seu *Vária fortuna de um soldado português*, de 1850. Toda a sua figuração nas capitânicas do Piauí e do Maranhão tem o ensejo de bem realizar a missão de preservar sob o domínio português essa parcela do território colonial, cujos interesses e relações – remarcavam os defensores da causa portuguesa – eram mais próximas e mais proveitosas para ambas as circunscrições, desde que as relações econômicas e políticas com o distante sul do Brasil eram bem mais esporádicas e frágeis. Desse “mantenha-se” e de seus argumentos decorre o discurso dos independentes de que a liga

em proclamações, em livros e em documentos oficiais diversos, evidenciando a compreensão política dos contemporâneos a esses sucessos. A ideia ganha força, entretanto, nos anos 1920, com a vinda para a cena historiográfica dos personagens até aí vistos como secundários e com a louvação de seus sofrimentos e a lembrança de seus martírios em prol da causa que agora é dita da pátria. Associa-se também à noção do não reconhecimento, pelo Sul do país, do verdadeiro lugar ocupado pelas províncias do Norte na formação simbólica e territorial do país. Nos festejos sesquicentenários, já se tornara ideia-força muito importante, dando centralidade à obra de Monsenhor Chaves, ao ensaio de Bugyja Britto, e igualmente ao alentado volume de Wilson de Andrade Brandão. Todas essas pesquisas fazem parte dos esforços comemorativos que se instituíram sob o patrocínio e com a emulação do governo estadual a partir de 1971, com isso corroborando a existência e o vigor de um sentimento difuso que começava a ser capitalizado especialmente ao redor do episódio batalha do Jenipapo e na valorização de seus heróis guerreiros – os vaqueiros e os roceiros.

No caso do livro de Bugyja Britto, trata-se de ensaio bibliográfico, com consulta exhaustiva aos autores piauienses e que defende, à luz dos demais autores, a tese da unidade nacional e de sua conquista nos campos do Jenipapo. A tese, reconhece o autor, não é original. Escrito no Rio de Janeiro em 1973, a primeira edição é de 1976.

Em 1932, Hermínio Conde já tratara do assunto em congresso de história promovido pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História, no Rio de Janeiro, ocasião em que representou o Instituto Histórico e Geográfico Piauiense (IHGP), a Academia Piauiense de Letras (APL) e o Cenáculo Piauiense de Letras. Discorreu sobre o tema Fidié e a unidade do Brasil. O texto posteriormente foi publicado como estudo introdutório ao *Vária fortuna de um soldado português*, de João José da Cunha Fidié, editado pelo governo do Piauí em 1942.<sup>54</sup>

Na historiografia moderna, o centro da discussão não é mais o embate entre Manuel de Sousa Martins e João José da Cunha Fidié, como na geração do centenário, e sim a batalha vista enquanto evento político, com participação do povo e responsável pela unidade nacional. O 13 de março surge como data preta de novos e múltiplos significados. A participação popular torna-se objeto de investigação e, enquanto o povo, no contexto da ditadura civil-militar, saía da cena política real era buscado na história e realçado na historiografia. As preocupações com

---

da unidade nacional se amalgamou vencendo esses obstáculos da distância, da indiferença e mesmo da ausência de grandes interesses em comum entre o Norte e o Sul.

<sup>54</sup> FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna de um soldado português*. Teresina: Arquivo Público e Museu Histórico do Estado do Piauí, 1942.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUENTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

o social e com o popular conferem historicidade à experiência das pessoas comuns, aos anônimos da história. A mediação do Estado toma a forma de patrocínio direto ou indireto das obras e das comemorações. O Estado procura tornar-se senhor do passado e interfere na memória.

Essa vocação do tema para um tratamento historiográfico nas instituições acadêmicas e científicas é retomada por Claudete Dias em 1999, ao defender tese de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre o processo de independência do Piauí.<sup>55</sup> Desenvolvida seguindo o paradigma da História Social Inglesa, dialoga com George Rudé, Eric Hobsbawm e Christopher Hill. A autora explora a documentação primária, exaustivamente consultada no Piauí e no Rio de Janeiro, à luz dos clássicos da historiografia sobre o tema. A ênfase do texto está colocada na participação popular na batalha do Jenipapo. Nos anos 2000, o tema da independência motivou a elaboração de monografias de final de curso, entre elas as de Iara Conceição Guerra de Miranda Moura, defendida em 2007,<sup>56</sup> e de Francisco Vieira de Sousa Júnior em 2010.<sup>57</sup>

A luta pelo reconhecimento da batalha do Jenipapo e as polêmicas em torno do Dia do Piauí

A movimentação em torno do reconhecimento das lutas de independência no Piauí em cenário nacional e o vigor, em anos recentes, das festas celebrativas da batalha do Jenipapo, não decorrem apenas do interesse oficial de constituir uma simbologia nacional e legitimá-la, nem têm o sentido apenas de inventar uma identidade popular para os eventos da independência, ao sabor da conjuntura política e em sintonia com os seus discursos identitários. A luta pelo reconhecimento do lugar histórico da batalha foi igualmente realizada por pessoas comuns, e por estudantes de Campo Maior, que, no jornal *A Luta*, divulgaram, por muito tempo, esse evento.

---

<sup>55</sup> DIAS, Claudete Maria Miranda. *O outro lado da história: o processo de independência no Brasil visto pelas lutas no Piauí: 1789-1850*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

<sup>56</sup> MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *História, memória e identidade da batalha do Jenipapo*: Campo Maior – PI/1823. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2007.

<sup>57</sup> SOUSA JÚNIOR, Francisco Vieira de. *Das lutas pela memória: a reinvenção da batalha do Jenipapo na década de 1970*. 2010. Monografia. (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí. Teresina, 2010.

Em 1922, no calor das comemorações centenárias brasileiras pela independência, foi construído um obelisco no lugar Batalhão. Nos anos 1970, intensificam-se as manifestações públicas e privadas celebrativas do evento. Em 1973, o governador Alberto Silva inaugura solenemente o Monumento do Jenipapo, ocasião em que é realizada dramatização da batalha. Em 1974, o mesmo governador entrega à comunidade piauiense o Museu do Jenipapo. Em seus discursos, que reforçam as comemorações, encontram-se os principais argumentos da historiografia que justificam a importância do episódio ali ocorrido. Em 1976, o então deputado federal Gerson Camata projeta, através da EMBRAFILME, levar o evento para as telas de cinema. Enquanto isso, em Campo Maior, alunos de escolas e pessoas do povo fazem peregrinação ao cemitério para pagar promessas, acendendo velas e fazendo orações no velho cruzeiro lá existente.

A partir dos anos 1990 a batalha do Jenipapo já aparece conduzindo a escrita sobre a independência, especialmente aquela voltada para o público geral e para os estudantes das escolas elementares e secundárias. A batalha busca o reconhecimento e também o mercado consumidor de livros – especialmente paradidáticos. Inserem-se nessa nova escrita pelo menos dois relativos sucessos editoriais. O livro de Adrião Neto – *A epopeia do Jenipapo*<sup>58</sup> – editado em 2005, sintetiza os episódios e traz prefácio de Elmar Carvalho, que faz circunstanciado balanço da historiografia de Campo Maior. Insere-se no movimento de valorização do 13 de março, desde que o é um dos responsáveis pela campanha de colocação daquela data na bandeira do Piauí. Traz parte da polêmica então desenvolvida sobre o Dia do Piauí. Adrião Neto responde a críticas e posições de Renato Bacelar, de Parnaíba. Outro livro com essa nova feição é o de Francisco Castro.<sup>59</sup>

As polêmicas sobre o Dia do Piauí vêm acompanhando toda a história do movimento da independência com as disputas pela prevalência dos dias 19 de outubro, 24 de janeiro e 13 de março. Ao tempo em que essas datas se articulam aos interesses políticos e às interpretações favoráveis ao relevo às ações de Parnaíba, Oeiras e Campo Maior, as disputas simbólicas mostram igualmente as modificações no campo geral da historiografia e sua oscilação em torno ora da centralidade do Estado e das instituições públicas como fadoras da história, ora da participação popular. A partir dos anos 1970, as comemorações do 13 de março e as festas em Campo Maior põem em evidência as lutas do Jenipapo, o que propicia não só o interesse cada vez maior em torno daquele evento, como igualmente alimentam as polêmicas em torno das

---

<sup>58</sup> NETO, Adrião. *A epopeia do Jenipapo*. Teresina: Edições Geração 70, 2005.

<sup>59</sup> CASTRO, Francisco. *A guerra do Jenipapo*. São Paulo: FTD, 2002.

## A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: DAS ESCRITAS INSTITUINTES AOS REVISIONISMOS, DAS VERSÕES MODERNAS ÀS CELEBRAÇÕES

aludidas datas. Os partidários dos diferentes Dias do Piauí organizam-se e tomam deliberações concretas na defesa de suas convicções. Exemplo nesse sentido é o do documento elaborado por notáveis historiadores partidários da mudança do Dia do Piauí, oficializado como o 19 de outubro, para o dia 24 de janeiro, data da adesão da junta governativa de Oeiras à proclamação de D. Pedro. Em documento dirigido ao governador Lucídio Portella Nunes, datado de 5 de novembro de 1979, Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Wilson de Andrade Brandão e A. Tito Filho, relator do documento, tecem justificativas para que seja solenizado, oficializado e restabelecido o Dia do Piauí a 24 de janeiro, como o fora no passado. Os signatários trazem outros historiadores à colação, como provas ao argumento da maior relevância das ações do 24 de janeiro: Francisco Augusto Pereira da Costa, Cristino Castelo Branco, Monsenhor Chaves, João Cândido de Deus e Silva, Simplício Dias da Silva, Wilson de Andrade Brandão, Expedito Resende e Odilon Nunes.

### Considerações finais

A temática da independência atravessa fortemente as subjetividades dos piauienses, o que pode ser visto também na literatura. Renato Castelo Branco, em *O rio da liberdade*,<sup>60</sup> de 1982, transforma em romance a saga dos independentes e a de Fidié; Expedito Rego, com *Né de Sousa*,<sup>61</sup> de 1981, cuja segunda edição recebe o título *Vaqueiro e Visconde*,<sup>62</sup> poetiza a vida de Sousa Martins. A imaginação dos piauienses transforma a batalha do Jenipapo em contos, romances, poemas, peças teatrais, cinema. Centenas de artigos alimentam jornais e revistas e essa grande produção escrita sinaliza para as disputas políticas centenárias nos âmbitos estadual e municipal. Impossível compreender a historiografia da independência no Piauí sem ter em conta essas disputas por espaços simbólicos.

De combate e confronto de forças adversas em que os independentes são dispersos e desbaratados para as interpretações atuais em que a dimensão epopeica do evento é reiterada e difundida em práticas sociais e em diferentes suportes, o evento maior da independência no Piauí é cada vez mais festejado.

---

<sup>60</sup> CASTELO BRANCO, Renato. *Rio da liberdade*. Rio de Janeiro: L. R. Editores, 1982.

<sup>61</sup> RÊGO, José Expedito. *Né de Sousa: biografia romanceada do Visconde da Parnaíba*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1981.

<sup>62</sup> RÊGO, José Expedito. *Vaqueiro e Visconde*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

A história da independência no Piauí é representada e significada na estatuária, na pintura, bem como em monumentos, memoriais, museus, peças teatrais, festas escolares, concursos de monografias, visitas monitoradas ao local da batalha, festividades oficiais no município de Campo Maior, romarias e promessas, filmes, concessão de medalhas, diplomas e outras honrarias. Tem sido objeto de teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de final de curso de graduação, artigos científicos, textos literários, poesia, textos de divulgação, folders e livros paradidáticos. Além disso, motivou solenidades no Congresso Nacional, nomeação de um batalhão do Exército, honrarias a Leonardo Castelo Branco e eventos diversos de sensibilização para a importância daqueles sucessos para a história do Brasil e de sua unidade histórica, geográfica e política.

Combate, batalha, guerra, lutas, epopeia: as nomeações diversas que marcam os diferentes momentos de interpretação dos episódios da independência ocorridos nos arredores de Campo Maior sinalizam para os ganhos em densidade histórica, política e simbólica de que vem se revestindo o evento, desde o seu acontecer e desde sua primeira descrição – a do juiz de paz da vila de Campo Maior dirigida à junta governativa de Oeiras.

# O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Pedro Vilarinho Castelo Branco.<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa as circunstâncias históricas e os personagens que protagonizaram o processo de adesão do Piauí ao Estado Nacional Brasileiro nos anos iniciais da década de 1820. Na construção do argumento, avalia-se o percurso da Capitania do Piauí no contexto colonial da América portuguesa, mostrando as singularidades da referida capitania no contexto colonial e apontando algumas pistas das relações políticas, das conexões entre as capitanias do Piauí e do Maranhão e dos vínculos que se fizeram presentes no momento da emancipação política. Finaliza-se o argumento com algumas reflexões sobre a incompletude das reformas políticas e sociais desejadas pela população e a forma como esses limites do processo histórico de emancipação levaram a outras movimentações e manifestações políticas no decorrer da primeira metade do século XIX.

**Palavras-chave:** Emancipação política. Capitania do Piauí. Jogos de poder.

**ABSTRACT:** The article analyzes the historical circumstances and the characters that played a leading role in the process of accession of Piauí to the Brazilian National State in the early years of the 1820s, showing the singularities of the aforementioned captaincy in the colonial context, as well as giving some clues to the political relations, the connections between the Captaincies of Piauí and Maranhão and how these bonds were present at the time of political emancipation, we end the argument with some reflections about the incompleteness of the political and social reforms desired by the population and the way in which these limits of the historical process of emancipation led to other political movements and manifestations during the first half of the 19th century.

**Key-words:** Political emancipation. Captaincy of Piauí. Power games.

**RESUMEN:** El artículo analiza las circunstancias históricas y los personajes que protagonizaron el proceso de adhesión de Piauí al Estado Nacional Brasileño en los primeros años de la década de 1820, mostrando las singularidades de la citada capitania en el contexto colonial, además de dar algunas pistas sobre las relaciones políticas, las conexiones entre las Capitanías de Piauí y Maranhão y cómo estos lazos estuvieron presentes en el momento de la emancipación política, finalizamos **el argumento con algunas** reflexiones sobre el carácter incompleto de las reformas políticas y sociales anheladas por la población y la forma en que estos límites del proceso histórico de emancipación dieron lugar a otros movimientos y manifestaciones políticas durante la primera mitad del siglo XIX.

Palabras clave: Emancipación política. Capitanía de Piauí. Juegos de poder.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História e Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí - IHGPI. Líder do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro (DGP-CNPq)- Pesquisador do Grupo de Pesquisa - Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX. (DGP-CNPq).

A proposta do artigo é analisar as circunstâncias históricas e os personagens que protagonizaram o processo de adesão do Piauí ao Estado Nacional Brasileiro. Na construção do argumento, avaliaremos, inicialmente, o percurso da Capitania do Piauí no contexto colonial da América portuguesa, mostrando o que singulariza a referida capitania no contexto colonial e, na sequência, trataremos especificamente da conjuntura histórica do começo dos anos 1820, momento em que ocorreu o processo de ruptura política entre os Reinos do Brasil e de Portugal. Na construção da reflexão, utilizaremos particularmente trabalhos historiográficos que tratam da temática da emancipação política do Brasil e especificamente da adesão do Piauí a esse movimento.<sup>2</sup>

Os territórios que formaram a Capitania de São José do Piauí, criada no século XVIII, são frutos do processo de expansão colonial para o sertão, desenvolvido com a propagação do criatório do gado bovino, da atividade dos bandeirantes que faziam guerra e apreendiam indígenas que seriam encaminhados ao trabalho escravo, bem como do incremento das ações de catequese, sobretudo dos jesuítas pelo sertão.<sup>3</sup>

Segundo Luiz Mott, as referências ao Piauí até a segunda metade do século XVIII, tratam do gado, das imensas e incontáveis fazendas de criação, que se espriavam pelas áreas que margeavam os rios da região a ocupar pastagens naturais. Os investimentos para o aumento da atividade econômica eram baixos, a demanda por mão de obra, diminuta, e as fazendas se multiplicavam à medida que o gado se reproduzia e aumentava. A iniciativa e os investimentos no empreendimento eram principalmente privados, feitos por fazendeiros já instalados na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, e interessados em expandir seus domínios no sertão, ficando a Coroa com a função de legitimar os domínios desses potentados nas áreas conquistadas.<sup>4</sup>

A forma como se deu a ocupação colonial desses espaços acabou por definir o volume e a distribuição da população no território piauiense, fazendo com que

---

<sup>2</sup> Entre as principais produções historiográficas que tratam do Piauí no processo de Independência do Brasil podemos apontar: NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006. CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDAPI. 2006. BRANDÃO, Wilson de Andrade. **história da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Piauí** Tomo II. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI. 2010. NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Volume 02. Teresina: FUNDAPI/ Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2007. DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história, o processo de Independência do Brasil, visto pelas lutas no Piauí - 1789/1850**. Tese de Doutorado na UFRJ. Rio de Janeiro. 1998. BRITO, Bugyja. **O Piauí e a unidade nacional**. Teresina: FUNDAPI. 2007.

<sup>3</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Tomo I. Rio de Janeiro: Artenova. 1974.

<sup>4</sup> MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAC. 2010.

## O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

assumissem historicamente caráter diminuto e disperso. As fazendas para criação do gado, principal atividade econômica da região nos séculos iniciais da sua formação, também eram os núcleos do povoamento colonial. Diante dessa realidade, a vida rural era preponderante e as atividades urbanas não ganhavam relevância.<sup>5</sup>

Além da atividade pecuária, o Piauí chamava a atenção das autoridades reinóis por sua posição geográfica, a Coroa tinha, entre seus interesses, a expansão efetiva dos seus domínios pelas áreas do interior do continente, mas, particularmente, o descobrimento de um caminho que fizesse a comunicação, por terra, entre os núcleos coloniais mais ao norte, principalmente, para a Capitania do Maranhão e as Capitanias de Pernambuco e da Bahia, o que, inevitavelmente, levaria à exploração e mesmo a ocupação das terras entre a serra da Ibiapaba e o rio Parnaíba, limites geográficos do Piauí.<sup>6</sup> Assim, as estratégias de criação de caminhos que viabilizassem a comunicação, pelo interior, entre os núcleos de colonização portuguesa, passavam necessariamente pelos territórios que formam o Piauí, e se confundiam com os caminhos do gado, que se transportava a pé pelo sertão.<sup>7</sup>

Os territórios do Piauí passaram algumas décadas como áreas de administração indefinida entre as autoridades reinóis instaladas no Maranhão, em Pernambuco e na Bahia, até que, nas primeiras décadas do século XVIII, a Coroa portuguesa foi definindo que a jurisdição do território do Piauí deveria pertencer ao Maranhão. Dessa forma, o que pretendemos demonstrar é que, no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, o Piauí começou a ser inventado como uma Capitania colonial da América Portuguesa e que, processualmente, foi ganhando a forma de uma Capitania subordinada ao Maranhão, permanecendo assim até 1759, quando João Pereira Caldas tomou posse como primeiro Governador da Capitania. A subordinação do Piauí ao Maranhão, nos seus diferentes aspectos (administrativo, judicial, eclesiástico e comercial) se deu de forma intermitente e continuada e teve repercussões no processo histórico do Piauí,

---

<sup>5</sup> MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAC. 2010. P.15-53

<sup>6</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI. 2010. P. 58.

<sup>7</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 39.

particularmente, no período de emancipação política da região, conforme veremos adiante.<sup>8</sup>

Região caracterizada como área de expansão interna e sem grandes dotes econômicos, o Piauí não atraiu a atenção e maiores preocupações da Coroa Portuguesa que tinha como foco central áreas economicamente mais rentáveis do seu imenso Império de natureza multicontinental<sup>9</sup>, deixando seu processo de conquista e ocupação por conta da iniciativa de grupos privados interessados sobretudo na aquisição de terras e na atividade pecuária. Assim, criou-se na região uma elite de potentados rurais, que, diante da ausência do Estado, impôs seu poder privado e assumiu o protagonismo necessário nas práticas cotidianas. Dessa forma, seguindo antigas tradições cultivadas, desde o início da ocupação do espaço geográfico, surgiram, nas fazendas controladas pelos potentados rurais, pequenos bandos armados, homens prontos a defenderem a honra e os interesses do seu senhor.<sup>10</sup>

Russel-Wood, ao tratar das estratégias da Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVII, no sentido de aumentar o controle sobre as áreas coloniais do seu Império, corrobora a afirmação anterior, ao asseverar que alguns grupos ficaram fora dessa política. Era esse o caso dos proprietários de fazendas de gado no sertão, onde o estilo de vida, as condições do meio e a ausência do Estado, levavam esses proprietários a operar nos limites entre a civilização e a barbárie, sem cumprirem efetivamente os éditos e as leis portuguesas.<sup>11</sup>

Na segunda metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa, desta feita, contando com a orientação do Marquês de Pombal, passou a buscar mecanismos que dessem maior eficácia à sua política de controle e fiscalização nas áreas coloniais, principalmente em áreas de expansão como o Piauí, com ações que objetivavam diminuir as distâncias e a inacessibilidade da região para, assim, romper com o espírito de autossuficiência que caracterizavam os senhores dessa região.<sup>12</sup> Uma das estratégias do Estado português no século XVIII foi a implantação de uma cidadania padrão, laica e culturalmente europeia.

---

<sup>8</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI. 2010.P.79

<sup>9</sup> RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no mundo Luso-brasileiro: 1500 1 1808. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n.36, p. 187 a 250.P.207

<sup>10</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades e virilidades na produção discursiva de Abdias Neves. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, 17(2), 502-521.

<sup>11</sup> RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no mundo Luso-brasileiro: 1500 1 1808. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n.36, p. 187 a 250.P.213

<sup>12</sup> RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância**. São Paulo: Alameda. 2008. P.15

Era necessário dar maior potência aos interesses e ditames do estado laico e civil. E um dos mecanismos para alcançar esse objetivo era a criação de cidades e vilas organizadas dentro de modelos urbanos preconcebidos de forma racional. A cidade seria instrumento civilizacional, local onde a cultura europeia deveria se impor, fazendo com que as populações sertanejas rompessem com a lógica organizacional e as formas de sociabilidades próprias da cultura dos silvícolas. Era imperativo que as cidades servissem como pontos, a partir dos quais o Estado se faria presente, de tal modo que pudesse fiscalizar os súditos e a forma como recebiam as determinações reais.<sup>13</sup>

Na década de 60 do século XVIII, a Coroa Portuguesa, resolvendo assumir de forma específica o controle sobre as áreas do sertão, nomeou João Pereira Caldas primeiro Governador da Capitania do Piauí, o qual tomou posse em 1759. Na sequência, cumprindo as ordenações da Coroa Portuguesa, o referido gestor passou a implantar nas áreas, agora sob seu comando, as estratégias administrativas que procuravam potencializar o poder e as intenções do monarca. Elevou a Vila da Mocha à categoria de cidade e seis freguesias à categoria de vilas, ao tempo em que instituía também regimentos de cavalaria auxiliar, que deveriam agregar pessoas gradas da sociedade local. O objetivo era criar núcleos urbanos, onde pudesse se instalar uma estrutura administrativa do Estado português, em que as instituições de Estado, como o governador da capitania, as autoridades militares, judiciais e fiscais atuassem, com a finalidade de potencializar a presença e a eficácia da Coroa, minimizando, conseqüentemente, a potência dos poderes privados exercidos pelos potentados rurais do sertão.

Os potentados rurais ainda seriam convidados a participar das ações de governança da Coroa na região, na medida em que foram chamados a ocupar funções públicas militares e também civis, particularmente, nas Câmaras. A política do Marquês de Pombal procurava encorajar pessoas nascidas no Brasil a compartilharem alguns aspectos da administração colonial<sup>14</sup>, no entanto, no Piauí, essa estratégia era vista com reservas pelos potentados rurais, prova disso foi a dificuldade do governador Pereira Caldas em preencher os cargos militares criados pelo Decreto Real.

A região do sertão também se caracterizava como área de atuação dos padres da Companhia de Jesus, instituição que foi alvo das ações do Marquês de Pombal. No Piauí,

---

<sup>13</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Considerações sobre a ação urbanística do Período Pombalino IN: **ÁGORA**. Santa Cruz do Sul, Vol 1, pg.61-82, março de 1995.p.81

<sup>14</sup> RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no mundo Luso-brasileiro: 1500 1 1808. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n.36, p. 187 a 250. p.206.

além do trabalho de catequese, os jesuítas eram grandes fazendeiros, donos de imensas propriedades de terra, gado e escravos. De maneira clara, percebem-se, nas intenções da Coroa e nas missões que cabiam ao Governador Pereira Caldas, não apenas o aprisionamento e a retirada de todos os jesuítas da Capitania, mas também a tomada de posse das propriedades e ainda o controle sobre as populações indígenas que se encontravam, até então, sob a tutela dos padres jesuítas na região.<sup>15</sup>

Em síntese, a criação das primeiras estruturas de poder da Coroa Portuguesa no Piauí, ocorreu com a clara intenção de minimizar a potência da Companhia de Jesus e ainda dos potentados rurais. Se a principal atividade econômica da região não chamava a atenção da Coroa Portuguesa para investimentos fiscalizadores mais eficientes, a presença dos jesuítas na região, no trabalho de catequese indígena, que lhes facultava o domínio sobre significativos contingentes populacionais de silvícolas e, principalmente, o fato de os clérigos regulares serem ativos proprietários de terras, gado e escravos, era este, sim, um fator determinante para a mudança de postura. Some-se à questão anterior, o fato de os potentados rurais, criadores de gado se caracterizarem como régulos do sertão, senhores da terra, fiéis ao rei, porém refratários a suas determinações e teremos razões suficientes para justificar as preocupações e ações administrativas da Coroa Portuguesa na região.

Se o problema dos jesuítas foi resolvido com o aprisionamento e expulsão dos clérigos regulares ocorrido ainda em 1760<sup>16</sup>, o controle sobre os potentados rurais mostrou-se mais complexo, sendo objeto de constantes negociações entre as autoridades constituídas pelo rei e os senhores do Sertão, que eram hábeis em negociar, em usar da potência que tinham na região para modificar algumas políticas e propostas vindas da metrópole. Eram homens que manifestavam extrema obediência e fidelidade ao monarca, mas que, muitas vezes, tratavam com hostilidade às autoridades enviadas pelo rei.<sup>17</sup>

A partir de uma presença maior da estrutura de poder da Coroa portuguesa na Capitania do Piauí, os potentados, que já detinham o poder e controlavam as populações e as riquezas da região, passaram a usar esses espaços institucionais, para aumentar o seu poder de mando. Progressivamente, começaram a ocupar os cargos e funções que lhes

---

<sup>15</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Tomo I. Rio de Janeiro: Artenova. 1974. p. 129 – 132.

<sup>16</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Tomo I. Rio de Janeiro: Artenova. 1974. p. 135 – 143.

<sup>17</sup> RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no mundo Luso-brasileiro: 1500 I 1808. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n.36, p. 187 a 250. p.207.

eram franqueadas pelo monarca e, assim, combinando a força das parentelas com o exercício de cargos públicos, legitimavam a sua autoridade. O poder dos régulos do sertão tornava-se, então, bafejado pelo poder do monarca e da legalidade. Esses potentados eram originários de famílias portuguesas, que migraram para a região no final do século XVII e no século XVIII e que, no Piauí, se entrelaçaram, em casamentos, formando redes familiares, que possibilitaram a preservação e a solidificação de patrimônios familiares, bem como a construção de uma elite econômica local que se consolidou como elite política, que buscava se hegemônizar no poder.<sup>18</sup>

Para a Coroa portuguesa, o mais importante era que esses potentados aceitassem o seu domínio, fossem leais súditos do monarca. A aliança entre o monarca e os potentados rurais manteve a estrutura de poder da Coroa portuguesa na Capitania do Piauí, até os começos do século XIX. Quando esse vínculo se fragilizou, na conjuntura política dos anos 1820, a ruptura com a Coroa portuguesa, apareceu como possibilidade, surgiu espaço para outras negociações, ou elas foram direcionadas para outras posições de poder emergentes. Os riscos e o ônus dessa infidelidade eram minimizados com a vantagem de manter um espaço nacional brasileiro e a fidelidade à Casa de Bragança, ao Príncipe Regente D. Pedro, que agora se apresentava como opção de poder. A manutenção da monarquia era a garantia da continuidade das estruturas de poder, das hierarquias sociais, e de uma cultura política, que, para os potentados do sertão, era uma zona de conforto.

Concomitante à criação de uma estrutura administrativa na Capitania do Piauí, o Estado também buscou a criação de serviços de comunicação que facilitassem a governança do lugar, que colocasse os diferentes pontos de povoamento da Capitania em contato com a capital, Oeiras, e desse centro com outras partes da colônia e mesmo com a metrópole. Assim, na segunda metade do século XVIII, progressivamente foi instalado um serviço postal que buscava viabilizar a comunicação entre os núcleos de povoação e Oeiras, a capital. A intenção era viabilizar ainda a ligação entre o Piauí, o Ceará, Pernambuco, Bahia e mesmo o Mato Grosso e Goiás.<sup>19</sup>

O ambicioso serviço postal planejado foi sendo viabilizado aos poucos e ganhou ritmo nas décadas iniciais do século XIX, primeiro, contando com o aumento das

---

<sup>18</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**. Recife: Editora Universitária UFPE. 2012.

<sup>19</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 43.

comunicações internas entre as vilas do Piauí e a Capital Oeiras e, em seguida, incrementando as relações postais com outras partes do Brasil, particularmente com o Maranhão, Ceará, Bahia e, por intermédio da Bahia, com a Corte, no Rio de Janeiro.

As comunicações no Piauí eram também realizadas pelo litoral. Nesse ponto, a situação geográfica de Parnaíba, próxima à costa marítima, dava a essa vila o privilégio de manter contatos de comércio e de comunicação postal com o Maranhão, com o Ceará, e ainda com outras partes do Brasil e mesmo com o exterior, particularmente com Lisboa.

Esses intercâmbios com outras partes da Colônia, e mesmo de Portugal, ajudavam a quebrar o isolamento em que a população da Capitania vivia até o final do século XVIII, poucos piauienses saíam da Capitania para estudar, o número de pessoas letradas, com formação superior ou eclesiástica era pequeno, e para a imensa maioria da população local, mesmo o letramento era algo sem utilidade prática, além de ser de difícil acesso. O que queremos afirmar é que as comunicações, a circulação de ideias por meio de correspondências, sejam oficiais ou privadas, quebravam o isolamento da capitania, faziam com que as grandes discussões do início do século XIX, atravessassem os mares e as florestas e chegassem até Oeiras e Parnaíba e daí se propagassem para outras localidades e incendiassem os corações e mentes dos piauienses. Na falta de ambiente cultural, onde a palavra escrita circulasse de forma mais intensa, as correspondências faziam com que as notícias e ideias circulassem e provocassem agitações e movimentações políticas.<sup>20</sup>

No nosso entendimento Oeiras pela sua condição de capital e Parnaíba pela sua localização litorânea e pela característica de se efetivar, ainda no século XIX, como um entreposto comercial no litoral, serão as portas de entrada das notícias que vinham da Europa e dos outros pontos da Colônia.

Em síntese, o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX foram fundamentais para a criação de uma estrutura administrativa no Piauí. Se a Capitania continuava sob os aspectos comerciais, judiciários e eclesiásticos fortemente subordinada/vinculada à Capitania do Maranhão, nos aspectos administrativo e político, o Piauí ganhava vida própria, uma identidade, grupos de interesse político se formavam, a vida urbana, ainda que insipiente, surgia, em alguns núcleos como: Oeiras, a capital, e Jerumenha, Valença e Parnaguá, vilas mais próximas a ela e que, assim, ficavam sob sua

---

<sup>20</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 39 – 45.

influência; e ainda as vilas de Parnaíba (no litoral), Campo Maior e Piracuruca, que eram situadas no norte da Capitania, e passavam a reverberar as movimentações políticas que agitariam o império ultramarino português no século XIX.

Levadas por propagandistas de ideias liberais ou por meio de correspondências oficiais e privadas, reverberaram no Piauí, as movimentações e a cena política que deram vida à Revolução de 1817, em Pernambuco. Essa notícia levou o governador Baltazar de Sousa e Vasconcelos a proibir a venda de gado às províncias rebeladas e mesmo reforçar as fronteiras do Piauí em defesa de suposta movimentação rebelde que viria do Crato no Ceará para promover a rebelião. Nos anos seguintes, repercutem no Piauí, a Revolução do Porto, as reações de D. João VI ao movimento, os rumos do processo constitucional em Portugal, as movimentações do Príncipe Regente no Rio de Janeiro e todo o debate em torno dos impasses políticos dos anos entre 1820 e 1824. Em todo esse período, o Piauí não só acompanhou as movimentações políticas, como também promoveu eleições de representantes às Cortes constitucionais e elegeu governos provisórios, eleições que moveram interesses e eram marcadas por disputas por espaço político no âmbito local.

Proclamada a Independência do Brasil em setembro de 1822, intensificaram-se as negociações e disputas em torno da posição a ser tomada pelo Governo do Piauí. No bojo dessa discussão, ganharam relevância pelas posições assumidas, na conjuntura, dois grupos políticos, separados pela história e pela geografia, e que acabaram favorecendo um desfecho favorável à adesão do Piauí ao movimento de emancipação política capitaneado pelo Príncipe Regente D. Pedro. Como tratamos em momento anterior, o jogo do poder e da política no Piauí era extremamente marcado pela presença e pela força das famílias mais empoderadas da região, assim podemos definir um primeiro grupo situado ao norte, mais próximo ao litoral e suas áreas de influência, onde se aglutinavam os Dias da Silva, os Castelo Branco e outras famílias, com vínculos de parentesco e interesses econômicos e políticos. Esse grupo era ligado ao criatório do gado (pecuária) e à sua comercialização em forma de charque. Em Parnaíba se desenvolveram charqueadas que beneficiavam a carne. Esses grupos situados no litoral e no norte da capitania tinham o comércio da sua produção facilitada pela navegação de cabotagem que os ligavam ao Ceará, ao Maranhão, ao Pará e mesmo à Guiana Francesa.

No centro sul da Capitania do Piauí, havia uma segunda rede familiar, liderada pelos Sousa Martins, ligada a Oeiras. Esse grupo, por sua vez, também era vinculado ao criatório e comercialização do gado, mas, diferente do primeiro, fazia a venda de animais

vivos, para feiras de gado em Pernambuco e Bahia, alcançando daí até mesmo as Minas Gerais.

Personagens desses dois grupos vão se envolver diretamente no processo de emancipação política e da adesão do Piauí ao Império do Brasil. Os Dias da Silva e seus aproximados, possivelmente pela posição geográfica distante de Oeiras, centro de poder, e próximos ao litoral e, assim, possivelmente mais permeáveis a ideias novas vindas de outros lugares, vão tomar a dianteira no movimento emancipacionista. Os Sousa Martins, por serem situados em Oeiras, e por já terem participado de Juntas Governativas, assumem posição mais cautelosa e conservadora, e só vão aderir ao movimento emancipacionista, em momento posterior, quando a situação e o cálculo político mostraram que era o momento oportuno para uma tomada de decisão no sentido de aderir à causa da independência, com a movimentação política e militar necessária para derrubar o governo leal a Portugal e realizar a tomada efetiva do poder.

Wilson Brandão, um dos historiadores do processo da independência, nos informa que, no início do ano de 1822, o Piauí já não tinha, oficialmente, outros interesses que não os que coincidiram com os de Portugal. Era uma província lusitana, totalmente desvinculada do Brasil. Nisso, seguia o Maranhão e o Pará. Os três, como se revivessem o passado, com a imorredoura tradição do Estado do Maranhão, chegaram ao extremo de firmar um pacto de ajuda mútua, com a finalidade de manter a todo custo a soberania portuguesa, nessa parte do Brasil.<sup>21</sup> Como consequência dessa postura, o governo do Piauí, estabelecido por força da legislação impositiva das Cortes portuguesas, deliberadamente passou a excluir D. Pedro, e o Rio de Janeiro no envio de correspondências.

Ao posicionamento anterior, o historiador Joaquim Chaves acrescenta e argumenta que as ações da Coroa Portuguesa em 1821 para com o Piauí são evidências de que realmente haveria um plano de Portugal em conservar pelo menos uma parte dos seus domínios americanos, em caso de uma rebelião emancipacionista no Brasil. A ideia era manter o norte do Brasil, mais especificamente as capitânicas do Piauí, Maranhão e Grão Pará. Como prova da sua argumentação, Joaquim Chaves aponta o envio do militar João José da Cunha Fidié, um experimentado militar português que havia lutado contra as tropas napoleônicas na Península Ibérica. O militar foi enviado ao Piauí e tomou posse

---

<sup>21</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 83.

do cargo de Governador das Armas no dia 8 de agosto de 1821. Outro argumento apontado por Joaquim Chaves foi o envio de exagerado volume de armas e munições que aportaram em São Luís do Maranhão e em seguida transportado ao Piauí. Segundo o historiador, investimentos bélicos tão significativos, direcionados a uma região central, sem fronteiras a serem defendidas de inimigos externos, não teria outra função, a não ser, assegurar o domínio, para a Coroa Portuguesa, do Maranhão e das áreas sob sua influência, no caso, as capitanias do Piauí, Maranhão e Grão-Pará. As tropas e armamentos enviadas ao Piauí, deveriam proteger o Maranhão das investidas das possíveis movimentações armadas vindas de Pernambuco e da Bahia.<sup>22</sup>

Segundo Wilson Brandão, as forças políticas majoritárias no Piauí se dividiam em dois grupos: as que eram favoráveis à continuidade da ideia de Reino Unido de Brasil e Portugal tal como fora implantada em 1815, e somente se essa ideia não fosse a saída adotada pelas Cortes constitucionais, seriam a favor de um processo de ruptura política entre Brasil e Portugal, um segundo grupo era favorável ao Reino de Portugal, mesmo que isso implicasse retrocessos políticos para o Brasil. O Governo estabelecido e sediado em Oeiras fazia parte do segundo grupo, sendo absolutamente favorável ao reino de Portugal e às suas determinações. Joaquim Chaves, lançando sua análise para outras posições políticas que iam para além das propostas majoritárias, afirma, nas suas pesquisas sobre a Independência do Brasil, que as posições políticas no Piauí, principalmente fora dos quadrantes mais restritos das grandes parentelas, assumiam caráter mais radical, e ideias republicanas e anarquistas circulavam em cidades como Campo Maior, Parnaíba e Oeiras, escritas em pasquins anônimos, que convocava o povo para a necessidade de ruptura com Portugal, com as Cortes e com todo o processo constitucional que ocorria em Lisboa.<sup>23</sup>

Fora dos quadrantes governistas de Oeiras, a propaganda em favor do processo de emancipação política do Brasil e da adesão do Piauí a essa causa era uma realidade. Em vilas como Campo Maior e Parnaíba, lideranças políticas se movimentavam e propagandeavam a causa da emancipação política. Assim, em 19 de outubro de 1822, pouco tempo depois de tomar conhecimento dos acontecimentos protagonizados por D. Pedro, proclamando a Independência do Brasil, a Câmara de Parnaíba, contando com

---

<sup>22</sup> CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.29-30.

<sup>23</sup> CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.31-32.

grande apoio popular, tomou a decisão de aderir à causa emancipacionista e a D. Pedro. Essa movimentação política era capitaneada por homens de grandes cabedais e representação política como o Coronel Simplício Dias da Silva, o Capitão Domingos Dias da Silva, ricos pecuarista, comerciantes e donos de charqueadas, e o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, além de outras lideranças políticas da região.<sup>24</sup>

Os emancipacionistas parnaibanos, mais próximos a grupos políticos do Ceará, que eram adeptos do movimento de independência, pretendiam exatamente juntarem-se ao movimento que eclodira em outras áreas do Brasil. Essa circunstância lhes dava a sensação profundamente confortadora de que não estavam sozinhos, de que se engajavam a outras forças políticas em defesa de uma causa nobre, a causa do Brasil. Essa percepção era fundamental para aliviar as culpas pelo ato de insubordinação à ordem estabelecida, e mesmo para minimizar os riscos de represálias violentas. Não se estava embarcando em aventura solitária, havia claramente um movimento político significativo e que era apoiado por parte expressiva das outras partes do Reino do Brasil.<sup>25</sup>

Um ponto evidenciado por Wilson Brandão, no auto de vereação da Câmara de Parnaíba de 19 de outubro de 1822, mostra como não se tinha clara definição dos rumos políticos que as relações entre Portugal e Brasil deveriam tomar, e mostra ainda que muito possivelmente o caminho da conciliação e da união entre os dois reinos era o percurso mais desejado. Assim, segundo o referido historiador, está expresso na documentação que registra a proclamação à adesão ao processo de emancipação política do Brasil o seguinte relato

Então sob aplausos dos circunstantes, são proclamadas nesta vila, a Regência de S. A. R., a Independência do Brasil e sua união com Portugal e as futuras cortes constitucionais do Brasil”, reconhecido o “Sereníssimo Dom Pedro de Alcântara, Regente e Defensor Perpétuo do Brasil.”<sup>26</sup>

Pelo que vai oficialmente expresso no documento, a proclamação de 19 de outubro de 1823, em Parnaíba, não defende a separação definitiva com Portugal, mas reafirma o desejo da manutenção da condição de Reino Unido, a defesa do princípio constitucional,

---

<sup>24</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Piauí** Tomo II. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI. 2010. p.83.

<sup>25</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.105.

<sup>26</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.103.

desta feita, elaborada por uma Constituinte composta por brasileiros, para regulamentar as relações entre Estado e Sociedade especificamente no Reino do Brasil.

Outrossim, as ideias contidas no documento, ao tempo em que deixam evidenciada a vontade de romper com o passado, com a monarquia absolutista, proclama a autoridade do Príncipe Regente ao tempo em que se mostra ainda fiel ao soberano português D. João VI. Em síntese, o que se quer é a continuidade do *status quo* estabelecido com a criação do Reino Unido em 1815, com a supressão do absolutismo e a instalação do princípio constitucional, com a consequente criação de uma monarquia constitucional no Brasil.<sup>27</sup>

O desejo dos líderes políticos de Parnaíba era a adesão de todas as Câmaras do Piauí ao movimento, o que fragilizaria a resistência política ao impulso emancipacionista, no entanto, os dias e meses seguintes ao 19 de outubro, se mostraram de pouca adesão das outras câmaras piauienses, e mesmo de uma sonora discordância de Oeiras, onde, além de um governo absolutamente alinhado à causa portuguesa, contava com um militar português como Governador das Armas, sob o comando de quem estavam tropas fiéis a Portugal, aproximadamente 1.100 homens armados e treinados e contando ainda com 11 peças de artilharia.<sup>28</sup> Diante dessas circunstâncias desfavoráveis, o medo dos parnaibanos era o de uma represália militar contra Parnaíba, o que se materializou ainda no final de 1822, quando João José da Cunha Fidié, colocou suas tropas em marcha com destino a Parnaíba, situada no litoral, a aproximadamente 500 Km de Oeiras.<sup>29</sup>

Os insurgentes parnaibanos reagem, solicitam que a marcha militar seja interrompida, que a cidade não seja atacada, mas diante da inevitabilidade do conflito, e da falta de condições militares de resistir à investida bélica, as lideranças políticas abandonam a cidade e se refugiam no Ceará. Parnaíba é invadida, saqueada e a ordem reinol reestabelecida.

Enquanto essa trama se desenrolava no norte do Piauí, em Oeiras, as coisas foram mudando de figura com a ausência das tropas portuguesas. O governo estabelecido na Província, continuava fiel às determinações portuguesas e alinhado com o Governo do

---

<sup>27</sup> JANCSÓ, István. Brasil: **Formação do Estado e da nação**. São Paulo: Editora Hucitec. 2011.

<sup>28</sup> NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006.p.128.

<sup>29</sup> Segundo Joaquim Chaves, a situação política no Piauí, e a posição favorável as decisões que emanassem das Cortes em Lisboa, eram afiançadas pela presença do Governador das Armas na Província, o militar português João José da Cunha Fidié. CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDAPI. 2006. P.20.

Maranhão. No entanto, as elites políticas locais, percebendo a fragilização das posições portuguesas em outras províncias do Norte, particularmente na Bahia, em Pernambuco e Ceará, e ainda, a ausência das tropas portuguesas na cidade, começa a mudar de posição, e a assumir a bandeira da adesão do Piauí ao movimento capitaneado pelo Príncipe Regente D. Pedro.

À frente do movimento colocou-se Manuel de Sousa Martins, que havia pertencido à Junta de Governo provisório anterior. Sua força política não vinha apenas dessa experiência administrativa, mas da sua habilidade política, e principalmente das vinculações familiares, da força da parentela, dona de significativas porções de terra, de gado e escravos, e ainda tradicionalmente detentora de postos políticos.<sup>30</sup>

A causa portuguesa no Piauí sustentava-se na fidelidade das tropas portuguesas chefiadas por Fidié e sediadas na capital, mas principalmente na fidelidade desses potentados rurais que se mantinham fiéis ao soberano português. O ato de rebeldia era ariscado, o cálculo político teria que ser bem-feito. Convencidos da inevitabilidade da vitória da causa emancipacionista e dos possíveis ganhos de capitanear o movimento de rebelião e adesão à causa brasileira, Manuel de Sousa Martins liderou o movimento que, começando pelos conciliábulos feitos às escondidas, passou no dia 24 de janeiro de 1823, à rebelião aberta e à tomada do poder, quase sem resistências por parte da Junta de Governo que comandava Oeiras.

Manuel de Sousa Martins assumiu o Governo do Piauí, de forma provisória, e ato contínuo, proclamou a adesão ao Príncipe Regente. Não podemos afirmar que as motivações de Manuel de Sousa Martins fossem apenas querelas pessoais contra os governantes da Junta provisória que governava Oeiras no momento do movimento de rebelião, nem tão pouco que ele não comungasse dos princípios liberais e patrióticos que moviam muitos, naquela conjuntura histórica. Contudo, é inegável que Manuel de Sousa Martins era marcado por grande habilidade e articulação política e que possuía aguçado senso de oportunidade. Assim, informado do andamento das articulações e vitórias do movimento emancipacionista em outras províncias, percebendo o alto grau de inevitabilidade de vitória do movimento e, ainda, a fragilização política e militar da junta de governo de Oeiras, resolve capitanear o processo de rebelião com a consequente adesão do Piauí ao movimento em favor da Independência do Brasil.

---

<sup>30</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**. Recife: Editora Universitária UFPE. 2012.

## O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A audácia na movimentação política poderia render mercês e espaços políticos a ele e a sua parentela, o que, com certeza, pesou no cálculo. Segundo Wilson Brandão, Manuel de Sousa Martins era um homem circunstancial: sereno ou impetuoso, bravo ou malicioso, seu comportamento estava diretamente relacionado às circunstâncias postas em cada momento.<sup>31</sup>

A percepção de Georges Gardner, quando encontra Manuel de Sousa Martins, em 1839, ainda na condição de Presidente da Província do Piauí, nos auxilia a entender o perfil psicológico desse personagem: “Embora geralmente ignorante, possui grande esperteza e astúcia, qualidades altamente propícias à manutenção do despotismo com que tem regido a província, que por certo tem gozado de mais paz e sossego do que quase todas as outras províncias.”<sup>32</sup>

É preciso enfatizar que o sucesso político de Manuel de Sousa Martins, em grande parte, se deu pelas circunstâncias históricas: a distância que as tropas portuguesas estavam de Oeiras, o apoio militar recebido das outras províncias, particularmente do Ceará, a adesão de outros grupos oligárquicos dentro do Piauí, particularmente de Parnaíba e Campo Maior, a fragilização das forças reinóis no Maranhão, mas, não menos importante, é preciso enfatizar que a capacidade de Manuel de Sousa Martins em arregimentar sua própria parentela, e mesmo conquistar a adesão de outros grupos familiares do Piauí à causa da Independência foi fundamental para o sucesso do movimento.

O certo é que deposto o Governo fiel a Portugal, Manoel de Sousa Martins e seus aliados assumiram o Governo do Piauí e proclamaram a adesão da Província ao Império do Brasil em 24 de janeiro de 1823. Diante do ocorrido, as tropas portuguesas, até então sediadas em Parnaíba, começam a fazer o caminho de volta para Oeiras, com o objetivo de sufocar o movimento de rebelião. No retorno, nas proximidades da Vila de Campo Maior, a uns 300 Km de Oeiras, Fidié e seus soldados enfrentam tropas brasileiras, organizadas pelos piauienses, mas também por cearenses e baianos.

O perigo das tropas comandadas por Fidié era claro, mas o risco poderia ser acrescido, se viessem reforços do Maranhão, que se mantinha fiel a Portugal e resolutos em evitar que a rebelião se alastrasse do Piauí para lá. Assim, desde o momento em que o governador do Maranhão tomou conhecimento das movimentações em Parnaíba e posteriormente em Oeiras, tratou de reforçar as defesas maranhenses nas margens do rio

---

<sup>31</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006.

<sup>32</sup> GARDNER, Georges. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1975. p.126-127.

Parnaíba, procurando evitar que os insurgentes do Piauí e do Ceará atravessassem o rio e atacassem as vilas e cidades do Maranhão.<sup>33</sup>

Em 13 março de 1823, ocorreu um combate nas proximidades da Vila de Campo Maior, onde enfrentaram-se as tropas portuguesas, armados e com treinamento militar e contando com peças de artilharia, e as tropas brasileiras, formadas por homens mal armados, com pouco e mesmo sem nenhum treinamento militar, equipados com armamento diverso que iam das armas de fogo, passando pelas espadas, facões, arcos e flechas e chegando às foices, machados e mesmo a pedaços de madeira.<sup>34</sup> Homens arregimentados no ímpeto de um nascente espírito de patriotismo, por um desejo de algo mágico, mas possivelmente indefinido, chamado liberdade, e ainda por uma forte dose de lealdade pessoal aos potentados rurais que capitaneavam o movimento de independência no Piauí e no Ceará.

A referida batalha entre as tropas leais a Portugal e as tropas brasileiras nas margens do riacho Jenipapo, em Campo Maior, se processou por cinco horas de combate, que iniciados às 9 horas da manhã se estendeu até às 14 horas, quando os brasileiros resolveram sair do campo de batalha, para se reorganizarem, pois estavam exaustos, e em desvantagem na batalha, diante da superioridade das tropas portuguesas. Enquanto os brasileiros contabilizavam mais de 200 mortos, as tropas portuguesas somavam aproximadamente 20 óbitos. No entanto, ao final da batalha, o comandante português contabilizou uma perda inesperada que desestabilizaria a tropa e seus planos ofensivos, os brasileiros haviam atacado sua retaguarda e tomado parte de sua bagagem de guerra: armas, munição, mantimentos e parte dos despojos de guerra saqueados na Vila de Parnaíba.<sup>35</sup>

Como resultado do conflito, os brasileiros foram derrotados, mas as tropas de Fidié ficaram desestabilizadas com o combate e a perda das bagagens. Diante do desgaste, Fidié resolve desistir de sua marcha sobre a Vila de Campo Maior e em seguida para Oeiras, ao invés dessa ofensiva em território piauiense, resolve atravessar o rio Parnaíba e entrincheirar suas tropas na cidade de Caxias, no Maranhão. O cálculo de Fidié, possivelmente foi o de que seria melhor fortalecer as bases da defesa militar do Maranhão, que continuava fiel à causa portuguesa e, conseqüentemente, evitar a sua queda. Feito

---

<sup>33</sup> NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.132 -141.

<sup>34</sup> NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.142 -150.

<sup>35</sup> NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.1148 -149.

isso, em momento futuro, contando com apoio militar vindo de Portugal, poderia voltar ao Piauí e mesmo reconquistá-lo.<sup>36</sup>

As históricas vinculações entre as duas capitanias as uniam nesse momento conturbado, havia interdependências políticas, o Piauí era parte da unidade eclesiástica do Bispado do Maranhão, mas também havia ligações econômicas, o comércio do Piauí era fortemente dependente das praças comerciais do Maranhão, particularmente de Caxias, onde agora se concentravam tropas leais a Portugal. Além disso, a proximidade geográfica criara outros vínculos, de dependência e de afinidade, grupos familiares comuns se espalhavam nos dois lados do Parnaíba, enfim, o processo de adesão do Piauí ao Brasil, só estaria concluído quando o processo no Maranhão também fosse vitorioso.

Pressionado por forças políticas e militares do Maranhão, pelas tropas brasileiras formadas por cearenses e piauienses, que depois da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior, cruzaram o rio Parnaíba, e seguiram no encalço de Fidié, agora fazendo um combate de escaramuças e guerrilhas e, também, contando com os reforços militares enviados pelo Príncipe Regente, o Governo pró-Portugal de São Luís, capital do Maranhão, cede às pressões e o Maranhão finalmente proclama sua adesão à independência do Brasil em 28 de julho de 1823. Dias depois, em 31 de julho de 1823, encerram-se os confrontos militares, e as negociações levam à rendição e à deposição das armas pelas tropas fiéis a Portugal na cidade de Caxias. Concluída a adesão do Maranhão ao Brasil, o processo também estava encerrado no Piauí.

Ao final e ao cabo dessa explanação, o que queremos enfatizar é que a adesão política das províncias do norte, particularmente do Piauí e do Maranhão ao projeto político de independência do Brasil, se deveu, em parte significativa, aos esforços militares das tropas expedicionárias do Ceará e do Piauí, que, depois de favorecerem à adesão do Ceará e Piauí, cruzaram o rio Parnaíba e assumiram relevante papel no enfrentamento de tropas lusitanas no Maranhão, particularmente na cidade de Caxias.

Sem desmerecer o valor e a contribuição das forças militares enviadas por D. Pedro ao norte do Brasil para pressionar a rendição das tropas e dos grupos políticos fiéis a Portugal sediados em São Luís, capital do Maranhão, acreditamos ser importante frisar que não menos importante foi a união de esforços militares de outras capitanias que, depois de conseguirem a adesão do Ceará e do Piauí, atravessaram o rio Parnaíba para

---

<sup>36</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 218.

auxiliar as forças emancipacionistas no Maranhão, sem esse esforço coletivo, o processo histórico teria outro enredo e o seu desfecho poderia ser distinto.

Em meados de 1823, o processo de adesão das províncias do norte do Brasil, particularmente do Piauí e do Maranhão, ao nascente Império brasileiro estava concluído. No entanto, as negociações em torno da formação do Estado Nacional, dos parâmetros a serem estabelecidos entre o novo centro de poder, no Rio de Janeiro, e suas províncias estava em curso e seria motivo de novos embates e negociações, a depender das convicções políticas dos grupos envolvidos no processo. Para outros, o principal agora era a busca por mercês, como forma de recompensa pelos feitos realizados em favor da causa do Brasil, e que seriam convertidas em nomeações para cargos na administração provincial ou imperial, ou ainda em forma de títulos honoríficos.

No Piauí essas questões se fazem presentes na nomeação para a Presidência da Província no pós-movimento de adesão. As preferências do agora imperador D. Pedro I recaem sobre Simplício Dias da Silva, no entanto, ele demora a aceitar a mercê imperial, possivelmente por discordar dos caminhos que o governo imperial tomava na Corte, pois o grupo político de Parnaíba acaba por envolver-se na Confederação do Equador em 1824. Isso fez com que a nomeação recaísse, por fim, em favor de Manuel de Sousa Martins, que mais que ser agraciado com o cargo de presidente de Província, foi também contemplado com um título de Barão da Parnaíba. Ao final e ao cabo do processo, o cálculo e a habilidade política de Sousa Martins, e com ele sua parentela, foram os grandes beneficiados de toda a movimentação emancipacionista.

Consolidado o domínio dos Sousa Martins no governo provincial do Piauí, o agora Barão da Parnaíba tomará todos os cuidados necessários para favorecer a sua parentela, deixando fora dos cargos relevantes da Província políticos ligados a outras parentelas que não se colocavam sob seu controle. O governo do Barão da Parnaíba prosseguirá, quase sem interrupções, entre 1823 e 1843. Essa situação política, aliada à frustração das camadas populares, que se viram alijadas de todo e qualquer benefício com a nova situação do Brasil, agora nação independente, com governo próprio, servirá como estopim para novas movimentações políticas e militares que eclodirão no Piauí e no Maranhão nos anos de 1839 a 1842. Isso explica o surgimento da rebelião Balaiada, que, de certa forma, teve vínculos com a decepção de alguns grupos com os arranjos políticos e com a manutenção da realidade social do Brasil, do Piauí e do Maranhão no período pós-emancipação.

# A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

Cristiane Gonçalves Ribeiro Soares<sup>1</sup>  
Maria Tereza de Alencar<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Educação Inclusiva é o palco para grandes discussões mundiais que buscam dentro das diferenças o direito a educação de qualidade e igualitária, o respeito a dignidade humana e a socialização dentro e fora da sala de aula. Partindo desse pressuposto e o decorrer do curso de Licenciatura em Geografia instigou a pesquisa buscando entender o desenvolvimento do aluno com NEE na educação geográfica. O objetivo geral consistiu em conhecer as possibilidades disponibilizadas ao discente de Geografia para o desenvolvimento de competências e habilidades que auxiliem no processo de inclusão de alunos com NEE no ensino fundamental. A pesquisa realizada teve dois momentos de análise. O primeiro com base na fundamentação teórica visando responder o primeiro objetivo específico que buscava a identificação da importância da formação inicial do professor para a inclusão de alunos com NEE. O segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo na Universidade Estadual do Piauí com aplicação de questionários a docente, Coordenação do curso de Geografia e egressos. Com a análise dos resultados possibilitou conhecer dificuldade no curso de formação de Geografia para proporcionar ao futuro docente competência para a educação inclusiva e sugestões para este fim. Mediante a conclusão, vislumbra-se a continuidade do desenvolvimento do tema em outras pesquisas, que impulsionem o professor e aos envolvidos na educação a compreensão da importância da real inclusão na educação.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Formação de Professores; Geografia.

## INCLUSIVE EDUCATION IN THE TRAINING OF THE TEACHER OF GEOGRAPHY AT THE STATE UNIVERSITY OF PIAUÍ

**ABSTRACT:** Inclusive Education is the stage for major global discussions that seek, within differences, the right to quality and equitable education, respect for human dignity and socialization inside and outside the classroom. Based on this assumption and the course of the Degree in Geography instigated research seeking to understand the development of students with SEN in geographic education. The general objective was to know the possibilities available to Geography students for the development of skills and abilities that help in the process of including students with SEN in elementary school. The research carried out had two moments of analysis. The first is based on theoretical foundation, aiming to answer the first specific objective that sought to identify the importance of initial teacher education for the inclusion of students with SEN. The second moment was the field research carried out at the State University of Piauí with the application of questionnaires to professors, Coordination of the Geography course, graduates and students. With the analysis of the results, it was possible to know difficulties in the Geography training course to provide the future teacher with competence for inclusive education and suggestions for this purpose. Upon conclusion, it is possible to see the continuity of the development of the theme in other researches, which encourage the teacher and those involved in education to understand the importance of real inclusion in education.

<sup>1</sup> Licenciada em Geografia -UESPI. cris.grs@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Geografia-UFS. Professora de Geografia -UESPI. mariatereza@cchl.uespi.br

**Keywords:** Inclusive Education; Teacher Training; Geography.

## EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LA FORMACIÓN DEL PROFESOR DE GEOGRAFÍA EN LA UNIVERSIDAD ESTATAL DE PIAUI

**RESUMEN:** La Educación Inclusiva es escenario de grandes discusiones mundiales que buscan en las diferencias el derecho a una educación de calidad e igualitaria, el respeto a la dignidad humana y la socialización dentro y fuera de las aulas. Con base en este supuesto y el curso de la Licenciatura en Geografía impulsó la investigación que busca comprender el desarrollo del estudiante con NEE en la educación geográfica. El objetivo general fue conocer las posibilidades que tienen los estudiantes de Geografía para el desarrollo de habilidades y destrezas que ayuden en el proceso de inclusión de estudiantes con NEE en la escuela primaria. La investigación realizada tuvo dos momentos de análisis. El primero basado en la fundamentación teórica con el objetivo de responder al primer objetivo específico que buscaba identificar la importancia de la formación inicial docente para la inclusión de los estudiantes con NEE. El segundo momento, la investigación de campo fue realizada en la Universidad Estadual de Piauí con la aplicación de cuestionarios al docente, Coordinación del curso de Geografía y egresados. Con el análisis de los resultados, fue posible conocer la dificultad en el curso de formación de Geografía para dotar al futuro docente de competencias para la educación inclusiva y sugerencias para tal fin. A través de la conclusión, es posible ver la continuidad del desarrollo del tema en otras investigaciones, que alientan al profesor y a los involucrados en la educación a comprender la importancia de la inclusión real en la educación.

Palabras llave: Educación Inclusiva; Formación de profesores; Geografía.

## INTRODUÇÃO

No decorrer da formação no curso de Licenciatura Plena em Geografia e mediante as disciplinas cursadas e a forma como se desenvolveram as metodologias e práticas, surgiu a indagação como pessoas com algum tipo de Necessidade Educacional Especial (NEE), podem acompanhar e desenvolver de forma satisfatória as atividades com suas habilidades diferenciadas/reduzidas. Nesse contexto, foi desenvolvido o tema da pesquisa: A educação inclusiva na formação do professor de Geografia da UESPI.

As escolas de ensino regular na sua maioria, possuem muitos alunos com NEE e se faz necessário que os professores estejam aptos para fazer a inclusão desses alunos em sala de aula. A problemática da pesquisa é saber como o processo de formação inicial do professor de geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) contribui para formação de professores capacitados para educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental.

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

A educação é base na vida de todo cidadão. Todo ser humano tem o direito a educação e ser inserido na escola nos primeiros anos de vida visando a busca do conhecimento e o desenvolvimento social. A diferenciação do ambiente em que a criança vive para o que ela passa a viver na escola torna-se a princípio uma das maiores dificuldades, principalmente quando essa criança tem alguma necessidade especial.

É importante ressaltar que o aprendizado da criança se inicia antes de ingressar na escola, sendo ele quando bem trabalhado, impulsiona o seu desenvolvimento. A forma como essa criança é incentivada, instigando seu cognitivo é imprescindível na qualidade do desempenho escolar.

A escola é um dos principais lugares de convívio de uma pessoa e que remete ao mesmo a capacidade de socialização e desenvolvimento cognitivo. Quando se trata de alunos com necessidades especiais, o processo torna-se mais complexo, diante as dificuldades para a incluir esse aluno de forma igualitária e suprimindo as suas necessidades promovendo o aprendizado de qualidade dentro do contexto geográfico.

Porém, alguns fatores se tornam agravantes para que a inclusão se torne algo distante da realidade nas escolas, sejam elas, públicas ou privadas. A infraestrutura das instituições de ensino, a capacitação na formação de professores que atendam as especificidades inerentes aos alunos com diferentes NEE, são exemplos de algumas problemáticas que dificultam o desenvolvimento de uma educação que seja inovadora quando se trata da realidade inclusiva.

A reflexão envolvendo a problemática gerou o objetivo geral que buscou conhecer as possibilidades disponibilizadas ao discente de geografia para o desenvolvimento de competências e habilidades que auxiliem no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental.

Neste contexto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Identificar a importância da formação inicial do professor para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE); Conhecer as dificuldades encontradas no curso de licenciatura de Geografia que restrinja o futuro docente adquirir competências para educação inclusiva Apresentar sugestões que favoreçam ao egresso do curso de licenciatura em geografia da UESPI trabalhar com alunos de NEE de forma mais dinâmica e produtiva.

Com o propósito de aprofundar e embasar a pesquisa no que se refere a capacitação de professor, evolução do conceito de NEE e inclusão educacional no contexto geográfico, foram realizadas leituras em livros, artigos, além de vários documentos oficiais que regem a educação brasileira. Com relação a pesquisa documental, para compor o processo de conhecimento, buscou-se a leitura de Leis, Resoluções e Conferências internacionais.

O desenvolvimento da leitura e reflexão de livros e artigos, proporcionou maior entendimento acerca do que envolve o processo de formação e a sua importância para uma educação inclusiva de alunos com NEE. Nessa perspectiva, foram analisadas obras de alguns teóricos para fundamentação da pesquisa, como Paulo Freire (1996), Vygotsky (1998), Mantoan (2003), Sartorretto (2011), Baú (2014), Fonseca e Salvi (2016), Fonseca (2019), Damiani (2020), entre outros.

A referida pesquisa foi realizada na Universidade Estadual do Piauí, localizada na Região Norte de Teresina – PI; no período entre maio e julho de 2021. Nesse período, foram direcionados questionários com 4 egressos de 2018 e 2019, 2 professoras do Curso de Licenciatura em Geografia, a Professora de Libras e a coordenação do curso de Licenciatura em Geografia.

A aplicação de questionários para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada via e-mail e pelo aplicativo WhatsApp. Devido as dificuldades decorrentes do processo de isolamento em que se encontrava a população pela pandemia do COVID-19, foi necessária a utilização de ferramentas tecnológicas. No período de isolamento, o aplicativo WhatsApp estava sendo muito utilizado como facilitador/mediador na educação.

Os questionários foram aplicados no intuito de conhecer as dificuldades e carências encontradas no curso de licenciatura de Geografia da UESPI, que dificulte o futuro docente ingressar na docência com conhecimentos inclusivos. Conhecer sugestões visando transformações e possíveis práticas educacionais como facilitadoras para o processo de inclusão de NEE dentro do contexto da geografia. De fato, a Geografia é inclusiva, ela inclui o sujeito ao meio de forma consciente e transformadora. É muito importante que o processo de ensino e aprendizagem de Geografia seja um facilitador de re/conhecer o espaço em que se vive, onde se é o principal modificador desse espaço, gerando conceitos e percepções de mundo como ser social. Com isso se faz necessário o preparo do professor para que ninguém seja excluído desse conhecimento.

# A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

## A educação inclusiva de alunos com NEE

Acredita-se que são vários os desafios e serem enfrentados por alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) matriculados no ensino regular, onde imagina-se que esse aluno passa a conviver com uma realidade diferente que ele encontrava nas escolas especiais. Para Mantoan (2015), a inclusão de fato não passa de teoria disfarçada de realidade, quando somete se integra esse aluno em sala de aula sem que haja práticas educacionais adequadas. São grandes os paradigmas a serem rompidos que aproximem essa teoria a verdadeira inclusão. Segundo Mantoan (2015, p. 28):

O objetivo da integração é inserir o aluno, ou um grupo de alunos, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é de não deixar ninguém no exterior de ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades.

De acordo com a autora distinção entre integração e inclusão visa uma reorganização de ideias e conceitos por partes das instituições de ensino. A inclusão incita que há uma carência na reorganização de práticas socioeducacionais. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica 2019 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); no Piauí entre os anos de 2015 e 2019, houve um aumento percentual de alunos matriculados em classes comuns no ensino fundamental com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades.

De acordo com o Censo da Educação Básica (2019) – resumo técnico do Estado do Piauí; quando é comparado a educação inclusiva por dependência administrativa, do total de 21.611 alunos com alguma NEE matriculados em classes comuns, 16.403 são matriculados na rede municipal, 3.754 na Estadual e 1.276 na rede privada. Somente 288 alunos com NEE foram matriculados em classes especiais exclusivas, assim sendo visível a necessidade de aperfeiçoamento de competências docentes, adequação das escolas para a inclusão de alunos no ensino regular.

Não se pode questionar que é um passo importante no avanço do processo de inclusão escolar, alunos que possuam suas habilidades reduzidas/aumentadas por alguma necessidade especial serem matriculados em classes comuns. Mas a complexidade do tema inclusão,

ainda tem muito o que ser discutido, para que seja realizada modernização na escola para este fim. A base familiar no desenvolvimento da criança, é complementada com a integração do indivíduo na sociedade, já que nos seus primeiros anos de vida só se interage basicamente com a família. Toda mudança é um passo difícil e que necessita perseverança, principalmente quando muda o meio que se vive e passa a ser incluído em outro meio. Na fase inicial, a mudança do ambiente da nossa casa para o escolar leva tempo para que haja adaptação.

É certo que a dificuldade para essa adaptação e integração ao novo mundo, se complica quando o indivíduo possui alguma necessidade especial, podendo ocasionar uma deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Não se deve pensar só na integração, mas na inclusão, respeitando os direitos que lhe são assegurados através do Cap. 3, Art. 205 da Constituição Federal (BRASIL,1988):

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na formação do cidadão, desde o ensino inicial ao seu término, a escola deve proporcionar ao indivíduo desenvolver competências e o respeito pelas diferenças. De acordo com a BNCC (2018, p.9) no item 6, é competência da educação básica:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitam entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

É nesse contexto que se constrói um cidadão crítico, formador dos próprios conceitos preparando-o para viver em sociedade. A construção por si só não acontece, quando alguém é excluído por não se encaixar os parâmetros ditos normais. Quando se fala muito em igualdades de direitos, mas não há respeito ao próximo, as suas diferenças, configura um atraso na evolução do processo inclusivo.

Ao se tratar de educação inclusiva, fala-se de inclusão social, cultural, pedagógica e política. Com as mudanças sociais evidenciadas do mundo globalizado, e evoluindo socialmente, não se pode pensar em retrocesso ao excluir quaisquer alunos com NEE dos seus direitos a educação e socialização de forma justa e igualitária. Em relação a educação, esse direito não pode ser desvinculado por não aceitação das diferenças. A educação é direito

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

de todos como afirma a LDB, capítulo V – Da Educação Especial, Art. 58 (BRASIL, 1996, p. 40):

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996, p. 40).

Toda e qualquer instituição de ensino deve promover aos alunos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, segundo o Art. 59 da LDB, inciso I: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 2020, p. 40). No ensino fundamental as escolas públicas e privadas têm como objetivo a formação básica do cidadão para que ele possa desenvolver valores que o torne um agente ativo na construção da sociedade. Segundo o Inciso III, Artº 32 da LDB “[...] o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores”. (BRASIL, 2020, p. 23).

Para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais matriculados na rede regular de ensino, a aceitação das diferenças, respeitando e interagindo sem distinção é uma forma de valorização das identidades. É uma prática necessária a todos que fazem parte da instituição de ensino possibilitando romper práticas da exclusão. Sartorretto (2011, p. 2) ressalta que:

[...] numa perspectiva de escola inclusiva, o ambiente escolar deve representar, com a maior fidelidade possível, a diversidade dos indivíduos que compõem a sociedade. São as diferenças que possibilitam enriquecer as experiências curriculares e que ajudam a melhor assimilar o conhecimento que se materializa nas disciplinas do currículo. Somente numa escola em que a sociedade, sempre plural e heterogênea, esteja equitativamente representada, com alunos com deficiências ou não, é que o currículo escolar pode cumprir sua função: construir a cidadania e preparar os alunos para viverem em harmonia fora da escola, dotados de habilidades e competências que a experiência de escola e o conhecimento nela construído os ajudou a desenvolver.

A aceitação por parte das escolas de alunos com NEE no ensino regular, é bem mais do que apenas introduzir este aluno dentro da sala de aula. É necessária uma maior preocupação com esse processo, organizando o ambiente não apenas com relação a estrutura, mas principalmente na área pedagógica buscando recursos e técnicas para desenvolvimento dos conteúdos curriculares.

Um dos grandes desafios da inclusão na educação é buscar no aluno a capacidade de desenvolvimento independentemente das diferenciações por suas especificidades, adotando uma pedagogia ativa e dinâmica que estimule esse aluno a desenvolver suas habilidades. De acordo com Mantoan (2015, p.71):

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente acontece.

Baseado nessas habilidades como cita a autora, o professor é responsável por avançar as barreiras metodológicas do ensinar, buscando conhecer e respeitar as diferenças inerentes a cada aluno motivando-o sempre a buscar o melhor de si. De acordo com a mesma autora:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 2015, p. 69).

Dessa forma entende-se que, depende muito do professor buscar ações que promovam a aprendizagem que inclua o aluno com NEE no ambiente da sala de aula regular sem a necessidade de técnicas e métodos desvinculados dos utilizados com os outros alunos. A inclusão desse aluno, através de práticas pedagógicas que proporcionem ao mesmo desenvolver habilidades, aguçando o desenvolvimento cognitivo de acordo com suas limitações, conhecendo e conquistando espaços e diferentes possibilidades.

### **Alunos com necessidades especiais vivenciando a Geografia**

No ensino da ciência geográfica para alunos com NEE, podem surgir alguns obstáculos no aprendizado decorrente de suas habilidades aumentadas ou reduzidas. Dependendo do nível ou qualificação da sua necessidade educacional especial, as dificuldades nas observações ao seu entorno, formulação de conceitos pertinentes a Geografia, passam a ser fatores com certa complexidade para esses alunos, mas que não impedem seu aprendizado. Sobre a aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky (2010, p.115), considera-se que:

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

A aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e essa ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que o desenvolvimento da criança na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente.

De acordo com a teoria de Vygotsky, a criança inicia seu aprendizado muito antes de frequentar a escola. Este aprendizado de base, ocorrido no âmbito familiar é importante para seu desenvolvimento. Os saberes adquiridos no dia a dia vão se aprimorando para construção da sua vida social ao passo que vai se ampliando o seu espaço. Segundo Vygotsky (2017, p. 103):

A capacidade de raciocínio e inteligência da criança, suas ideias sobre o que a rodeia, suas interpretações das causas físicas, seu domínio das formas lógicas do pensamento e da lógica abstrata são considerados pelos eruditos como processos autônomos que não são influenciados, de modo algum pela aprendizagem escolar.

Após seu nascimento, são vários os desafios para reconhecer/ocupar um espaço e ampliar o contexto social, que até então era sua casa. Nos anos iniciais a percepção de mundo vem surgindo desse cotidiano e já despertando a vontade de explorar o espaço no seu entorno. A interação nas brincadeiras com colegas, o carinho da mãe a ida ao pediatra são formas de socialização fundamentais para a criança. De acordo com Callai (2005, p. 233):

Um espaço que não é mais o ventre materno onde ela está protegida, mas um espaço amplo, cheios de desafios e variados obstáculos, e que, para ser conquistado, precisa ser conhecido e compreendido. E isso a criança vai fazendo, superando os desafios e ampliando cada vez mais sua visão linear do mundo. Quer dizer em termos absolutos, ela consegue ir avançando sua capacidade de reconhecimento e percepção.

Essa percepção de mundo desenvolvida através da curiosidade da criança é fundamental, pois as formulações dos conceitos futuros, nascem do empirismo dessas observações. “O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar na busca da perfilhação do objeto ou do achado de sua razão de ser” (FREIRE, 2001, p. 85).

Não se pode questionar que a desenvoltura do aprender com base na curiosidade, da instigação da imaginação, das relações, faz com que o processo de aprendizagem seja algo desafiador. Quer entender a complexidade ao seu entorno, sejam elas físicas, culturais e sociais são percepções que se prendem ao ensino da Geografia.

A Geografia no ensino fundamental como componente curricular, tem papel fundamental no desenvolvimento do aluno, dando continuidade do seu aprendizado. A geografia presente no processo de escolarização, remete ao aluno a capacidade de formulação de conceitos através da sua capacidade cognitiva e de observação. Dessa forma, Freire (1996, p. 47) afirma: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

Ao passo que o ANEE é matriculado no ensino regular, passa a vivenciar metodologias de ensino diferenciadas das escolas especiais. A sua inclusão em novo espaço tende a proporcionar a esse aluno a socialização e desenvolvimento cognitivo, buscando superar suas dificuldades e agregando conhecimentos aos já adquiridos até então.

É nesse contexto que o conhecimento sobre inclusão em concomitância a práticas pedagógicas que procurem envolver todos os sem distinção, fazem toda a diferença quando se trabalha com alunos com NEE. O ensino geográfico é importante para o desenvolvimento socioespacial de todo e qualquer sujeito, independente das diferenças de habilidades, transtornos ou deficiências. Essa importância é citada por Fonseca,( 2019, p. 8):

O desenvolvimento do ensino da Geografia tem como fundamento possibilitar ao aluno do ensino regular, a alfabetização geográfica e, somente após essa ação desenvolver a reflexão e análise, bem como a crítica do espaço geográfico. Deve-se permitir aos alunos compreender os saberes geográficos, reconhecendo-os como necessários, o mesmo devendo acontecer por parte do professor.

A relação entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, em que se re/conheça as dificuldades de cada aluno tendem a ser facilitadora na dinâmica das práticas a serem adotadas para que o ANEE desenvolva o aprendizado e a forma a utilizar o que aprendeu no seu dia a dia.

### **Resultados da Pesquisa**

Visando conhecer e analisar as possibilidades e carências acerca do curso de Licenciatura em Geografia para contribuir no processo de formação visando conteúdos e prática inclusivas foi realizada a pesquisa de campo na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), localizada na região norte da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

Com a realização dos cinco questionários distintos e destinados a professores de Geografia e de Libras, coordenação do curso de Licenciatura em Geografia, egressos do mesmo curso, foi possível analisar o conhecimento dos pesquisados com relação a identificação de NEE, a percepção da importância da inclusão no ensino, a identificação das dificuldades e carências percebidas no processo de formação que dificulte ao egresso trabalhar com ANEE.

Todas as perguntas foram formuladas para a análise e interpretação dos objetivos da pesquisa. A análise busca entender e colaborar para entendimento da importância da qualificação no processo de formação do professor que impulse o futuro docente entender a necessidade de inclusão do aluno com NEE nas aulas de Geografia; buscar sugestões para que essa inclusão seja uma realidade nas escolas e gerar futuros questionamentos acerca do currículo de licenciaturas que entre em real conformidade com os direitos adquiridos de ANEE.

O primeiro, dos cinco questionários semiestruturados, foi realizado com 5 questões abertas. Esse questionário foi destinado aos professores da Instituição (UESPI), que teve a participação de duas professoras do curso de Licenciatura Plena em Geografia com 25 anos de profissão. Para a identificação e preservação dos nomes das professoras participantes da pesquisa, foram atribuídas a letra “P” como definição de professoras e uma numeração aleatória que possibilitou a identificar as respostas.

### **Professores do Curso de Geografia**

No que se refere ao conhecimento relacionado a educação inclusiva de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, procurou-se saber junto as professoras o que elas entendem por Educação Inclusiva no qual as respostas estão explícitas no quadro 1.

Quadro 1 – NEE e sua conceitualização

	P1	P2
--	----	----

Respostas	A Educação Inclusiva relaciona se a todas as pessoas e não somente a quem tem alguma deficiência, para todos, visando contribuir para a construção de uma sociedade justa e igualitária.	A educação inclusiva é um processo que deve incluir na rede de ensino, em todos os seus níveis, as pessoas excluídas, como: portadoras de necessidades especiais, de distúrbios de aprendizagem ou de deficiência, e ainda as que são excluídas por questões de gênero, cor ou outros motivos.
-----------	--	--

Fonte: Soares (2021).

De acordo com as respostas, foi possível verificar o entendimento que as duas professoras têm sobre a importância da inclusão no processo socioeducacional de alunos não só com NEE, mas de forma mais ampla.

Na sequência buscou-se saber se elas já tiveram alunos com NEE e qual necessidades identificadas. Responderam que sim, deficientes visuais e não soube identificar a deficiência quando professora no Ensino Básico. A importância da avaliação por parte de profissionais qualificados na área no ambiente escolar seria essencial para que o professor possa trabalhar a inclusão desse aluno com segurança.

O próximo questionamento busca saber quais as maiores dificuldades encontradas para inclusão de alunos com necessidade educacional especial na Geografia. Uma das maiores dificuldades de acordo com a resposta da P1 está em conseguir identificar a NEE, assim prejudicando o desenvolvimento de práticas adequadas. Dessa forma, reforça-se a necessidade de conhecer/avaliar o aluno de forma a identificar a sua necessidade especial.

Portanto, compreende-se que através dessa identificação pode-se trabalhar de forma mais dinâmica que inclua o ANEE sem excluí-lo com diferenciações metodológicas, mas sim, incentivando-o ao aprendizado e buscando dentro das suas possibilidades metodologias que desenvolvam o processo de aprendizado desse aluno.

Com relação a resposta da P2, não foi possível relacionar quais dificuldades que pudessem tornar a aprendizagem da Geografia mais difícil, mediante ela não ter citado diretamente nenhuma dificuldade, somente expressando que o ensino da geografia era muito difícil.

Buscou-se compreender a importância de ter disciplina voltada para educação de NEE na formação de professores de geografia. Como já visto anteriormente, o tema inclusão

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

é amplo e com várias diretrizes relacionadas as diversas especificidades inerentes aos ANEE se fazendo necessário suas distinções.

A resposta da P1 ressalta a importância do currículo na formação inicial do professor de geografia que atendam as especificações inerentes aos educandos com NEE. Verificou-se que a P1, abordou uma preocupação com o reconhecimento das limitações como facilitadora na escolha de metodologias a serem aplicadas. Já a P2, deixou vago quanto ao entendimento se seria ou não formação direcionadas ao ensino comum a todos ou somente direcionado a educação especial dos ANEE.

Destarte, a inclusão não é um processo que se possa dizer ser simples. Tal processo, envolve diversas mudanças na educação, assim como exposto nas respostas supracitas, pode-se deduzir tão grande e necessária é essa modificação para evolução na educação. De acordo com as respostas, entende-se que ter uma disciplina voltada para inclusão na formação de Geografia pode suprir algumas carências metodológicas que o futuro egresso possa encontrar na docência com alunos com NEE.

Finalizado o questionário aplicado as professoras, buscou-se sugestões para minimizar às dificuldades de ensino de alunos com NEE no ensino fundamental no contexto da disciplina de Geografia. Mesmo não tendo atuado no ensino fundamental de forma a ter mais embasamento para responder, como cita a P1, encontra-se na sua resposta confirmações referentes as leituras bibliográficas realizadas acerca do processo de inclusão.

Referente a resposta da P2, entendemos que se reafirma a importância na formação do professor de Geografia voltada para inclusão, em que se faz necessário ultrapassar os paradigmas relacionados ao esse processo. Após os questionários das professoras foram realizados questionários com a coordenação e professora de Libras.

### **Coordenação de Geografia e Professora de Libras**

Os questionários foram compostos de cinco questões abertas, sendo a primeira pergunta destinada a identificação e não entrou na exposição dos dois questionários. O primeiro questionário foi destinado a Coordenação e respondido pela coordenadora e professora identificada por PC. O questionário foi aplicado no intuito de entender como a

coordenação do Curso de Licenciatura de Geografia contribui para facilitar o entendimento dos discentes com relação a educação inclusiva

Quadro 2 - Questionário direcionado a Coordenação de Geografia

Perguntas	Respostas
1.O que você entende sobre educação inclusiva de portadores de Necessidades Educacionais Especiais - NEE?	Educação que promova a inclusão de pessoas que tenham necessidades especiais em todos os níveis sem segregação ou isolamento com os ditos “normais”.
2.Qual a importância de ter disciplina voltada para educação de NEE na formação de professores de geografia?	Muito importante, só que não existe ainda na estrutura curricular atual e nem nas anteriores. Vamos reformular esse ano para atender as resoluções federais.
4.Há profissionais especializados que promovam projetos como palestras, seminários, aulas sobre Inclusão para alunos de geografia da UESPI?	Na UESPI temos vários profissionais que trabalham e pesquisam essa temática, mas não lembro no momento de palestras. Com exceção para libras.
5.Quais as dificuldades encontradas para promover didáticas inclusivas no processo de formação do aluno de geografia?	A partir na nossa formação, de formadores, não tivemos essa preparação. Então dificulta muito. Depende de leituras, sensibilidade individual de cada formador. Ausência de didáticas inclusivas nas disciplinas do curso.

Fonte: Soares (2021)

De acordo com as respostas, nota-se que há uma discordância quando se trata de transformação da realidade, visando justiça e equidade social, anteriormente citado através do Estatuto da UESPI e na PPP (2013). Dentro de um curso que instiga ao aluno a conhecer e entender o mundo ao seu entorno, ainda é vulnerável às condições e até falta de um conhecimento de como propiciar uma formação que promova aos discentes conhecimentos pertinentes para a educação inclusiva.

Entende-se que, como citado na resposta da PC a falta de conhecimento vinda da formação de formadores dificulta o conhecimento e o incentivo para que o docente seja um facilitador no processo de formação inicial que instigue ao discente aprofundar-se no conhecimento sobre inclusão.

O segundo questionário foi destinado a professora de Libras identificada como PL e que é exposto no quadro a seguir:

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

Quadro 3 – Questionário direcionado a Professora de Libras

Perguntas	Respostas
2.O que você entende por educação inclusiva?	Educação inclusiva é aquela que trabalha as diferenças e cada aluno de acordo com suas especificidades.
3.Na sua opinião, qual a importância do currículo como facilitador para educação inclusiva no processo inicial de formação do professor de geografia?	O currículo é fundamental, uma vez que ele é o norteador, mas precisa ser modificado, de tal modo que contemple as diversas necessidades especiais, ou alunos atípicos. Caso contrário será apenas um amontoado de instruções que não promoverão a inclusão.
4.Quais as principais dificuldades encontradas pelo professor para trabalhar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais?	O desconhecimento do professor, a falta de empatia e falta de vontade de buscar conhecimento nessa área.
5.Como você vê a educação inclusiva atualmente?	Aqui, no Piauí, não há inclusão. Há integração, ou seja, os alunos são colocados em escolas ditas inclusivas, mas sofrem a exclusão por dentro.

Fonte: Soares (2021)

De acordo com a análise da resposta da PL, ressalta-se a importância do currículo na formação inicial, mas com a necessidade de reformulação para que seja implantado diretrizes relacionadas a inclusão que realmente sejam atuantes e atuais.

Fica claro, que há uma consonância entre as respostas da PC e PI quanto a importância da consciência do professor na busca de compreensão e conhecimento sobre inclusão. Entende-se que a inclusão é um processo complexo, pois depende de muitos fatores que são pertinentes não só aos professores, mas a todos envolvidos na educação. Mediante as respostas da PL, pode ser observado que inclusão é um processo longo a se percorrer para que de fato seja uma realidade.

Para essa amostra, foram feitos questionamentos junto a 4 alunos egressos entre os anos de 2018 a 2020 do curso de Geografia da UESPI. Buscou-se entrar em contato com mais egressos, mas diante da dificuldade gerada pela pandemia da COVID-19 impossibilitou o contato.

Os participantes foram um homem e três mulheres. O questionário foi composto por 3 questões fechadas e 5 questões abertas. As questões que visaram conhecer a aproximação dos egressos com a temática e em que o curso de Geografia contribuiu pra seu conhecimento acerca da inclusão de NEE. A cada participante foi destinado a letra “E” seguida de numeração de “1” a “4”, para sua identificação e preservação da identidade.

Baseada nas respostas dos alunos egressos acerca da percepção do que é inclusão de alunos com NEE, foi possível constatar o conjunto de possibilidades diversificadas nas respostas. Mesmo na ausência de resposta por parte de um integrante, foi possível verificar que as respostas visam transformações no social, na base curricular e na preparação do professor para o processo inclusivo.

A inclusão é de fato um processo que depende de todos que são envolvidos com a educação. Mas é na formação inicial do professor que se aprimora conhecimentos para desenvolver competências e habilidades necessárias para dar início a sua vida profissional.

Com isso, buscou-se saber dos egressos questionados em que a sua formação inicial possibilitou conhecimentos acerca da educação inclusiva. Através dos resultados admite-se que o egresso de Geografia da UESPI, após conclusão do curso, não se sente seguro para trabalhar com alunos com NEE. Visto que, mesmo tendo no currículo disciplina voltada para necessidades especiais, observou-se que não é suficiente para suprir as necessidades para tal preparo. Dessa forma conclui-se que há uma carência no currículo quando se trata de disciplinas voltadas para inclusão.

O professor é um eterno aprendiz, entende-se que o curso superior de licenciatura é uma base, a formação inicial, sendo necessário a qualificação na área de NEE (Pós-Graduação) problemáticas que surgem com ampliação das teorias até então absorvidas.

Dessa forma, entende-se que a formação inicial não supre as necessidades inerentes ao egresso com relação a conteúdo voltados para inclusão, sendo as especializações opções para a ampliação do conhecimento necessário para o docente trabalhar com as diversidades a serem encontradas na vida profissional.

# A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

## CONCLUSÃO

Levando em conta tudo o que foi investigado no processo inicial da pesquisa e que se consistiu em leituras bibliográficas e documentais, propiciou aprofundar conhecimentos acerca do processo de formação inicial voltado para inclusão.

Diante a descrição e análise do foi investigado, possibilitou identificar a importância da formação inicial do professor para inclusão de ANEE e chegar a conclusão, que mesmo com leis que determinem a inclusão de ANEE em escolas regulares, não há uma preocupação em disponibilizar currículo atualizado, práticas pedagógicas enriquecidas e apropriadas no processo inicial de formação docente que proporcione ao discente o desenvolvimento de conhecimentos e práticas inclusivas.

Em termos gerais, fala-se muito em qualificação do professor, no seu compromisso com metodologias inovadoras e competência que promova a inclusão, mas não se define no processo inicial de formação como desenvolver todas essas habilidades esperadas do docente para inclusão. Essa afirmativa se deu pela análise de documentos como a LDB e resoluções supracitadas na pesquisa que envolvem o processo de formação de Licenciatura e inclusão de alunos com NEE no ensino regular.

Como foi visto, a evolução do conceito de necessidades educacionais especiais, abrange pessoas que possuam dificuldades que os diferenciam no processo de aprendizagem, mas que não os tornam incapazes por suas especificidades. Por esta razão, conclui-se que a inclusão do aluno com NEE no ensino regular é fundamental para seu desenvolvimento; porém compreende-se que diante a realidade socioeducacional vigente nas escolas não há inclusão e sim integração desse aluno.

Baseado no entendimento obtido na análise da fundamentação teórica da pesquisa, conclui-se ao que ainda é muito distante a transformação da teoria de inclusão em prática a ser adotadas na formação inicial de licenciatura. De acordo com os segundo e terceiro objetivos a que foram destinados a pesquisa e mediante as análises dos questionários realizados como envolvidos no curso de geografia da UESPI, possibilitaram conhecer as lacunas que mais influenciam as dificuldades e a insegurança do discente e egresso para o ensino de alunos com NEE.

Para a maioria dos questionados, o processo de formação inicial deixa falhas quanto ao currículo que habilite o discente adquirir competências para o ensino inclusivo. Apesar

de Libras fazer parte das disciplinas cursadas pela maioria dos discentes e egressos, entende-se que, para o conhecimento diante a amplitude do processo inclusivo ainda é muito pouco e vislumbra-se a criação de disciplinas relacionadas a compreensão e desenvolvimento de práticas inclusivas. Não se pode descartar, junto as conclusões já mencionadas, a importância das relações sociais no âmbito escolar advindas do processo de inclusão. Entende-se que, a melhoria da desenvoltura do professor em sala de aula é adquirida ao longo da jornada profissional, bem como as especializações necessárias para o desempenho de suas ações.

Algumas sugestões foram apreciadas e aceitas quando se refere a importância de metodologias dinâmicas, formação continuada, especializações que agreguem conhecimentos e qualificações para que o futuro professor de Geografia possa trabalhar de forma dinâmica e produtiva em sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais. Por se entender que o processo de inclusão é algo transformador da realidade social, ora que, os conhecimentos acerca de necessidades educacionais especiais evoluem como tempo, é inevitável a atualização de conhecimento por parte do docente para que o processo educacional não seja concludente.

Diante exposto, conclui-se que foi favorável a análise dos resultados para responder a problemática da pesquisa. Portanto, por se entender que o processo inclusivo é evolutivo, foi saciado temporariamente o objetivo da pesquisa acerca da importância do processo de formação do professor de Geografia no papel fundamental que envolve a inclusão do ANEE na educação regular. Neste sentido, há o desejo que a pesquisa aqui realizada sirva de inspiração e motivação para continuidade e ampliação do tema em outras pesquisas.

Por fim, com base nas conclusões relacionados na pesquisa, não somente pode-se a entender melhor as carências, diferenças e concepções relacionadas a alunos com necessidades educacionais especiais; mas principalmente as dificuldades a serem rompidas na formação de licenciatura de Geografia que fundamentam a sua essência transformadora de conceitos e realidades sociais.

## **REFERÊNCIAS**

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

BAÚ, Marlene Alamini. Formação de professores e a educação inclusiva. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, Curitiba, v.2, n.10, p. 49-57, set, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2019**: notas estatísticas. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB**: Lei de Diretrizes e Base. Brasília, DF. 2020. 4ª Edição, abril de 2020. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei\\_diretrizes\\_bases\\_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Presidência da República, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm). Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm). Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Brasília, DF. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jul. 2021.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo**: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFqZYH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2021.

FONSECA, Ricardo. A prática da sensibilização na formação inicial de professores de Geografia para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v.9, n. 18, p. 125-147, jul./dez., 2019.

FONSECA, Ricardo Lopes; SALVI, Rosana Figueiredo. A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista da Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 12, n. 19, p. 226-251, jul-dez. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 66 ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2001.

MANTOAN, Maria. **A educação especial no Brasil: Da exclusão a inclusão escolar**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/n25.t/ta1.3.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?**. São Paulo: Summus, 2015.

SARTORETO, Maria Lúcia. Os Fundamentos da Educação Inclusiva. 2011.

Disponível em:

Inclusiv[https://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Inclusiva.pdf](https://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o_Inclusiva.pdf). Acesso em 29 jul. 2021.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 191 p.

VYGOTSKY, Lev. S. **Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar**. In: **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Ícone, 2010, p. 103-116.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Ramanovich; LEONTIEV, Alexis N..16<sup>a</sup> ed. São Pailo: Ícone, 2017.

# **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OSTENSIVA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VELADA: REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS SOCIAIS E LEGAIS DAS FORMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER NO BRASIL**

**Reia Sílvia Rios Magalhães<sup>1</sup>**

**RESUMO:** A violência doméstica contra a mulher abrange diferentes formas de violência que atingem aspectos diversos da integridade da mulher. Dentre essas formas de violência estão principalmente: a violência física e a violência psicológica. O texto objetiva apreender e analisar criticamente, com base na literatura da área, alguns aspectos referentes ao tema. O estudo possibilitou a inferência de que muitos avanços ocorreram, entretanto, novos obstáculos e dificuldades surgem a cada dia, trazendo problemas jurídicos e sociais negativos, uma vez que não vem sendo solucionados de maneira satisfatória os reais interesses das mulheres vítimas. Sabemos que a maioria dessas, para além da punição do agressor, busca uma mediação para resolver os conflitos e dar fim à situação de qualquer tipologia de violência, priorizando o assessoramento e tratamento.

135

**Palavras – Chave:** Violência Doméstica. Violência Física. Violência Psicológica.

## **THE OSTENSIBLE DOMESTIC VIOLENCE AND VEILED DOMESTIC VIOLENCE: REFLECTIONS ON THE SOCIAL AND LEGAL ASPECTS OF TYPES OF PHYSICAL AND PSYCHOLOGICAL DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BRAZIL**

**ABSTRACT:** Domestic violence against women encompasses different forms of violence that affect different aspects of women's integrity. Among these forms of violence are mainly: physical violence and psychological violence. The text aims to apprehend and critically analyze, based on the literature in the area, some aspects related to the theme. The study made it possible to infer that many advances have occurred, however, new obstacles and difficulties arise every day, bringing negative legal and social problems, since the real interests of women victims have not been satisfactorily resolved. We know that most of these, in addition to punishing the aggressor, seek mediation to resolve conflicts and end the situation of any type of violence, prioritizing advice and treatment.

**Keywords:** Domestic Violence. Physical. Violence. Psychological Violence.

## **VIOLENCIA DOMÉSTICA OSTENSIBLE Y VIOLENCIA DOMÉSTICA VELADA: REFLEXIONES SOBRE LOS ASPECTOS SOCIALES Y JURÍDICOS DE LAS FORMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA FÍSICA Y PSICOLÓGICA CONTRA LAS MUJERES EN BRASIL**

**RESUMEN:** La violencia doméstica contra la mujer abarca diferentes formas de violencia que afectan La violencia doméstica contra la mujer abarca diferentes formas de violencia que afectan diferentes aspectos de la integridad de la mujer. Entre estas formas de violencia se encuentran principalmente: la violencia física y la violencia psicológica. El texto tiene como objetivo apreender y analizar críticamente, a partir de la literatura en el área, algunos aspectos relacionados con el tema. El estudio

---

<sup>1</sup>Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFPI- Doutora em Ciências da Comunicação pela UNISINOS. Mestre em Serviço Social pela PUC de São Paulo *Link do Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8067415627751531>; E-mail: reiarior@hotmail.com

Reia Sílvia Rios Magalhães

permitted to infer that many advances have been produced, however, every day new obstacles and difficulties arise, bringing legal and social negative problems, since the real interests of women victims have not been satisfactorily resolved. We know that the majority of these, in addition to sanctioning the aggressor, seek mediation to resolve conflicts and put an end to any type of violence, prioritizing counseling and treatment.

**Palabras Clave:** La violencia Doméstica. Violencia Física. Violencia Psicológica.

## 1 INTRODUÇÃO

Notwithstanding that women have been for a long time renegaded, discriminated, treated in a prejudiced way, differently from the male sex and with restriction of legislation, they have, gradually, acquiring their rights in various aspects, today in force. In what refers to the case of domestic violence, the facts of the past, of a machist and patriarchal society, did not prevent the concession of new rights to women, a tendency that was reinforced by the new Law N° 11.340/2006, a legislative apparatus that passed to protect the victims and penalize rigorously their aggressors.

We are, thus, crediting that the scientific relevance and the contribution to society of the topic are in the analysis of the main proposals of Law 11.340/2006 and currently, of Law 14.188/2021, included in the Penal Code, in the sense of desvendar the changes by them provided.

The interest in the theme emerged from situations of personal, as a citizen and professional involved in social and work issues in the area, centered on the task of acting in a competent way in my field and concerned with the mission of building knowledge. Thus, we felt the need to return to attention to this study.

In this sense, therefore, to give support to the investigation of the theme, they developed reflections with support in a broad referential, capable of allowing a deep and well contextualized analysis. It is, therefore, a research of qualitative nature, of exploratory type bibliographic and documentary.

The proposal was, in the crossing of data from various authors, to obtain full conditions for interpretative inferences about the issue addressed. In face of these arguments and due to the problem raised, the work is guided, as we have emphasized, in aspects of qualitative research, knowing the conceptions of the authors of the area in order to reach the expansion of possibilities of correlation, comparison and analysis of information. The research is configured, then, as a theoretical study, based, since, on books, articles, magazines, monographs, dissertations, in short, all sources that can subsidize the researcher in a direct contact with Human Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

com teóricos envolvidos com a temática que trata da violência doméstica física e psicológica contra a mulher.

É importante ressaltar que, na perspectiva de tornar o texto mais lógico e coerente, além desse primeiro item de introdução, optamos por desenvolvê-lo a partir de mais três itens. No segundo, buscamos tecer algumas considerações sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher no Contexto Brasileiro, do legado histórico aos dias atuais. No terceiro item refletimos numa perspectiva de aproximações conceituais sobre a violência doméstica psicológica. No quarto item falamos da Lei nº 11.340 e da recente Lei 14.188/2021 apresentando e analisando suas atuais mudanças, com ênfase nos seus problemas de aplicabilidade prática e principais desafios sociais e legais no contexto brasileiro.

Por fim, tecemos algumas considerações finais, coerentemente com o objetivo traçado, tomando como referência todo material que nos forneceu elementos necessários à compreensão do tema estudado.

### **2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO BRASIL: do legado histórico aos dias atuais**

Casos de violência doméstica contra a mulher sempre estiveram presentes na nossa sociedade. O fenômeno não é recente. Sabemos que a mulher, desde os primórdios da humanidade, foi tratada, não só no Brasil, mas no mundo todo, de maneira diferente do sexo oposto. Considerada um ser inferior, em razão da desigualdade nas relações de poder, se comparada aos homens, assim como em função da discriminação de gênero, a violência contra a mulher ainda se encontra presente tanto no espaço da sociedade como no espaço doméstico.

Antigamente, o crime da violência doméstica contra a mulher, mesmo que considerado como um “ato de brutalidade, abuso, constrangimento, desrespeito, discriminação, impedimento, imposição, invasão, ofensa, proibição, sevícia, agressão física, psíquica, moral ou patrimonial”<sup>2</sup>, não era visto na perspectiva jurídica, nem sujeito a punições e outros mecanismos de proteção e segurança à vítima.

Somente no século XIX, com a constitucionalização dos direitos humanos, a violência contra a mulher passou a ser estudada com maior profundidade e apontada por diversos setores representativos da sociedade, tornando-se assim, um problema central para a humanidade, bem

---

<sup>2</sup> SOUZA, Valéria Pinheiro de. *Violência doméstica e familiar contra a mulher - a lei Maria da Penha: uma análise jurídica*, Disponível em: <http://www.geledes.org.br/violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher-lei-maria-da-penha-uma-analise-juridica/#gs.pNvNRKw> Acesso em: 03 Nov. 2021.p. 14.  
Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

Reia Sílvia Rios Magalhães

como um grande desafio, discutido e estudado por várias áreas do conhecimento na sociedade contemporânea<sup>3</sup>.

A Violência doméstica é um tema instigante, sendo bastante estudado a partir de diferentes perspectivas. Cada área do saber fala sobre o assunto, seguindo um ponto de vista próprio, determinado.

Entretanto, com base nas assertivas dos diferentes teóricos, consideramos, para este trabalho, a violência específica contra a mulher como ataques cometidos, geralmente, por cônjuge/companheiro, ex-cônjuge/companheiro, casados civilmente ou em regime de união estável, ou seja, homens que mantêm com a vítima algum tipo de relação afetiva podendo ser, inclusive, pai, padrasto, tio, irmão ou qualquer outro que faça parte da sua relação familiar.

Aqui é preciso se fazer uma diferenciação entre o que estamos chamando de violência doméstica contra a mulher e violência doméstica e familiar, já que os termos parecem ter o mesmo significado. No entendimento de Souza<sup>4</sup>, a violência contra a mulher é:

[...] A chamada violência de gênero, pois abrange as várias formas de violência como a violência sexual, moral, espiritual, familiar, doméstica, entre outras. Diferentemente da violência doméstica e familiar, sendo esta, uma das modalidades da violência contra a mulher.

Vejamos, ainda, o entendimento de Queiroz; Marques e Fernandes<sup>5</sup>:

A violência contra a mulher é um fato social que merece toda atenção e cuidado por parte do Poder Público e de toda a sociedade, pois não se trata apenas de uma mulher vítima de violência doméstica, se trata de direitos fundamentais da pessoa humana. Por certo, combater esse mau, é fazer justiça e preservar a Dignidade da Pessoa com vistas a corrigir um gravíssimo erro histórico que se perpetuou e ainda persiste na atualidade.

Desse modo, percebe-se que a violência contra a mulher poderá produzir consequências avassaladoras, capazes de destruir o corpo e a alma da mulher.

Pois, como bem afirmam Lima e Santos<sup>6</sup>:

---

<sup>3</sup> SOUZA, op. cit. p. 17.

<sup>4</sup> SOUZA, op. cit. p. 19.

<sup>5</sup> QUEIROZ, Cleide Aparecida; MARQUES, Mariana Gonçalves; FERNANDES, Alessandra Soares. *Lei Maria da Penha: Uma análise da violência doméstica e familiar e os direitos humanos*. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/lei-maria-da-penha-uma-analise-da-violencia-domestica-e-familiar-e-os-direitos-humanos.pdf> Acesso em: 10 Mar. 2022.

<sup>6</sup> LIMA, José Afonso de, ; SANTOS, Claudiene. *Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.  
Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

A violência contra a mulher é uma das mais brutais formas de transgressão aos Direitos Humanos, pois não se trata apenas de maus-tratos físicos, mas sexual, psicológico, moral e também econômico. É a legitimação de frontal desrespeito às garantias constitucionais à saúde, à liberdade e à dignidade.

O gênero feminino, como já foi anteriormente destacado, sempre foi alvo de uma cultura machista, que não enxergava a mulher como ser humano, e sim, como mero objeto para fins de trabalhos domésticos e procriação. Considerada o “sexo frágil”, a mulher, ao longo dos anos, foi sendo vítima de preconceitos e agressões verbais e físicas constantes por causas banais, com graves consequências. O medo, a insegurança e inquietações, além de danos, às vezes, irreversíveis à saúde física e mental são tipos de sequelas não só para a mulher como também para toda a família. Veja-se:

Antigamente, as mulheres eram tratadas como propriedade dos homens, perdendo assim, a autonomia, a liberdade e até mesmo a disposição sobre seu próprio corpo. Há registros na história de venda e troca de mulheres, como se fossem mercadorias. Eram escravizadas e levadas à prostituição pelos seus senhores e maridos<sup>7</sup>.

Por conseguinte, nesta época infausta da humanidade, a violência contra a mulher era vista, até certo ponto, como normal. Assim como era considerado normal a criança ser castigada e espancada pelos pais e o negro ser maltratado pelo seu dono. Havia a ideia de submissão do mais fraco ao mais forte, ou seja, do filho aos pais, do Senhor de engenho ao escravo, da mulher ao marido.

A partir da Constituição de 1988, com a exorbitância da violência doméstica, iniciou-se o reconhecimento de uma proteção especial para o ser humano do sexo feminino. Nesse sentido, surge a Lei nº 9.099/95 que, de forma implícita, tinha a intenção de proteger e repreender esse tipo de violência. Todavia, era insuficiente, uma vez que, além de não contemplar homicídios e lesões corporais graves, não continha resultados imediatos.

Assim sendo, sem uma regulação jurídica consistente e eficaz, o crime da violência contra a mulher continuava crescendo, ganhando uma nova dimensão e incomensurável indignação

---

<sup>7</sup> SOUZA, Valéria Pinheiro de. *Violência doméstica e familiar contra a mulher - a lei Maria da Penha: uma análise jurídica*, Disponível em: <http://www.geledes.org.br/violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher-lei-maria-da-penha-uma-analise-juridica/#gs.pNvNRKw> Acesso em: 03 Nov. 2021. p. 26.  
Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

por parte das vítimas e da sociedade. No decorrer dos anos, entretanto, a mulher foi à luta em direção à garantia de seus direitos de cidadã. Conforme Brito<sup>8</sup>:

A história da luta pelos direitos da mulher é árdua e nem sempre compensatória. Ainda hodiernamente, mesmo tendo como princípio fundamental da República Federativa do Brasil a promoção da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e sendo o princípio da isonomia um direito fundamental e cláusula pétrea da mesma Constituição (art. 5º, I), para não mencionar outras normas protetivas, o preconceito de gênero priva as pessoas do sexo feminino da efetivação plena de sua condição de pessoa humana e de cidadã.

No Brasil, a questão da violência doméstica ganhou mais expressão quando, finalmente, entra em vigor, há pouco mais de uma década, a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida também como “Lei Maria da Penha”, em homenagem a mulher que sofreu sucessivas agressões de seu marido, que tentou matá-la. Maria da Penha tornou-se, então, um símbolo de resistência e dedicação ao combate da violência contra a mulher.

Com a promulgação dessa lei, a violência doméstica deixa de ser vista como problema da vida privada - briga de família ou de marido e mulher-, passando a ser encarada como problema social e de polícia, sendo reconhecida e assumida no ordenamento jurídico brasileiro. Afinal, é uma realidade que atinge concretamente a vida de um grande número de mulheres, independentemente da sua situação econômica, racial ou cultural.

Diversos teóricos da área, afirmam que a violência doméstica pode ser dividida em quadro tipologias. O Ministério da Saúde<sup>9</sup> destaca os seguintes tipos de violência:

**1-Violência Física**- que ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano, por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que pode causar lesões internas: (hemorragias, fraturas), externas (cortes, hematomas, feridas-**2- Violência sexual** é toda a ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais contra a vontade, por meio da força física, da influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução), ou do uso de armas ou drogas-**3-Negligência** é a omissão de responsabilidade, de um ou mais membros da família, em relação a outro, sobretudo, com aqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição específica, permanente ou temporária- **4- Violência psicológica** é toda ação ou omissão que causa ou visa causada no à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações,

<sup>8</sup> BRITO, Alexandre Joaquim de. *Lei Maria da Penha: violência de gênero*. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8154/Lei-Maria-da-Penha-violencia-de-genero> Acesso em: 22 Dez. 2021. p. 13

<sup>9</sup> BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Quais os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher?* Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/quais-os-tipos-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher> Acesso em: Out. 2021.

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio.

No item seguinte, detalharemos mais sobre a violência doméstica do tipo psicológica que, como todas as outras, se entrelaçam e se misturam de diferentes maneiras.

141

### **3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PSICOLÓGICA: aproximações conceituais**

Mas o que seria violência doméstica psicológica, que aqui estamos chamando de violência velada? Diferentemente da violência doméstica física ela não se trata de uma forma de violência ostensiva. Quer dizer, ela ocorre, geralmente, de uma forma camuflada, sem ruídos de pancadas, tiro de revólver ou facada.

Na realidade, trata-se de uma violência onde nem sempre a mulher consegue enxergar que está sendo vítima. Isso por que essa modalidade de violência à mulher pode acontecer por meio de ameaças, chantagens, humilhações, proibições, constrangimentos, ridicularização, isolamento ou outro qualquer ação que possa causar dano de cunho emocional, acarretando riscos ao seu pleno desenvolvimento.

Nesse sentido, a violência psicológica pode aparecer diluída em “doses homeopáticas”, quer dizer, um pouco de cada vez, mas o suficiente para abalar a autoestima da mulher e prejudicar a sua saúde psicológica.

A violência doméstica psicológica é considerada um problema universal que atinge milhares de pessoas, em grande número de vezes de forma silenciosa, trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes para toda a vida<sup>10</sup>.

Estamos chamando aqui de violência velada exatamente por ela é desenvolvida sem causar dano físico ou material à vítima. Estando associadas a fenômenos emocionais, nem sempre se faz visível, palpável, tornando difícil o seu reconhecimento como tal. Algumas vezes agravada por questões sociais, como alcoolismo, desemprego, problemas familiares, sofrimento, luto e outras atribuições.

---

<sup>10</sup> BRASIL, *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Quais os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher? Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/quais-os-tipos-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher> Acesso em: Out. 2021.

Reia Sílvia Rios Magalhães

Do ponto de vista de Azevedo e Guerra<sup>11</sup>:

O termo violência psicológica doméstica foi cunhado no seio da literatura feminista como parte da luta das mulheres para tornar pública a violência cotidianamente sofrida por elas na vida familiar privada. O movimento político-social que, pela primeira vez, chamou a atenção para o fenômeno da violência contra a mulher praticada por seu parceiro, iniciou-se em 1971, na Inglaterra, tendo sido seu marco fundamental a criação da primeira “CASA ABRIGO” para mulheres espancadas, iniciativa essa que se espalhou por toda a Europa e Estados Unidos (meados da década de 1970), alcançando o Brasil na década de 1980.

142

Esta concepção nos permite obter melhores condições para o entendimento do termo e para a identificação das mulheres vítimas de tal situação de violência, favorecendo aos profissionais a encontrar formas de ajudá-las a reconhecer o que estão vivenciando e a buscar caminho de garantia dos seus direitos. No entendimento de Barbosa et. al<sup>12</sup>:

A violência psicológica é um fenômeno complexo compreendido como síndrome psicossocial multidimensional. Psicossocial porque afeta o indivíduo, o grupo de trabalho e a organização, produzindo disfunções em nível individual e coletivo, gerando importantes repercussões externas; e multidimensional porquanto se apresenta comumente com uma gama de sintomas físicos e psíquicos, específicos e inespecíficos, não redutíveis a uma configuração típica e facilmente diagnosticável.

Para as autoras supracitadas, “A violência psicológica afeta a multidimensionalidade da mulher, porquanto sua invisibilidade deixa marcas causadas por sua frequência, e a trivialidade com que é tratada desestrutura a identidade individual”<sup>13</sup>.

Nessa mesma linha de pensamento, Silva; Coelho e Caponi<sup>14</sup> consideram a violência doméstica psicológica como:

[...] Uma categoria de violência que é negligenciada. Esta afirmação tem como base dois pilares. O primeiro refere-se ao que é denunciado nas

<sup>11</sup> AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. *Violência psicológica doméstica: vozes da juventude*. São Paulo: Lactis - Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP, 2001.

<sup>12</sup> BARBOSA, Rute et, al. *Violência psicológica na prática profissional da enfermeira*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/bhwm9GMTLQkP8XgLS6PGX7J/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: Jan.. 2022.

<sup>13</sup> BARBOSA, Rute et, al. *Violência psicológica na prática profissional da enfermeira*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/bhwm9GMTLQkP8XgLS6PGX7J/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: Jan.. 2022.

<sup>14</sup> SILVA, Luciana Lemos da.; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. *Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbx97MkP/?lang=pt#:~:text=Esta%20afirma%C3%A7%C3%A3o%20tem%20como%20base,a%20v%C3%ADtima%20vai%20a%20%C3%B3bito>. Acesso em: Fev. 2022  
Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

manchetes dos jornais, que destacam a violência doméstica somente quando esta se manifesta de forma aguda, ou seja, quando ocorrem danos físicos importantes ou, mesmo, quando a vítima vai a óbito.

Para Siqueira e Rocha<sup>15</sup> a violência psicológica “é um fenômeno que está presente no cotidiano de muitas mulheres, independente de classe, cor, credo, escolaridade e que prejudica a qualidade de vida da mulher que vivencia esse fenômeno”.

Em face do exposto, podemos observar que a violência doméstica psicológica traz diversas implicações envolvendo e atingindo a sociedade de uma forma geral, causando danos emocionais em longo prazo, acarretando graves problemas no que se refere ao desenvolvimento e saúde psicológica da mulher.

Embora a Lei 11.340, ou seja, Lei Maria da Penha, tenha desde sua publicação, previsto a violência psicológica como forma de violência doméstica contra a mulher no seu artigo 7, inciso II, não havia, entretanto, nenhum tipo penal que abarcasse tal conduta no ordenamento jurídico brasileiro. Somente agora, em 29 de julho de 2021, passou a existir no Código Penal um crime chamado “Violência Psicológica contra a Mulher”.

A seguir refletimos sobre a violência doméstica física e a violência doméstica psicológica, identificando o que realmente mudou com as Leis 11.340/2006 e 14.188/2021, sancionada recentemente, e analisando que problemas e desafios sociais e legais ainda permanecem.

### **4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: mudanças, problemas e principais desafios jurídicos e sociais.**

#### **4.1 Mudanças**

O ser feminino no decorrer dos anos foi, continuamente, considerado por toda sociedade como ser inferior ou diferenciado negativamente em relação ao sexo oposto. Fruto de um descaso social, histórico e cultural, que sempre perseguiu a mulher desde as épocas mais rem

---

<sup>15</sup> SIQUEIRA, Camila Alves; ROCHA, Ilen Sue Soares. *Violência psicológica contra a mulher: uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno*

Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/107/63> Acesso em: 25 Jan. 2022.

Reia Sílvia Rios Magalhães

remotas, a violação dos seus direitos humanos, a afetava em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.

A violência contra a mulher, estruturante da desigualdade de gênero, consta como um dos principais formatos dessa discriminação jurídica para com a mulher. No lar, onde deveria ocorrer uma relação de respeito, amor e segurança, ocorre uma relação de violência, “que, muitas vezes, é inviabilizada por estar atrelada a papéis que são culturalmente atribuídos para homens e mulheres. Tal situação torna difícil a denúncia e o relato, pois torna a mulher agredida ainda mais vulnerável à violência”<sup>16</sup>.

Ainda, segundo o mencionado Observatório<sup>17</sup>:

Pesquisa revela que, segundo dados de 2006 a 2010 da Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os dez países com maior número de homicídios femininos. Esse dado é ainda mais alarmante quando se verifica que, em mais de 90% dos casos, o homicídio contra as mulheres é cometido por homens com quem a vítima possuía uma relação afetiva, com frequência na própria residência das mulheres.

Com a criação da Lei nº 11.340, a violência doméstica passa, então, a ser considerada como violação dos direitos humanos, como um delito, alavancando verdadeira mudança nos valores sociais, deixando para trás a banalização dessa relevante realidade que acontece nas relações domésticas, despontando a esperança da aplicabilidade jurídica que penalize o agressor e garanta proteção à vítima.

Na supracitada Lei, o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher encontra-se no Artigo 5º, conforme se segue<sup>18</sup>:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

---

<sup>16</sup> OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. *Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres*. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>. Acesso em: 22 Out. 2021.

<sup>17</sup> OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. *op. cit.*

<sup>18</sup> BRASIL. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*: cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Brasília (DF); 2006.

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

Vale lembrar que a violência doméstica contra a mulher não é só a agressão física, pode ser também a **psicológica** - como enclausurar a mulher, vigiá-la constantemente, insultos -, **sexual** - como forçar uma relação íntima não desejada, impedir o uso de contraceptivos -, **patrimonial**- como a destruição ou subtração dos seus bens, recursos econômicos ou documentos pessoais da mulher, e, **moral** - seja qual for o ato que se caracterize como calúnia, difamação ou injúria.

Mas o que está sendo feito para sanar tal incoerência? Na realidade, só após a luta árdua de movimentos feministas pela busca do fim da impunidade, associada às demais lutas sociais, sob a influência de um novo cenário da sociedade brasileira, a causa da violência contra a mulher vem tomando novos rumos, transmutada para a normatividade.

Como já destacado, a questão da violência doméstica ganhou importante visibilidade quando entrou em vigor, a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Também conhecida como Lei Maria da Penha, devido à grande comoção e repercussão provocada pelo atentado a uma mulher que foi cruelmente agredida fisicamente pelo marido, chegando a ficar paraplégica, em razão de um tiro nas costas, levado enquanto dormia.

Foi, então, no calor dessa revolta social, que o Presidente da República encaminhou ao Congresso um Projeto convertido na Lei nº 11.340 ou Lei Maria da Penha, nome da mulher que sofreu o bárbaro atentado. Mas, concretamente, que modificações jurídicas e sociais são implementadas com a Lei nº 11.340? Que impactos surgiram e que desafios se apresentam após a promulgação dessa Lei?

No dizer de Dias<sup>19</sup>:

A Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, produziu uma verdadeira revolução no combate à violência doméstica. Foram criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e, com isso, foi afastada a aplicação da Lei dos Juizados Especiais. Passou a ser questionado, também, se o delito de lesões corporais teria deixado de ser considerado de pequeno potencial ofensivo, se haveria a necessidade de representação para o desencadeamento da ação penal e, principalmente, se é possível à vítima renunciar à representação. Após três anos de vigência da Lei, esta edição traz referências a outras normas nacionais e tratados internacionais que garantem à mulher respeito à sua dignidade.

---

<sup>19</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça, A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 62. Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

Reia Sílvia Rios Magalhães

Podemos dizer que relevantes mecanismos foram criados, instituindo, assim, um novo horizonte para o tratamento jurídico da violência doméstica contra a mulher. Anteriormente, os índices de agressões e violências no âmbito doméstico contra a mulher no Brasil eram ainda mais altos. As vítimas não tinham um aparato jurídico e, por medo das ameaças, por insegurança, vergonha da própria situação, receios da exposição pessoal e familiar, acabavam calando-se e passando anos vivendo uma relação conflituosa, intranquila, dentro de um lar desestruturado.

146

A Lei Maria da Penha também teve uma importante vitória em fevereiro de 2012, em decisão do STF, quando foi estabelecido que qualquer pessoa pode registrar formalmente uma denúncia de violência contra a mulher, e não apenas quem está sob essa violência<sup>20</sup>.

A referida Lei teve, portanto, uma relevante missão: colocou fim na problemática contenda no que diz respeito à falta de garantias legais e de impunidade ao agressor, assegurando, pois, à mulher “todos os direitos fundamentais da pessoa humana, garantindo-lhe as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física, mental e aperfeiçoar-se moral, intelectual e socialmente”<sup>21</sup>.

Após a entrada em vigor da supracitada Lei, houve significativas mudanças na forma como são tratados os casos de violência contra a mulher no Brasil. Antes da **Lei Maria da Penha**, não havia uma legislação específica que regulamentasse o crime da violência contra a mulher de maneira juridicamente eficaz, segura, capaz de atingir as finalidades ambicionadas pelas vítimas.

É importante frisar também que, antes da promulgação da Lei em questão, os casos de violência doméstica eram tratados pelo juizado especial criminal de pequenas causas, tendo penas muito baixas, normalmente, convertidas em penas alternativas, como a doação de cestas básicas ou multas. E, atualmente, a violência contra mulher é considerada crime, passível de prisão do agressor. Isso, certamente, faz com que a mulher se sinta protegida, tendo mais coragem de denunciar.

A partir da criação da Lei supramencionada, ficou estabelecido que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar devem ser investigados através de inquérito policial e ser enviado ao Ministério Público. Esse tipo crime é julgado nos Juizados Especializados de

<sup>20</sup> OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. *Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres*. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>. Acesso em: 22 Out. 2021.

<sup>21</sup> OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. *op. cit.*

Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir da Lei nº 11.340. Nas localidades em que ainda não existem esses juizados, os casos são julgados nas Varas Criminais<sup>22</sup>.

Não podemos deixar de reconhecer que esta Lei trouxe novas formas de enxergar e enfrentar os casos de violência contra a mulher, modificando as condições de dignidade e de cidadania das mulheres, sempre tão negligenciadas, marcadas de forma profunda pelo autoritarismo, preconceito e abuso de poder do seu agressor.

Embora reconhecendo as numerosas garantias legais e aspectos da Lei 11.340, bastante favoráveis aos interesses da mulher, verificamos que ela traz uma lacuna em relação aos outros tipos de violência, dentre as quais a violência doméstica psicológica, basta ver que ainda que prevista na mencionada Lei, esse tipo de violência vinha ocupando uma posição de desvantagem em relação à violência doméstica física, na medida em que não tinha sido detalhadamente tipificada.

Faltava, pois, uma melhor descrição dessa modalidade de violência doméstica. Faltava um tipo penal que particularizasse a conduta do agressor. Afinal, quanto melhor aclarada ficar essa modalidade, mais eficiente será a atuação da Justiça e do Ministério Público na proteção aos direitos da mulher vítima.

A nova Lei nº 14.188, de julho de 2021, sancionada sem vetos pelo atual presidente, inclui na Lei 11.340/2006 o critério de existência de risco à integridade emocional da mulher. Seu texto prevê que esse tipo de violência doméstica tem uma pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa ao acusado de, dentre outras condutas, humilhar, manipular, ameaçar, chantagear, visando prejudicar a integridade psicológica da vítima.

Uma importante mudança que vale destacar é que a partir dessa nova Lei é agora permitido que delegado e policial possam afastar imediatamente o agressor do ambiente de convivência com critério de existência de risco à integridade psicológica da mulher. Coisa que só era permitida em casos de risco a integridade física.

A Lei 14.188/2021 trouxe algumas mudanças legislativas na luta contra a violência contra mulher, entre elas a criação do Programa Sinal Vermelho que prevê, entre outras medidas, que a letra X escrita na mão da mulher, de preferência na cor vermelha, funcionando como um sinal

---

<sup>22</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça, A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Reia Sílvia Rios Magalhães

que chame atenção e denuncie a situação de violência que a mulher está sofrendo. Trouxe também o aumento de pena no crime de lesão corporal contra mulher, por razões da condição de sexo feminino, e, por fim a criação do tipo penal de violência psicológica contra mulher.

Continuando nossas reflexões, teceremos a seguir algumas considerações direcionadas para os problemas e os principais desafios que se apresentam na realidade contemporânea em relação à violência doméstica física contra a mulher no Brasil, após o advento da Lei nº 11.340/2006 e da nova Lei 114.188/2021, que trata agora de forma mais detalhada o tipo de violência doméstica psicológica.

## 4.2 Problemas e Principais Desafios

Ante o exposto, vimos que a Lei Nº 11340/2006, Lei da Violência Doméstica Contra a Mulher, é um tema bastante polêmico. Veja-se<sup>23</sup>:

Para acabar com a violência doméstica e familiar contra a mulher, é preciso, antes de mais nada, mudar certas atitudes culturais e crenças da sociedade, as quais permitem a ocorrência e continuidade do comportamento abusivo de homens que acreditam na resolução das divergências e controvérsias utilizando a força, a brutalidade e a violência.

A questão é histórica, social e cultural, porém, é muito mais profunda, estando atreladas a um contexto preconceituoso, discriminatório e instável, permeado de tensões, contradições e de desigualdades. Afirma, ainda, Souza<sup>24</sup>:

O Sistema Penal Brasileiro tem adotado o discurso da ressocialização do criminoso, sem ter maiores preocupações com a vítima, abandonada a sua própria sorte. Tal postura discordava das diretrizes recomendadas pelo direito internacional, desde a Declaração de 1948 e de vários tratados que lhe sucederam. Embora tenha havido alguns avanços nesta área, a vítima ainda ocupa posição de desvantagem. Seus interesses são relegados a um plano absolutamente secundário. No processo penal sua participação restringe-se a prestações de declarações em juízo, ou seja, uma ferramenta utilizada para que se alcance resultado que o sistema almeja.

<sup>23</sup> SOUZA, Valéria Pinheiro de. *Violência doméstica e familiar contra a mulher - a lei Maria da Penha: uma análise jurídica*, Disponível em: <http://www.geledes.org.br/violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher-lei-maria-da-penha-uma-analise-juridica/#gs.pNvNRKw> Acesso em: 03 Nov. 2021.

<sup>24</sup> SOUZA, Valéria Pinheiro de. *Violência doméstica e familiar contra a mulher - a lei Maria da Penha: uma análise jurídica*, Disponível em: <http://www.geledes.org.br/violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher-lei-maria-da-penha-uma-analise-juridica/#gs.pNvNRKw> Acesso em: 03 Nov. 2021.

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

Ainda que a Lei 11.340/2006 tenha sido criada com o propósito de coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher consideramos a necessidade do compromisso e engajamento das autoridades para que esta Lei seja realmente útil na prática. Geralmente, as Delegacias não dispõem de estrutura adequada, tampouco de profissionais preparados para o atendimento da vítima.

Como leciona Barros<sup>25</sup>:

[...] É precária preparação especial (que, inclusive, pode nem existir) à qual são submetidos os profissionais que trabalham no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher (profissionais das DEAMs, do Centro de Referência, da Casa Abrigo, do Juizado, da Defensoria Pública, do Ministério Público). Essa preparação especial diz respeito às discussões acerca de gênero, sobre esse tipo particular de violência [...] diferencia-se dos demais pela existência de vínculo afetivo entre a vítima e o agressor e acerca da própria Lei Maria da Penha, discussões essas que têm como intuito aprimorar o atendimento às mulheres, e, assim, aumentar a eficácia do combate à violência em questão.

Essa é só mais um dos aspectos problemáticos da execução da referida Lei, uma vez que, ainda que a mesma tenha trazido um avanço significativo para a mulher em situação de violência doméstica, possui dificuldades para ser colocada em prática, abrindo espaço para que continue ocorrendo discriminação à mulher.

Em razão dessa problemática, muitas mulheres são desestimuladas a denunciar, perdendo a coragem de reagir e de buscar a solução para a adversidade da qual são vítimas. Não só por medo de uma possível retaliação por parte do agressor ou de perder a guarda dos filhos, ou por ser dependente financeiramente, mas pela forma humilhante como são tratadas por aqueles que deveriam protegê-las e preservar a sua integridade física e psicológica.

Aliado a esse problema, do despreparo dos profissionais no âmbito das Delegacias de Polícia, está o deficiente contexto estrutural. Nos casos previstos no Terceiro Capítulo da Lei— “DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL”, o seu Art. 11, preconiza que a autoridade policial deverá, entre outras providências: “II – encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal”, como no “III – fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida”<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> BARROS, Gabriela dos Santos. Análise da violência doméstica e familiar contra a mulher no contexto da aplicação da Lei Maria da Penha. Disponível em:

<sup>26</sup> BRASIL. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*: cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Brasília (DF); 2006. *Humana Res*, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

Reia Sílvia Rios Magalhães

Apesar da boa intenção, há falhas, como bem observa Trindade<sup>27</sup>.

É muito difícil de ser concretizada na prática, devido a atual realidade da polícia judiciária, a falta de recursos da polícia, faltando até mesmo um maior cuidado do poder público. Não há viaturas suficientes, por vezes faltando até combustível quando há viaturas. Então, nota-se que este inciso tem certa dificuldade de ser concreto na prática. Seria muito importante se esta previsão se realizasse na prática, pois diversas vezes a mulher vítima não possui condições físicas ou matérias para se deslocar para um local seguro, longe do agressor.

Outro problema que se constata quando da aplicação da Lei Maria da Penha é a morosidade do judiciário, relacionada ao exíguo número de funcionários para atender a demanda dos processos. Em decorrência da demora no andamento dos processos, a vítima fica mais exposta à agressão e, além disso, corre o risco de ocorrer à prescrição intercorrente da ação, o que, certamente, obstaculiza ainda mais o enfrentamento da violência aqui questionada.

Analisa-se, ainda, que a Lei Maria da Penha vem respondendo de maneira insatisfatória aos reais interesses das mulheres vítimas. Priorizando a punição do agressor, às vezes, deixa de lado que a mulher mantém um laço afetivo com o seu agressor e ao denunciá-lo busca mais uma mediação para resolver os conflitos e dar fim à situação de violência. Assim, ao invés de ter interesse na penalidade, seu interesse maior é o assessoramento e tratamento.

Nessa perspectiva, observamos que a árdua luta em busca de tratamento jurídico para a mulher em situação de violência doméstica, embora tenha alcançado grandes conquistas, deve atender aos novos desafios que se apresentam, mormente no se refere aos aspectos aqui apresentados.

Afinal, a conjectura que se apresenta a problemática advém de fontes históricas, sociais e culturalmente arraigadas às bases de uma sociedade machista que sempre impôs a mulher a uma situação de inferioridade. As lacunas que dificultam a aplicabilidade da Lei 11.340 impelem o seguinte<sup>28</sup>:

As feministas continuaram sua batalha, enfrentando alto e baixo, sempre focando na ideologia, no que realmente queriam e buscavam. Partindo deste ponto, observa-se que os movimentos feministas, com muita batalha, demonstraram sua força, mobilizando toda uma sociedade, até conseguirem

---

<sup>27</sup> TRINDADE, Vitória Etges Becker. *Lei Maria da Penha: violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito da polícia judiciária*. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14576/3276> Acesso em: 18 Dez. 2021.

<sup>28</sup> TRINDADE, Vitória Etges Becker. *Lei Maria da Penha: violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito da polícia judiciária*. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14576/3276> Acesso em: 18 Dez. 2021. *Humana Res*, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 135 à 153, jan. a ago. 2022

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

obter conquistas de uma vida digna, buscando uma sociedade inteira participativa, e não somente o homem de forma unilateral, as mulheres lutaram para serem reconhecidas através de suas reivindicações. Enfrentaram muitas dificuldades por esta trajetória, até conseguirem seu espaço. Porém, o movimento não teve um ponto final, a cada conquista enfrentam novas situações.

Nesse mesmo sentido, é que Dias coloca que<sup>29</sup>:

Não resta dúvida de que o texto da lei constitui avanço importante à sociedade brasileira, representando ainda, o marco histórico da proteção legal conferida às mulheres. Contudo, [...] a mesma não deixa de comportar aspectos duvidosos quanto à sua aplicação e, também, opções de formulação legal distantes da melhor técnica e das recentes orientações criminológicas e de política criminal, caracterizando aí, a necessidade de análise perspectiva no que tange às vítimas, bem como, debater maneiras de execução dos preceitos [...].

Já no que se refere Lei 14.188/2021 que trata especificamente da violência doméstica psicológica, podemos reconhecer, é claro, uma maior atenção sobre a violência doméstica contra a mulher. Contudo, devido a sua recente criação, após 15 anos da Lei 11.340, não podemos afirmar que ela não enfrentará obstáculos na sua concretização tal qual a Lei Maria da Penha.

Embora sabendo que a supramencionada Lei trouxe amplas conquistas, sendo intensamente favorável no que diz respeito aos direitos e garantias constituindo um marco histórico da proteção legal conferida às mulheres vítimas de violência psicológica, existe ainda a necessidade de se conhecer como ela se desenvolve na realidade concreta.

O que podemos ressaltar diante de tudo que aqui foi exposto é que, os desafios que ainda estão presentes na realidade brasileira quanto à aplicabilidade da legislação não devem ser enfrentados somente pelos movimentos feministas, mas sim, pelo governo federal, alguns setores do governo estadual e o engajamento de profissionais de diferentes áreas de formação,

Até porque, o fenômeno implica em luta coletiva, baseada na troca, na partilha, na cooperação entre os comprometidos com os desafios, tanto sociais quanto jurídicos do tema estudado. Isso tanto, para a mulher que está passando pela situação, como para toda a sociedade, no intuito de esclarecer acerca dessa questão cada vez mais frequente em nosso país e saber quais atitudes devam ser tomadas diante da presença ou desconfiança de um caso

---

<sup>29</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça, A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 62.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto não permite que cheguemos a conclusões fechadas. Afinal, o tema é complexo, as Leis são difíceis de ser aplicadas na sua plenitude, considerando a atual conjuntura do contexto pandêmico e socioeconômico da sociedade contemporânea. Como visto, tanto a Lei 11.340 como a Lei 14.188 foram promulgadas dentro de um cenário complicado, emaranhado por diversos aspectos que atingem de forma transversal o conjunto mais amplo do contexto social.

Nesse sentido, embora reconhecendo as grandes inovações e benefícios assegurados pelas referidas Leis, podemos concluir que ainda persiste a forma discriminatória com que sempre foi tratada a mulher no palco histórico e cultural brasileiro em virtude da dominância do sexo masculino sobre o sexo feminino, consagrada pela história e embasada pela desigualdade entre os sexos, cujo gênero legitima o poder absoluto do homem e a posição passiva e vitimizada das mulheres.

Podemos inferir que tanto a Lei nº 11.340/06, como a Lei 14,188 que versa sobre a violência doméstica psicológica, favoreceram o surgimento de uma nova fase na história da realidade das mulheres brasileiras, tendo em vista que assegura a proteção da mulher e da entidade familiar. Ambas produziram mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher e dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, alterando o Código de Processo Penal, Código Penal e a Lei de Execução Penal. .

Por outro lado, não podemos deixar de enxergar os problemas que ainda precisam ser solucionados para que a aplicabilidade dessas Leis tragam resultados mais eficazes e efetivos, na realidade social das mulheres vítimas.

A Lei 11.340/2006, por exemplo, deixa algumas lacunas que obscurecem o que realmente são direitos da mulher, o que pode ser cobrado por aquelas que estão em situação de agressão e, também, como a sociedade deve agir diante da presença ou desconfiança de um caso de violência doméstica contra a mulher.

Quanto à violência doméstica psicológica, a literatura revela que as mulheres enfrentam grandes dificuldades para prestar queixa as autoridades da violência de que são vítimas. Muitas não procuram nem mesmo fazer boletim de ocorrência, não procuram ajuda devido a falta de informações de como ter acesso à amparo disponível e também por vergonha, por receio de represálias, ao atendimento às vezes ocorrido de modo precário, sem um clima acolhedor.

## **Violência doméstica ostensiva e violência doméstica velada: reflexões sobre os aspectos sociais e legais das formas da violência doméstica física e psicológica contra a mulher no Brasil**

Outro problema está relacionado com o contexto estrutural das Delegacias que, geralmente, não contam com recursos necessários para o atendimento e proteção da mulher e, muitas vezes, não possuem em seu quadro, profissionais preparados para o atendimento pertinente, sensato, justo e sem preconceitos.

Outro ponto negativo observado é que a Lei Maria da Penha vem respondendo de maneira insatisfatória aos reais interesses das mulheres vítimas. Priorizando a punição do agressor, às vezes, a legislação deixa de lado que a mulher mantém um laço afetivo com o seu agressor e, ao denunciá-lo, busca mais uma mediação para resolver os conflitos e dar fim à situação de violência. Assim, ao invés de ter interesse na penalidade, seu interesse maior é o assessoramento e tratamento.

Enfim, finalizamos nosso trabalho concluindo, conforme os dados teóricos ressaltados, que, embora as leis analisadas já estejam em vigor, corre o sério risco de em algumas situações não produzir o resultado positivo desejado.

E, pior, poderá ampliar os aspectos negativos perante a sociedade, gerando mais desafios à questão, uma vez a legislação não se limita apenas ao âmbito jurídico no modo a punir o agressor. Na realidade, tais Leis foram criadas com a finalidade de coibir a violência contra a mulher e promover a tão almejada equidade entre os sexos.

Nesta senda, é importante reconhecer que há novos caminhos a serem percorridos para que se possa alcançar a justa igualdade de direitos jurídicos e sociais, sem nenhum tipo de discriminação ou diferenciação.

Faz-se necessário, pois, maior participação da sociedade e dos diferentes profissionais da área, de modo que assumam uma posição consciente e crítica, se colocando na luta coletiva contra os mais variados impasses e desafios que possam impedir e dificultar a efetivação de mudanças positivas a respeito da questão da violência física, psicológica e das demais modalidades de violência doméstica contra a mulher.

# IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI

Fábio Vitor Nascimento Mourão<sup>1</sup>  
Maria Tereza de Alencar<sup>2</sup>

**RESUMO:** A mobilidade urbana, processo de deslocamento das pessoas e bens nas cidades, pode ser dita como causa de expansão urbana e distribuição espacial, tendo em vista que a estrutura e a rede do transporte podem ter importante papel no desenho da malha urbana. Em Teresina, o transporte público coletivo ganhou mais relevância com a expansão da capital. O crescimento populacional e econômico trouxe a exigência de uma mobilidade mais ágil e de meios mais eficientes para as pessoas se locomoverem. No ano de 2018 começa a funcionar o sistema de integração de ônibus na cidade, nomeado de Inthebra. O modelo trouxe a ideia de viagens com corredores e faixas exclusivas e o objetivo de melhor deslocamento e tempo de viagem menor para os usuários do transporte público. Apesar da implantação do sistema, desde 2019, as empresas de ônibus da capital passam por uma crise por conta do desuso do transporte coletivo na cidade. A população é afetada com as várias paralisações dos ônibus decorrentes desses problemas. A área de pesquisa do trabalho se liga ao terminal Rui Barbosa, que é o mais próximo ao centro, e se localiza em uma grande via de passagem e comércio, a Rua Rui Barbosa, no trecho do bairro São Joaquim, da Zona Norte de Teresina. Antes mesmo do início do funcionamento do corredor de integração na área, houve protestos contra a construção das estações na área. O motivo estaria relacionado com a queda nas vendas do comércio. Diante da problemática, o objetivo do trabalho foi analisar os impactos provocados na dinâmica comercial, pela implantação do corredor de integração do terminal Rui Barbosa naquela área. A metodologia utilizada foi de pesquisa documental e bibliográfica, além de pesquisa de campo, com observação da área, levantamento fotográfico e realização de entrevistas com comerciantes e usuários de transporte público na área de estudo. Os resultados mostraram pontos de caráter negativo, que superam os positivos. Problemas que vão desde a queda das vendas, até o aumento de acidentes e o fechamento de pontos comerciais. Conclui-se que existem impactos relacionados tanto com a dinâmica comercial da área, como também com a de mobilidade na região, problemas que são agravados também por conta do momento da pandemia do coronavírus e da crise no transporte público em Teresina.

**Palavras-chave:** Mobilidade urbana; Transporte público coletivo; Inthebra; Comércio.

## IMPACTS ON TRADE IN RUA RUI BARBOSA CAUSED BY IMPLEMENTATION OF THE INTEGRATION CORRIDOR IN THE NORTH AREA OF TERESINA – PI

**ABSTRACT:** Urban mobility, the people and goods displacement process in cities, it can be considered as a cause of urban expansion and spatial distribution, it considering that a structure and a transport network can play an important role in the urban grid design. In Teresina, the public transportation has gained an increasing importance with the city expansion. The population and economic growth have brought a demand for more agile mobility and more efficient ways for people to get around. In 2018, the city's bus integration system, it named Inthebra, it starts operating. That model has brought the idea of trips with corridors and exclusive lanes to the aim of improve displacement and shorten the travel time for public transport users. Despite the system implementation since 2019, according to the bus companies the city has gone through a crisis due to the non use of public transportation in the city. The population is affected by several bus paralisation resulting from these problems. The work research area is connected to Rui Barbosa terminal, which is the closest to the downtown, and it is located on a large passage na trade street, Rua Rui Barbosa,

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia-UESPI. fabiovitofv73@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Geografia-UFS- Professora da UESPI.mariatereza@cchl.uespi.br

in São Joaquim neighborhood, in the North Zone from Teresina. Even before the operation of the integration corridor in the area. The reason would be related to the drop in retail sales. If faced with the problem, the work aim was to analyze the impacts caused on the commercial dynamics due the implementation of the Rui Barbosa terminal integration corridor in that area. The methodology used was documentary and bibliographic research, in addition to field research, with observation of the area, photographic survey and carrying out a survey with merchants and users of public transport in the study area. The results have shown negative character points that overcome the positive ones. Problems ranging from the drop in sales, to the increase in accidents and the closing of commercial points. It is concluded that these impacts related to the commercial dynamics of the area, as well as mobility in the region, problems have been made worse due to coronavirus outbreak and the crisis in public transportation in Teresina.

**Keywords:** urban mobility; public transportation; inthebra; commerce.

### IMPACTOS EN EL COMERCIO EN RUA RUI BARBOSA CAUSADOS POR IMPLEMENTACIÓN DEL CORREDOR DE INTEGRACIÓN EN ZONA NORTE DE TERESINA - PI

**RESUMEN:** La movilidad urbana, el proceso de movimiento de personas y mercancías en las ciudades, puede decirse que es una causa de la expansión urbana y la distribución espacial, dado que la estructura y la red de transporte pueden jugar un papel importante en el diseño del tejido urbano. En Teresina, el transporte público colectivo ganó más relevancia con la expansión de la capital. El crecimiento demográfico y económico trajo consigo la demanda de una movilidad más ágil y medios más eficientes para que las personas se desplacen. En 2018, comienza a funcionar el sistema de integración de autobuses de la ciudad, denominado Inthebra. El modelo trajo la idea de viajar con carriles y carriles exclusivos y el objetivo de un mejor desplazamiento y menor tiempo de viaje para los usuarios del transporte público. Pese a la implementación del sistema, desde 2019 las empresas de buses de la capital atraviesan una crisis por el desuso del transporte público en la ciudad. La población se ve afectada por los diversos paros de buses producto de estos problemas. El área de investigación del trabajo está conectada a la terminal Rui Barbosa, que es la más cercana al centro, y está ubicada en una importante vía y comercio, Rua Rui Barbosa, en el tramo del barrio São Joaquim, en el Norte Zona de Teresina. Incluso antes del inicio de la operación del corredor de integración en la zona, hubo protestas contra la construcción de estaciones en la zona. El motivo estaría relacionado con la caída de las ventas minoristas. Ante la problemática, el objetivo del trabajo fue analizar los impactos causados en la dinámica comercial, por la implantación del corredor de integración de la terminal Rui Barbosa en esa zona. La metodología utilizada fue la investigación documental y bibliográfica, así como la investigación de campo, con observación de la zona, levantamiento fotográfico y entrevistas a comerciantes y usuarios del transporte público de la zona de estudio. Los resultados arrojaron puntos de carácter negativo, que superan a los positivos. Problemas que van desde la caída de las ventas, hasta el aumento de la siniestralidad y el cierre de puntos comerciales. Se concluye que existen impactos relacionados tanto con la dinámica comercial de la zona, como con la movilidad en la región, problemas que también se ven agravados por el momento de la pandemia del coronavirus y la crisis del transporte público en Teresina.

**Palabras llave:** Movilidad urbana; transporte público colectivo; Integra; Negocio.

# IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI

## INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema os impactos no comércio da Rua Rui Barbosa, que foram provocados pela implantação do corredor de integração do terminal Rui Barbosa, na zona norte de Teresina – PI. A delimitação do estudo é o trecho da Rua Rui Barbosa que passa pelo bairro São Joaquim, que vai desde o semáforo localizado na frente do terminal Rui Barbosa até a segunda estação de integração, nomeada de Matadouro.

Para fazer a análise da temática da pesquisa, a problemática levantada foi descobrir quais os impactos provocados pela implantação do corredor de integração do terminal Rui Barbosa para o comércio localizado no trecho da Rua Rui Barbosa, no bairro São Joaquim, na zona norte da cidade de Teresina. O interesse pela pesquisa surge após conversas com comerciantes, que antes mesmo do início do funcionamento do sistema na área, fizeram protestos contra a construção das estações de ônibus na Rua Rui Barbosa, motivo estaria na queda das vendas no comércio daquela área.

O trabalho faz-se importante, pois visou apontar as possíveis mudanças no comércio da área de estudo citada, que podem ter sido impulsionadas pelas modificações no sistema de tráfego da Rua Rui Barbosa, no Bairro São Joaquim, causadas pela implantação do terminal Rui Barbosa e seu corredor de integração. Durante a pesquisa buscou-se entender a visão dos comerciantes da área, onde se encontram feiras e um comércio bem expressivo. Também se buscou a opinião das pessoas que dependem do transporte público coletivo para se deslocarem em seu cotidiano, e que passaram pelas alterações trazidas pelo novo sistema de integração nomeado de “Inthebra”.

A escolha dos sujeitos faz com que a pesquisa mostre assim, as opiniões acerca dos dois elementos centrais em questão no trabalho, que são o comércio e o sistema de integração, buscando entender se os sujeitos envolvidos na pesquisa foram afetados e quais são suas visões diante das alterações após as mudanças causadas pela implantação do sistema. Vale ressaltar que o sistema de integração implantado na capital do estado do Piauí é inspirado no Bus Rapid Transit (BRT), modelo adotado inicialmente no ano de 1974, em

Curitiba, capital do estado do Paraná. A proposta era dar mais agilidade às viagens de ônibus, com o uso de faixas exclusivas, além de reduzir o tempo das viagens na capital.

O objetivo geral proposto para o trabalho foi analisar os impactos provocados na dinâmica comercial pela implantação do corredor de integração do terminal Rui Barbosa, naquela área. Para o alcance de tal finalidade, se fez importante o uso de objetivos específicos, tais como: identificar as modificações positivas e/ou negativas ocorridas no comércio e outros serviços devido à implantação do corredor de integração na área estudada; apontar o que mudou para os comerciantes após as alterações ocorridas com a implantação do corredor de integração do terminal Rui Barbosa e detectar possíveis novos pontos comerciais implantados por conta da construção do terminal naquela área.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa utilizados como forma de obter as respostas acerca da problemática levantada na pesquisa serão descritos a seguir.

A metodologia, segundo Deslandes (2015, p. 46) “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo”. O trabalho tem como método de pesquisa a abordagem qualitativa para buscar compreender mais subjetivamente a percepção e a opinião dos indivíduos que foram afetados com as mudanças realizadas pela integração naquela área e abordagem quantitativa no sentido de dar números às opiniões dos sujeitos escolhidos.

A pesquisa inicialmente foi de caráter exploratório, primeiro para criar mais familiaridade com o tema estudado e com o objeto de pesquisa. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa documental e entrevista, em órgãos responsáveis pelo projeto de integração de Teresina, como a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (STRANS), assim como uma revisão bibliográfica acerca dos temas do trabalho, para que se formasse uma base de estudo mais firme, com autores como Corrêa (1989), Façanha (2003), Silva e Costa (2016), Rodrigues (2016), que discutem aspectos da fundamentação e pontos específicos da problemática apresentada na pesquisa.

Conforme Gil (2008, p. 27) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Lakatos e Marconi (2003, p. 183) consideram que “a pesquisa bibliográfica não é mera

## IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI

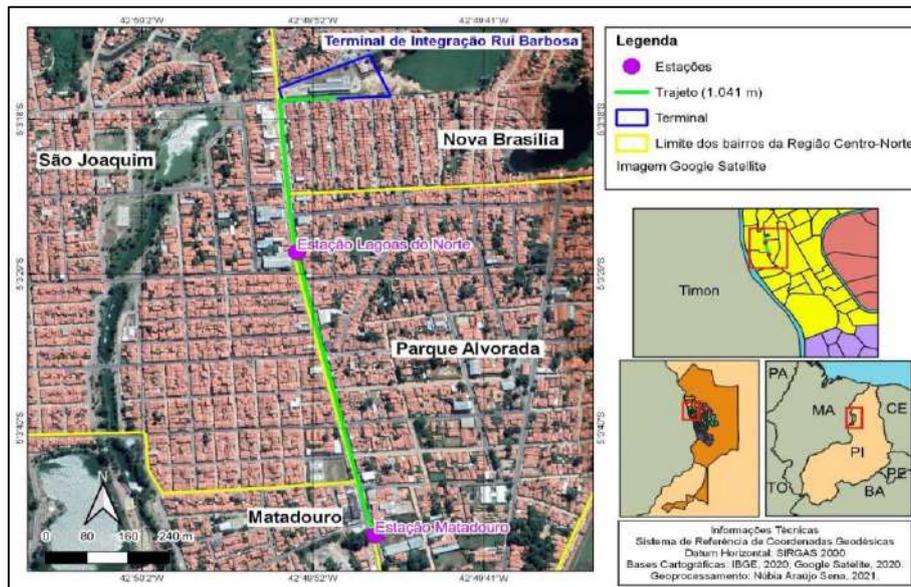
repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sobre novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Em um segundo momento, foi feita a pesquisa de campo, por meio da observação simples e direta. Outro passo importante para a pesquisa, atrelada com a observação, foi um levantamento fotográfico, visando registrar aquilo que se viu, mas que nem sempre é percebido totalmente pelos sentidos. Como técnica de coleta de dados, foram feitas na pesquisa entrevistas formais supervisionadas, com perguntas previamente preparadas. Os sujeitos da pesquisa foram os comerciantes e donos de lojas da área de estudo, e os usuários de transporte público que utilizam o sistema de integração nas estações de integração do Bairro São Joaquim.

Em relação às quantidades, foram ao todo quarenta e cinco (45) entrevistados, sendo eles, trinta (30) comerciantes e donos de loja, aonde a escolha dos mesmos teve como critério a proximidade com o terminal Rui Barbosa as estações de integração Lagoas do Norte e Matadouro, e quinze (15) usuários do transporte público coletivo, que se encontravam nas estações de integração, e escolhidos por uma abordagem aleatória.

A delimitação da área de pesquisa foi o trecho da Rua Rui Barbosa, localizado no Bairro São Joaquim, na cidade de Teresina – PI, a partir do terminal de integração Rui Barbosa, na confluência da Rua Rui Barbosa com a Rua Radialista Jim Borralho, até a estação de integração Matadouro, localizada na confluência da Rua Rui Barbosa com a Rua Mineral. A área de integração “1”, que é a que se encontra o terminal Rui Barbosa, inclui ainda duas estações de integração de ônibus, nomeadas de Lagoas do Norte e Matadouro. A escolha do local foi feita levando em consideração a problemática do trabalho. A seguir, está a figura com a delimitação do local, com as coordenadas da área e o tamanho do trajeto da área de estudo.

**Figura 1 – Delimitação da área do corredor de integração do Terminal Rui Barbosa.**



Fonte: Mourão, 2021.

### **Mobilidade urbana, fluxos e alterações espaciais decorrentes da implantação do terminal de integração Rui Barbosa, no Bairro São Joaquim .**

Em 2012, com o intuito de criar uma integração entre os diferentes modos de transporte e melhorar acessibilidade, a mobilidade das pessoas e cargas no território do município foi criada a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU – Lei 12.587, de 3 de Janeiro de 2012). Acerca de sua criação, Reis (2014, p. 132) destaca que:

Os planos de mobilidade devem ser desenvolvidos de forma participativa e transparente, garantindo que atendam às reais necessidades das pessoas e tornem universal o acesso aos meios de deslocamento disponíveis na cidade, priorizando o transporte não motorizado e o coletivo e desestimulando o uso do automóvel.

A realidade é que, por mais que a lei exista, ela não resolve os problemas da mobilidade urbana encontrados pelo país, onde, dentre vários fatores, a prioridade dada ao uso de transportes individuais em detrimento dos coletivos, é causa de muitas situações negativas, tais como os já citados: congestionamentos e acidentes.

Além disso, uma lei de mobilidade urbana deve funcionar em conjunto com os Planos Diretores das Cidades, pois eles são, segundo Rech (2015, p. 151), “capazes de assegurar sustentabilidade e de organizar a ocupação dos diferentes espaços para melhorar a economia e a mobilidade local”. Sendo o plano diretor um instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município.

## **IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI**

Assim, entende-se que as crises vivenciadas pela mobilidade urbana no contexto de seu surgimento no século XXI, voltam como as crises em relação ao uso de carros e a prioridade do transporte rodoviário no país, tendo em vista que as externalidades negativas são várias, podendo em alguns momentos, superar os benefícios. Por conta do seu importante papel na produção do espaço urbano, é necessário que a mobilidade urbana seja reconhecida como um direito social.

A mobilidade urbana pode ser tida como uma das causas de expansão urbana e distribuição espacial nas cidades, tendo em vista que a estrutura e a rede do transporte público podem ter importante papel no caminho da malha urbana. O sistema que forma a mobilidade urbana de um local é complexo e formado por diversos agentes. Com as redes, há o movimento de circulação de pessoas e matérias dentro do espaço (fluxos), que caracteriza a própria mobilidade. Nas cidades, diariamente circulam ônibus urbanos e interurbanos, automóveis, trens, caminhões de diversos portes, vans, ambulâncias, motocicletas e bicicletas.

De acordo com Barcelos e Silva (2018, p. 139):

A expressão ‘mobilidade urbana’ é de certa forma recente que se relacionam com a capacidade de deslocamento das pessoas e bens nas cidades, tendo variáveis tão complexas quantas as variáveis que constituem a própria cidade.

Ou seja, a mobilidade urbana age diretamente sobre a produção do espaço urbano, sendo utilizada até, como sinônimo de transporte. Rech (2015, p. 147) ressalta que a mobilidade deve ser oferecida aos seus usuários com “agilidade, eficiência, conforto e segurança”. Mas, devido a problemas enfrentados nas cidades, principalmente de infraestrutura, em alguns casos acaba sendo causa de congestionamentos, acidentes, poluição sonora, além da exclusão social.

### **Entrevistas com os comerciantes/ donos de estabelecimentos**

O estudo procurou inicialmente, saber o tempo de funcionamento dos estabelecimentos onde se realizaram as entrevistas, na área de pesquisa. É importante ressaltar que os sujeitos foram motivados a responder aos questionamentos com base no funcionamento do comércio antes do início da pandemia de COVID-19. Contudo, isso não

anula o fato de que podem existir respostas motivadas por conta do atual momento pandêmico.

Conforme os resultados, a maioria dos pontos comerciais presentes no local se encontra desde antes da implantação do sistema de integração na zona norte de Teresina, ou seja, funciona há mais de dois anos. Logo, isso indica que os donos de tais pontos presenciaram a construção do terminal e o funcionamento (pré-pandemia) do corredor de integração e das estações localizadas na Rua Rui Barbosa, podendo assim relatar seu ponto de vista em relação a possíveis impactos provocados por esse sistema nos estabelecimentos comerciais da área em questão.

O questionamento de número 2 motivou os comerciantes a se posicionarem em relação ao seu conhecimento pessoal do funcionamento do sistema, bem como, se já havia sido informado por alguém ou visto informes nos meios de comunicação acerca do sistema de integração.

A maioria dos entrevistados demonstrou não saber acerca do funcionamento do sistema e tal fato pode ter diferentes motivos para ocorrer, seja por simplesmente não procurar informações em meios de comunicação ou nas redes sociais, seja pelo puro distanciamento do entendimento do assunto ou até mesmo por falta de tempo. A questão é que os órgãos responsáveis poderiam mobilizar um momento de informação com os comerciantes, já que a área aonde os estabelecimentos se encontram passaria pelas mudanças providas pela implantação do sistema.

Além disso, em concordância com Pereira e Serra (2019), para uma melhor elaboração de planos que visem melhorias para a população, se faz necessário conhecer a realidade do local e da população presente nele. Logo, tais sujeitos devem estar cientes da existência de tais planos para a melhoria de seu local de vivência cotidiana.

Nas questões 3 e 4, os comerciantes entrevistados foram motivados a apresentar quais pontos positivos e negativos eles perceberam para seus estabelecimentos, desde a construção do terminal Rui Barbosa e das suas estações de integração. Os Pontos positivos foram o aumento de vendas e o fluxo de clientes. No entanto, a maioria dos entrevistados colocou que não houve nada de caráter positivo a se colocar até então, desde as mudanças que ocorreram com a implantação do sistema de integração.

No tocante às modificações negativas percebidas pelos entrevistados, 16 relataram queda nas vendas de seus estabelecimentos, o que representa a maioria das respostas

## IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI

obtidas, 9 colocaram a falta de clientes como um ponto negativo percebido, 2 citaram que o acesso ao estabelecimento foi dificultado, outros 2 também colocaram a perda do estacionamento perto ou na frente do local como algo negativo. As duas últimas modificações citadas podem ter motivado a queda das vendas que foi o maior ponto citado.

Em relação ao problema da perda dos estacionamentos, o ideal seria existir uma desapropriação para ter uma via e estrutura maior para tudo. Os locais de estacionamentos não sumiram por completo, mas, agora se encontram em pontos específicos ao longo da rua. A falta de clientes em alguns locais pode ter surgido pela maior distância que o usuário teria que passar para estacionar seu carro, e se deslocar para tal estabelecimento “A” ou “B”.

A problemática dos acidentes perto do local, até poderia já existir, mas como colocado pelos sujeitos, ocorreu um aumento após a implantação do sistema de integração. Além do maior fluxo do tráfego, o fato da transformação da via dupla em tripla no trecho corredor de integração da Rua Rui Barbosa pode ter estimulado tais incidentes. Vale ressaltar que um dos instrumentos de gestão incluído no PNMU é uma via prioritária dos ônibus. Ainda, 7 dos entrevistados colocaram ainda que não havia nenhum ponto negativo a ser citado e apenas um sujeito não soube responder ao questionamento.

Seguindo a entrevista, os comerciantes foram incentivados a relatarem o que mudou nas vendas dos estabelecimentos, após a implantação do novo sistema de integração naquela área.

Para a maioria dos entrevistados, a implantação do sistema fez as vendas diminuírem. Além do fator implantação, outros podem ter motivado a queda das vendas nos estabelecimentos. Vale ressaltar ainda que, como já citado em outra parte da pesquisa, os entrevistados foram motivados a relatarem sobre as vendas, em relação ao período antes da pandemia de COVID-19, quando o sistema de integração estava em total funcionamento naquela região da área de estudo.

Ainda, 3 entrevistados citaram a perda de clientes fixos como causa determinante da diminuição das suas vendas. Os pontos negativos elencados pelos sujeitos, como a dificuldade de acesso ao local e a perda dos estacionamentos perto do local também podem estar relacionados com a queda nas vendas. Outros 7 sujeitos colocaram que as vendas continuam as mesmas, ou seja, não aumentaram nem diminuíram; 2 enfatizaram que houve prejuízos em suas vendas; 2 relataram que as vendas não mudaram em nada ou em “ainda” nada e apenas um não soube responder o questionamento.

Dando seguimento a pesquisa, os comerciantes entrevistados foram questionados se tinham conhecimento de estabelecimentos que abriram ou que fecharam as portas desde a implantação do sistema de integração. A ideia foi buscar a visão dos sujeitos além do sentido de concorrência que existe em uma área comercial, pois, como no local se encontram diferentes ramos de empresa, os donos de uma podem ser clientes ou consumidores de outra.

O sentimento de coletividade entre os donos de estabelecimentos também pode ser mencionado, principalmente, no tocante aos que citaram estabelecimentos que fecharam as portas que eram próximos aos seus. Cabe ressaltar que um dos estabelecimentos entrevistados foi visto como ponto de “aluga-se” alguns dias após a realização da entrevista.

Como visto nos dados anteriores, sobressaem-se os ramos ligados à alimentação (pizzaria, frutaria, sorveteria, restaurante e mercados) como os majoritários nas citações que foram fechados. A localização dos estabelecimentos pode ser colocada como fator de dificuldade para permanência no local, tendo em vista as modificações anteriormente citadas, sobre a mudanças nos estacionamentos. Além de outros motivos dos mais diversos, como lucros baixos ou algum dos pontos mencionados na tabela 3 da pesquisa.

Importante destacar que houve sujeitos que citaram mais de um tipo de estabelecimento que era de seu conhecimento. Outra questão é que diferentes sujeitos podem ter mencionado o mesmo estabelecimento, concluindo que o fato de mercado ter sido citado na maioria das vezes não significa que esse foi o ramo mais afetado. A ideia é perceber quais os ramos que foram afetados.

Conforme os dados, nota-se uma divisão mais equilibrada nas respostas dos entrevistados em relação as respostas acerca dos estabelecimentos que fecharam. Existe a possibilidade de novos estabelecimentos terem sido abertos nos locais dos que fecharam, ou em locais que estavam para alugar ou a venda. As menções feitas pelos sujeitos entrevistados podem ter como fatores a proximidade do novo local aberto em relação ao seu próprio ponto comercial, além da necessidade de compra que pode ter surgido por parte do entrevistado, que culminou com o conhecimento do local citado por ele.

Como visto, o ramo mais citado pelos entrevistados foi o de farmácia, o que pode ter sido motivado por conta do momento atual de pandemia de COVID-19, em que houve aumento na procura por medicamentos e insumos da área da saúde. Logo após, aparece um ponto que parece ser famoso na área de estudo, pois foi citado pelo nome real do estabelecimento, o “ponto do queijo”, que foi citado 6 vezes no decorrer das entrevistas.

## IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI

Loja de roupas com 4 citações, sendo que elas representam a maioria dos pontos comerciais da Rua Rui Barbosa, conforme levantamento feito em junho de 2021.

Nas citações se repetem alguns ramos em relação aos que fecharam, como os de sorveteria, mercado e restaurantes. O ramo mercado, citado 10 vezes enquanto fechamento, aqui foi citado apenas uma vez.

Como último questionamento, os sujeitos foram motivados a pontuarem críticas e sugestões acerca do novo sistema de integração em Teresina e da construção do terminal Rui Barbosa e suas estações de ônibus. Cada um dos participantes nesta parte da pesquisa, ficou livre para citar quantos pontos quisesse, sendo críticas ou sugestões.

No tocante as estações com as portas abertas, segundo informação levantada de um dos entrevistados, o motivo seria por um protocolo da pandemia de COVID-19. Mas, outro entrevistado colocou que elas nunca foram ativadas, desde o começo do funcionamento das estações. Tal problema aparece como fator de perigo, principalmente em momentos que o trânsito se encontra com um maior fluxo de veículos.

Pode-se notar que algumas das críticas pontuadas são consequências de outras e vice-versa. Como o aumento de acidentes e o fato do trânsito muito congestionado e da falta de fiscalização. Alguns dos pontos citados fazem ligação com que coloca Rech (2015, p. 147) que a mobilidade deve ser oferecida aos seus usuários com “agilidade, eficiência, conforto e segurança”, mas a presença de problemas relacionados com a infraestrutura nas cidades, em alguns casos, acaba sendo causa de congestionamentos, acidentes, poluição sonora e exclusão social.

Como complemento do último questionamento, serão apresentadas as sugestões pontuadas pelos sujeitos acerca do novo sistema de integração. Os dados mostram que a sugestão de acabar com o sistema de integração e retirar as estações foram os mais citados, o que expõe uma insatisfação dos comerciantes entrevistados acerca do sistema de integração na área pesquisada.

Os estacionamentos aparecem mais uma vez na pesquisa, mostrando que foi uma alteração sentida pelos sujeitos da pesquisa. Houve citações também acerca do aumento da frota de ônibus e da diminuição do preço da passagem de ônibus. Ainda foi citada a alteração do local do terminal, uma vez. Alteração no local das estações e terminal se coloca como algo dificultoso em acontecer, levando em conta o trabalho que haveria para derrubada e reconstrução deles.

### **Entrevistas com os usuários de transporte público coletivo**

Seguindo a apresentação dos dados coletados, serão expostos os resultados das entrevistas com os usuários de transporte público que se encontravam pelas estações de integração Lagoas do Norte e Matadouro. Como relatado na introdução da pesquisa, foram ao todo quinze pessoas entrevistadas. Houve a motivação de se realizar entrevistas também no terminal de integração Rui Barbosa, mas ele se encontra fechado para evitar aglomerações devido à pandemia de COVID-19. No momento atual, as estações de integração estão sendo usadas como “terminais” para se realizar a integração entre uma zona e outra da cidade.

Os questionamentos feitos para os sujeitos nesta parte da pesquisa foram divididos em duas partes. Primeiro, perguntas a respeito da mobilidade em geral, e depois, voltada para opiniões acerca do sistema Inthebra. Inicialmente, nas questões de 1 a 4, os entrevistados foram questionados sobre onde residem, há quanto tempo, quantas vezes utilizam o transporte coletivo por semana e qual o principal destino de suas viagens, respectivamente.

Observa-se que a maioria dos entrevistados mora no próprio bairro onde foi feita a pesquisa, o São Joaquim. Como o bairro é na localização do Terminal Rui Barbosa e suas estações de integração, pode-se pensar que os entrevistados conhecem em parte ou totalmente o funcionamento do sistema de integração naquela área, já que usam o transporte público diretamente na área, além de poder se caracterizar também como clientes dos comércios locais. Além deles, foram citados os bairros Parque Alvorada e Boa Esperança, que se localizam próximos ao bairro da maioria dos entrevistados. E houve citação ao bairro Mafrense. Todos os bairros citados pertencem a Zona Norte de Teresina, localização do corredor de integração em análise na pesquisa.

Os dados demonstram que a maioria reside no tempo médio que supera os 25 anos, que faz pensar que eles podem possuir um conhecimento dos problemas enfrentados em relação a problemática do trabalho, pois acompanham a dinâmica comercial da área em questão, pelo menos em parte.

## IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI

Os dados em relação a quantidade de vezes que cada sujeito da entrevista utiliza o sistema de transporte por semana, não especificando o tipo de atividade que o motiva a realizar seu deslocamento, seja por trabalho, compras, lazer ou outro tipo de ação.

A maior parte dos entrevistados, utiliza o sistema de um a três dias na semana, perfazendo 40%, outros 33% utilizam todos os dias da semana, 20% raramente usa e outros 7% utilizam de quatro a seis dias na semana. O atual momento que se vive de pandemia, e as inúmeras greves uma após a outra no início do ano de 2021, podem ser de determinante valor para as respostas obtidas, já que os usuários, quando não possuem a possibilidade de utilizar o sistema de transporte público da capital piauiense, e acabam se utilizando dos transportes alternativos e outros meios, não vivenciam diariamente o processo da integração. Vale ressaltar que os entrevistados foram incentivados a responderem os questionamentos tendo como base sua rotina de antes do momento pandêmico, quando o sistema de integração havia sido implantado na área da Rua Rui Barbosa.

Finalizando a primeira parte, em relação à mobilidade dos entrevistados, no gráfico 7 estão os dados acerca do principal destino dos sujeitos ao utilizarem o transporte público coletivo.

Conforme visto nos dados, a maior parte dos sujeitos desloca-se geralmente para o centro da cidade. Um dos pontos que o sistema Inthebra visa, é facilitar esse deslocamento dos usuários bairro-centro e vice-versa. Ainda 7% dos questionados colocaram o bairro Dirceu, na Zona Sul como principal destino, que faz relação com outro ponto do sistema da integração que é o descolamento Terminal-Terminal pelos ônibus Interterminais, ou “IT”. Outros 13% citaram o seu local de trabalho e 7% colocaram a Universidade Federal do Piauí (UFPI) como principal destino de suas viagens no transporte público. Os sujeitos entrevistados demonstram que se deslocam por questão de estudo, trabalho ou compras (centro comercial), entre outras questões.

Seguindo a entrevista, foram colocados para os sujeitos questionamentos acerca do sistema de integração. As perguntas fizeram ligação com as que foram feitas para os comerciantes. Primeiro, eles foram questionados se já conhecem como é o funcionamento do sistema de integração na Rua Rui Barbosa. A maioria dos entrevistados respondeu que conhece o funcionamento do sistema. Rotineiramente, quando se faz necessário, se conhece o ônibus pelo número da linha, e até o caminho que ele percorre, conforme a necessidade e entendimento de cada um.

Do total de entrevistados, a menor parte coloca que não conhece o funcionamento do sistema. Como será visto posteriormente, cada estação de integração possui um mapa com a explicação do caminho de todo o sistema Inthebra.

Nas questões 2 e 3, sobre o sistema de integração, os entrevistados foram motivados a elencar pontos positivos e negativos para os seus deslocamentos, que podem ter sido percebidos desde que foram construídos o terminal e as estações de integração.

Os pontos positivos percebidos desde a implantação do sistema de integração na Zona Norte de Teresina, especificamente no corredor que passa pela Rua Rui Barbosa, pelos sujeitos foram: o fato das estações estarem cobertas, onde a maior motivação remete ao fato das antigas paradas de ônibus no local não possuírem cobertura, e agora com a construção das novas estações, o usuário se encontra em um ambiente coberto e na teoria, climatizado. Transporte coletivo mais organizado, e ainda, o fato do sistema se utilizar apenas de uma passagem para duas viagens, se usada corretamente, e o surgimento de uma terceira via na Rua Rui Barbosa, que é prioritária dos ônibus.

Diferentemente dos positivos, a quantidade de pontos negativos citados foi maior. Além disso, as menções “nenhum ainda” ou “nenhum” não apareceram. Os pontos colocados são a falta de segurança nas estações de integração, a falta de fiscalização no decorrer da Rua Rui Barbosa, o aumento dos acidentes, a pouca informação para o usuário do transporte público coletivo, valendo de ressalva que em cada estação de integração está um mapa de todo o caminho do sistema de integração de Teresina.

O PNMU coloca que é direito do usuário “ser informado nos pontos de embarque e desembarque, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas dos serviços e modos de interação com outros modos”.

Ainda, foram citados o espaço reduzido na Rua Rui Barbosa, por conta da triplicação da via e a construção das estações em dois pontos da área em questão, o trânsito mais lento, o aumento da greve dos ônibus e o fato de se acessar o terminal somente com o passe (cartão de passagem). Alguns pontos obtidos aqui, já tinham sido percebidos na análise dos dados das entrevistas com os comerciantes da área de estudo.

Na pergunta 4, os sujeitos foram questionados sobre o tempo de viagem após a implantação do sistema de integração, conforme o que foi percebido por cada um.

Para a grande maioria dos sujeitos questionados o tempo das viagens está mais longo. Vale ressaltar que os dados obtidos podem ter relação com a diminuição da frota de

## **IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI**

ônibus em decorrência do momento pandêmico vivido atualmente, mas, novamente é destacado que os entrevistados foram incentivados a basearem suas respostas conforme o período antes da pandemia vivenciada desde 2020.

Finalizando as entrevistas, os sujeitos foram motivados a pontuarem críticas e sugestões sobre o novo sistema de integração em Teresina, e a construção do terminal Rui Barbosa.

As críticas apresentadas pelos entrevistados são as estações mal planejadas/localizadas, a retirada dos ônibus circulares e as estações com as portas abertas. Esses dois últimos pontos podem servir de motivações para alguns pontos negativos relatados pelos entrevistados, como por exemplo, o aumento do tempo de certas viagens que podem ter relação com a retirada dos ônibus circulares da capital, que conforme a linha servia de uma viagem única para o usuário do transporte público. Ainda, foram citados, o mal estado dos ônibus, o aumento do risco de acidentes, que podem ter relação com o fato das estações estarem com as portas abertas o tempo todo, ou o fato do tráfego estar mais intenso em certos horários, a diminuição das linhas de ônibus e a pouca fiscalização.

As sugestões pontuadas pelos entrevistados pontuaram foram o aumento da fiscalização, a diminuição do preço da passagem, o aumento da frota de ônibus e a alteração do local das estações, bem complicado de ser realizado, até por conta que as estações não são móveis. Ainda, o aumento da segurança nas estações e terminal, a retirada das estações totalmente e a retirada do sistema de integração.

Os pontos de segurança e fiscalização são princípios encontrados no PNMU, além dos pontos de eficiência, eficácia e efetividade dos serviços de transporte urbano. Também são colocados como direitos de os usuários ter direito a participar do planejamento, da fiscalização e da avaliação da política local de mobilidade urbana, além de ter um ambiente seguro e acessível para a utilização do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

### **CONCLUSÃO**

O crescimento da cidade de Teresina se deu ligado diretamente a questões como o desenvolvimento industrial, do comércio e do transporte na capital. Sendo o setor comercial, um dos destaques que sustentou a economia da cidade no decorrer do processo de sua expansão. Devido a incentivos para o crescimento territorial, o espriamento da cidade para

as zonas Sul e Leste se deu de forma mais eficaz, enquanto para a zona Norte seguiu de maneira mais lenta.

A descentralização espacial e o processo de expansão da cidade, fez com que o transporte coletivo em Teresina ganhasse mais vista, devido à necessidade de locomoção das pessoas. Com o crescimento da população e da economia, a capital passou a carecer de uma mobilidade mais ágil. Com isso, implantação de um sistema de integração para a cidade, em 2018, trouxe uma série de mudanças, sociais e econômicas para a capital e para os indivíduos que direta ou indiretamente se envolvem com ele em seu cotidiano.

O Terminal Rui Barbosa, localizado mais próximo do centro, se encontra em uma área de grande fluxo de pessoas diariamente. A Rua Rui Barbosa se caracteriza como local de comércio e passagem, pois muitos moradores que vêm ou vão para os bairros Poti Velho, Santa Maria, entre outros, passam por lá.

O estudo mostrou que em decorrência das modificações que surgem após implantação do corredor de integração do terminal Rui Barbosa, existem impactos relacionados tanto com a dinâmica comercial da área, como também com a de mobilidade na região. Pontos de caráter negativo, que vão desde a queda nas vendas e perda de clientes, até a dificuldade de acesso ao estabelecimento e o aumento no número de acidentes percebidos no local, superam os positivos, como o aumento das vendas e do fluxo de clientes e a melhora no acesso ao local entrevistado, mas vale ressaltar que este último foi motivado principalmente pelas novas sinalizações presentes ao longo da Rua Rui Barbosa, mais concentradas perto do terminal e das estações de integração.

Outra questão observada é o do fechamento de pontos comerciais após o início do funcionamento do sistema de integração na área. Entre eles estão mercados, loja de variedades e restaurantes, que dentre outros motivos, também podem ter sido fortemente impactados pelo atual momento pandêmico, mas, por outro lado foi percebida a abertura de novos pontos comerciais, tendo como maiores citações as farmácias e lojas de variedades.

Um dos objetivos do sistema de integração é a maior fluidez no transporte de massa, já que em um carro podem ter em média 3 ou 4 passageiros, enquanto em um ônibus se encontram em média 60, 70 pessoas. Mas, quando submetidos a alterações em seu espaço de convivência cotidiano, os sujeitos podem, fazendo relação a Corrêa (1989), partir para uma tendência de lutas por conta dos usos da terra no espaço, como observado com os

# IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI

protestos realizados pelos comerciantes mesmo antes da construção das estações de integração.

## REFERÊNCIAS

BARCELOS, L. R; SILVA, N, R. **Mobilidade urbana no Brasil: um direito social**. Belo Horizonte: VirtuaJus, v. 3, n. 5, p. 133-152, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/19051>>. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Plano Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU)**. Lei nº 12.587. Brasília: 3 de janeiro de 2012.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, C. H. R. de. **Desafios da mobilidade urbana no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CPI do transporte público de Teresina: presidente no Sintetro diz que 60% dos trabalhadores foram demitidos. G1, Teresina, 18 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/05/18/cpi-do-transporte-publico-deteresina-presidente-do-sintetro-diz-que-60percent-dos-trabalhadores-foramdemitidos.ghtml>>. Acesso em: 24 de mai. de 2021

DESLANDES, S. F; GOMES, R; MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FAÇANHA, A. C. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, n.1, 2003. p. 59-69.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES. I. **Inthegra: entenda as mudanças do novo sistema de transporte público**. Jornal O Dia, Teresina, 12 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.portalodia.com/noticias/teresina/inthegra-entenda-as-mudancas-donovo-sistema-de-transporte-publico-314854.html>>. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

PEREIRA, G.; SERRA, B. (coord.). **Estatísticas Nacionais e Política de Mobilidade Urbana**. Rio de Janeiro: ITDP, Mobilidados, 2019.

PINTAUDI, S. M. et al. CARLOS, A. F. A. (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 144-157.

PREFEITURA DE TERESINA. **Anexo III: Caderno de informações das estações e dos terminais de integração, referente ao edital de chamamento público nº 02/2017**. Teresina: SEMCOP, 2017.

PREFEITURA DE TERESINA. **Perfil dos bairros: São Joaquim**. Teresina: SEMPLAM, 2018.

PREFEITURA DE TERESINA. Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito. **Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina: relatório final**. Teresina: STRANS, 2008.

RECH, A. U. **Mobilidade Urbana**. São Paulo: Direito & Paz, ano 17, n. 33, 2015. p. 146-155.

REIS, M. A. S. **Mobilidade urbana: um desafio para gestores públicos**. São Paulo: Cadernos FGV Projetos, 2014. p. 131-139.

RODRIGUES, J. M. **Mobilidade urbana no Brasil: crise e desafios para as políticas públicas**. Belo Horizonte: Revista TCE MG. v. 34, n. 3, 2016. p. 80-93.

RUBIM, B. LEITÃO, S. **O Plano de Mobilidade Urbana e o futuro das cidades**. São Paulo: Estudos Avançados, v. 27, n. 79, 2013. p. 55-66.

SANTOS, E. **Saiba como usar a nova integração de THE e o que muda com o sistema “Inthegra”**. OitoMeia, Teresina, 06 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.oitomeia.com.br/noticias/2018/03/06/saiba-como-usar-nova-integracaode-the-e-o-que-muda-com-o-sistema-inthegra/>>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

SANTOS, M. **Por uma geografia das redes**. In: SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2. reimpr, 2006. p. 176-189.

SILVA, E. O; SILVA, G. R; VIEIRA, N. R. C. Expansão urbana da cidade de Teresina e suas transformações socioespaciais. In: **Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles**. Natal, 2017. REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA. Natal: UFRN. p. 1-16.

SILVA, S. R; COSTA, C. R. R. **O transporte coletivo na produção do espaço urbano em Teresina**. Teresina: Revista Equador (UFPI), v. 5, n. 3 (Edição Especial 02), 2016. p. 278-298. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>>. Acesso em: 09 de dez de 2019.

**IMPACTOS NO COMÉRCIO DA RUA RUI BARBOSA PROVOCADOS PELA  
IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE INTEGRAÇÃO  
NA ZONA NORTE DE TERESINA – PI**

SILVEIRA, M. R; COCCO, R. G. **Transporte público, mobilidade e planejamento urbano: contradições essenciais.** Santa Catarina: Estudos Avançados, v. 27, n. 79, p. 41-53, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142013000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142013000300004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 10 de dez. de 2019.

STRANS. Corredor de ônibus da Rui Barbosa terá vagas de estacionamento. **STRANS**, Teresina, 31 de out. de 2019. Disponível em: <<https://strans.pmt.pi.gov.br/2019/10/31/corredor-de-onibus-da-rui-barbosa-teravagas-de-estacionamento/>>. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

TEIXEIRA, M. L. G; CORREIA, T. B. **Teresina [PI]: a capital planejada e sua indústria (1850-1920).** Campinas: Labor&Engenho, v. 12, n. 3, 2018. p. 359-377.

**ENTREVISTA ESPECIAL**

Entrevista com a Professora Doutora Conceição Lage

Por: Dra. Viviane Pedrazani



173

Doutora em Arqueologia Antropologia Etnologia - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1987/1990). Mestra em Arqueologia (Diplome D'études Aprofondés) - Université de Paris I Panthéon Sorbonne (1986/1987). Especializada em Arqueologia pela UFPI (1983/1984), e Graduada em Química (Licenciatura e Bacharelado) pelas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras Oswaldo Cruz (1980), São Paulo - São Paulo, É pesquisadora e conselheira científica da Fundação Museu do Homem Americano (desde 1986) e professora Titular da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueometria e Conservação de Arte Rupestre, atuando principalmente nos seguintes temas: análise químico-mineralógica de pigmentos pré-históricos e depósitos de alteração, intervenção de conservação de sítios arqueológicos, reconstituição de dieta alimentar através da análise química de ossadas humanas pré-históricas, análises de paleosedimentos objetivando identificar marcadores químicos de antigas ocupações humanas, exames e análises de microvestígios arqueológicos, etc. Presidiu a comissão que criou na UFPI a graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, sendo sua primeira coordenadora. Chefe do curso de Graduação em Arqueologia da UFPI de setembro de 2011 a março de 2013. Sub-chefe da Pós-Graduação em Arqueologia da UFPI. Diretora do Centro de Ciências da Natureza de

março de 2013 a março de 2017. Representante do CA de Arqueologia no triênio novembro 2010 a novembro de 2013. Presidente da Associação Brasileira de Arte Rupestre - ABAR por dois mandatos, de Agosto de 2012 a agosto de 2014; e reconduzida por mais dois anos (2014-2016). Membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Química e em Arqueologia. Lidera o grupo de Pesquisa Arqueometria cadastrado no CNPq desde 1991. Orientou 146 alunos de graduação e de Pós-Graduação (77 bolsistas de IC, 13 monografias de Especialização, 29 TCC, 25 dissertações de mestrado e duas teses de doutorado)

1. A senhora foi uma das pioneiras nas pesquisas arqueológicas no Piauí, gostaríamos de saber como o seu interesse pela área foi despertado? Nos fale um pouco sobre sua trajetória profissional e acadêmica.

R - Eu comecei a trabalhar com arqueologia em 1982, quando eu voltei para morar no Piauí. Porque eu sou daqui, mas morava em São Paulo desde 1975, lá fiz faculdade de Química, casei e tive dois filhos e trabalhava como professora do ensino médio em escolas do estado de São Paulo, era concursada e trabalhava muito. Então cansei daquela vida muito corrida lá de São Paulo e decidi voltar para o Piauí. E aqui quando cheguei foi muito difícil. Principalmente para conseguir emprego e o salário era bem inferior ao de São Paulo. Foi complicada essa época, difícil mesmo, eu vivia deprimida, aí um dia encontrei uma amiga, que não via há muito tempo. Era amiga da época da minha adolescência e ela me falou das pesquisas arqueológicas que estavam sendo realizadas aqui no Piauí a gente se encontrou na universidade. Ela me falou da riqueza e antiguidade arqueológica que estava sendo descoberta no Sudeste do Piauí e que estava indo se inscrever no curso de especialização em Arqueologia que estava sendo ofertado pela UFPI. Ela me aconselhou a fazer o mesmo e eu acatei a ideia. Fui mesmo sem saber muito bem o que era aquilo. E sem muita esperança, mas o resultado foi que fui selecionada, apesar de ter muitos concorrentes, mas acredito que o fato de ser química chamou atenção. Me matriculei e iniciei imediatamente o curso. Me apaixonei por tudo que via e aprendia. Tudo novo para quem vinha da área de Exatas. Logo comecei a ver tudo que eu poderia fazer dentro da arqueologia como química. Inclusive já pensando mesmo na questão dos pigmentos da arte rupestre. Datação dos vestígios arqueológicos. Fiquei empolgadíssima e a cada aula, cada disciplina ficava mais apaixonada e mais interessada no tema. Então para mim foi assim de fato gratificante conhecer Arqueologia. Essa área que era bem distante e diferente, mas escolhi como tema de monografia de final de curso o estudo das superposições de figuras rupestres para ver se tinha diferença nas tintas e estilos. Daí idealizei o tema que deveria realizar o mestrado e o doutorado. Com relação a esses, tentei fazer no Brasil, primeiro na Federal de Pernambuco depois na USP e não consegui porque todo mundo achava muito estranho tanto na Química quanto na Arqueologia. Eu queria estudar pigmentos pré-históricos, então na arqueologia não entendiam por que eu queria colocar química no estudo arqueológico? E o inverso acontecia na Química. Como estudar material arqueológico? Isso não iria dar certo. Então Niède Guidon me aconselhou a ir para a França. E lá deu certo. Primeiro fui passar dois meses para realizar um estágio no laboratório de datação de carbono 14 e depois desse estágio, tive certeza que era o tema que eu deveria estudar. Voltei e me preparei para solicitar uma bolsa de estudos ao governo brasileiro (CAPES e CNPQ), pois poderia ir com toda a família, não mais sozinha para fazer mestrado e doutorado. E foi assim que eu fiz durante quatro anos na França. Minha família era marido, irmã e três filhos, depois eu voltei grávida do quarto. E fiz mestrado e doutorado na área que eu mais queria, ou seja, estudar os pigmentos pré-

históricos das diferentes tradições de arte rupestre e verificar se tinha ou não diferença entre eles.

2. Quais foram os principais desafios dos primeiros arqueólogos no Piauí? E hoje, quais os desafios das pesquisas arqueológicas no estado?

R - Os primeiros trabalhos foram muito difíceis, principalmente porque naquela época não haviam estradas, nem trilhas abertas para acessar os sítios. Tudo era muito difícil. Passávamos o dia inteiro andando, subindo e descendo morros para chegar em um sítio e no percurso sempre encontrávamos muitos animais selvagens, como, onça, cobra, veados, raposas etc. As dificuldades eram enormes porque precisávamos levar material de trabalho, água e alimento. Isso eu falo da região onde hoje é o Parque Nacional da Capivara. Como as distâncias eram grandes sempre dormíamos a céu aberto, entre as árvores. As vezes pegava chuva e passava muito frio a noite. Nos meses de maio, junho, julho e agosto as noites eram bem frias. Lembro que uma vez nós medimos a temperatura e deu 12 graus. Em outras épocas do ano tinha o risco de incêndios. Também muito difícil para os trabalhos de prospecção arqueológica. Outro fato a ressaltar é que naquela época, como era uma região isolada, de difícil acesso a gente encontrava povoados completamente abandonados, isolados e com pessoas doentes, quase sempre mulheres ou crianças, passando por sérias necessidades básicas como falta de alimentos, doenças, falta d'água. Muitas vezes, paramos um trabalho para socorrer pessoas em situação difícil.

Atualmente, os principais desafios da pesquisa arqueológica, quais são? A realidade é outra. Bem diferente mesmo. O estado do Piauí é o único estado brasileiro que tem duas graduações e dois mestrados em Arqueologia em instituições públicas. Fato ocorrido por conta do programa de expansão das Universidades públicas há alguns anos atrás. E o que aconteceu foi a vinda de muitos pesquisadores, muitos arqueólogos para instalarem aqui em Teresina ou em São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí. Observamos que tal fato provocou a ampliação das pesquisas em arqueologia no Estado. Ampliadas também por conta do projeto de aceleração do crescimento do país e com ele a necessidade de se realizar trabalhos de arqueologia de Contrato, objetivando a obtenção de licenciamentos ambientais. Qualquer obra que implique em destruição de uma grande área de mata ou revolvimento de terreno para construção de uma linha de transmissão, de hidrelétricas, de usinas fotovoltaicas, estradas, pontes, viadutos ou mesmo de um loteamento residencial ou comercial. A instalação de qualquer obra impactante se faz um estudo Arqueológico da área e com isso houve uma aceleração no número de trabalhos arqueológicos e aí o grande desafio é justamente que esses trabalhos sejam realizados com o mesmo empenho que uma pesquisa acadêmica, com seus resultados divulgados no meio científico também não fiquem só nos processos de licenciamentos ambientais. Então acho que esse é o nosso maior desafio atual.

3. A senhora poderia nos contar a trajetória da Arqueologia dentro da Universidade Federal do Piauí?

R - Falar um pouco sobre a trajetória da arqueologia na Universidade Federal do Piauí. Podemos dizer que os primeiros trabalhos de arqueologia no Estado do Piauí na realidade foram desenvolvidos pela Universidade Federal do Piauí. Porque a doutora Niède Guidon quando veio fazer a investigação na área que soube da existência de pinturas rupestres na Serra da Capivara veio por Teresina e procurou a UFPI. Na época o reitor era o Professor Camilo Filho, que deu total apoio a ela e contratou como professores ou como técnicos toda a equipe dela, na realidade era a missão franco-brasileira do Piauí. O objetivo era efetuar os trabalhos de arqueologia na Serra da Capivara. Foram oferecidos dois cursos de pós-graduação em Arqueologia, o primeiro em 1978 e o segundo entre 1983 e 1984. Os trabalhos se desenvolveram muitíssimos bem na época do Professor Camilo Filho como reitor. Mas com o passar do tempo e a mudança de reitores não teve continuidade o mesmo apoio. Então ela idealizou e criou em 1986 a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM em São Raimundo Nonato. Toda a equipe da missão franco-brasileira saiu da Universidade Federal do Piauí e viraram apenas pesquisadores da FUMDHAM e nós alunas da segunda especialização em arqueologia da UFPI passamos a compor o quadro de pesquisadoras da UFPI (1983/1984). Eu a professora Sônia Campelo, aproveitando as vagas deixadas por elas. A professora Vilma Chara continuou professora aqui na UFPI. Então no ano 2000/2001 oferecemos na UFPI a primeira especialização em conservação de Arte Rupestre da América Latina. Foi um sucesso com reconhecimento da UNESCO e uma aluna da Argentina. Em 2002 apresentamos um projeto para criar uma graduação em arqueologia na UFPI, mas infelizmente, não foi aprovada pela Administração Superior da época. Só tendo sido criada em 2007, com a mudança do Reitor. Em 2008 entrou a primeira e em 2009 criamos o programa de pós-graduação em antropologia e arqueologia na UFPI, em nível de mestrado. Em 2012 foram separados em duas pós-graduações distintas, uma de Antropologia e outra de arqueologia. Até hoje as duas existem e existe a intenção de ampliar para ter também o curso em nível de doutorado.

4. As mulheres arqueólogas tem tido grande papel nas pesquisas. Como tem sido sua experiência e de outras companheiras pesquisadoras em desbravar terrenos inóspitos, ambientes hostis e duros desafios na busca de vestígios arqueológicos no Piauí? Nos conte alguma situação peculiar.

R - É de fato, a arqueologia no Piauí foi no início desenvolvida, predominantemente por mulheres. Os primeiros trabalhos tiveram à frente sobretudo mulheres, e os segundos também, eu inclusive fiz parte deste segundo grupo. Posso dizer que não tinha dificuldade de trabalho por só ter mulheres. Tudo acontecia normalmente e isso inclusive me dava muita segurança, muita alegria, de estar convivendo em um ambiente saudável, no qual eu era tratada com respeito, como forte e corajosa e não como frágil. Tudo era exigido igualmente para todas. Inclusive nas inúmeras caminhadas a gente carregava todo o material de trabalho, água para beber, rede e saco de dormir no mato. Havia uma ajuda mútua de modo que ninguém era sobrecarregado, nem outras eram poupadas dos esforços. Toda e qualquer dificuldade era resolvido na hora.

Com relação a situações peculiares vou contar uma que aconteceu comigo. Fomos documentar um sítio que se encontrava a cerca de 23 Km no povoado mais próximo, onde deixávamos o carro. Saímos muito cedo, por volta das quatro horas da manhã e andamos o dia todo, até chegar ao local do sítio por volta das 16 horas. Nos dividimos em duas

equipes. Uma para escavar uma toca e outra para levantar a arte rupestre de um sítio vizinho.

Eu fiquei com a equipe que ia escavar a pequena toca. Estávamos muito cansadas pois tínhamos passado o dia inteiro andando e subindo serra. Iniciamos a escavação em silêncio, sem ninguém falar, quando de repente chega uma onça e dá um violento “urro” que fez todo mundo tremer. Na verdade, ali era o local onde ela dormia e aquele horário, no finalzinho da tarde era a hora que ela ia se recolher, chegou lá e encontrou a furna ocupada, então foi um susto tremendo. Logo nos preocupamos com a outra equipe. Então fomos lá verificar se estava tudo bem. Nos contaram que estavam descansando quando ouviram o barulho de alguém saltando, então acharam que era a Niède e aí deram as costas e continuaram a copiar os painéis rupestres. O tempo passou e nada da Niède chegar, então viraram e viram a onça bebendo água em um caldeirão. Então o que aconteceu foi que a onça após ter saído da furna em estávamos foi justamente no local onde eles estavam a fim de procurar abrigo, então foi uma situação realmente assustadora, mas não teve problema com ninguém a não ser com a onça ela que se assustou bastante e foi embora para um local mais distante, pois não conseguiu dormir no lugar dela. E nós que havíamos preparado um acampamento muito perto dali, passamos a noite toda preocupada, dando apenas pequenos cochilos para descansar. Niède passou a noite alimentando a fogueira para que não apagasse.

5. Professora, como a senhora destacaria o patrimônio arqueológico do Piauí no contexto nacional e mundial?

R - O patrimônio Arqueológico do Estado do Piauí é riquíssimo. E não é só o Arqueológico, mas o natural também. Temos no Norte o delta do Rio Parnaíba e sítios arqueológicos muito próximos à praia como o Quicés e o Letra do Massaranduba. Não conheço outros tão próximos como eles, não de pinturas rupestres. Temos o cânion do Rio Poty com sítios arqueológicos magníficos. No Centro Norte há ainda sítios de gravuras e pinturas no Parque Nacional de Sete Cidades, Piripiri, Piracuruca, São Miguel do Tapuio, Assunção, Milton Brandão, Campo Maior, dentre muitos outros municípios. Todos esses municípios têm uma riqueza arqueológica muito grande, em Teresina, temos a Floresta Fóssil e por isso é conhecida como a capital do permiano pelos paleontólogos, pois esta floresta fóssil está em posição de vida e data do período Permiano, ou seja, anterior aos dinossauros na terra. O Sudeste é marcado pela imponente Serra da Capivara com muita riqueza arqueológica e pleontológica também. E não só ela, mas há muito próximo marcas de geleiras que existiram na época das glaciações. Então perguntamos, qual é o outro estado brasileiro que tem uma riqueza tão grande? É compatível com outras regiões no Mundo e por isso, tem potencial para desenvolver um turismo internacional. Desde que os espaços sejam preparados para que esse fim, garantindo que os patrimônios sejam preservados. Além de todo o patrimônio natural e cultural descrito há ainda o histórico, comportando fazendas do século 19, as quais são muito bem preservadas e trazem histórias magníficas da época de colonização em nosso Estado. Então tudo isso é possível incluir para promover um turístico científico, associando todos esses patrimônios.

6. Que tipo de vestígios são mais encontrados nos sítios arqueológicos do Piauí?

R - O tipo de vestígios arqueológicos mais encontrados no Piauí é sem dúvida a arte rupestre. Tanto sítios de pinturas quanto de gravuras rupestres. Os de pintura tem adição de tintas, e aqui temos sítios com diferentes cores e tonalidades, como vermelho claro, médio e escuro, marron, preto, cinza, amarelo, branco e até azul. Os de gravuras são aqueles em baixo relevo, realizados com material mais duro que o suporte rochoso. E temos aqui algo que é muito interessante, que são gravuras pintadas ou pinturas gravadas. Esses dois tipos de grafismos são bem curiosos, e juntos são bem pouco comuns. Há também vestígios líticos lascados e/ou polidos, cerâmicos, vidros, louças e faianças típicas de sítios históricos. Como já falei na questão anterior, além dos sítios arqueológicos há também um rico patrimônio paleontológico. Com espécies novas identificadas por paleontólogos da Universidade Federal do Piauí.

7. A Serra da Capivara é um importante ponto turístico do Piauí, com fama mundial. A senhora acredita que o potencial arqueológico do nosso estado pode contribuir para o desenvolvimento turístico-econômico de outras cidades piauienses? Que locais a senhora destacaria?

R - A riqueza arqueológica da Serra da Capivara é enorme. Tanto do ponto de vista natural, beleza do ambiente, do lugar e o fato de haver essa união de duas formações geológicas. Bem como a variedade e antiguidade das ocupações humanas na região da Serra Capivara. Além de conhecer a variedade da megafauna que ali habitava. Então concentra a união de dois aspectos fundamentais que são a riqueza arqueológica e paleontológica e a chance de ter muitas pesquisas interdisciplinares há mais de 40 anos. Por exemplo, se você pega um único sítio arqueológico como o BPF, veja quantas teses de doutorado e dissertações de Mestrado saíram dali? São muitas, centenas ou até mais mesmo, de pesquisadores e universidades do mundo inteiro. Então é difícil você ter um outro local que concentre essa riqueza de investigação no mesmo lugar. Locais com riqueza arqueológica no Piauí temos muitos, como por exemplo, a região do Cânion do Poti, os municípios de Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Juazeiro do Piauí, São Miguel do Tapuio, Assunção, Milton Brandão, Sete Cidades, Piri-piri, Campo Maior, Boa Hora, Inhuma, Serra das Confusões e muitos outros. Todos têm muito potencial, mas é preciso se realizar pesquisas como acontece na Serra da Capivara, buscando informações sobre os diferentes tipos e idades das ocupações humanas e a dispersão dos diferentes tipos de sítios arqueológicos. Com certeza teriam também reconhecimento internacional.

8. Professora, qual o balanço que a senhora faz sobre a preservação do patrimônio arqueológico do Piauí?

R. O balanço que faço sobre a preservação do patrimônio Arqueológico do Piauí é o seguinte. Como já falamos aqui temos um patrimônio Arqueológico riquíssimo. Há uma grande quantidade de sítios arqueológicos e de diferentes tipos e idades. Há sítios com pinturas e gravuras rupestres. Além de líticos, cerâmicos ou de ocupações históricas. Inclusive fazendas coloniais, mas são poucos os que têm trabalho de manutenção. Apenas alguns que estão no interior dos parques nacionais. Mais especificamente os do Parque da Serra da Capivara que têm trabalho permanente de manutenção. Inclusive nós mesmo trabalhamos lá e formamos equipes de auxiliares técnicos em conservação para trabalhar nos sítios daquele parque. Infelizmente esta não é a situação da maioria dos sítios arqueológicos do Piauí. Poucos foram os trabalhos desenvolvidos. Apenas alguns

pontuais em sítios do Parque Nacional de Sete Cidades e dos municípios de Castelo do Piauí, Buriti dos Montes e, agora mais recentemente Inhumas, nos quais o IPHAN do Piauí e as prefeituras ofereceram condições para que a disciplina de Prática de Conservação acontecesse naqueles municípios. Forneceram alojamento e alimentação para toda a turma. Trata-se de uma disciplina obrigatória na graduação de Arqueologia da UFPI e é quando o aluno vai para o campo e de fato, executa, sob a supervisão do professor, trabalhos de conservação em um sítio de arte rupestre. Agora se a gente fizer uma avaliação do que temos como sítios arqueológicos no Estado, cerca de dois mil, apenas, no máximo 10% deles estão sendo trabalhados e os demais estão de fato abandonados. Por sorte uma boa parte deles tem o acesso muito difícil, então são pouco visitados e assim ficam protegidos, mas outros não e, a situação é bem complicada, tendo inclusive sítios que já foram praticamente destruídos. Uma situação muito grave e que precisa ser mudada.

9. Gostaríamos que a senhora deixasse uma mensagem para aqueles que têm interesse em enveredar para a Arqueologia.

R - O recado que eu gostaria de deixar para quem tem interesse em se formar e atuar na área de arqueologia é o seguinte. É muito gratificante a gente conhecer a nossa história, o nosso passado, saber de onde viemos. E principalmente buscar formas de preservar esse patrimônio que temos no nosso estado. Ele é que nos dá condições de entender como chegamos aqui e é uma forma de desenvolvimento e sustentabilidade de nosso lugar. Uma coisa importante é que o arqueólogo precisa se desvincular totalmente da sua vida pessoal, dos seus costumes e hábitos. Tem que deixar de lado toda e qualquer ideia pré-concebida, qualquer pré-conceito, como o nome já diz você não pode chegar com uma ideia construída. O conceito de determinadas reações e comportamentos não podem ser usados. Se livre e desnude de tudo isso para poder conhecer bem a história ou a pré-história de grupos humanos que aqui viveram antes da chegada do colonizador. Também é muito importante ser bastante estudioso, quando for trabalhar em uma determinada área, nunca deixe de ler nada a respeito dela. A geologia, as plantas, os animais, a história e a etno-história do lugar. O Brasil estava ocupado quando os europeus colonizadores chegaram, portanto busque informações sobre os grupos humanos que ocupavam aquela região no passado. Então é um conjunto de informações que a gente precisa ter sobre a mesma área e, sobretudo, ter em mente essa necessidade de preservação do lugar e do patrimônio, saber que o patrimônio ali não é nosso apenas, mas é de todos, inclusive de quem ainda está por vir, de futuros habitantes. A nossa responsabilidade com a preservação deles é enorme. Agora um último e importante conselho! Seja qual for a área da arqueologia que você for atuar, adote conjuntamente os procedimentos da Arqueologia Pública ou da Arqueologia Social Inclusive. Construa os conhecimentos sempre conjuntamente com os habitantes atuais dos locais onde for trabalhar.

Hamanda Machado de Meneses Fontenele<sup>1</sup>

ABREU, Regina e Chagas, Mario (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, 316 p.

Regina Abreu é uma antropóloga e pesquisadora do patrimônio brasileiro. Sua formação a conduziu para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o patrimônio cultural de natureza imaterial. Em razão disso, atualmente suas obras são imprescindíveis para o estudo do patrimônio imaterial brasileiro, tal como as danças, a língua, os ritos, modos de fazer, bem como toda prática que possa ser contemplada pelo Decreto-Lei N°3551 de 4 de agosto de 2000, que institui o inventário e os registros de bens dessa natureza. De acordo com Abreu, esse decreto possibilitou o resgate de uma perspectiva preservacionista, anteriormente posta em questão por alguns intelectuais brasileiros, em especial, Mário de Andrade, que visava em seu anteprojeto, os bens intangíveis. Dessa maneira, a autora destaca que os anos 2000 inaugurou no âmbito do patrimônio, um novo cenário de discussões e principalmente, de prática que afasta-se do que anteriormente era prioritário – o patrimônio de pedra e cal (ABREU, 2009).

Visando fortalecer o campo de discussões sobre o patrimônio imaterial, Regina Abreu, em parceria com o museólogo Mário Chagas, organizaram a obra *Memórias e patrimônio: ensaios contemporâneos* que reúne 15 ensaios de pesquisadores das mais variadas áreas, divididos em cinco blocos temáticos. Tal divisão aponta para uma característica importante dos estudos patrimoniais, que diz respeito ao seu caráter transdisciplinar, uma vez que trata-se de um objeto que perpassa todos os campos do saber. Nesse sentido, os artigos que compõe a obra são resultado dos seminários, congressos, bancas e encontros informais que apontam para emergência e amplitude do tema trabalhado desde a capa e contracapa do livro, na qual figuram ilustrações de arte *kusiwa*, dos índios *wajãpi* do Amapá, que constituiu o primeiro registro no Livro de Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e graduada no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) Professora da SEDUC - MA. E-mail: hamandafontenele@gmail.com

O primeiro bloco da obra versa sobre os estudos envolvendo o patrimônio, a natureza e a cultura; partindo do ensaio do antropólogo José Reginaldo dos Santos Gonçalves, que visa a dimensão semântica da categoria de patrimônio para além do recorrente contexto de formação dos Estados nacionais, mas fazendo-se presente nas sociedades tribais. Dessa maneira, o autor defende, através da análise conceitual a existência da categoria de patrimônio nos mais diversos mundos sociais e culturas, considerando a categoria formulado no século XVIII com delimitações muito precisas e individualizadas que parecem desprezar as diversas realidades históricas e culturais. De acordo com José Reginaldo dos Santos, a inauguração de uma perspectiva imaterial do patrimônio é bastante louvável, pois possibilita a flexibilização da categoria “patrimônio”, como também possibilita o aprofundamento das reflexões sobre a categoria.

Dando sequência, Regina Abreu reflete sobre a emergência do “Patrimônio Genético” uma categoria ainda pouco estudada no âmbito do patrimônio nacional. A princípio, a autora constrói uma cadeia de raciocínio sobre a dimensão pública e privada do patrimônio desde o século XVIII até a contemporaneidade, que desagua nas relações globalizadas. Nesse contexto de intensas relações culturais emerge a categoria de patrimônio genético na esfera da imaterialidade. Assim, Regina Abreu abre espaço para as discussões referentes a biodiversidade brasileira como um conjunto de bens intangíveis que necessitam de salvaguarda através de políticas precisas para gestão e conservação. Para a autora, o patrimônio genético ainda pertence a formas de conhecimentos tradicionais, levando em consideração que tal conhecimento gira em torno das propriedades medicinais da fauna e flora brasileiras.

Nesse mesmo bloco, ainda figuram os textos de Márcia Sant’Anna, a qual defende a existência de uma perspectiva preservacionista anterior e posterior ao projeto do poeta Mário de Andrade. Assim, Sant’Anna propõe um estudo do histórico dos instrumentos de salvaguarda e valorização do patrimônio histórico imaterial. Consecutivamente, Maria Cecília Londres Fonseca constrói uma retrospectiva do sentido que o patrimônio exerce na sociedade, entre sua materialidade e imaterialidade. Para tanto, Fonseca utiliza como exemplo, a Procissão do Fogaréu que acontece em Goiás e o tombamento tardio dos centros históricos. Seguindo o raciocínio, sem a festividade, não haveria sentido para a salvaguarda dos centros históricos, pois ela que lhes confere sentido. Assim, o texto nos leva a questionar os limites e circunstâncias que

levam ao tombamento e suas interferências no processo de formação de significados. Finalizando o bloco, Ruben George Oliven e Mário Chagas ainda tecem provocações sobre o processo de formação da legislação patrimonial brasileira, enfatizando os debates atuais sobre os bens imateriais.

No segundo bloco as problemáticas envolvem a memória e as narrativas nacionais constituídas e constituintes do patrimônio cultural. Nesse sentido, figuram os estudos de Myrian Sepúlveda dos Santos, que ressalta a formação dos museus brasileiros como via de exaltação do império, corroborando para uma narrativa e formação do imaginário nacionalista. Tal perspectiva nos remete aos lugares de memória, ou lugares construídos para a preservação e perpetuação de uma memória social. Em concordância com o pensamento de Myrian Sepúlveda, Mário Chagas desenvolve sua análise sobre a memória política produzida no âmbito das instituições nacionais, tais como o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial, uma vez que tais lugares de memória visam homenagear o Império, ao passo em que ignora as mazelas do contexto. Assim, o que se propõe nesse bloco é desenvolver uma análise não especificamente dos objetos, mas da relação que se pode construir através da manipulação da memória.

Assim como o segundo bloco, o terceiro também aborda os aspectos da memória, contudo, relacionando-a as narrativas urbanas. Os pesquisadores José Reginaldo Santos Gonçalves, Vera Beatriz Siqueira e Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias visam elucidar questões e trazer novas problemáticas relacionadas a experiência social desenvolvida no âmbito dos lugares de memória. Para além disso, discute-se a criação e transformação dos espaços de memória, como os museus, ao passo em que estes sofrem a interferência das novas demandas sociais.

No quarto bloco segue-se as discussões sobre memória, contudo numa perspectiva etnológica. No primeiro artigo, José Ribamar Bessa Freire menciona experiências indígenas como maneira de organizar a memória e fortalecer a identidade indígena. Para tanto, cita o Museu Magüta e a Embaixada dos povos da floresta, duas grandes exposições Museu Amazônica e o Museu Paraense Emílio Goeldi e dois projetos Museu aberto do descobrimento e o Museu do índio de Brasília. Em concordância, James Clifford destaca a experiência dos museus enquanto espaços que corroboram para o rompimento de paradigmas e preconceitos relacionados aos povos

indígenas. Nesse sentido, as produções retratam a existência de acervos de povos nativos como um meio de preservar as memórias em esquecimento, mas também como meios que possibilitam a salvaguarda dos bens intangíveis, partindo de uma iniciativa dos povos originários.

Por fim, a obra se encerra no quinto bloco temático intitulado “Memória e reflexividade” com o texto de Luiz Fernando Dias Duarte, que se trata de um ensaio sobre a institucionalização da memória frente ao que o autor chama de “mnemotécnica” ou técnicas de memorização utilizadas, em especial, nas sociedades ágrafas, que facilitam a manifestação, bem como a reprodução da memória, uma vez que se manifestam, de acordo com o autor, na arquitetura da aldeia, na leitura dos sinais naturais, na decoração corporal e instrumental, na gestualidade, numa solidariedade de significação” (DUARTE, 2009, p. 306). Esse uso da memória só é possível, uma vez que a memória no contexto ocidental transita entre o individual e o coletivo, entre a dimensão objetivada da cultura, baseada nos ritos, crenças, costumes e demais práticas intangíveis; e a dimensão subjetivada, baseada na experiência dessas práticas.

De modo geral, embora seja uma obra de caráter antropológico, consideramos essa coletânea como essencial para todos aqueles que desenvolvem pesquisas relacionadas ao patrimônio de natureza imaterial, sua diversidade, bem como as questões de caráter conceitual, uma vez que o campo de investigação do patrimônio brasileiro ainda suscita muitos debates e discussões. Em especial, esses debates e discussões devem se voltar ao patrimônio imaterial e seus instrumentos de salvaguarda, que figuram como um objeto de estudo relativamente novo dentro do cenário nacional. Esse tipo de produção ainda coloca em pauta o lugar de memória pertencente às comunidades tradicionais, uma vez que o conjunto de pesquisas relacionadas ao patrimônio material tende a invisibilizar essa questão, partindo do princípio de que os instrumentos e instituições de salvaguarda, durante muito tempo, visibilizaram apenas o que é considerado “pedra e cal”.